

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

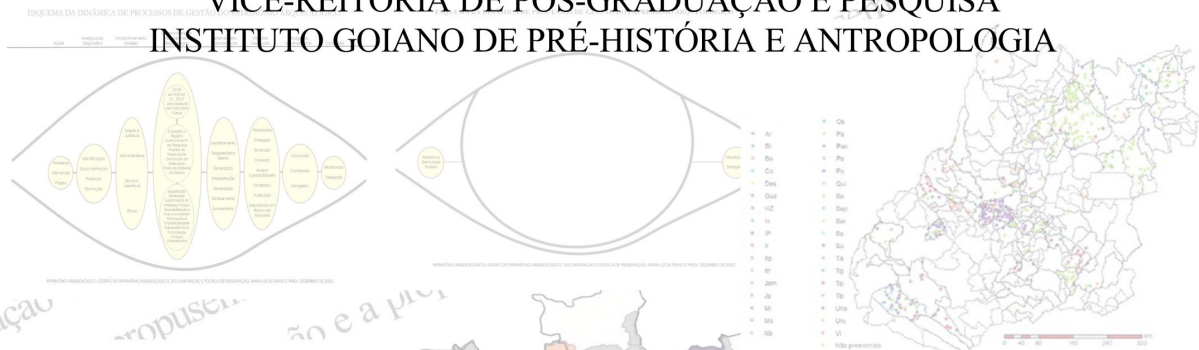
***GESTÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO,
DOCUMENTAÇÃO E
POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO***

Maria Lucia Franco Pardi

Orientador Dr. Roque de Barros Laraia

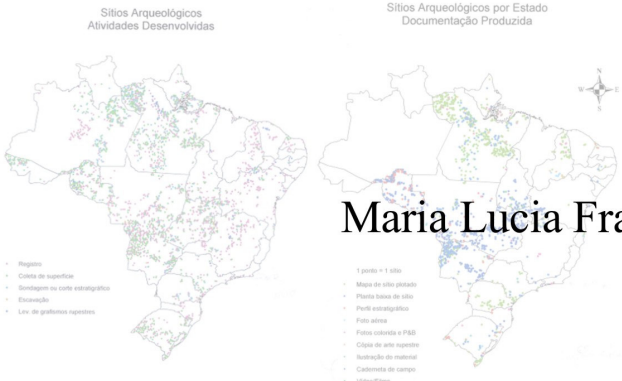
Dissertação
Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural –
Área de Concentração Arqueologia

GOIÂNIA
2002

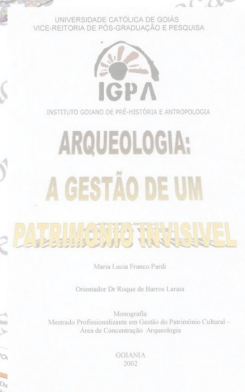


A screenshot from Mercado Livre showing a listing for an archaeological artifact. The title is 'ARQUEOLOGIA INDÍGENA RORAIMENSE!'. The price is listed as R\$ 2.690,00. The listing includes a small image of the artifact and some text describing it as a 'Vermelho de peca arqueologica, digna da melhor colecao, e uma peca muito dificil de se encontrar.'

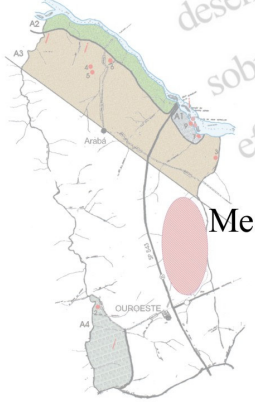
GESTÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, DOCUMENTAÇÃO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO



Maria Lucia Franco Pardi



Orientador Dr Roque de Barros Laraia



Dissertação
 Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural –
 Área de Concentração Arqueologia

GOIÂNIA
 2002



Pardi, M. Lúcia Franco.

Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação / M. Lúcia Franco Pardi. – Goiânia: UCG / IGPA, 2002. 289 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Roque de Barros Laraia

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás, IGPA, 2002.

Referências bibliográficas: f. 237 - 245

I. Patrimônio. II. Arqueologia. III. Gestão. IV. Gestão de Patrimônio Arqueológico. V. Documentação. VI. Política cultural. VII. Título.

Aos meus filhos Mayara e Yuri, que me ensinaram a amar mais e melhor,
à minha família e a todos os cidadãos que estão engajados na preservação do patrimônio
arqueológico, pela sensibilidade e respeito que possuem pela herança de nossos antepassados
e pelas gerações futuras.

Nossos especiais agradecimentos

À Universidade Católica de Goiás pela bolsa parcial concedida.

Ao IPHAN, através do DID e DPA, em especial o ex-diretor Carlos Moralez, pela liberação parcial concedida para cursar este mestrado e pela compreensão e apoio da proposta de trabalho em Gestão.

Ao meu orientador e aos professores do curso de mestrado, especialmente Irmhild Wüst, Klass e Hellen Woortmann pelas discussões, assim como aos doutores Ulpiano Bezerra de Menezes e Isabela Tamaso.

Ao Consultor de sistemas de informação Antony Peter Stevens, a equipe de informática coordenada pelo analista de sistemas Adão Paulino da Silva, o programador Hugo Geraldo de Lima, os geógrafos Adriano de Carvalho e Jeromilto Martins Godinho e o técnico em informática Américo Alves de Abreu, pela sensibilidade e apoio ao tratamento das questões de arqueologia.

A Catarina E. Ferreira da Silva, pelo trabalho conjunto e caminho trilhado na instituição, assim como pelas discussões.

A Rômulo de Souza pela revisão do texto e a ele e Margarida Costa Carvalho pela amizade, companheirismo e apoio em Goiânia e Brasília.

Aos advogados Dr Carlos Frederico de Souza Marés e Dr. Alfredo Carlos Franco Pardi pelas discussões e revisão do texto sobre questões jurídicas.

Aos colegas de IPHAN Carlos Fernando de Moura Delfim, Ângelo Bonato e Rogério Tadeu de Salles Carvalho pelo apoio e informações.

A Vânia Leite de Santana pelo suporte administrativo e assessoria em questões familiares.

Aos colegas do IGPA e do mestrado na pessoa de Leila Miguel Fraga pela agradável convivência e compartilhamento de problemas comuns.

As discussões apresentadas nesta monografia são fruto de pesquisa e concepções pessoais, formadas pela experiência de atuação no setor e trabalho no IPHAN nas diferentes gestões, não refletindo necessariamente a posição institucional da autarquia.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, DOCUMENTAÇÃO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO.

I – INTRODUÇÃO	15
II – SOBRE OS PARÂMETROS DA GPA - GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	31
II – 1 – Aspectos Administrativos, Econômicos, Políticos e Éticos.	31
II – 2 – Vertentes de Proteção e Promoção da GPA.	57
II – 3 – Questões relativas à teoria e prática da GPA.	71
II – 4 – Aspectos históricos.	109
II – 5 – A GPA em outros países.	116
III – O SGPA / DID / IPHAN	132
III – 1 – O papel da documentação na GPA.	133
III – 2 – SGPA em âmbito nacional – PPA, INCA, CNSA.	138
III – 3 – CNSA para os Estados.	174
III – 4 – CNSA para os Municípios.	191
IV – REFLEXÕES, DISCUSSÕES E PROPOSTAS	
IV – 1 – Contexto atual.	202
IV – 2 – Sobre política cultural.	222
BIBLIOGRAFIA	237
GLOSSÁRIO	245
Apêndices:	
Folder – Ouroeste / São Paulo	256
Folder – Palestina de Goiás – Turismo cultural em sítios arqueológicos;	257
Exemplo de instrumento experimental para obtenção de dados sobre Identidade;	258
Matriz de acompanhamento e avaliação do processo de GPA;	259
Planilha – RPA's por estado;	260
Planilha – PPA/DID/IPHAN – Total de projetos por instituição;	261
Planilha – PPA/DID/IPHAN – Total de relatórios por projeto;	265
Planilha – PPA/DID/IPHAN – Órgãos financiadores;	271
Listagem de municípios não incluídos na amostra CNSA;	273
Relação de códigos utilizados nos mapas de tradições;	274
Mapa de Área de Interesse Arqueológico do Município de MonteMor;	275
Mapa de Área de Interesse Arqueológico do Município de Ouroeste.	276
Anexos:	
Ficha de Registro de Sítio Arqueológico – Modelo oficial informatizado;	278
Fluxograma de registro de sítios arqueológicos no CNSA;	281
Mercado Livre – Machado de Pedra Polida Indígena – 28/08/2002;	282
Mercado Livre – Machados de Pedra – 28/08/2002;	284
Mercado Livre – Peça única em Arqueologia Brasileira – 28/08/2002;	286
Mercado Livre – Rompecabeças indígena de 12 pontas – 28/08/2002;	288

Listagem de Imagens

Esquema dos macro processos da Gestão do Patrimonio Arqueologico	21
Estimativa de Atividades da Gestão do Patrimonio Arqueologico (GPA) com participação da sociedade	23
Esquema de transformação do sítio arqueologico escavado em produtos	35
Correntes Arqueologicas vigentes na Pesquisa Arqueologica Brasileira	55
Condições de Preservação de Bens Culturais	80
Esquema sobre o conceito de gestão	98
Esquema sobre gerenciamento bem sucedido	99
Características do pensamento na área pública e privada	100
Esquema sobre o gerenciamento estrategico e gerenciamento operacional	102
Esquema do ciclo destrutivo de 1º e 2º graus	103
Modelo de Preservação do Patrimonio Arqueologico Brasileiro	106
Esquema da dinamica de processos de gestao do patrimonio arqueologico – ótica cidadão	107
Esquema da dinamica de processos de gestao do patrimonio arqueologico – ótica gestor	108
Gráfico PPA/SGPA – Projeto de Pesquisa Aqueologica – Classificação	142
Gráfico PPA/SGPA – Documentação Entregue	143
Gráfico PPA/SGPA – Apresentação	143
Gráfico RPA/SGPA – Relatório de Pesquisa Arqueológica - Documentação Entregue	144
Gráfico RPA/SGPA – Apresentação	144
Gráfico RPA/PPA/SGPA – Projetos	145
Gráfico CNSA/SGPA – Uso atual – Município Goiania / GO	194
Gráfico CNSA/SGPA – Grau de Integridade – Município Goiania / GO	198
Fluxograma da Comissão Gestora Regional ou Estadual	228

Listagem de Tabelas

BRASIL –

1. PPA – BR – Porcentagem de Preenchimento dos Campos	139
2. CNSA – BR – Documentação Produzida x Atividades Desenvolvidas	154
3. CNSA – BR – Estruturas x Atividades Desenvolvidas	155
4. CNSA – BR – Atividades Desenvolvidas (Corte e Escavação) x Documentação Produzida.	156
5. CNSA – BR – Artefatos x Atividades Desenvolvidas,	157
6. CNSA – BR – Distribuição de Artefatos por Estado	158
7. CNSA – BR – Estruturas Funerárias e Restos humanos – por Estado	159

ESTADO DE GOIÁS –

8. CNSA – GO – Categoria 2 x Atividades Desenvolvidas	176
9. CNSA – GO – Categoria 1 x Atividades Desenvolvidas	177
10. CNSA – GO – Contexto de Deposição x Atividades Desenvolvidas	177
11. CNSA – GO – Artefatos x Atividades Desenvolvidas	177
12. CNSA – GO – Relevância x Atividades Desenvolvidas.	178
13. CNSA – GO – Estruturas x Atividades Desenvolvidas	178
14. CNSA – GO – Documentação Produzida x Atividades Desenvolvidas	180

ESTADO DE SÃO PAULO –

15. CNSA – SP – Dados Diretos	185
-------------------------------	-----

MUNICÍPIO DE GOIÂNIA –

16. CNSA – Município de Goiânia – Artefatos x Atividades Desenvolvidas	194
--	-----

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO –

17. CNSA – Município de São Paulo – Dados Diretos	197
18. CNSA – Município de São Paulo – Artefatos x Atividades Desenvolvidas	197
19. CNSA – Município de São Paulo – Documentação Produzida x Atividades Desenvolvidas	198

PROCESSOS DE TOMBAMENTO

20. Processos de tombamento aberto de 01/01/1970 a 14/03/1970	205
21. Listagem de processos de tombamento em tramitação Deprot/RJ	206

Listagem de Mapas Elaborados

I – Brasil

- | | |
|---|-----|
| 1. Sítios Arqueológicos por Estado: Bacias Hidrográficas e Sítios Arqueológicos por Município | 169 |
| 2. Sítios Arqueológicos por Estado: Vestígios Arqueológicos e Material Lítico | 170 |
| 3. Sítios Arqueológicos por Estado: Atividades Desenvolvidas e Documentação Produzida | 171 |
| 4. Sítios Arqueológicos por Estado: Tradições de Grafismos Rupestres | 172 |
| 5. Sítios Arqueológicos por Estado: Tradições de Material Cerâmico | 173 |

II – Estado de Goiás

- | | |
|---|-----|
| 6. Sítios Arqueológicos no Estado de Goiás por Município: Vestígios Arqueológicos. | 182 |
| 7. Sítios Arqueológicos no Estado de Goiás: Atividades Desenvolvidas e Documentação Produzida. | 183 |
| 8. Sítios Arqueológicos no Estado de Goiás: Tradições de Grafismos Rupestres, Tradições de Material Lítico/Tradições de Material Cerâmico | 184 |

III – Estado de São Paulo

- | | |
|--|-----|
| 9. Sítios Arqueológicos no Estado de São Paulo por Município, Município com limites políticos e Vestígios Arqueológicos. | 188 |
| 10. Sítios Arqueológicos no Estado de São Paulo: Atividades Desenvolvidas e Documentação Produzida | 189 |
| 11. Sítios Arqueológicos no Estado de São Paulo: Tradições de Grafismos Rupestres/ Tradições de Material Cerâmico. | 190 |

IV – Município de Goiânia

- | | |
|--|-----|
| 12. Sítios Arqueológicos no Município de Goiânia: Atividades Desenvolvidas e Documentação Produzida. | 198 |
|--|-----|

V – Município de São Paulo

- | | |
|---|-----|
| 13. Sítios Arqueológicos no Município de São Paulo: Atividades Desenvolvidas e Documentação Produzida | 200 |
|---|-----|

Siglas Utilizadas

- AD – (After Date ou Anno Domini) – Depois de Cristo
- AP – Antes do Presente (corresponde ao ano de 1950 depois de Cristo, por convenção)
- BC – (Before Christ) – Antes de Cristo (corresponde ao ano 1)
- BP – (Before Present) (corresponde a depois do presente, convencionado para o ano de 1950)
- CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural
- CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
- DEPROM – Departamento de Promoção do IPHAN
- DEPROT – Departamento de Proteção do IPHAN
- DID – Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN
- D.O.U – Diário Oficial da União
- FUMDHAN – Fundação Museu do Homem Americano
- GPS – Geoposicionamento global a satélite
- IGPA/UCG – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás
- INCA – Inventário Nacional de Coleções Arqueológicas
- IPHAN – Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- PAA – Pesquisa Arqueológica Acadêmica
- PARNA – Parque Nacional Serra da Capivara
- PCH – Programa de Cidades Históricas
- PPA – Projeto de Pesquisa Arqueológica
- PRONAPA – Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas
- RPA – Relatório de Pesquisa Arqueológica
- SAA – Society of American Archaeology
- SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira
- SEC – Secretaria da Cultura
- SGPA – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico
- SPI – Serviço de Proteção ao Índio
- SR – Superintendência Regional
- Sub-R – Sub-regional
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

RESUMO

Engajados na preservação do patrimônio arqueológico e alarmados com o acelerado ritmo da destruição, nos propusemos a efetuar pesquisas que possibilitassem a elaboração de um diagnóstico da situação e a proposição de medidas que atenuassem e encaminhassem o problema.

Identificamos três questões fundamentais e independentes: a ausência de uma estrutura eficiente de gestão que seja capaz de fazer frente à mudança de modelo que vem se delineando no país, especialmente em função do desenvolvimento desordenado da arqueologia empresarial; a carência de documentação e devolução destes bens à sociedade nacional, que contribui para a quase invisibilidade desta categoria de patrimônio e inexistência de políticas públicas.

Neste sentido, organizamos, sistematizamos e agregamos informações e conhecimentos que demonstram a Gestão do Patrimônio Arqueológico como uma área de especialidade complexa, que necessita de fomento, espaço para atuação e de desenvolvimento de uma prática orientada. Efetuamos uma breve abordagem analítica sobre o banco de dados nacional, visando demonstrar seu potencial informativo e eficiência. Demonstramos também a necessidade de consolidação, visto a carência de dados que possui em relação ao que efetivamente foi produzido sobre o patrimônio nacional.

Concluimos com a proposição de ações que incrementam a devolução praticada, propiciam a visibilidade do patrimônio arqueológico e a participação da sociedade, assim como a proposição de medidas políticas que implantem estruturas de gestão compartilhada, como forma legitimada de encaminhamento destas questões.

ABSTRACT

As we are engaged in the preservation of the archaeological patrimony, at the same time, frightened with the accelerated rhythm of the destruction of this patrimony, we propose to accomplish researches that would enable us to elaborate a diagnosis and show some measures that could attenuate the problem.

We identified three fundamental and interdependent questions: the absence of an efficient structure of management that would be able to face the change of pattern that has been outlined in the country, especially in the function of the disorganized development conducted by the archaeological enterprises; the lack of documentation and devolution of these properties to the national society, that greatly contributes to the invisibility of this category of patrimony, and the inexistence of public policies.

Furthermore, we organized, systematized and aggregated some information and knowledge that demonstrate the management of the Archaeological Patrimony as being an area of a complex speciality that needs fomentation, space for acting and development of a guided practical work. We achieved of a brief analytical approach by consulting the national database, by aiming at its informative potential and efficiency. We also demonstrated the need of consolidation of this system, because of the lack of the data related to what has been done effectively about the national patrimony.

We concluded with the proposal of action that would enable us to increase the practice of devolution of the national patrimony, by reconciling the visibility of the archaeological patrimony and at the same time, counting on the participation of the whole society, as well as to make a proposal of efficient political measures that could establish new structures of a shared management, as a legitimated way to lead to these questions.

“A ordem cronológica das épocas não é sua ordem filosófica. Em lugar de dizer:- o passado, o presente e o futuro cumpre dizer: - o passado, o futuro e o presente. Não é de fato senão quando, pelo passado se concebeu o futuro, que se pode voltar utilmente ao presente, que não é mais do que um ponto,de modo a compreender seu verdadeiro caráter”

Auguste Comte

Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação

II - GPA

Gestão de Patrimônio Arqueológico



Maria Lúcia Franco Pardi
IPHAN / IGPA / UCG

GESTÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, DOCUMENTAÇÃO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

1 - INTRODUÇÃO

Com este trabalho, pretendemos explicitar e demonstrar a complexidade do conceito de Gestão do Patrimônio Arqueológico, sua área de atuação, o papel dos diferentes segmentos e instâncias, sua estrutura e vertentes, um breve arrolar de ações desenvolvidas e fatos expressivos que pontuam o histórico recente desta área emergente. Uma vez definido o campo de atuação, buscamos colocar em pauta um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento desta especialidade, cuja responsabilidade deve ser partilhada entre governo e cidadão, que é a visibilidade deste tipo de patrimônio em sua real dimensão, pela sociedade nacional e para o próprio governo. Esta baixa visibilidade é sentida nos eventos e na mídia, mas é fomentada fundamentalmente pela ausência de documentação disponível sobre este patrimônio, aspecto que dificulta a adoção de diretrizes objetivas e contribui para consolidar a falta de política de preservação para o setor. Este aspecto dificulta o estabelecimento de ação cooperativa que viabilize e incremente a preservação efetiva e duradoura destes bens culturais.

Dessa forma, buscamos fornecer indicações para iniciantes no setor, pontuando as discussões e referências do meio, pensando especialmente nos estados e prefeituras, parceiros imprescindíveis nessa tarefa, e tentando fornecer uma noção do potencial do banco de memória nacional, enquanto instrumento de gestão para devolução e incremento da visibilidade desses bens, assim como de uma vertente política que se faz necessária. Procuramos demonstrar o potencial desses instrumentos e as diretrizes que estes dados apontam, apresentamos ainda problemas e questões correntes do setor, como a mudança de modelo que vem sendo forçada pelo mercado, em um momento de transição, em que a tradicional arqueologia acadêmica que vinha sendo desenvolvida nas últimas décadas. Esse modelo foi substituído pela arqueologia empresarial, que provoca tensões e força, pressiona contra os parâmetros legais que introduziram o cuidado com o passado arqueológico no país, a partir de visão humanista e socializadas. Através destas pesquisas e reflexões esperamos levantar esta discussão e propor ações alternativas, que consolidem a arqueologia como a ciência humana que é, em todo seu potencial social. Buscamos demonstrar ainda a necessidade de desenvolvimento de ações coordenadas por meio de políticas claras, definidas e divulgadas, que levem o governo e demais segmentos a assumir de forma mais

intensa suas responsabilidades perante esses bens e a comunidade, concluímos com sugestões para o próximo triênio, no qual se podem desenvolver ações básicas de grande expressividade para tornar mais visível e consciente a política do meio, assim como sua devida devolução, como forma de realimentar o processo e implantar definitivamente uma prática compartilhada de gestão.

Sobre os conceitos a serem utilizados podemos dizer que, bastante conhecida no meio popular, a Arqueologia Brasileira necessita ter seu conceito desconstruído, para se isentar da síndrome da aventura à “Indiana Jones”, do perigo, dos tesouros, dos lugares recônditos, das pirâmides e mistérios decorrentes. Depois disto, podemos dizer que a Arqueologia será aqui tratada como “*uma ciência em construção que estuda os sistemas sociais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o correr do tempo, a partir porção da totalidade material socialmente apropriada*”, ou seja, artefatos, biofatos e ecofatos (FUNARI, P.P.A, 1988:78)¹. Ecofatos são as evidências ambientais, os biofatos são vestígios de plantas e animais e os artefatos compreendem os produtos do engenho humano que produzem transformações sobre a materialidade física, que podem ser fixas (ruínas ,muros..) ou móveis (cerâmicas, instrumentos de pedra, etc).

Para Bens culturais, vamos utilizar a concepção de Aloísio Magalhães² que define como elemento dinâmico, caracterizado por diversos contextos, hábitos, costumes e momentos, que tenham sido reiterados na trajetória do país. Sem ser necessariamente original ou autóctone, a autenticidade é caracterizada pelos valores que são atribuídos aos fenômenos, objetos ou atos, não os restringindo às representações mais sintéticas ou elaboradas. Outro aspecto ressaltado é a acessibilidade dos bens. Concluímos, com suas próprias palavras, quando coloca que “*o que se percebe é que o conceito de bem cultural extrapola a dimensão elitista, de” o belo e o velho “, e entra numa faixa mais importante da compreensão como manifestação geral de uma cultura. O gesto, o hábito, a maneira de ser da nossa comunidade se constituem no nosso patrimônio cultural. Evidentemente que as excelências, as sínteses maravilhosas, que são expressas nos objetos de arte, no prédio de pedra e cal, são os pontos das representações de uma cultura. Mas em verdade esta cultura é um todo, é um amálgama muito mais amplo e rico, cujo extrato dá o perfil e a identidade de uma nação*”. Neste sentido amplo, portanto, sugerimos a compreensão dos elaborados e eloquentes contextos e artefatos resgatados pela arqueologia, das pontas de arremesso e cerâmicas da Amazônia, às simples lâminas de machado do cotidiano assim como os

¹ In: *Manual de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico*. MinC. IBPC. 1993

² É Triunfo? A questão dos Bens Culturais no Brasil. Ed. Nova Fronteira. Fundação Nacional PróMemória 1985. pg 63-64.

grafismos rupestres e os vestígios históricos, na categoria de representações e sínteses de povos pretéritos, participantes da formação de nossa identidade e do que chamamos hoje de nossa nação, ocupada e transformada por eles durante milhares de anos.

No que se refere ao patrimônio cultural e a sítios arqueológicos, podemos dizer que embora o conceito de cultura seja bastante dinâmico e o de patrimônio cultural também possa ter suas variações; do ponto de vista da gestão, necessitamos sempre considerar o conceito jurídico. Utilizamos a definição da legislação vigente, no caso, a própria constituição (art 216) e do Decreto Lei 25-37, que destaca as categorias vinculadas a fatos da história ou por serem portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Estes bens, históricos, artísticos, arqueológicos, etnográficos etc, quando em conjunto, formam o patrimônio cultural brasileiro.

Os bens são definidos fisicamente quando individuados pelo tombamento ou pela Ficha de Registro inserida no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA / IPHAN) para que eles possam ser localizados, reconhecidos e protegidos. São também a partir desta instauração, tidos como infungíveis, ou que não podem ser substituídos por outros da mesma espécie, quantidade e qualidade (DE SOUZA, 1999:45). Entretanto, ressalta a existência de mais de dez conceitos de patrimônio, do ponto de vista também econômico e contábil, mas no tocante ao caracterizado como cultural, em vários países, ele sempre aparece associado com o adjetivo – nacional (idem: 51).

Os sítios estão definidos no art. dois da Lei 3924/61, resumidamente, como testemunhos da cultura paleoameríndia do Brasil, conforme os exemplos citados a juízo da autoridade competente, vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico. Complementarmente utilizamos as referências das cartas internacionais, como a de Lausanne, que define em seu art. 1º que: "*patrimônio arqueológico*" *compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.*

Embora seja tecnicamente correto, este último conceito apresenta problemas para a GPA, em função de ser excessivamente genérico e, como tal pouco aceito no meio da preservação. A tendência vai ao sentido contrário de criar filtros para selecionar, conscientemente, o que possui mais significância para ser objeto das ações deste setor, sempre precário em relação à demanda. A própria Carta de Lausane reconhece que:

preservação de sítios e monumentos se dará necessariamente de forma seletiva, uma vez que os recursos financeiros são inevitavelmente limitados. A seleção de sítios e monumentos deverá fundamentar-se em critérios científicos de significância e representatividade, e não se limitar apenas aos monumentos de maior prestígio ou visualmente sedutores (art.6). Diz ainda quando trata do desenvolvimento de políticas integradas e o mais importante é que: “O patrimônio arqueológico é um recurso cultural frágil e não renovável. Os planos de ocupação de solo decorrentes de projetos desenvolvimentistas devem, em consequência, ser regulamentados, a fim de minimizar, o mais possível, a destruição desse patrimônio” (Art. 2º).

Dessa forma, cabe colocar que, como contexto maior, consideramos a arqueologia como parte da antropologia, sendo inegável sua forte interface com a História, as Ciências Naturais e, mais recentemente, também como Meio Ambiente. Esta visão decorre da Constituição, quando disciplina o meio ambiente humano (art.245) e, posteriormente, quando inclui a necessidade de levantamentos arqueológicos nos estudos prévios sobre impacto ambiental (Resolução CONAMA 01/86) e prevê penalidades para danos cometidos contra o patrimônio cultural no bojo da lei de crimes ambientais. (Lei 9605 de 12/02/1998 seção IV).

Reflexões sobre a conceituação e a prática da Gestão do Patrimônio Arqueológico - GPA

Gestão ou Gerenciamento é uma palavra francesa de origem latina, posteriormente anglicizada e divulgada como *management*. Empregada habitualmente no meio dos negócios e da administração pública, nos termos de Alecian e Foucher ³, é utilizada para “... *designar a atividade que consiste em conduzir, dirigir um serviço, uma instituição, uma empresa*”, ou seja, *é uma atividade que necessita de um conjunto de habilidades técnicas e relacionais, para que se atinja as metas de acordo com o objetivo da organização, mesmo que as pessoas e coisas a serem administradas tenham perspectivas e objetivos pessoais divergentes.*

Mais especificamente no meio cultural e de acordo com a carta internacional do ICAHM / ICOMOS ⁴, o gerenciamento constitui a proteção e administração do patrimônio arqueológico em seu meio natural e em suas relações com a história e a sociedade

³ *Guia de Gerenciamento no Setor Público* – Serge Alecian & Dominique Foucher - ENAP 2001 – Ed. Revan Ltda.

⁴ International Committee on Archaeological Heritage Management, / International Council of Monuments and Sites, pg 4.orgãos ligados à UNESCO.

contemporânea. Pode ser visto como arqueologia de salvamento em seu importante papel na proteção e interpretação do patrimônio e, também, como um processo que inclui reconhecimento de campo (*survey*), inventário, escavação, pesquisa, proteção, apresentação, educação etc (p. 4), ou seja, a condução e administração de todas as etapas necessárias para a preservação dos sítios arqueológicos. Entretanto, nós entendemos a GPA, de forma mais específica, como uma área de especialidade da arqueologia, a qual além dos conhecimentos tradicionais do setor, deve reunir noções de legislação, relações públicas, políticas e administração pública, orçamento e finanças, organização e método, psicologia etc. A especialidade pode ser aberta a profissionais de outras áreas, mas que deverão ter nível de ações e decisões definidas, em relação ao nível de interferência da conservação física dos sítios, acervos e documentos. Como bem coloca a Carta de Lausanne (Art. 8º): *A gestão do patrimônio arqueológico exige o domínio de numerosas disciplinas em elevado nível científico. A formação de um número suficiente de profissionais nos setores de competência interessados deve, por conseguinte, ser um objetivo importante da política educacional de cada país. A necessidade de formar peritos em setores altamente especializados exige cooperação internacional.*

A GPA é vista, por nós, como um conjunto de estudos, análises, reflexões e ações que buscam equacionar informações sobre os bens culturais, os parceiros envolvidos (comunidade, cientistas, autoridades, mídia...), as estruturas (física e administrativa) e as questões econômicas inerentes, visando a otimizar o uso e o retorno à atual geração, a valorização e difusão, bem como a preservação dos sítios ou blocos testemunhos, do acervo gerado, da documentação e do conhecimento produzido para as gerações futuras.

Gerir é conhecer os elementos, ter visão geral das fontes, dos recursos, dos atores, do processo e do tempo hábil, buscando a máxima qualidade das ações e atividades, em qualquer tipo de combinatórias que respeitem os parâmetros em prol do cumprimento da missão. A missão perpassa inclusive por exigência legal pela preservação física dos sítios arqueológicos, pelo uso parcimonioso destes bens, sua pesquisa, interpretação e devolução para a sociedade nacional, permitindo a reapropriação de sua memória e reafirmar sua identidade, retroalimentando o processo através do desenvolvimento da consciência de preservação.

A GPA é responsabilidade atribuída pela Constituição e pela Lei 3924/61 do governo federal e executada através do IPHAN, que está administrativamente setorizado de acordo com os aspectos básicos da especialidade: *Identificação, Documentação, Proteção e*

Promoção. Estas ações permeiam as atividades desenvolvidas, em processo, passando pelas etapas de forma linear, alternativa ou concomitante.



A Constituição de 88 conserva o IPHAN como tutor legal, mas distribui as responsabilidades pela proteção destes bens com outras instâncias e todos os cidadãos. Ressalva-se que não se trata de terceirização, mas de responsabilidade compartilhada. Esta parceria, entretanto, não foi assimilada e efetivada na medida do necessário, da mesma forma que o patrimônio paisagístico, paleontológico espeleológico.

Portanto, para nós, gerir é mais que administrar é engendrar uma idéia de forma conjunta a partir do conhecimento, é amadurecer, gestar este embrião, alimentado-o para lhe fornecer condições de acontecer, de nascer, nascer com perfil necessário para dar certo, para vingar, superando as doenças, as mudanças de atores; é fazer o parto, a implantação junto com a comunidade, conseguir sua tutela para manutenção, é alimentá-la e monitorá-la até que tenha condições de andar com as próprias pernas, e conceder-lhe autonomia, ou seja, de autogestão com o máximo de qualidade possível.

Cabe registrar o caráter nacional da gestão e do caráter internacional do próprio patrimônio, na medida em que se trata de um bem coletivo que necessita inter-relacionar diferentes registros, de diferentes estados e países para resgatar e compreender os processos culturais. Assentamentos do sul do país podem ser fundamentais para culturas do norte, por exemplo, para estudo de rotas de migração ou outros temas, necessita-se de dados de extensas regiões e anteriores à criação dos países. Neste sentido, fica patente também seu potencial enquanto instrumento de cidadania.

Gerir patrimônio arqueológico exige análise de ações de curto prazo, cada passo a ser dado é como andar em um pântano deve se estar preparado para fazer e refazer os planos e trajetórias mudando o rumo para contornar obstáculos sem perder a direção, estando apto a mudar o caminho ou a forma, quando necessário, mas sempre atento para se salvar a essência.

Gestão também é ter desprendimento para mudar a papel a cada momento, de cidadão para conselheiro, associado para gestor administrativo ou político etc. Entretanto, a única característica que garante a permanência na participação do processo é a posse de real conhecimento introjetado, porque ele confere poder. Só participa da gestão quem tem poder, por ser morador local ou liderança, por ser o administrador responsável, político, imprensa, do sistema judiciário etc.

Gestão do Patrimônio Arqueológico, via de regra na máquina pública (União, Estado e Município), é ação conjuntural com duração sensível às gestões políticas que se renovam em geral a cada quatro anos. Portanto, é conhecimento que necessita sempre estar sendo atualizado, pois tem vida curta em função das mudanças dos fatores variáveis. Os trabalho, que têm grande margem de imponderabilidade, tem sua execução sujeita ao planejamento anual ou triannual do governo, pouco compatível com o acelerado ritmo de descobertas fortuitas e denúncias de destruição. A rotina é desenvolvida como que de forma amostral, atendendo menos que a forte demanda apresenta. A consciência da necessidade de desenvolvimento e atuação preventiva conflita-se com a dinâmica atrelada à necessidade imperiosa de apagar incêndios e compor interesses. Atualmente, este tipo de gestão necessita ser efetuada de forma rápida, com pouco ou sem nenhum apoio, estrutura, informações ou oportunidade de consenso, e implica em proteger os interesses dos seres humanos já desaparecidos e dos que nem sequer nasceram ainda, em geral, contra os da atual geração.

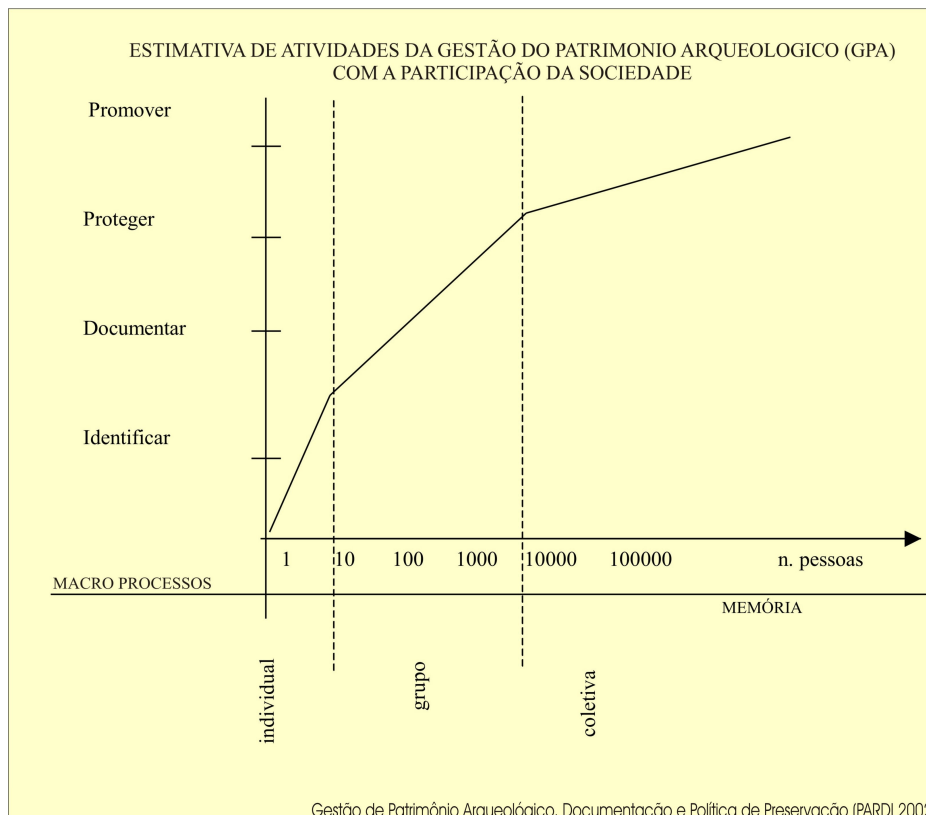
A Gestão do Patrimônio Arqueológico tem a marca e o desafio de relativizar o poder político, usar seu poder legal com sabedoria, fazer efetivamente vigorar o poder ético,

garantir a otimização do poder científico e aplicar o poder administrativo para garantir à sociedade nacional, os produtos físicos e simbólicos a que tem direito.

Portanto, o Poder Público tem que agir com estrutura precária, carência de pessoal e recursos, com poucas e rápidas abordagens de campo, de forma a não criar expectativas, buscando parcerias, e instrumentalizando-as como forma de permitir que se possa assumir esta responsabilidade de forma conjunta. Cada passo ou ação pode ser a última, sem garantia de continuidade. Esse aspecto que confere grande valor aos trabalhos semeados e concluídos.

Em relação à contribuição e inter-relação com a população, podemos dizer que poucos são os sítios arqueológicos identificáveis pelo leigo, como ocorre no caso dos grafismos rupestres. A grande maioria passa despercebida ou é subestimada quanto à real expressividade que possuem em relação ao patrimônio, memória e identidade nacionais, dependendo de uma ação incisiva para a instauração destas categorias.

A possibilidade dos atores da GPA terem acesso direto aos bens arqueológicos restringe-se quase que às etapas de Identificação e Documentação. As demais, Proteção e Promoção têm sua eficácia diretamente proporcional ao incremento do contato com a sociedade, conforme procuramos demonstrar no gráfico abaixo.



Sobre a invisibilidade do patrimônio arqueológico

A despeito dessas iniciativas, a visibilidade do patrimônio arqueológico pode ser considerada de baixa para invisível de fato, em função destes vestígios serem pouco identificáveis pela sociedade em geral e pelo próprio Estado. Os sítios históricos, urbanos ou rurais, íntegros ou em ruínas, são associados, na melhor das hipóteses, ao patrimônio edificado e são agenciados, na maioria das vezes, sem a presença do arqueólogo. Os sítios subaquáticos estão oficialmente ao encargo da marinha, que, após a coleta das peças, as apresenta a uma comissão para que sejam definidas as que apresentam valor arqueológico ou não, ficando dessa forma descaracterizada a arqueologia como ciência, colocando-se o foco nas peças, não sendo reconhecidos o valor informativo e a importância do contexto arqueológico e seu potencial científico.

Os sítios líticos a céu aberto não são percebidos naturalmente e mesmo quando os técnicos os identificam não são raras as pessoas que duvidam que representem vestígios de ocupação e que aqueles objetos já passaram por intervenção humana. Os sítios cerâmicos são mais facilmente perceptíveis devido ao grande número de fragmentos, o que por outro lado, não lhes conferem importância suficiente que justifique a preservação. Por fim, os únicos sítios de percepção mais ou menos imediata para leigo, são os sítios de arte rupestre, na maioria associados a linguagens esotéricas ou até mesmo à presença de extraterrestes, na maioria das vezes. Mesmo os que reconhecidos como raros testemunhos da expressão dos nossos antepassados, dificilmente são devidamente interpretados e sinalizados, de forma que se evite o toque, o jogar de água, o emprego de os riscos de contorno e outros artifícios comumente utilizados para melhorar a visão dos grafismos e a qualidade das fotografias.

Além de registrar estes aspectos da visibilidade física dos sítios em si, por parte do leigo, temos também que considerar a percepção acadêmica e a que se constata no âmbito governamental. O aspecto acadêmico, mais desenvolvido e praticado no país, se restringe, entretanto, na maioria das vezes à visão dos sítios enquanto objeto de pesquisa, sendo que apenas mais recentemente se tem dado mais expressividade ao respeito enquanto bem público e à devolução. Uma das questões básicas da preservação, na qual o uso do patrimônio público deve ser negociado, é o direito de reserva de bens arqueológicos para preservação integral para as gerações futuras, por exemplo, entre outros fatores relevantes que podem ser observados, estão as ausências de dados relativas à preservação, conforme registramos no capítulo seguinte relativo à documentação, à concentração de informações

nas academias e museus, o reduzido número de profissionais que se dedicam ao tema ou o agregam a seus projetos etc. Em suma a participação e engajamento do meio acadêmico necessitam ser estimulado, pois representa uma parceria fundamental para governos e cidadãos, inclusive no sentido de conferir o valor específico aos sítios, através das pesquisas, aspecto que contribui para aumentar sua compreensão e visibilidade.

Do ponto de vista oficial relativo à política cultural não há literatura específica sobre GPA, das publicações acadêmicas, são especialmente consideradas duas das obras de referências básicas do setor da preservação, de forma geral, são reconhecidamente as teses de doutorado de Marisa Veloso, antropóloga da UnB e de M. Cecília Londres Fonseca, doutora em Sociologia da Cultura, pela mesma universidade. Os trabalhos “*O Tecido do Tempo: a constituição da idéia de um patrimônio cultural no Brasil entre 1920 e 1970*” e “*O Patrimônio em Processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*”⁵ representam excelentes análises sobre a construção da noção da patrimônio e seu papel no Brasil através das políticas desenvolvidas. Entretanto, por falta de referências, a questão da gestão do patrimônio arqueológico foi apenas tangenciada, com a citação da legislação, conforme informação verbal das autoras.

Marisa Veloso, segundo suas próprias palavras, “*analisa o surgimento da idéia de patrimônio e das praticas sociais consolidadas a partir desta idéia, no período compreendido entre 1920 e 1970*”. Destaca o grupo modernista que articulou a s idéias de patrimônio e nação, entre eles, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Mario de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Sergio Buarque de Holanda, Lucio Costa, Gustavo Capanema, Luis Saia e outros. Demonstra que “*A questão do patrimônio é tratada como idéia-força que ordena e estrutura uma matriz discursiva voltada ao passado e que engloba concepções sobre a história, o tempo, a estética, a memória, o espaço público e, primordialmente, sobre a nação brasileira*” (resumo). Coloca ainda que problematizando as idéias de passado e futuro, o grupo se preocupou com a construção do conceito de cultura brasileira e, em 1937, liderados por Rodrigo de Mello Franco institucionalizam a preservação através da criação do que Veloso considera a “Academia SPHAN”¹: “*O SPHAN como instituição torna-se verdadeiramente uma “academia”, ou seja, é a institucionalização de um lugar de fala, que permite a emergência de uma formação discursiva⁶ específica, cuja dinâmica simbólica é dada pela permanente tematização do significado das categorias de histórico, de passado, de*

⁵ Editora UFRJ / MinC – IPHAN 1997.

⁶ O conceito de formação discursiva foi elaborado e discutido por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber* (1972) e *As palestras e as Coias* (1989). Nota In: Veloso 96:77)

estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a idéia de patrimônio” (VELOSO 96: 77).

Em suma, a importância fundamental do passado como referência cultural foi observada e registrada no discurso, assim como os bens arqueológicos foram registrados pelo “olhar etnográfico” de Mario de Andrade e que, na prática, se traduziu pela destinação de vagas a arqueólogos no conselho da SPHAN, conforme seu anteprojeto⁷. Entretanto, toda esta atribuição de significados ao passado, esta “teoria da temporalidade”, segundo Veloso, não logra em contemplar a arqueologia como instrumento de resgate deste passado, e selecioná-la como uma das prioridades da política nos momentos iniciais. A decisão da época foi seguida pelas gestões posteriores e moldou-se a estrutura às formas e necessidades do patrimônio edificado. A visão do passado demonstrada foi pouco além da arquitetura e da chegada do colonizador europeu, tendo-se abstraído a herança indígena ou pré-colonial.

Cecília Londres inicia sua obra discorrendo sobre a história e as características da noção de patrimônio, discute-o como uma questão de valor, sua construção em uma perspectiva histórica, fala sobre o patrimônio no Brasil, a fase heróica, com o movimento modernista, a criação do SPHAN; a fase moderna, o CNRC e um balanço da política dos anos 70-80, concluindo com um estudo sobre a prática do tombamento. No comentário de Glauco Campello, a obra representa uma contribuição indispensável para a compreensão de duas questões altamente expressivas sobre a questão: o *momento fundador*, no qual se concentraram esforços na preservação do patrimônio edificado e de objetos de arte brasileira, e se construiu um saber específico sobre estas questões, sob a ótica de Rodrigo Mello Franco de Andrade; e o *momento renovador*, representado por Aloísio Magalhães, na qual a inspiração antropológica agrega a preocupação com as criações populares, seus produtos e fazeres, com os bens materiais e imateriais, buscando-se a participação da comunidade. Ou seja, a concentração dos bens culturais e dos efeitos de sua preservação no contexto urbano e o fato de que a definição do patrimônio a ser preservado e fruído envolve a questão de cidadania.

Mais uma vez fica claro a invisibilidade do patrimônio arqueológico, que em princípio, se diferencia da preservação do patrimônio edificado para o qual a instituição foi sendo moldada. A atuação da arqueologia nas décadas iniciais tem se concentrado mais na área rural do que em meio urbano, exigindo maior empenho de energia, recursos garantidos, equipamentos e serviços especializados (mais do que serviços técnicos necessita ser desenvolvido por cientistas de formação acadêmica), envolve acompanhamento e educação

⁷ IPHAN – Trajetória da Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

patrimonial, participação e devolução. Sobretudo, o retorno político é menor e de forma geral a relação custo-benefício é menos vantajosa que as demais, especialmente em função do risco que envolve o trato de um tipo de bem cuja destruição é irreversível, que não pode ser recomposto e cuja perda tampouco permite que seja avaliado financeiramente, sem ser de forma simbólica⁸.

A *Mensagem ao Congresso Nacional*, encaminhada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, distribuída em agosto de 2002, na qual são discutidos os oito anos de estabilidade, desenvolvimento e conquistas sociais, as políticas públicas para a inclusão social, as bases econômicas do desenvolvimento e a democratização do Estado. Na parte que fala sobre a cultura, mais especificamente Patrimônio histórico, artístico e arqueológico, área que figura no título pela primeira vez, neste tipo de relatório de gestão. Fala-se de forma geral da sistematização de informações, dos 12.495 sítios cadastrados, da distribuição do banco de dados e manuais de preenchimento, que identificam e organizam as informações acumuladas desde a criação do IPHAN em 1937.

Cita a elaboração do *Guia Básico de Educação Patrimonial*, que visa a incentivar o conhecimento de nossa cultura patrimonial por meio de ações que envolvam sítios arqueológicos, entre outros. Ressalta o atendimento público e guarda de objetos arqueológicos pelos museus e casas históricas, pontua a realização da exposição *Brasil 500 anos* em São Paulo, com repercussões internacionais e, finalmente, a outorga do Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade, recebido pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Embora possa ser considerado um grande avanço para o setor, em especial a informatização dos dados, ou seja, a criação do SGPA – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Cultural, sentimos falta de alguns aspectos relativos à legislação, regulamentação, fiscalização e outros básicos do setor. Mais uma vez nos resta concluir que este patrimônio, mesmo sendo visto, continua sendo considerado muito menos expressivo do que realmente é e desvinculado dos demais setores. Como consolação, observa-se a valorização das atividades de gestão, quando se investe na formação de gestores da cultura.⁹

⁸ Sobre esta questão, expressiva, sobretudo no meio judiciário, registramos a ação de um grupo de trabalho em São Paulo, que estabeleceu critérios para a valoração monetária de danos causados a bens de valor cultural. A iniciativa foi formalizada pelo CONDEPHAAT e se baseia no valor venal do bem. Embora não se aplique diretamente às questões arqueológicas, representa um convite ao aperfeiçoamento nesta direção.

⁹ Através da criação de um Centro Nacional de Formação de Gestores da Cultura no bairro de Campos Elíseos, São Paulo – Fabrica de Cultura – que formou 285 gestores em 2000, continuando a iniciativa nos anos subsequentes.

Em decorrência destes e de outros fatos, constata-se esta forma de invisibilidade, em que as ações do governo e da sociedade civil, em diferentes gestões e instâncias, não fornecem condições políticas e econômicas para a efetiva implantação da preservação destes bens no país. Apesar da existência da legislação, o governo não teve acesso, ainda, ao conhecimento do impacto de suas ações sobre esta categoria de patrimônio e o potencial que representa em termos de política cultural, de resgate de memórias coletivas, reafirmação de aspectos da identidade nacional, de ações de cidadania, de vetor para o desenvolvimento econômico, de representação e expressão internacional para o país etc. As ações de desenvolvimento que implicam em impacto e se constituem ações de destruição em grande escala, poderiam estar sendo equacionadas nesta mesma fonte de onde brotam.

Dessa forma, embora tenhamos todos os tipos de argumentos, incluindo os de ordem jurídica e científica, é difícil aceitar o ritmo extremamente lento com que a área tem se desenvolvido. Neste sentido se agrega nossa intenção de contribuir com este trabalho de base, que visa a difundir e catalisar sua eficácia.

Sobre os pressupostos básicos

Antes de discorrer sobre o tema abordado, necessitamos deixar claro os pressupostos básicos que sempre nos nortearam no trajeto que trilhamos na defesa da gestão do Patrimônio Arqueológico, o que nos transporta aparentemente à defesa de diferentes segmentos e óticas, conforme o contexto e a ocasião, mas mantendo sempre a mesma postura e visando ao mesmo fim, ou seja o cumprimento da missão de preservar. Registra-se nos textos jurídicos, que *“os sujeitos de Administração Pública têm que buscar o atendimento do interesse alheio, qual seja, o da coletividade, e não o interesse de seu próprio organismo, quae tale considerado, e muito menos o dos agentes estatais”* (BANDEIRA DE MELLO : 58.)¹⁰.

Este trabalho representa uma combinação de nossa trajetória, experiência e memória pessoais, na formação acadêmica e graduação em arqueologia, na vivência como membro deste segmento científico e sócio da SAB, dos períodos de ilusão e desilusão , de namoro ou divórcio com as teorias, instituições e gestões, com a experiência profissional e o estudo acadêmico de pós-graduação, com os créditos cumpridos no Mestrado em Antropologia Social na Unicamp e os deste Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural. A nossa missão e bandeira são a da Preservação do Patrimônio Arqueológico, porque acreditamos que a

¹⁰ Curso de Direito Administrativo

identificação, documentação, proteção e promoção deste patrimônio são fatores de melhoria de qualidade de vida para o povo brasileiro. Se determinada gestão de uma instituição de pesquisa, do IPHAN, do Estado ou prefeitura está agindo em prol desta preservação, somamos esforços. Caso contrário, desenvolvemos um trabalho de sensibilizar parceiros, pessoas jurídicas ou físicas, instituições públicas ou privadas, leigos ou especialistas que puderem ou estiverem contribuindo para este fim. Gestões e posturas diversas nos suscitam uma postura crítica de interlocução e de diálogo, a execução de ações produtivas mantendo sempre e absolutamente como referência máxima, estabelecer uma equação que resulte na melhor forma de preservação, dentro daquele contexto, naquele momento.

O processo sempre começa e percorre seus caminhos naturais ou possíveis e deve se concluir com a melhor maneira de preservar, dentro do contexto em que se apresenta, conforme o gráfico da página 87, para melhor sintetizar e ilustrar os caminhos e combinatórias possíveis. Temos como metas de qualidade prioritárias: a integridade do registro físico do sítio, a designação e proteção do bloco de testemunho, a reintegração dos dados primários ao banco de memória nacional, a curadoria e dinamização dos acervos, a devolução do conhecimento produzido isoladamente e no contexto nacional, a identificação e documentação do bem conforme os parâmetros legais e oficiais, a proteção dos sítios mais expostos pelo esforço conjunto, a promoção e difusão deste patrimônio através de livros, vídeos, cartilhas, exposições palestras, cursos de formação, internet etc.

Desta forma, observa-se que a preservação eficiente depende de conhecimento amplo e composição de interesses e parcerias. No setor, a articulação gira em torno de visão dicotômica, estruturalista, que se alinha entre os que preservam e os que ainda não estão sensíveis à causa do patrimônio; do direito coletivo. Observa-se aspectos que levam à necessidade de investimento no diálogo, na medida em que se constituem em diferentes visões de mundo. Habitualmente, por exemplo, pesquisadores trabalham sobre áreas definidas e mais reduzidas, possuindo, em geral, uma visão espacial e temática, setorializada sobre questões sobre as quais os órgãos de gestão têm ótica diferente, na medida que lhes cabe a aglutinação dos dados e o desenvolvimento da visão geral. No decorrer do texto levantaremos outras referências no sentido de se buscar um entendimento mais aprofundado da questão.

Sobre os objetivos desta dissertação:

Nossos objetivos nesta dissertação são: Consubstanciar a conceituação de GPA, mapear o campo de ação, de forma mais ampla que profunda, tornar mais perceptível à complexidade do setor, a interdependência das vertentes de atuação, entre outros, buscando facilitar o acesso e compreensão das ações de preservação, buscando promover o diálogo, a captação de parcerias e fomentar o setor, de forma geral. Possibilitar que a sociedade nacional e segmentos envolvidos percebam que a GPA representa uma área de especialidade no setor e que necessita de mais investimento humano, recursos financeiros, parcerias, compreensão, tolerância e apoio, enquanto se difunde e fortalece. Demonstrar que a GPA tem princípios, bases, pressupostos e metodologias próprias. Demonstrar que a área é complexa e não pode ser gerida por inércia, genericamente, no bojo de uma política pública, cultural e científica, que não foi feita especificamente para contemplar e responder suas questões e problemas.

Fornecer mais visibilidade ao que se conhece, hoje, do patrimônio oficial que consta dos arquivos e bancos de dados, propiciando ao cidadão e ao pesquisador maior acesso à consulta, leitura e combinação particularizada de dados, aumentando a interlocução do setor no bojo de um programa de qualidade do governo, para atendimento ao cidadão. Produzir um discurso que possa ser performativo no sentido de enviar estímulos à consciência dos governantes, dos profissionais do setor empresarial, dos pesquisadores e dos cidadãos, para uma tomada de postura para maior envolvimento e participação na GPA. O compartilhamento desta preocupação visa a reunir condições para que resgatemos o passivo de documentação destas últimas décadas e para possibilitar que os bancos de dados possam servir a todos os interessados e devolver aos cidadãos uma imagem cada vez mais fidedigna de nosso patrimônio arqueológico.

Visamos, também, a criar um sistema de consultas que forneça indicadores e diretrizes regionais e nacionais, sobre temas, tipos de sítios, regiões prioritárias para enfoque e estudos, para diferentes tipos de uso como a escolha de área e tema para a pesquisas acadêmicas, para implantação de empreendimentos etc. Sem pretender exaurir o tema, pretendemos expor nossa visão sobre o assunto e estimular o desenvolvimento de discussões construtivas para o aprofundamento dos trabalhos que possam vir a colaborar com a consolidação de uma política nacional de preservação do patrimônio arqueológico.

II - SOBRE OS PARÂMETROS DA GPA - GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.

A área tem, por base, os instrumentos jurídicos e administrativos oficiais e as referências científicas das correntes que estão em vigentes no setor, assim como os respectivos métodos e técnicas. A GPA representa atualmente uma área embrionária, inclusive por esta invisibilidade. Neste sentido, queremos demonstrar que mais que uma ótica¹¹, trata-se de fato de uma área de especialidade que necessita das discussões sugeridas, cuidados e de colaboração para reforçar o alcance de sua ação prática, assim como de apoio ao corpus teórico-metodológico de referência, em todos os níveis.

No âmbito internacional, temos um documento normativo que se propõe a enunciar princípios fundamentais e recomendações de alcance global-a Carta de Lausanne, editada em 1990, nos servirá de balisamento às discussões enfocadas. Inicialmente o documento identifica as necessidades da GPA quando diz que:

“As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser sistematicamente integradas àquelas relacionadas ao uso e ocupação do solo, bem como às relacionadas à cultura, ao meio ambiente e à educação. As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser regularmente atualizadas. Essas políticas devem prever a criação de reservas arqueológicas. As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser consideradas pelos planejadores nos níveis nacional, regional e local (art.2)

II – 1 – Aspectos Administrativos, Econômicos, Políticos e Éticos.

Este entendimento passa pelo conhecimento dos instrumentos de referência, como a Portaria nº 07/88, que visa a regulamentar o licenciamento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas, resguardar os objetos de valor científico e cultural e a urgência de fiscalização eficaz das atividades que envolvem bens de interesse arqueológico e pré-histórico do País. Estabelece, ainda, os procedimentos para que instituições científicas especializadas possam requerer autorização para escavações e pesquisas. Estas devem apresentar os seguintes itens: seu credenciamento técnico-científico, a delimitação da área a ser solicitada, a relação dos sítios a serem pesquisados, plano de trabalho científico,

¹¹ FORTUNA, C.A. & POZZI, H. & CANDIDO, M.M.D. *A Arqueologia na Ótica Patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros*. In Revista do Museu de Arqueologia do Xingu – Caninde. n. 1 129 - 156. 2001

objetivos; conceituação, metodologia; seqüência das operações a serem realizadas no sítio; cronograma, proposta preliminar de uso futuro do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais; meios de divulgação das informações científicas obtidas; prova de idoneidade financeira do projeto; garantia quanto à sua execução e à guarda do material recolhido. Fica ainda definido que a não apresentação dos relatórios técnicos por período igual ou superior a doze meses consecutivos acarretará o cancelamento da autorização, ficando o pesquisador desautorizado para prosseguir os trabalhos de campo e a área de pesquisa é automaticamente liberada para novos projetos. Este procedimento resolveu o problema da redistribuição e rotatividade das áreas de pesquisa.

Em suma, estas são as condições mínimas a serem atendidas para que se garanta o uso controlado dos bens públicos, sua efetiva execução e a devida devolução, além dos aspectos que estarão sendo discutidos no âmbito da arqueologia empresarial (cabe dizer, ainda, que é definido o conteúdo mínimo dos relatórios e outros produtos a serem entregues). Este criterioso documento cuida dos aspectos científicos da produção do conhecimento, sem interferência quanto às opções metodológicas, mas sobretudo deixando clara a responsabilidade do beneficiário sobre o trato físico do Bem Público e dos objetos que ele contém.

O advento da arqueologia empresarial, também conhecida como arqueologia de contrato, tem provocado um aumento no volume de solicitações, em função do atrelamento às obras de grande porte, pelo fato de inúmeros destes empreendimentos serem construídos em etapas e ainda pelas novas frentes de atuação, como a pesquisa em áreas urbanas, em diferentes terrenos de loteamentos. Dessa forma, em pouco tempo a demanda multiplicou, sem que o órgão licenciador obtivesse êxito em conseguir os instrumentos e reforço estrutural necessário. Para evitar fricções e responder em tempo hábil ou sequer preventivamente, como seria o ideal e como solicitávamos desde 89.

Podemos exemplificar com o fato de que podem ser licenciados apenas instituições especializadas em pesquisa arqueológica, como fica claro na lei e na lógica, pois, quem responde ao governo e ao cidadão é o arqueólogo, o profissional que detém o conhecimento específico sobre os bens em questão, com o apoio e respaldo de uma instituição de pesquisa científica. As empresas não especializadas em arqueologia não podem ser licenciadas em seu nome diretamente, mesmo que tivessem arqueólogos contratados, na medida em que estes arqueólogos pudessem ser substituídos por outros que continuassem os projetos em outras bases científicas, conforme visões e especialidades diferentes na matéria, provocando perda para o patrimônio. Este procedimento evita a descontinuidade que ocorre nos períodos de

mudança de política, de diretoria ou de proprietário que ocorrem com frequência nas empresas. Assim, o licenciamento ao profissional fornece mais garantias à conclusão do projeto, nas bases e critérios em que foi aprovado, mesmo que com apoio de outra empresa, se for o caso de término ou mudanças de contrato, desde que intermediado ou permitido pelos órgãos gestores. A situação do profissional de arqueologia é semelhante à do farmacêutico, arquiteto ou engenheiro, que possuem responsabilidade direta.

Outra questão correlata e decorrente, é a da guarda de material, que necessita ser efetuada por uma instituição pública, aspecto que extrapola os interesses de uma empresa, mas não o de uma instituição de pesquisa. Uma empresa objetiva lucro financeiro e, em virtude deste aspecto, sua função junto à arqueologia deve ser sempre subsidiária, para execução de ações específicas, como promover levantamentos e pesquisas sobre dados secundários, avaliações de potencial, análises de laboratório e até levantamentos de campo, sempre em parceria com instituições de pesquisa. Uma intervenção maior necessita do escopo e estrutura mais consolidados e estáveis, que forneçam guarda, curadoria e dinamização *ad eternum* aos acervos arqueológicos, que tenham condições de reflexão prévia sobre a produção de acervo e a devolução dos produtos, que tenham autonomia de negociação de forma a garantir equilíbrio entre os interesses do contratante e os compromissos com a qualidade e com a produção de conhecimento e com a memória e identidade do país.

Empresas são importantes para o mercado e, sobretudo, quando podem realizar trabalhos de qualidade. Entretanto, devem estar cientes de suas limitações, de seu perfil e da necessidade de atuarem dentro do escopo legal. As que têm mais estrutura e condições podem ampliar seu escopo de atuação transformando-se em instituições de pesquisa privada. Estas devem possuir um quadro permanente, e podem, também agregar pesquisadores associados e consultores ou conselheiros, enfim, podem ter uma linha de atuação científica própria e ainda ser contratadas para realização destes trabalhos empresariais. O importante é perceber que o caminho é manter as garantias mínimas, dado ao desenvolvimento da arqueologia como ciência, sem desconsiderar seu caráter de bem público ou sem tentar forçar a flexibilização de critérios que são a única garantia de qualidade dos trabalhos em curso e de retorno ao próprio investimento.

Outra questão bastante delicada é a liberação de sítios para destruição. Inicialmente cabe registrar que todos os esforços devem ser envidados para que se tenham condições de atuar preventivamente junto aos empreendimentos, fornecendo condições ao empresário de alterar o projeto de forma a evitar a destruição desnecessária destes bens. Entretanto, já

foram registrados casos nos quais profissionais, contratados ou não, forneceram laudos por escrito, liberando o sítio para destruição, fato que surpreendente pelo desconhecimento das normas, na medida em que a destinação de uso do solo é atribuição do governo, através do poder executivo. No caso de sítios arqueológicos, apenas ao IPHAN compete a emissão desta liberação, com apoio do laudo do arqueólogo, conforme o caso. Outros procedimentos irregulares têm sido observados em discussões ou denúncias verbais, nos quais se percebe que antes mesmo da ficha de registro chegar ao IPHAN, o arqueólogo de campo já teria autorizado o trator à destruição do sítio, devido à urgência do cronograma do empreendedor. Como se vê, inúmeros são os ajustes necessários, de forma a criar fluxos e uma rede de comunicações eficientes que viabilize o atendimento das exigências legais, técnicas, científicas e econômicas, sem expor o patrimônio e os raros profissionais do setor.

Devemos ter, em vista, que outras gerações estão sendo formadas, sob esta nova realidade, com bolsas de empresas e necessitam de que se tenha definido, acordado e explicitado os parâmetros mínimos de procedimento e qualidade para atuação em cada tipo de projeto, em cada região ou ambiente. Não são raros os laudos que comunicam a não existência de sítios. Entretanto, entendemos que não basta esta comunicação, o fato de ser documentado, com informações sobre os métodos utilizados, a existência de sondagem sub superficial, qual a malha aplicada, até que profundidade, etc. Este tipo de certidão negativa deve ser documentada, para ser considerado e compor os arquivos e evitar que, futuramente, se aplique novamente esforços semelhantes às áreas que não possuem registros. No nosso entender, cabe à SAB que, além de sociedade científica, acaba atuando também como órgão de classe, promover estudos que definam estes parâmetros mínimos de referência, assim como atender a outras demandas já expressas pelo setor.

A atividade empresarial, conforme colocamos, tem até por desconhecimento do setor pressionado a adoção de algumas mudanças que desviam o caráter científico e público destes bens. Dessa forma, cabe ao Poder Público redirecionar as ações de acordo com o modelo legal existente neste país, se abstendo de seguir modelos que se articulam de acordo com legislação completamente diversa, elaborada para povos de cultura diferente. Nos E.U.A, por exemplo, conforme apresentaremos posteriormente, os bens arqueológicos são propriedades privadas dos proprietários terrenos e o comércio de bens é permitido. Em função disso o panorama da arqueologia norte americana sempre será falho, por ausência de dados, inclusive porque as melhores regiões para assentamento são privadas, restando ao governo, (que tem a obrigação de pesquisar) as montanhas e desertos. os bens são chamados de *recursos* e não de *patrimônio*. A discussão, evidentemente, necessita ser mais aprofundada, e

esta restrição, não se aplica ao campo científico, no qual esta escola tem expressivo número de adeptos no Brasil e na medida que o poder econômico, a educação, a consciência e a participação do cidadão fazem muita diferença, ou seja, a maioria dos brasileiros não tem ainda a cultura da preservação.

No bojo das atividades administrativas, uma outra questão bastante delicada, realçada pela arqueologia empresarial é a de se identificar quem é efetivamente arqueólogo, uma vez que a profissão ainda não é reconhecida¹². A formação do arqueólogo, no qual os anos de experiência são considerados, deve ser necessária e minimamente ser desenvolvida no âmbito e sob o crivo de qualidade da academia. Para atividades relativas apenas à preservação, que não envolvem pesquisas, cidadãos mais sensíveis são bons parceiros e devem ser reconhecidos e inseridos no sistema regional, com seu perfil e escopo de atividades definido. Para muitos profissionais em atuação, a publicação do nome em uma portaria do IPHAN, licenciando-o a realizar pesquisas, representa o único reconhecimento oficial de sua formação ou aceitação pelos pares como profissional habilitado.

Dessa forma, percebe-se que os parâmetros estão claros e que necessitam apenas ser divulgados e respeitados, pelos que têm, nos sítios, seu objeto de trabalho, seja para pesquisa, seja para gestão. O gráfico abaixo busca sintetizar a essência desta movimentação, que implica na troca do bem público por diversos produtos mediante proposta previamente aprovada. Quaisquer intervenções que, por diversos motivos, não se concluem com a devida devolução aos arquivos públicos e banco de dados do órgão gestor federal, não representam contribuição ao patrimônio nacional, mas a dilapidação desta base finita de reserva de bens culturais. Como fica claro na legislação, o caráter público e coletivo destes bens implica na adoção de estimativas de prazos para efetiva conclusão das análises e transferência dos resultados obtidos.



¹² O projeto de lei tramita em Brasília, entre a Câmara e o Senado .

As questões de cunho ético, estão permeadas por todo o texto ressaltamos aqui apenas o contexto apresentado em 99, através de discussões especialmente norte americanas, que vem colocando em cheque a própria identidade da disciplina. A preocupação se coloca na medida em que se o compromisso é a presença dos vestígios materiais e a pesquisa é destrutiva, ela vem sendo acusada de atender interesses de grupos que dela usufruem benefícios financeiros e sociais.(WYLEI, 1994:7-8 apud LIMA,1999:1).

Na época o código de ética da SAB estava em vias de ser aprovado, o que veio acontecer posteriormente, abrangendo alguns aspectos relativos à preservação, como o comércio de peças.

Continuando com as discussões norteamericanas, registra-se o questionamento de Holloway em 95, sobre o que os arqueólogos estariam fazendo para proteger o que desenterram, visto a rápida destruição do que está exposto, e “*sinaliza o surgimento de uma ciência, cujo compromisso primordial deve ser a preservação.*” (LIMA, 99-1). A autora cita ainda alguns itens da ética da preservação, levantando a questão das gerações futuras, da identificação e registro, da avigilância, de pesquisas o menos interventivas possíveis, da necessidade de documentação criteriosa, de conservação em campo, laboratório e depósito, de envio de dados aos arquivos do Patrimônio Nacional e da publicação dos resultados. Reconhece que “*esta ética é a possível para o nosso presente embora seja necessário avançar mais, muito mais, sobretudo no que se designa como ética da preservação. Pensada em geral por nós arqueólogos brasileiros, antes de tudo no nível das relações e fricções interpessoais, a ética precisa ser entendida numa perspectiva muito mais ampla, no plano das nossas responsabilidades sociais*” (ibidem 99:5). Urge que este discurso incremente as práticas. A estes procedimentos básicos, já difundidos pelos instrumentos legais e literatura acadêmica, soma-se outros que nos remetem diretamente à necessidade de elaboração de parâmetros científicos para regular a qualidade das pesquisas, os termos dos contratos, a forma de devolução dos produtos etc.

Sobre os aspectos éticos, citamos uma série de procedimentos irregulares do ponto de vista técnico, científico e administrativo, que demonstram a adaptação e a busca de uma comunidade de formação acadêmica, tentando se adaptar ao meio empresarial, aos cronogramas das obras de desenvolvimento e à sobrecarga de atividades. Em síntese, esperamos que os parâmetros possam estar se ajustando, no sentido de que, fundamentalmente, não é ético ser irregular, sob nenhum aspecto. O espírito da lei é claro

ao definir sobre a necessidade de preservar, de otimizar as reservas culturais, do caráter público e socializado destes bens. Portanto, quaisquer atitudes que sejam contraproducentes, que protejam os interesses individuais em detrimento dos coletivos, podem ser considerados antiéticas.

Por mais relativo e complexo que seja o uso deste conceito, do ponto de vista antropológico, devido a se estar lidando com inúmeras e divergentes formas de concepção, entendemos como necessário colocar que a GPA tem parâmetros definidos, para este setor e neste sentido, exemplificar com procedimentos que ilustram e deixam mais claro o comportamento ético mínimo esperado. Podemos ainda exemplificar com um fatos corriqueiros no meio acadêmico, que são expressivos para a gestão, como o de cadastrar sítios e colocar o nome do chefe da equipe ou do orientador. A ficha de registro de um sítio é como se fosse a certidão de nascimento de um Bem da União, ou seja é um documento que contém informações que suscitam a adoção de procedimentos técnicos, científicos, administrativos, econômicos e jurídicos. Semelhante a este procedimento é o de profissionais que encaminham para licenciamento dos trabalhos de campo o nome de um único responsável pelos trabalhos de campo do projeto, mesmo que esteja prevista a atuação de mais de uma equipe concomitantemente. A Portaria que licencia o trabalho de campo deve estar no nome dos profissionais que vão efetivamente lidar com os sítios, de forma a serem responsáveis civil e criminalmente pela identificação efetuada e pelos seus atos perante estes bens. Aproveitamos para esclarecer que um não profissional pode fazê-lo, sendo que, dependendo do tipo de vestígios a identificação será considerada como registro apenas, sem ser agregada ao cadastro, até que um profissional o ratifique e complemente.

Outras questões administrativas deveriam ser consideradas no bojo deste seção, como a nova portaria que está sendo discutida com detalhamento de aspectos novos trazidos pela arqueologia empresarial, por exemplo, como deveríamos estar fazendo em relação à questão do turismo cultural. Este apresenta um problema emergente, no qual já devíamos estar mais avançados do que efetivamente estamos. Deveria também ser considerados o estabelecimento de critérios para a definição de multas, formas de reparação de danos, compensações e outras questões que dariam um peso desnecessário ao objetivos a que este trabalho se destina, buscando apenas apontar as linhas, seus parâmetros e as discussões correntes.

No tocante às questões financeiras, quaisquer ações na área devem ser norteadas pelo sistema estabelecido para a administração pública federal, perpassando-a direta ou indiretamente e decorrendo da legislação ordinária. Está definido na Constituição federativa

que o legislativo possui o prazo de até julho para aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A conhecida - LDO – deve vigorar no ano seguinte, definindo como a verba pode ser empregada e gasta e que tipo de despesas podem ou não ser incluídas. Até 31 de agosto deve-se aprovar a própria Lei Orçamentária. A LO estima a receita e fixa despesas para cada setor da administração, liberando os orçamentos. Outros instrumentos legais detalham como a legislação deve ser executada, como o Decreto Lei 4.320 de 64, que instrui sobre o empenho prévio das despesas, as formas de licitação, convite e outros aspectos. Está garantido em lei que, no início do ano, seja liberado um doze avos (1/12) do orçamento, para garantir o pagamento de pessoal e as atividades de manutenção e projetos nos primeiros meses, até que os demais recursos sejam liberados.

Além destes, temos a Lei 93.872 de 86, a 8.666 / 93 e alterações posteriores, sobre as licitações. O Decreto 3.555 de 8/8/2000 que regulamenta a Lei 10.520 de 17/07/02 que institui o Pregão como modalidade de licitação. A regulamentação é anterior à lei, em função deste instrumento ter sido editado anteriormente como Medida Provisória 2026-3 de 28/07/00. Outras informações sobre a questão podem ser encontradas no site da Presidência da República.

Internamente, as unidades de uma instituição elaboram suas propostas e efetuam o planejamento anual prévio através do Plano de Ação – PA. A área central delibera os que serão aprovados e autoriza o compromisso de despesa orçamentária, efetuado através do empenho. Após a execução do projeto, devidamente atestado pelos propositores, a ação é considerada liquidada, e é autorizado o pagamento financeiro. Estas transações obedecem, ainda, às normas internas das instituições, definidas através de portarias e ordens de serviço. No caso do IPHAN temos mais de 27 em vigor , para regulamentar a apresentação de projetos, para a concessão de suprimento de fundos, de normas para a prestação de contas, regulamentação do uso da rede de comunicações fixa ou móvel, o uso de telefones celulares, de uso e controle de veículos, participação de cursos, afastamento para capacitação ou do país, redução de consumo de energia.

Grande parte do sistema já está informatizado e as ações são efetuadas em formulários próprios, a maioria informatizado , sendo que cabe aos técnicos e usuários terem noções ou estarem intimizados com as linguagens SIAF, SICAF¹³ etc. Além do elevado número de normas, cabe registrar a dinamicidade do setor, na qual os instrumentos

¹³ O SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores congrega todos profissionais que prestam serviços ao governo, como condição prévia. Ele possui três inserções para a arqueologia: 16.349 – Sistematização e documentação de sítios arqueológicos; 16.357 – Análise e Avaliação de sítios Arqueológicos e 16.365 – escavação de sítios arqueológicos.

são revogados ou substituídos por outros instrumentos, além dos que são editados por pequenos períodos de tempo, fazendo com que os parâmetros, tetos financeiros e rotinas se alterem freqüentemente.

Na prática, isto resulta em uma atividade complexa a ser exercida por especialistas em administração, que se empenham em colaborar para que as ações da área fiquem, as pontas. Para que as regionais possam manter sua estrutura, suas rotinas e executar os projetos e atividades, tanto internas quanto externas, elaboradas em função das necessidades da preservação e da demanda. Infelizmente não é raro que a área meio condicione ou limite os trabalhos técnicos desenvolvidos.

Do ponto de vista político, podemos dizer que as ações são triadas conforme os critérios e programas do governo. Na gestão Fernando Henrique Cardoso de Oliveira, os planos plurianuais seguiram as metas do programa “Brasil em Ação”. Da gestão Lula, até o momento (dezembro 2002), temos os indicativos do programa para a área da cultura, intitulado “Cultura – a imaginação a serviço do Brasil”.¹⁴

De forma geral, podemos perceber que se a gestão for assumida pelas diversas instâncias e implantada efetivamente, ela tem grande poder de geração de empregos para a sociedade nacional. No tocante à questão patrimonial, podemos dizer que os vestígios arqueológicos representam os mais regularmente distribuídos pelo território nacional, tendo potencialmente condições de estarem representados em quase todos os municípios. Este aspecto nos permitiria desenvolver efetivamente uma política nacional, e com certeza, sensibilizar o apoio dos órgãos de fomento, do empresariado e da classe política fazendo da arqueologia, não uma atividade diletante, como é vista por muitos, mas um instrumento de planejamento e desenvolvimento do país. É preciso, portanto, que seja aumentada a visibilidade deste patrimônio e sensibilizado o segmento político, de forma a conduzir esta questão a seu devido lugar nas políticas governamentais.

II 1 - 2 - Aspectos Legais e Jurídicos

Tomamos, por referência nacional, os termos da Constituição Federal de 88, do Decreto Lei 25 de 37, que dispõe sobre o tombamento, da Portaria SPHAN 07/88 que regulamenta o licenciamento de pesquisas e absorve os termos da Lei 3.924 de 61 que dispõe sobre a proteção deste tipo de bens; as duas últimas, elaboradas com base em instrumentos correntes e nas idéias de Paulo Duarte, Fernando Loureiro e outros intelectuais da época. Este

¹⁴ Para mais detalhes visitar o site www.lula.org.br

oportuno e competente pensamento tornou-se um instrumento de trabalho, um linha diretriz para a identificação, documentação, proteção e promoção dos bens arqueológicos.

Nestas linhas é que o atual sistema governamental de preservação está estruturado. O *IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, foi designado o tutor legal destes bens e de tudo que nele contém, é o órgão público que detém o poder de guarda e proteção (Lei 3924- art 1º), sendo citado mais de 18 vezes na legislação. Os parâmetros básicos de trato e conduta advêm da caracterização do status dos sítios arqueológicos, como Bens da União (C.F. cap II, art 20, ítem X), os manifestados e registrados ou não (Lei 3924/61, art.7º), conforme registro que tem por base a manutenção de cadastro (Lei 3924, art 27). Este patrimônio é de direito coletivo, herança de gerações pretéritas a ser parcimoniosamente utilizada no presente e preservada como legado às gerações futuras, conforme reza a Constituição e os demais instrumentos jurídicos. O poder de licenciamento está designado ao Ministro da Cultura, (Lei 3924, art 10 e 12), que o repassou ao presidente do IPHAN que, por sua vez, o repassou ao Diretor do DEPROT – Departamento de Proteção, sendo que este não pode mais repassá-lo à outra instância regional. Assim fica adequadamente respeitado o caráter nacional e internacional destes bens, na medida em que devem ser geridos através de uma visão geral que os contextualize e que seja responsável pela cooperação entre os diversos estados e as relações internacionais, na medida em que eles são considerados uma herança comum de toda a humanidade (Carta de Lausanne art.9)

Ao IPHAN compete o exame, registro, fiscalização e salvaguarda do interesse da ciência (art.4. Lei 3924/61), a autorização de saída de material arqueológico do país, qualquer tipo de atividade que implique em uso, mudança de uso ou de proteção dos sítios como a implantação de empreendimentos de grande porte e turismo. Dessa forma, como ao escavar, os registros físicos são destruídos, todos os trâmites administrativos visam a resguardar este direito coletivo, sobre o direito individual; da propriedade da terra onde se situam estes vestígios e da posse física exercida indevidamente, que privatiza os bens e demais produtos provenientes dos sítios. Trata-se dos únicos instrumentos que relativizam e atentam contra o sagrado direito de propriedade, em torno do qual se estrutura o código legal brasileiro.

Conforme nos esclarece o advogado, Mestre em Direito Público e Doutor em Direito do Estado, Dr. Carlos Mares, em comunicação verbal durante o curso de *Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural*, a constituição foi criada para organizar os direitos do estado e especialmente os individuais, ou seja, constituir Estado e garantir direitos: liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Propriedade esta, entendida como a relação

de poder entre a pessoa e a coisa. O sistema jurídico é um sistema de proteção dos interesses individuais, entre estes, a do patrimônio, constituído pela acumulação destes bens, fisicamente considerados. Antes o Direito não considerava o que não fosse econômico, financeiro ou de troca, como o ar, as emoções, o imaterial, etc. Criou-se o conceito de patrimônio juridicamente protegido e o caráter absoluto da propriedade privada como garantia dos negócios jurídicos e a sociedade contratual que implica em direitos e obrigações. Tudo é contrato, a relação de trabalho, o casamento, etc. A propriedade tem o poder absoluto sobre as coisas, não existe propriedade de estado, mas domínio público, uso, gestão.

Sociedades comerciais já existiam desde a Idade Média, mas, no século XIX, foi criado o direito comercial, no qual admite a representação através da assinatura por terceiros. No século XX, o capitalismo estimulou a criação do patrimônio social, no qual quem responde não é o indivíduo, mas uma nova forma de individualidade. O Estado já é chamado de administração e fazenda pública, possuindo estrutura física e o poder da força para garantir que o contratos sejam executados, como forma de assegurar o cumprimento do direito. Portanto, apenas no século XX, admite-se que ele tenha propriedade sem uso definido, sendo concluída também neste período a revolução laica em que a Igreja é definitivamente separada do Estado.

Neste processo e com a influência do capitalismo, continua Marés, admitiu-se que, além de cumprir com o papel de polícia que estava na lei, existiam outras atribuições para o Estado. As garantias da cidadania e do bem estar social dependiam, entretanto, da criação de políticas públicas na área da educação, saúde, habitação etc. Começam a surgir as chamadas *leis extravagantes*, que dependem de um conjunto de *políticas públicas*, que não tratam de propriedade, que estão fora do sistema, que não mexem no contrato, mas o regulam e que não esclarecem quem é o titular deste direito, como as que tratam de florestas, águas, índios, animais etc.

No sentido contrário a este sistema, e no bojo das extravagantes, surge o Decreto Lei 25 de 1937, o único que estabelece restrições e obrigações ao senhor absoluto (o proprietário), em nome de direitos de pessoas estranhas à relação de propriedade, propriedade esta que representa a idéia central deste sistema de referência. Ela mexe no contrato, possibilita a intervenção do Estado e ainda o coloca como proprietário, podendo ser executada independentemente da vontade do proprietário individual.

Evidentemente não foi aceita sem polêmicas, inclusive por ter sido editada depois do golpe militar de Getúlio Vargas, na ditadura, portanto. Entretanto, esta iniciativa nasceu de

processo democrático, mas tendo antes passado pela Câmara e Senado. Em 1942, o Estado Novo admite intervenções mais profundas, em função da 2^a. Guerra Mundial. Em muitos países, o estado investe como capitalista, que considera necessário, revendendo seus bens mais barato, no intuito de impulsionar a economia. Entretanto, no Brasil, de forma mais generalizada, ainda reina o sentido de acumulação primitiva, na qual a função social da propriedade é produzir riqueza, de forma agressiva à natureza e sem significar combate à fome, conclui Mares.

Observamos, complementarmente, que vinte e quatro anos depois, a Lei 3924 de 1961 aprofunda estas restrições, quando retira o direito de propriedade dos bens declarando-os como da União (do Estado, portanto). Esta análise contextualiza a dificuldade de implantação do sistema preservacionista brasileiro e em especial a aplicabilidade da legislação que protege o patrimônio arqueológico em relação ao entendimento da sociedade leiga e mesmo do meio jurídico. Esta compreensão e conseqüente parceria necessitam ser construídas com trabalho conjunto e assessoria especializada em GPA, na medida em que trata de interesse públicos e Bens da União. (PARDI 2001). Mas, para tal, cabe outra discussão, também citada por Marés, quando questiona: Se não há titular, quem defende o direito violado pelo Estado? Ele mesmo responde, informando que até a Constituição de 88, o Estado era acusador do cidadão e, após esta, foi criado o Ministério Público, para denunciar e averiguar se o Estado não faz, faz mal ou viola os direitos.

O equilíbrio é bem vindo, sobretudo na área da arqueologia, que necessita de bens de tão baixa visibilidade. Entretanto, perguntamos: Como pode se arrogar a ser fiscal do Estado, o cidadão ou pesquisador que desconsidera, atenta ou viola o direito coletivo defendido precariamente pelo Estado, inclusive, talvez, pela omissão histórica de seu papel enquanto cidadão consciente. Assim, cabe explorar o conhecimento mútuo sobre as interdependências destes dois segmentos, criar consensos básicos sobre a interpretação mais correta e adequada das leis, a divisão de trabalho, a soma de esforços e, sobretudo, a invocação do senso moral que determine o uso do bom senso, de forma que se privilegie efetivamente o direito coletivo em detrimento do individual, mesmo sob as pressões econômicas e políticas inerentes ao setor.

Este estudo sobre o papel do contrato como participante da espinha dorsal do sistema legal nos remete à recente discussão havida com alguns membros da comunidade científica que gostariam de se abster de enviar os contratos de trabalho, em atendimento à solicitação de prova de idoneidade financeira do projeto de pesquisa, contida na Portaria SPHAN 07/88 (art.5^o. V), em função de que exporia a privacidade do pesquisador. O que temos verificado,

na realidade, é que a maioria dos pesquisadores encaminha seus contratos sem problemas, como assim o fazem os arquitetos ou outros profissionais, por motivos diversos, tendo ainda a opção de colocar em separado as quantias referentes a seus honorários. Cabe ainda lembrar a citação da Carta de Lausanne que, no capítulo de economia, utiliza-se igualmente dos verbos “garantir e assegurar” e sem contrato, este requisito fundamental não está satisfeito, ficando o Estado exposto e o patrimônio inseguro, frente a imprevistos, entre outros. O que não se pode permitir que aconteça é que os termos que regulam o trato dos bens da União não sejam conhecidos, assim como não é válida, a nível jurídico, a substituição do contrato por uma declaração que apenas informa sobre a prova de idoneidade, não se constituindo a própria prova, conforme chegou a ser requerido.

Por outro lado, a prática nos mostra que esta questão está ligada a outras que envolvem os prazos de liberação dos pedidos de licenciamento. Estes dependem da melhoria da capacidade operacional do IPHAN, frente a esta demanda e da própria qualidade de trabalho das equipes e empresas, muitas delas com pendências na instituição, relativas ao envio de relatórios, análise de material, publicação de trabalhos anteriores etc. Dessa forma, por medo dos prazos, muitos encaminham os pedidos meses antes de efetivamente assinar os contratos, muitos, inclusive, sequer chegam a ser assinados. Nestes casos, a máquina pública, sobrecarregada, trabalha desnecessariamente. O fato poderia também criar uma situação peculiar de *reserva de mercado*, no qual, caso o IPHAN licencie sem contrato, o empreendedor fica com a área vinculada ao profissional em questão, situação que o Estado não pode promover ou com a qual não pode compactuar, mesmo que tenha sido promovida inadvertidamente.

Por outro lado, como a prática é relativamente recente e o mercado está se definindo, e na ausência da regulamentação da profissão e da existência de conselhos profissionais, muitos contratos possuem cláusulas inócuas, francamente contrárias à legislação vigente, visando a constranger as equipes a prazos que não dependem delas, a sigilos injustificados, quando a obrigação é depositar nos órgãos legais e divulgar ou a destinação de material e liberação de sítios arqueológicos para destruição (que se constituem competências do executivo, no caso, atribuições do IPHAN), enfim, questões que são afetas ao Estado e não ao cidadão. Inadequações da demanda dos pesquisadores em relação às empresas também são verificadas. Assim, observa-se que a apresentação dos contratos é questão fundamental para a análise e concessão do licenciamento, assim como para o disciplinamento do mercado, conforme as questões legais vigentes, inclusive de forma preventiva:

“Qualquer translação viola o princípio segundo o qual o patrimônio deve ser conservado no seu contexto original. Esse princípio enfatiza a necessidade da manutenção, conservação e gestão apropriadas. Decorre disso que o patrimônio arqueológico não deve ser exposto aos riscos e às conseqüências da escavação ou abandonado após a escavação, caso não tenham sido previstos os recursos necessários a sua manutenção e conservação.” Carta de Lausanne .

O caso se coloca na medida em que as ações de gestão, desenvolvidas pelo IPHAN, se intensificam e amadurecem, as verbas acadêmicas, já bastante escassas, se definham, e as pressões econômicas da arqueologia de contrato se configuram como um elemento novo, tendo este conjunto de fatores alterado o caráter do mercado e exigido mudanças. Enquanto a precária estrutura disponibilizada pelo governo para o setor procura se articular, alguns problemas demonstram a necessidade de diálogo, ponderação e mudança. Entretanto, o caminho mais fácil e rápido é o do descontrole, da acusação aos funcionários e a instituição, que não são responsáveis pelo sistema e que dependem de uma série de injunções de ordem econômica, política, jurídica etc. Uma das questões mais comuns é a de considerar que os gestores locais desenvolvem trabalhos sem parâmetros e que possuem mais poder do que efetivamente detém . Dessa forma, cabe um passeio pelos princípios fundamentais da constituição e mais detalhadamente os do direito administrativo brasileiro, com a ajuda da Carta Magna e do Dr. Celso A Bandeira de Mello¹⁵.

O primeiro título da Constituição coloca os princípios fundamentais do 1º ao 4º artigo, que falam de união indissolúvel das unidades da federação, constituindo um estado democrático de direito, tendo como fundamentos, entre outros a soberania, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Define que o poder emana do povo, sendo exercido através dos representantes eleitos ou pela aplicação desta carta de direitos e deveres. Apresenta os poderes da União: o Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos que constituem para a consecussão dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que são: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos sem preconceitos. A Constituição fala ainda dos princípios das relações internacionais, como a independência nacional, a autodeterminação dos povos, a igualdade entre os estados, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Conclui, falando da busca de integração econômica, política,

¹⁵ Prof da PUC/SP, das universidades na Argentina e Colômbia , fundador do IDAP- Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, conselheiro do Instituto de Advogados de SP, membro do Instituto Internacional de Derecho Administrativo Latinoamericano, autor de diversos livros, etc...

social e cultural dos povos latino-americanos visando à formação de uma comunidade de nações.

Cabe uma reflexão sobre a pávida ação e atuação da comunidade de arqueólogos como detentores deste conhecimento especializado como elementos capazes de sensibilizar o povo brasileiro e o poder institucionalizado no sentido de aumentar a visibilidade deste tipo de patrimônio. Estes estudos nos falam de origens, memória e de identidade deste povo amalgamado; nos falam de exercício de cidadania, de soberania nacional e de cooperação internacional, de cultura, de desenvolvimento econômico, de possibilidades de desenvolvimento regional, com perfis diferentes dos tradicionalmente valorizados. Em suma, da contribuição única e insubstituível que a arqueologia pode fornecer à nossa nação e às demais.

Mais especificamente, o direito administrativo define os princípios que norteiam também a gestão do patrimônio arqueológico como os que estão explícitos no artigo 37, cânone regente da administração pública, sobre a *legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade*, que devem ser obedecidos por quaisquer dos poderes e unidades. Outros, implícitos, são acrescentados por Bandeira de Mello (p. 55) como o da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, o da finalidade, o da razoabilidade, o da proporcionalidade, o da motivação, o do devido processo legal e da ampla defesa, o do controle judicial dos atos administrativos e o da responsabilidade do Estado por atos administrativos.

Estes princípios são importantes como diretrizes, mas fundamentalmente pelo fato de que as leis que foram editadas antes da Constituição, como é o caso da 3.924/61, devem ser interpretadas com relação a estes princípios. Destes 12 apresentados, enfocaremos apenas os que tiverem maior expressividade para o estudo em questão, como o básico que coloca sobre a supremacia do interesse público sobre o privado.

Este princípio retrocitado se constitui em questão geral de Direito, inerente a qualquer sociedade, como pressuposto do convívio social, como o demonstram os institutos de desapropriação e de requisição (art. 5º, XXIV e XXV), entre outros. Dele resulta a possibilidade da *autoexecutoriedade* dos atos administrativos, ou seja, a “*possibilidade que se tem, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais. Tais atos são imperativos como quaisquer atos do Estado. Além disso, trazem consigo a decorrente exigibilidade, traduzida na previsão legal de sanções ou providencias indiretas que induzam o administrado a acatá-lo*” (p. 55) Da mesma forma decorre o princípio de

autotutela dos atos administrativos, que implica na possibilidade de *revogação* dos próprios atos inconvenientes e no do *dever de anular* os atos inválidos que haja praticado.

No que se refere aos poderes da administração, cabe deixar claro que não são ilimitados, ou, como diz Bandeira de Mello, as prerrogativas não são manejáveis ao sabor da Administração. O que esta possui são deveres-poderes em função desta atividade se constituir o desempenho de uma função. *“Tem-se função apenas quando alguém está assujeitado ao dever de buscar, no interesse de outrem, o atendimento de certa finalidade. Para desincumbir-se de tal dever, o sujeito de função necessita manejar poderes, sem os quais não teria como atender à finalidade que deve perseguir para a satisfação do interesse alheio.”* (p. 56) Dessa forma, são poderes instrumentais, ligados às finalidades a que estão vinculadas, sendo obrigatório que a administração as objetive para obter o interesse da coletividade, do corpo social. Ressalta, ainda, o autor, que esta é a situação oposta à do Direito Privado, no qual alguém busca seus interesses, em proveito próprio. Esta função implica ainda *“...no dever de bem curar um interesse alheio, que, no caso, é o interesse público; vale dizer, da coletividade como um todo, e não da entidade governamental em si mesma considerada”* (p. 57) Discorre ainda sobre o discernimento entre o interesse público e o das pessoas estatais ou interesse primário e secundário, que podem ser coincidentes ou antagônicos.

O princípio de legalidade, por sua vez, é a base do Estado do Direito, é o que lhe dá identidade, o qualifica, e do qual decorre o direito administrativo. *“È o fruto da submissão do Estado à lei. É em suma: a consagração da idéia de que a administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, por conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de comandos complementares à lei.”* (In: BANDEIRA DE MELLO-Cf. Renato Alessi, ob. cit., p.4.). Busca-se a objetividade na ação administrativa, concretizando a vontade geral, expressa pelo legislativo, visando a concretizá-las e opondo-se a formas de poder autoritário. Entretanto quando se fala de corpo social em arqueologia, há que se pensar diacronicamente, em grações contemporâneas, passadas e futuras. A primeira falando por si e, as demais, representadas pelo Estado. Conclui o autor colocando que *“a atividade administrativa é a atividade de subsunção dos fatos da vida real às categorias legais”*, ou seja, são administradores fiéis executores da lei, só podem fazer o que está na lei, ao contrário dos particulares que podem fazer tudo que a lei não proíbe. Alerta ainda sobre o perigo da importação de *“conceitos exóticos, que não se afinam com a Lei Magna do País”*. O alerta também é válido para diretrizes, estratégias e instituições que decorrem destes parâmetros e são importadas sem conhecimento apropriado ou espírito crítico,

de forma a perceber que se tratam de contextos e realidades diferentes, que não contribuem para consolidação dos objetivos comuns.

A finalidade é condição precípua expressa da ação administrativa, de forma que “ *o espírito da lei, o fim da lei, forma com seu texto um todo harmônico e indestrutível, e a tal ponto, que nunca poderemos estar seguros do alcance da norma, se não interpretarmos o texto da lei de acordo com o espírito da lei*” (Magalhães Colaço in BANDEIRA DE MELLO:) Assim, fica claro que a lei 3924/61, de caráter cumulativo, nos demonstra, de forma cristalina, que seu espírito é o de ensejar a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. Portanto, devem ser norteadas todas as ações que se iniciam visando a corrigir irregularidades e devem se concluir com a melhor combinação de fatores possíveis, que signifiquem a preservação, conforme o fluxo a ser apresentado¹⁶.

O princípio da responsabilidade do Estado, por atos administrativos, esclarece que a responsabilidade objetiva do estado está adstrita aos atos comissivos, ou seja, para comportamentos positivos, danos causados, não para omissões.” *As omissão, rigorosamente falando, não é causa de dano, conquanto seja certo que condiciona irresistivelmente sua ocorrência nos casos em que, se houvesse ação, o dano seria evitado*” (p. 74) Ressalta, entretanto, que em casos excepcionais, a responsabilidade subjetiva pode ser reconhecida quando o Estado, devendo legalmente agir e podendo fazê-lo, não o fez, o fez ineficiente ou inoportuno, em tempo de evitar o dano. A imputação também atinge prestadoras de serviço público, mesmo sendo pessoas de direito privado. No caso da arqueologia, este entendimento é bastante prejudicial, em função da invisibilidade destes bens, da concentração de ações na instância federal e na medida em que existem ações exclusivas de Estado, que este não assumiu de forma que possa ser considerada proporcional e compatível com a riqueza do patrimônio arqueológico brasileiro.

Quando fala sobre o respaldo jurídico dos princípios implícitos, cita-se Henry Campbell Black:¹⁷ “*O fato de se ter que buscá-lo pela trilha assinalada não o faz menos amparado, nem menos certo ou verdadeiro, pois tudo aquilo que se encontra implicado em*

¹⁶ O princípio da proporcionalidade uma faceta do anterior, restringe a validade dos atos administrativos ao exercício proporcional, em extensão e intensidade ao cumprimento das finalidades a que estão conjugadas, ou seja excessos não se justificam. Estes parâmetros na prática cotidiana, embasam por exemplo análises de licenciamento de área para pesquisa, buscando adequar os fins aos meios apresentados, conforme discutiremos a seguir, no tocante ao atendimento da portaria SPHAN 07/88. A área solicitada, tem que ser compatível com a metodologia escolhida, com a equipe responsável, em quantidade e qualidade, e com o suporte tecnológico e financeiro disponível, de forma a garantir a execução de todo o processo. A postura sempre foi a de não se negar, mas solicitar a complementação e reforço de aspectos que consolidem e viabilizem a proposta.

¹⁷ “Handbook on Construction and Interpretation of Law, St Paul, Minn. West Publishing Co., 1896, p.62 (In: BANDEIRA de MELLO p. 69)

princípio é tão certo e verdadeiro quanto ele – tanto faz parte da lei o que nela se encontra explícito quanto o que nela implicitamente se contém.” Somado a necessidade de se respeitar o espírito da lei e a supremacia do interesse público sobre o privado, temos a base das diretrizes do setor. Existem insatisfações, em relação ao atendimento de interesses da atual geração, que não visualizam o escopo da gestão e das situações apresentadas, da forma complexa como se apresentam. Assim fricções são devidas, sobretudo, à difícil tarefa de gerir esta herança cultural. Desta forma fica claro que mais do que levar questões de interesse pessoal ou suas empatias, de se considerar prejudicado em especial, de acionar contatos políticos. cabe aos que lidam nesta área, tentar compreender a forma como funciona o sistema, de direito e de fato, em todos seus aspectos. Parceiros naturais devem dialogar, ter tolerância para com área que não é de seu domínio e tentar se compreender, evitando as tentativas de forçar, ingerir e alterar indevidamente as normas administrativas e legais, as regras de mercado, buscando influenciar o meio, aproveitando o desconhecimento ou a inercia.

Cabe reconhecer as diferentes vertentes da especialidade e se habilitar a entrada neste “espaço judicial”. Este espaço foi instituído para marcar *“a imposição de uma fronteira entre os que estão preparados para entrar no jogo e os que, quando nele se acham lançados, permanecem de facto dele excluídos, por não poderem operar a conversão de todo o espaço mental - e em particular, de toda a postura lingüística – que supõe a entrada neste espaço social.”* (BOURDIEU,2000:225). A linguagem, que opera neste espaço, busca o efeito da *neutralização* para marcar a impessoalidade objetiva e para exprimir a generalidade e a onitemporalidade da regra de direito, que pressupõe um consenso ético e dá pouco espaço a variações individuais. O direito é a forma do poder simbólico de nomeação, que cria as coisas nomeadas. Seu discurso atuante é capaz de produzir efeitos por sua própria força ele faz e é feito pelo mundo social (p. 237), ou seja, é um discurso performativo.

Neste espaço, buscando a sociologia do campo jurídico, Bourdieu identifica a divisão do trabalho como a *“...concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito...”* (p. 212), que se dá a partir do confronto entre os *intérpretes autorizados*, agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social (BOURDIEU:212). A expressão do funcionamento do campo jurídico está na retórica da autonomia, da neutralidade e da universalidade. A postura universalizante e o sentido jurídico está na maestria com que usa *“os meios jurídicos acumulados pelas sucessivas gerações, quer dizer,*

o corpus de textos canônico e do modo de pensamento, de expressão e de ação em se produz e se reproduz “ (p. 216). O autor coloca, ainda, que os produtores de leis, regras e regulamentos devem sempre contar com resistências, e que embora o campo jurídico seja menos autônomo que outros campos, ele também contribui para a manutenção da ordem simbólica e para a manutenção da ordem social

A importância de se valer do direito como instrumento de gestão, se fundamenta na diminuição das zonas de obscuridade, das normas, da disputas pela prevalência de de visões de mundo específicas, trabalhando-se em direção à previsibilidade e calculabilidade. “*Os agentes envolvidos num trabalho codificado sabem que podem contar com uma norma coerente e sem escapatória, logo que podem calcular e prever tanto as conseqüências da obediência à regra como os efeitos da transgressão*”. (p. 250) Neste sentido, a GPA se ressentida da falta de jurisprudência do setor. Por outro lado, seria também fundamental ter um expressivo número de não-profissionais do direito, com bom conhecimento das leis, regras e procedimentos científicos, técnicos e jurídicos, para assessorar os que detem o poder de interpretação legítima, na medida em que a identificação das situações de desrespeito ao patrimônio e a necessidade de mediação de entre as diversos interesses, dependem de categorias de percepção e apreciação estruturadas e especializadas, habituadas à prática da gestão, conhecedoras do patrimônio arqueológico e do meio. Os órgãos de preservação, já se configuram enquanto uma instância de mediação administrativa. Neste sentido, a distância verificada do meio jurídico para o meio patrimonial, que vem diminuindo nos últimos anos, sem dúvida é uma das causas da impunidade. Recentemente alguns acordos que têm sido firmados com apoio do Ministério Público Federal já serviram para mudar o comportamento do mercado relativo aos tipos de empreendimento envolvidos. conforme relataremos posteriormente.

Além da proteção destas leis e princípios, os sítios ou áreas arqueológicas usufruem do tombamento, na medida em que o Decreto Lei 25 de 37 é cumulativo e destaca entre os sítios já protegidos, aqueles que são especialmente importantes para serem tombados como patrimônio nacional. Existem algumas discussões correntes¹⁸ acerca da oportunidade de uso deste instrumento na medida em que ele os “congela”, impedindo a escavação, segundo alguns. Entretanto, existem diversos tipos de tombamento, com variados níveis de intervenção, sendo que da mesma forma que os imóveis tombados são restaurados, os sítios podem ser parcialmente escavados, dependendo de seu perfil e da categoria de tombamento

¹⁸ PINHEIRO DA SILVA, R.C. *Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o decreto-lei n. 25 – 37 e a lei n. 3924 – 61*. p 9-23. Revista de Arqueologia SAB vol. 9 . 1996.

com a qual foi protegido. Apenas este processo ocorre com maior cuidado e acompanhamento, respeitando os critérios que motivaram sua dupla proteção jurídica. Caso seja como reserva para as gerações futuras, com certeza o nível de restrição será máximo e acarretará na adoção de medidas de proteção física do bem, caso seja por seu excepcional valor como referência identitária ou valor científico, caberia conhecer melhor sobre este bem, inclusive para possibilitar sua adequada devolução. Como ocorre no Piauí, com os sítios do PARNA – Parque Nacional da Serra Da Capivara, e Unidade de Conservação do SNUC (IBAMA), também são protegidos pela 3924/61 e tombados pelo DL 25 pelo IPHAN. São tombados ainda como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, ficando sob a cuidadosa gestão da FUNDHAM – Fundação Museu do Homem Americano. As discussões, entretanto, sobre o trato destes bens necessitam ser aprofundadas e critérios e procedimentos definidos e adotados.

Como contribuições recentes, registramos a Decisão 460 dispõe sobre proteção e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina, firmado em Cartagena das Índias na Colômbia em 1999. O Decreto nº 3179, também de 99, dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, conforme já colocamos. Outras legislações são pertinentes à questão e nos cabe aprofundar em seu estudo para otimizar sua gestão, ficando mais próximos do setor judiciário, conforme já discutimos em diversos plenários como na reunião científica da SAB em Natal ou na do Rio de Janeiro (PARDI, 94).

Como esperamos ter demonstrado, grande parte das questões relativas ao patrimônio arqueológico decorrem ou são balizadas, direta ou indiretamente pelos instrumentos jurídicos. Nenhum dos demais campos deve desconsiderar estas questões e diretrizes básicas. Necessitamos incrementar o desenvolvimento de jurisprudência sobre a matéria.

Infelizmente, tentando levantar dados concretos sobre questões jurídicas que tenham sido concluídas, ou seja, com sentença e cumprimento, descobrimos que a maioria dos envolvidos desconhece, como ainda afirma que é irrisório o número de processos em andamento, assim como o número de denúncias. De nossa parte, logramos efetuar a denúncia e fundamentação de um raro processo de mutilação de grafismos rupestres ocorrido na *Lage de Narandiba* em Presidente Prudente, São Paulo. Entretanto, mesmo tendo encontrado os responsáveis algumas horas depois, o processo foi tendencioso e não viu razões para privar as liberdades dos cidadãos em função daquele tipo de patrimônio.

Solicitávamos apenas que cumprissem penas educativas na recomposição do bem e em atividades relativas à educação patrimonial. O processo foi requerido para a instância federal e provavelmente ainda esteja tramitando sob o acompanhamento da 9ª SR/IPHAN¹⁹.

Outra destruição foi verificada no mesmo estado, em Olímpia, com a descoberta do *sítio Maranata*. Embargada pelo promotor local e efetuada a peritagem técnica pelo IPHAN, a ação foi em juízo e teve uma sentença que isentava o empreendedor imobiliário que destruiu intencionalmente com o trator as urnas e os restos humanos e atribuía aos órgãos públicos a responsabilidade pelo salvamento. Ou seja, uma completa inversão de papéis, mo qual patrimônio público seria duplamente lesado em benefício da iniciativa privada. Declarada a incompetência do juiz estadual (reproduzindo os termos legais), o processo também foi requerido para instância federal e está em situação semelhante ao anterior²⁰. Em Ouroeste, divisa São Paulo e Minas Gerais, no Rio Grande, atendemos à descoberta de esqueletos humanos a jusante da barragem de *UHE Água Vermelha*. Em decorrência da gestão elaborou-se um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, que garantiu as pesquisas necessárias, a proteção do sítio e a compensação dos danos através da implantação de uma política municipal de preservação e da construção de um museu na cidade, de forma fomentar a preservação e pesquisa dos sítios da região.²¹

Efetuamos, igualmente, uma peritagem no Pará, no Rio Araguaia, onde tivemos uma rara aplicação da lei eleitoral²² onde os candidatos foram instados a limpar as propagandas pintadas sobre as rochas que faziam parte do sítio com petroglifos, da conhecida *Ilha dos Martírios*. Retiramos, ainda, os marcos topográficos indevidamente colocados sobre sítios vizinhos da ilha, para demarcação das obras da Hidrovia Araguaia-Tocantins, que também haviam sido denunciados. Em *Serranópolis*, Goiás, elaboramos o laudo técnico sobre as pinturas efetuadas por um carpinteiro sobre as pinturas do sítio Manoel Braga, assim como assessoramos o Ministério Público nas tentativas de acordo e no processo subsequente, provocado pelo atendimento à legislação ambiental. Igualmente nossas sugestões foram de aplicação de penas educativas que visam a reeducar os envolvidos e mitigar e compensar os danos arqueológicos, na região em que se verificou o dano. O processo tramita em Goiânia.

Além destes questões relativas ao atendimento de denúncias de destruição de sítios, temos assessorado o ministério público desde 1994 em inúmeras outras relativas ao não cumprimento dos trâmites dos processos de pesquisa, em especial ligados a projetos

¹⁹ Para mais informações, vide relatório técnico .

²⁰ mais informações estão disponíveis no processo na 9ª SR /SP

²¹ vide relatórios e publicação da Lei 4.737 de 15/07/65 que institui o código eleitoral.

empresariais, como o da Rodovia Carvalho Pinto os de Rio Claro, o da Linha de Transmissão Itaberá-Tijuco Preto III, o do Sítio Santa Marina e outros em Jacareí, o de Peruíbe, etc. em síntese, a tônica é de reeducar os envolvidos, mitigar e compensar os danos voltando os recursos para a área da arqueologia e para ao região ou área onde houve efetivamente o prejuízo cultural, e de forma mais ampla, divulgar o ocorrido para potencializar o efeito didático no meio em questão, como forma de ação preventiva, sempre evitando enveredar pelo caminho que pode levar à mercantilização dos sítios, evitando a deturpação desses mecanismos de proteção.

Confirmamos os dados com Dra Sista Souza, Procuradora - Chefe do IPHAN há mais de 15 anos e quadro não mudou. Como sabemos que a destruição grassa diariamente, no meio urbano ou rural, nos campos agricultáveis, nas pastagens, nas florestas, rios, nos locais de implantação de empreendimentos e em especial nas frentes de expansão (PARDI 1995) o que se conclui é que, descontados os casos de destruição involuntária, (que acontecem mesmo que o cidadão não possa alegar desconhecimento da lei), a impunidade é a marca do setor. Se um empreendimento propicia a pesquisa de alguns sítios e destrói a grande maioria dos outros, além da pesquisa, fica claro que deve compensação e esta deve ser sempre definida pelo tutor legal destes bens, ouvidos os envolvidos. A destruição deste patrimônio invisível também está sendo invisível, inclusive para o setor jurídico, que tem incrementado sua atuação, mas ainda de forma incompatível com a expressividade da destruição em curso, da destruição já naturalizada pelo setor. Neste sentido, pautamos-nos pelo aumento de visibilidade deste tipo de patrimônio, assim como da atuação dos diferentes segmentos e cidadãos atuando nas outras vertentes mais preventivas e educativas.

Necessário deixar ainda claro que não se está se pleiteando a alteração da legislação já existente, mas com o passar do tempo, sua complementação, na medida em que novas e mais complexas questões vão se delineando e necessitam ser detalhadas. Se antes o setor científico e o meio jurídico eram completamente dissociados, hoje, com a arqueologia participando necessariamente do processo de desenvolvimento do país, uma aproximação está sendo requerida, para se manter o interesse público sobre o privado e se regular as atividades do próprio Estado. O que se pretende demonstrar, entre outros, é que a gênese destes conflitos que têm incrementado nos últimos anos, advém, na sua essência, da falta de estrutura governamental para o atendimento da legislação sobre a matéria (executivo, legislativo e judiciário). Assim, se faz necessário um movimento coletivo para o estudo e reflexão sobre as macro questões do setor e a proposição de uma mudança estrutural no

modelo informal que está se impondo pela pressão econômica e política e a adequação do modelo humanista inicialmente implantado.

II- 1 - 3 - Aspectos Técnico-Científicos

Pretendemos, com esta abordagem, explorar as relações da GPA com as pesquisas arqueológicas acadêmicas, explicitar aspectos básicos e demonstrar a interdependência entre a *Gestão do Patrimônio Arqueológico*, a *Pesquisa Arqueológica Acadêmica* (na qual ainda englobamos a empresarial), e o patrimônio cultural. Da mesma forma que as correntes teóricas da PAA delineiam a metodologia, as técnicas e o produto (RENFREW & BAHN 91); os parâmetros jurídicos, administrativos e científicos determinam os referenciais básicos de escavação e pesquisa, no que se refere ao trato dos sítios e o que nele contém, constituindo-se o objeto da GPA. Esperamos esclarecer para ambos os segmentos, sobre a necessidade de maior diálogo e trabalho conjunto para subsidiar o desenvolvimento da preservação do patrimônio.

Como se trata de uma discussão que pretende ser compreendida por pessoas que atuam nos diversos segmentos correlatos, tentaremos fornecer os conceitos básicos adotados, assim como resumos de algumas discussões, visando à intimização com questões correntes. Resumiremos os conteúdos básicos das correntes teóricas ou citações de cunho mais superficial e genérico, mesmo correndo o risco de estar incompleta ou demasiadamente geral, conforme apresentamos abaixo. Nosso objetivo, após a vivência em ambos segmentos é compreender e tentar explicar, consolidar e fornecer uma visão bastante abrangente da questão, que mapeie, mais que aprofunde, para suscitar discussões e captar contribuições para o setor.

Visamos, ainda, a contribuir para a demonstração da necessidade de criação de convenções com parâmetros básicos que sirvam de referência para o planejamento de projetos que envolvam o trato físico dos sítios, a geração de acervos e sua devolução à sociedade nacional, considerando os pouco conhecidos e manejados preceitos da GPA. Consideramos, ainda, necessário que fique mais visível a necessidade de especializar nossas funções deixando aquela atuação de clínico geral, como coloca Kern²³, não dá mais para o cientista acadêmico estar na formação, na pesquisa, na divulgação, no museu, nos conselhos, na administração, nos órgãos de fomento à pesquisa, nos órgãos de preservação, nos guichês de denúncia, no mercado de trabalho concorrendo para arqueologia de contrato

²³ Anais da reunião científica da SAB em Recife. CD room editado pela PUCRS / Rio Grande do Sul.

etc. Embora ainda sejamos poucos e constantemente chamados para diversas funções, temos que pensar em nossas especializações, em dividir o campo com colegas, em indicar, em confiar em apoiar os novos, em trabalho cooperativo etc. Neste sentido, vemos a GPA como uma área de especialidade da arqueologia, que necessita de formação específica e possui seus próprios parâmetros como temos demonstrado.

Sobre as correntes teóricas vigentes na pesquisa arqueológica acadêmica brasileira

Observa-se claramente a oscilação das escolas, entre o enfoque mais historicista ou antropológico, a abordagem de área mais reduzida ou ampliada, a preocupação com as particularizações ou generalizações etc. O mesmo movimento foi observado por WATSON, quando cita que: *“On the one hand, the situation can be understood in part as a predictable pendulum swing, but on the other hand, the postprocessualists are consciously importing to archaeology themes from precontemporary and contemporary French and German social theory as well as postmodernist perspectives from EuroAmerican art, architecture, and literature.”* (1991, p. 271) e SYMANSKI (1997, p.33) *“Podemos notar, após esse rápido vislumbre pelas principais abordagens interpretativas da arqueologia, que na história da teoria arqueológica há um movimento pendular que oscila entre as metas generalizantes, representadas pelo evolucionismo e pelo neo-evolucionismo, e propósitos particularistas, caso da escola histórico-cultural e da arqueologia pós-processual.”*

A tabela abaixo, resume as principais características das escolas correntes no país, com as quais a GPA necessita dialogar para cumprimento de suas atribuições, na liberação do uso destes bens, para fins científicos. O trânsito, apenas pelo meio acadêmico ou empresarial, cria a ilusão de liberdade sem consciência ou a aparente necessidade no uso destes bens de forma que se observam comportamentos lesivos à integridade dos registros. Efetuar sondagens e devolver o material ao buraco, (sem coletar, analisar e curar), coletar materiais seletivamente, escavar apenas os níveis de interesse ao tema focado, subaproveitando ou descartando os demais vestígios, analisar e publicar apenas o que for de interesse ao tema, etc. *Como o ego das pessoas é amarrado ao seu trabalho e o desenvolvimento da arqueologia propriamente dita envolve a rejeição de algumas interpretações ou métodos, um degrau de irritação profissional é sempre esperado.* Esta afirmação traduzida de Durrans ilustra aspectos deste contexto, onde ainda se acrescenta que: *Todavia, discordâncias na política da arqueologia e a ampliação de questionamentos fundamentais de status epistemológico do estudo têm*

CORRENTES TEÓRICAS VIGENTES NA PESQUISA ARQUEOLÓGICA BRASILEIRA

	HISTÓRICO-CULTURAL DIFUSIONISTA	PROCESSIONAL NOVA ARQUEOLOGIA	PÓS-PROCESSIONAL INTERPRETATIVA	EVOLUTIVA
PERÍODO CRONOLÓGICO	Anos 20 e 30, reformulada em 1940 e utilizada até o presente a arqueologia Brasileira.	Surgiu em 1965 (remonta ao iluminismo) utilizada até o presente	De 1970 ao presente	Atual, Emergente
CONCEITO DE CULTURA	Soma de idéias, atividades e artefatos, que caracterizam o ser humano. (Crawford 1921) Conceito normativo	Sistema orgânico adaptativo com subsistemas interrelacionados, de modo que mudanças em um afetam os demais Explicar.	Sistema de símbolos cujos significados podem ser revelados por meio de interpretação subjetiva (Geertz)	Entender princípios que regem mudanças , comportamento social
OBJETIVOS	Periodização, caracterização e vinculação da cultura material, explicar mudanças a partir de contatos e migrações.	Gerar regularidades, generalizações, leis, para aumentar capacidade preditiva	Compreender é o resultado da decodificação de um sistema simbólico; entender a ação humana	
TIPO DE POSTURA	Evolucionista Subjetivos	Sistemática, exaurir possibilidades, ser rigoroso, saber as causas, funcionalista, busca fenômenos sociais	Mistura várias influências; rediscutir problemas histórico culturalistas, Abordagem sincrônica que não busca investigar mudanças, reaproximação da história	Contração ao particularismo exagerada a dicotomia natureza - cultura
MÉTODOS	Descritivos e indutivos de natureza empírica – buscar definir horizontes (dispersão geográfica) e tradições culturais (persistência temporal). levantam. oportunisticos	Hipotético-Dedutivo, Estatísticos rigorosos Cibernética, aplicação e testes e modelos, metas generalizantes Comparação, taxonomia classificação..	Interpretar até onde possa garantir a plausibilidade dos dados. História de longa duração do Braudel	
ABORDAGEM DE ÁREA	Ênfase no específico, mais pontual	Ênfase no geral, regional, contextualizada	Ênfase no específico, mais para pontual . Varia também para o geral	
CARACTERÍSTICAS	Evitar enfatizar sistemas sócio-políticos Busca definir estilos dos artefatos no tempo e no espaço.	Visão sistêmica busca entender processos e mudanças	Inexistência relação entre comportamento e cultura material; ela depende da especificidade de cada contexto histórico	os dados não falam por si toda interpretação é subjetiva.
AUTORES DE REFERÊNCIA	Frans Boas, Edward B. Taylor, Leslie White	Schiffer, James Deetz Lewis Binford, Kent Flanery	Geertz, Ian Hodder, Michael Schanks, Cristopher Tilley, Mark Leone	Geertz, Darwin, Morgan, Taylor
CORRENTES QUE INFLUENCIARAM	Evolucionismo, Particularismo-histórico, Difusionismo	Funcionalismo, ecologia cultural, positivismo lógico, teoria de sistemas, atualmente, enfoca mais organização social	Antropologia interpretativa neomarxismo ,ecologia cultural iluminismo, funcionalismo, neoevolucionismo	Leis biológicas , Evolucionismo biológico e cultural
TENDÊNCIA	Generalizantes e Classificadoras (tradições e fases)	Particularizantes, únicas, anti-historicista, antropológicamente orientada	Particularizante, cada sociedade e única e não pode ser agrupada Visam ler o indivíduo como texto	Muito fluidas
CRÍTICAS	Não enfoca organização social, ideologias e outros . São subjetivos, não interpretam	Positivismo, mecanicismo e ênfase no meio ambiente, exagerados; ignora o indivíduo, funcionalista, modelos e premissas incorretos; leis muito triviais . não têm alma	Interpretação subjetiva, fora do contexto científico, Pouco homogênea, não tem método contra-indicado para pesquisa de salvamento	Subdimensionam dados empíricos Otimizam os resultados exageradamente
DEVOLUÇÃO	Esquemas simplistas de sucessão	Preocupa com o tipo de reconstrução histórica vai fornecer à sociedade, ganho de qualidade para a GPA	Produzem considerando a demanda e em dialética com a sociedade. Ideal para Arqueologia Histórica e Gestão do Patrimônio Arqueológico.	

sempre sido conduzidos de modo estreito e amargo. Isso tem alienado desnecessariamente muitos tradicionalistas em sua contribuição para a arqueologia. (DURRANS 68).

Em suma, sem interferir na liberdade de pesquisa e produção de conhecimento, a GPA necessita que os registros físicos sejam respeitados em todo o potencial que apresentam. Dessa forma, interferências nos sítios devem ser efetuadas apenas quando se tiver garantias de registro integral dos materiais e dados. Neste sentido, mesmo pesquisadores que não possam fornecer maior alcance teórico a suas interpretações, podem ser importantes para a GPA, desde que escavem e registrem bem, face ao quadro de acelerada destruição de nosso patrimônio. No nível primário, a meta de qualidade para o setor seria a elaboração de registros que possibilitassem o acesso ao acervo, amostras e a remontagem virtual do sítio, para aferições independentes ou questões norteadas por outras posturas teóricas desta geração ou das futuras. No nível secundário, seria relevante que se otimizassem as análises em todas as vertentes que foram oferecidas pelos registros físicos, para possibilitar a elaboração de interpretações a mais acurada possível. Ou seja, escavar com o rigor científico processualista e interpretar e devolver com a sensibilidade pós-processualista, evitando sub aproveitar os registros conforme a tendência observada no emergente evolutivismo.

Dessa forma, entendemos que acima dos interesses científicos vigentes na época, para onde quer que o pêndulo esteja apontando, temos os compromissos e responsabilidades com a preservação do patrimônio, com parâmetros muito mais estáveis e passíveis de consenso, inclusive porque regulados por legislação. Portanto, cabe-nos um trabalho de detalhar estas condições e uniformizar procedimentos básicos de coleta e escavação, inclusive para podermos permitir que o conhecimento teórico avance e os sítios possam ser revisitados por diferentes interesses.

Muito oportunamente, Durrans discute sobre teoria, profissão e o papel político da arqueologia. A questão torna-se especialmente grave no Brasil, na medida em que existe uma distância muito grande entre as abordagens, agravada pelas questões pessoais e pelo conhecimento precário dos princípios básicos da preservação. Este processo também é prejudicado em função de posturas defensivas ou *fortalezas* como ele coloca (p. 66), gerando tensões, reforçadas pelas raras oportunidades de comunicação e pelas manipulações e usos políticos a que estas ocorrências se prestam. Alguns problemas recrudesceram em função da arqueologia empresarial, seus prazos, condições de trabalho e na qual, como ressalta Durrans, “*ha uma influencia do poder economico na arqueologia*” e completamos nós, ... de poder político também. O autor discute o quão intimamente a arqueologia está ligada aos

aspectos políticos e econômicos da sociedade, da dificuldade de reconhecimento de ortodoxos e alienados sobre a disciplina ser embebida socialmente, fala de modelos de teoria e prática de poder, de influência da ideologia e de valores do capitalismo avançado, e do papel do passado no presente estar sendo encarado mais como problema do que como oportunidade. Ignora-se, também, o potencial do passado para derivar conhecimento e guiar a ação social e conclui estimulando os colegas a pensar seus estudos de nova maneira, relacionando as formulações teóricas à políticas plenas. (Em geral, o uso do patrimônio arqueológico é planejado a partir da corrente teórica à qual pertence o cientista, mesmo em se tratando do caso de salvamento, onde a área é definida antes do problema, em função da necessidade legal de salvamento dos sítios devido ao impacto que vai ser provocado por uma obra, em geral, de grande porte).

Com certeza, o fato da profissão não ser regulamentada, não cria incentivos neste campo, mesmo que pudéssemos registrar este tipo de preocupação. Dessa forma, podemos observar que estamos claudicantes em relação ao tripé montado entre teoria, profissão e o papel político. Esta falta de dialética com o meio político, se reflete no reconhecimento do papel social da arqueologia e, conseqüentemente, na mobilidade junto ao meio. Fechando o processo, a falta de apoio, inclusive financeiro, reduz as oportunidades de crescimento do meio acadêmico, para a chamada pesquisa pura, que por sua vez, reduz a consistência das formulações teóricas e insta os profissionais ao constante exercício aplicado. Neste contexto, entre outros, é que defendemos para a GPA o rigoroso uso do *site report*, do diálogo menos hermético com as formulações teóricas de cada projeto, sobretudo de salvamento, entre as outras medidas apresentadas ao longo do texto.

II – 2 – VERTENTES DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA GPA

II - 2 – 1 - Proteção

Geralmente a ação se inicia com as atividades de Identificação e Documentação dos bens, as quais serão tratados juntamente com o item referente ao papel da documentação na GPA. Sobre a outra vertente, proteção, pode ser proteção *física*, quando trata dos vestígios diretos do sítio, como a conservação dos registros e estruturas ou restauração, no caso da arqueologia histórica. A proteção pode ser legal quando se refere ao tombamento, tipos de zoneamento ou outros tipos de restrição que ocorrem quando os sítios estão também situados em áreas de preservação ambiental ou indígena, quando são protegidas pelo estado ou

município etc. A proteção pode ainda ser social, no tocante ao disciplinamento do uso, para fins didáticos, turísticos etc.

Bezerra de Menezes (idem 87:208) discorre sobre o tema colocando que “*As atividades de proteção legal são privativas da SPHAN e nem poderiam ser de outra forma. A necessidade de tais cuidados deriva da natureza não reciclável e da fragilidade dos bens em causa, de um lado, e, de outro, das pressões anti-sociais que caracterizam nossa sociedade. Que é o Estado que deve assumir a tutela, fundamenta-se no princípio de que apenas o Estado pode impor, sob forma definida em lei, obrigações de fazer e não fazer e exercer o poder de polícia – medidas de proteção insubstituíveis, ainda que se tenha que reconhecer a importância dos benefícios e incentivos para garantir sua eficácia*”. No ano seguinte, a Constituição amplia esta competência aos estados, municípios e cidadãos.

A proteção se delinea com base na legislação, visando ao cumprimento do conjunto de medidas necessárias ao acautelamento dos bens arqueológicos, depositários de referências identificadores da formação histórica e dinâmica sócio cultural do povo brasileiro. Decorre desta forma as ações de monitoramento e proteção dos sítios arqueológicos cadastrados ou não, atendimento de denúncias de mutilação ou destruição deste patrimônio, do tombamento de bens singulares e licenciamento de uso deste patrimônio para fins de pesquisa acadêmica ou empresarial, e da conservação destes bens.

A *conservação* é um conjunto de medidas de caráter operacional que visa a conter a deterioração do bem, parcial ou integral, em relação aos agentes deletérios ou pela ação do tempo. Ela opera através de acompanhamento, consolidação, manutenção, segurança, reutilização e outros. No Brasil, entretanto, representa uma das áreas menos desenvolvidas tendo se como referências para o setor o *Manual de Conservação de Campo* de Vanda Louredo²⁴, o laboratório da USP e o trabalho com grafismos rupestres desenvolvido pela arqueóloga Conceição Meneses Laje do NAPH/UFPI – Núcleo de Arqueologia Pré-Histórica da Universidade Federal do Piauí.

A engenheira M. S. Silvia Puccioni da 6ª SR/ IPHAN/ RJ tem realizado pesquisas e ministrado cursos de conservação para sítios pré-coloniais e históricos, voltados para macroestruturas. São elaborados procedimentos de conservação preventiva, análises ambientais, geológicas, do intemperismo, topográficas, do sistema de segurança, de implantação de sistemas de manutenção (drenagem, limpeza...), de estabilidade, de impacto de obras públicas e privadas. Na fase de pós-escavação, a especialista desenvolve análises dos materiais expostos (físico-químicos e físico-mecânicos), métodos de proteção da

²⁴ Como resultado de uma bolsa obtida pela coordenadoria de arqueologia do IPHAN - IPHAN 19

escavação e análises da ação antrópica. A conservação interventiva envolve a análise de estabilidade das estruturas expostas, o escoramento, a consolidação e proteção dos vestígios etc.

A *proteção legal* se constitui no conjunto de ações que, com base na legislação, busca garantir a integridade física dos sítios arqueológicos e todos os objetos e expressões que contêm, salvaguardando-os das interferências naturais, sociais, econômicas. Implica em ações de vistoria, elaboração de laudos de destruição de sítio e peritagens, estudo e definição de áreas de interesse arqueológico, avaliação de danos, e possibilidades de mitigação e compensação. Implica ainda na implementação de ações administrativas como embargo e ações jurídicas para evitar a impunidade em relação aos danos ou qualquer tipo indireto de desrespeito ao bem público, controle da ação indevida promovida por amadores, elaboração de TACs – Termos de Ajustamento de Conduta, proposição, fundamentação e acompanhamento de processos de tombamento de sítios, áreas ou coleções; acompanhamento dos processos de pesquisas licenciadas, até garantir a devolução dos produtos em função dos quais se autorizou o uso destrutivo desta reserva finita de registros arqueológicos.

Como atividades do setor podemos citar o desenvolvimento de estudos interdisciplinares que visam a aperfeiçoar o instrumental técnico conceitual, a busca de novas formas de acautelamento, formulação de normas, critérios, diretrizes e métodos; criação de programas, convênios e outros mecanismos, capacitação de parcerias, aperfeiçoamento de recursos humanos, criação e manutenção de bancos de dados informatizados, elaboração de manuais técnicos, assessoramento de órgãos da administração pública e da sociedade civil coordenar e realizar pesquisas de salvamento requeridas pelo cumprimento de suas atribuições, colaborar no desenvolvimento de políticas públicas preventivas, orientar a comunidade para a proteção física e jurídica dos bens arqueológicos, para a elaboração de projetos e captação de recursos financeiros, apoiar as atividades de identificação, documentação, divulgação e educação patrimonial junto às comunidades.

Devido à forte demanda, este setor é um dos que mais necessita de diretrizes claras que norteiem atuação consciente, inclusive porque sua atuação não pode se restringir a este tipo de atendimento, de forma passiva. O setor necessita de indicadores que subsidiem uma atuação dinâmica e preventiva, voltada especialmente para as áreas de maior risco, como as fronteiras de expansão agrícola, áreas minerárias etc. (PARDI 95).

Embora o dever de proteção seja concorrente entre as três instâncias, na esmagadora maioria das vezes o município desconhece suas responsabilidades e sequer possui

claramente a quem compete à atribuição de execução de embargos administrativos neste setor. Pior, em geral, a área da cultura não é desenvolvida ou fica subjacente à da educação. Quando estes obstáculos são superados, é necessário ainda definir se os sítios da região, sob sua tutela, são suficientemente conhecidos ou diagnósticos para leigos, ou com base no parecer técnico com que profissional eles vão atuar. Limitada desta forma a parceria mais próxima ao bem resta ainda o apoio e a responsabilidade moral do cidadão, concorrentemente nominado pela Constituição.

II - 2 – 2 - Promoção

A promoção constitui o setor em que a devolução deste patrimônio é efetuada para a sociedade nacional e, neste contexto, entendemos por bem detalhar mais abordagem. A gestão do patrimônio cultural, em amplo aspecto, seja em conjuntos urbanos, ou áreas naturais, por sua complexidade geram dificuldades com diferentes segmentos da sociedade civil e outras esferas do poder público. As mais diferenciadas visões expressam-se quanto ao que preservar, como, onde, quando e quanto, para quem e por que preservar. A mediação entre estes segmentos envolvidos e a divulgação da importância, significado e uso social destes bens seguramente retroalimentam o processo de proteção, identificação e documentação, possibilitando que se atinja a missão proposta. No caso, não falamos apenas da eficiente preservação destes bens, mas de “*desenvolver efetivamente um referencial de valores do cotidiano*” (Bezerra de Menezes 87:209).

Na arqueologia, estas questões são mais simples do que o patrimônio edificado e outros tipos onde é necessário instaurar, fundamentar e legalizar o bem através do Decreto-Lei nº 25 /61. A Lei 3924/61 reconhece automaticamente que todos os sítios são igualmente importantes e protegidos, não apenas como patrimônio nacional mas também como bem da União. Este último aspecto, evidentemente, cria complicações adicionais com discussões acerca de uso e posse.

A *o que* preservar a legislação responde que são todos os sítios igualmente; o *onde* está condicionado ao local físico de conservação dos registros; ao *para quem*, pode-se designar ao povo brasileiro e a comunidade internacional, do presente e do futuro; o *como*, é através da proteção física e legal dos sítios e dos blocos testemunho, das pesquisas científicas, da preservação dos dados no banco de memória nacional etc. O *por que* já foi citado quando nos referimos à melhoria da qualidade de vida do bem estar social e do desenvolvimento econômico, da cidadania e do direito a memória. O *quando* é definido pelas condições de conservação e eterna luta em relação aos agentes naturais, ou seja, o mais breve possível. E

finalmente o *quanto* nos leva à questão da diferença entre a teoria e prática, pois se a legislação insta a proteção de todos indistintamente, a prática nos faz enxergar nossas limitações infra-estruturais e a criar filtros e critérios de seleção e amostragem. Em uma leitura menos pragmática, percebe-se que dependem das políticas públicas o atendimento e preservação igualitária entre os diferentes memórias e sítios dos distintos grupos formadores do povo brasileiro.

Dessa forma, a política de promoção deve buscar parcerias e cooperação inter institucional para identificação e equacionamento das múltiplas visões e interesses sociais sobre o patrimônio visando integrar a população, seu acervo cultural e promovê-lo local, regional, nacional e internacionalmente. Este trabalho tem por diretrizes o incremento do debate relativo à preservação, à proposição de instrumentos de trabalho, ao desenvolvimento de ações para o usufruto deste patrimônio, à difusão dos referencias culturais à divulgação do patrimônio em todas as instâncias e o estímulo ao interesse e compromisso com a preservação, através da efetiva participação dos diferentes segmentos da sociedade civil e do Poder Público.

Como plataformas de trabalho tem-se o desenvolvimento de cursos, seminários e publicações e outros meios de debate, a promoção de estudos e pesquisas visando ao reconhecimento e valor e significado na vida contemporânea, a dinamização das potencialidades econômica e social do patrimônio arqueológico visando à preservação sustentada como em ações de turismo cultural, interpretação e sinalização de sítios arqueológicos, articulação de ações preventivas junto as políticas municipais e estaduais visando ao reconhecimento, à valoração e a reinserção destes bens.

Outras possibilidades se alinham, se apresentam no tocante à incorporação dos conteúdos, à educação básica desenvolvida pela rede formal e informal de ensino; a articulação desses bens com projetos culturais programas de capacitação e reciclagem de professores e nos meios de comunicação de massa visando o esclarecimento da opinião pública. Agrega-se o necessário apoio às atividades de identificação, documentação e promoção, da orientação à comunidade para a preservação dos bens arqueológicos, e para a elaboração e administração de projetos e captação de recursos financeiros. No mesmo sentido observa-se a política do governo francês:

*“Restituer au public le resultat des fouilles par l’intermediaire d’une politique d’edition et d’expositios active: tel este un dès prncipes fondamentaux de l’archaeologie”*²⁵

²⁵ site do ministério da cultura brasileiro.

Discutir sobre a oportunização da participação de amadores nas pesquisas e na gestão, citando que, apenas na região de Rhone-Alpes ²⁶ existem cadastradas 20 associações de amigos, (constantes na internet). Mesmo com esforço e solicitando o apoio dos colegas, não conseguimos citar nenhuma instituição nacional do gênero, para o patrimônio arqueológico. Temos amadores pesquisando indevidamente, sem saber o limite da colaboração não especializada para o de mutilação do patrimônio e empobrecimento se deu potencial informativo. Em geral, estes cidadãos são fixados mais na peça, que no sítio, ou, especialmente, no Homem, sem perceber que elas são importantes contextualizadas, pelas informações que nos trazem. Seria algo como a execução da idéia de que a comunidade é efetivamente a melhor guardiã de seu patrimônio, como dizia Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Sobre os museus

Expressivo instrumento de promoção tem sido desenvolvido nas últimas décadas pelos museus, uma das iniciativas tradicionais do setor. Nesta área, entre inúmeras abordagens, temos uma especial referência com o trabalho desenvolvido por C. Bruno que se dedicou a construir e difundir especificamente esta interface, conforme publicações de 82²⁷ e 84²⁸. Ainda em 84 já difundia a dramática destruição dos grafismos rupestres, através da exposição e do artigo *A Museologia a Serviço da Preservação do Patrimônio Arqueológico* ²⁹, questão nevrálgica da gestão, que retomaremos posteriormente.

Neste contexto de difusão precária da arqueologia, muito relevante tem sido o papel dos museus que mantêm coleções e equipes de pesquisa de arqueologia, como o Museu Nacional da UFRJ, O Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, O Museu Goeldi, o Museu Paranaense, O Museu do Homem do Sambaqui, O Museu de História Natural da UFMG etc. Assim como o dos Museus mais novos, como o Marsul, o Museu do Xingo e tantos outros espaços. O grande desafio é demonstrar a verdadeira expressividade das culturas de nossos ancestrais pré-urbanos , a partir de nossa modesta cultura material e de assentamentos que não implicam em edificações monumentais, para uma sociedade que tem visão mais voltada para a aventura da descoberta de tesouros excepcionais.

²⁶ www. Site do ministerio da cultura da frança.

²⁷ CALDERELLI S.B. & BRUNO, M.C. *A Arqueologia e Museologia: Experiência de um trabalho integrado*. Pesquisas e Exposições do Instituto de Pré-História da USP. Revista de Pré-História. Vol III,n. 4 . São Paulo.

²⁸ BRUNO,M.C.O. *O Museu do Instituto de Pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica*. Dissertação de mestrado apresentada a FFLCH/USP. São Paulo.

²⁹ Revista de Pré-História / Universidade de São Paulo SP .volVI 1984.

Questões mais genéricas sobre patrimônio cultural e os museus contemporâneos podem ser vistas através de PEREZ-RUIZ³⁰, que discute sobre os museus que têm a ênfase na manutenção do edifício histórico e os que a têm na peça, dos problemas da construção do patrimônio cultural nos museus, de pesquisa e reflexão crítica, de questões sobre a orientação histórica, nas metrópoles e nos países de origem colonial. Fala dos museus e da reprodução das diferenças e desigualdades sociais, da produção museográfica como produção de significados, dos processos de comunicação entre o museu e seu público, a perspectiva integral da produção cultural nos museus. Concluindo aborda o papel dos museus como práticas culturais e espaços multidimensionais: espaços de comunicação e de encontros e desencontros de interesses e expectativas, de produção de discursos, de reprodução social, de construção de hegemonia e mudança social, enfim, a discussão de um novo modelo de trabalho para os museus.

Apesar de estar apenas buscando demonstrar a existência de referências específicas para o setor e exemplificar com algumas das discussões correntes e novas perspectivas, chamou-nos a atenção o resultado de uma das pesquisas efetuadas onde se coloca que:

“Aparejadas a las reflexiones anteriores están las investigaciones que demuestran como los museos , aun dentro de países excoloniales, lejos de construir espacios neutrales de comunicación, tienen programas iconográficos que reproducen la ideología hegemónica de las sociedades y grupos dominantes que los crearam y los sostienen econômicamente , si bien en sus discursos se autodefinen como anticolonialistas, democráticos y al servicio de causas populares. Es por esta razón que los museos, como muchas otras instituciones de carácter cultural, serán ininteligibles si no se ubican en el contexto de políticas culturales específicas e históricamente dadas.”(98:101).

Ficamos refletindo sobre o que o povo brasileiro tem à sua disposição e, sobretudo, como é especial a contribuição da arqueologia neste sentido, de busca das culturas autóctones, da contribuição do “nacional” na massa civilizatória que forjou este povo amalgamado que somos e esta cultura polimórfica que possuímos. Ficamos pensando,...em um velho sonho que retorna... na falta que sentimos, de um museu nacional,... específico de arqueologia, simbolicamente situado em Brasília...em espaço nobre,...construído com a utilização de todos os recursos possíveis,para mostrar a história e a pré-história brasileira,... em uma grande síntese nacional, ...que faça nosso povo se sentir parte deste contexto, sentir orgulho se suas raízes....e interesse em preservar o patrimônio!

³⁰ Dirección de Etnología Y Antropología Social – Instituto Nacional de Antropología e História do México. Construcción e Investigación del Patrimonio Cultural. Retos en los Museos Contemporâneos. Alteridades, (p. 95-113) 1998.

Algumas questões referentes às coleções serão discutidas posteriormente, junto com as bases de dados do banco de memória nacional.

A educação patrimonial

Uma das experiências precursoras e que precisa ser registrada neste setor foi a desenvolvida pelo grupo do CNRC³¹ na gestão de Aloísio Magalhães, através do *Projeto Interação – Cultura e Educação*. Conforme seu coordenador J.Silva Quintas, os princípios e linhas adotados na política da época, momento de abertura dos anos 70, foi a descentralização, interdisciplinaridade, inter-relação das vertentes, a interação das diferentes culturas, o reconhecimento da pluralidade cultural, a valorização dos bens culturais não consagrados e a busca do produto cultural brasileiro. As linhas programáticas abrangeram o estímulo à criação, produção e difusão cultural, a preservação dos bens culturais em sua dinâmica, a formação de recursos humanos na área cultural, a capacitação, guarda, fluxo e uso de informações relativas à cultura no sistema SEC/MEC e a interação entre educação básica e diferentes contextos culturais existentes no Brasil.

Visava-se a contribuir para resgatar a proposta de uma escola crítica, transformadora e emancipadora, tomando a diversidade cultural brasileira como referência. Buscavam a construção coletiva de um outro processo de ensino e aprendizagem, partindo da articulação do mundo escolar com o contexto cultural específico, por meio da participação com a comunidade em todos os níveis de processo educacional. Entre outras referências, podemos citar as publicações de 85 e 87, *Brincando, Fazendo e Aprendendo*³² e *Por uma Educação Indígena Diferenciada*³³, respectivamente.

M.de Lurdes Parreira Horta e equipe, em atuação de base, pode-se dizer que implantaram e difundiram esta modalidade no país, concedendo-lhe ferramentais teóricos como o *Guia Básico de Educação Patrimonial*³⁴ utilizado como referência em quase todos trabalhos desenvolvidos atualmente, embora existam outras linhas e tendências.

As atuações na área da arqueologia são mais recentes. T. Lima apresenta um dos problemas do setor: “*Por se tratar de um trabalho que exige alto investimento e dá pouca*

³¹ Centro Nacional de Referência Cultural, órgão que veio a se fundir com a SEC – Secretaria de Cultura e o PCH – Programa de Cidades Históricas para a formação da SPHAN .

³² Projeto Interação – entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país – JECKER, A.E. & SEGALA, L – FNPM / SPHAN / MEC / FNDE / FUNARTE / artes Cênicas. Ed. Memórias Futuras . Rio de Janeiro 1995

³³ Projeto Interação – entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país – CARNEIRO, A.R.M. MONTSERRAT, R. MONTE, N.L.P. & Sueli. CNRC / FNPM / MinC 1987.

³⁴ *Guia Básico de Educação Patrimonial* Horta, M.L.P., GRUMBERG, E. & MONTEIRO, A.Q. Ed. Museu Imperial / IPHAN / MinC. 1999

visibilidade, ao contrário da pesquisa, que capta recursos financeiros e dá projeção pessoal e institucional, a educação pública é pouco valorizada – e menos ainda praticada – entre os arqueólogos, com ainda poucas exceções”. A seguir, cita os trabalhos desenvolvidos por Niède Guidon, no Piauí; por M. Beltrão, na Bahia, por L. Kneip, Rio de Janeiro, por E. Morley, em Santa Catarina e o seminário organizado em 1993, no Rio de Janeiro, por Tenório e Franco (1994), sobre a implantação da temática de Pré-história brasileira no ensino de 1º, 2º, e 3º graus. A estes acrescentamos os trabalhos do sul, onde B. Landa e F. Tochetto introduziram a educação patrimonial no museu municipal de Porto Alegre através da realização de oficinas; as práticas e vídeo em São Miguel das Missões desenvolvidas pela regional do IPHAN, coordenado por J. A Catafesto. Através das oficinas ministradas buscaram a inclusão da temática nos níveis escolares, divulgar o trabalho do arqueólogo e sua importância para a redescoberta dos saberes e fazeres tradicionais e buscaram a dessacralização do antigo visando a contribuir para o distanciamento da população e dos bens culturais, oportunizando vivências dinâmicas dos conteúdos históricos.

Estas preocupações também estão manifestas na Argentina³⁵, onde se pretende implementar uma nova lei federal de educação. Estes estudos já contemplam a inserção da arqueologia no sistema formal e não formal. A proposta inclui explicitamente a preocupação com a *“toma de consciência orientada a la comunidad em general para su preservación”* e o item *“protección del patrimonio cultural”*, *“La Idea ed de una disciplina que tienda a optimizar el conocimiento del pasado cultural a los fines de resolver problemas sociales actuales.”* Fundamental no nosso entender, nunca perder os objetivos maiores da abordagem.

Nos E.U.A, foi recentemente publicado uma revista da SAA – Society for American Archaeology especialmente dedicado à arqueologia pública, que inclui a publicação de um guia de setores educacionais das agências públicas federais³⁶. Constam mais de 45 sites do departamento de agricultura, do interior, da reclamação, do serviço de pesca e vida silvestre, de gestão de recursos minerais, do serviço de parques nacionais, do departamento de transporte, da Smithsonian Institution e do departamento de defesa: exército, corpo de engenheiros das forças armadas e da marinha.

Dessa forma, constata-se que é unânime no meio, a consciência de que efetivamente este é o caminho de base a ser trilhado. Por isso, consideramos necessário que parcerias se

³⁵ Lo CELSO, M.G. & PLAZA, G. C “Importancia de La Arqueologia en la Educación. CDRoom dos Anais do IX Congresso da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira.

³⁶ LITTLE, B.J. “Resource Guide to U.S. Federal Agency Public Outreach and Education for Archaeology” The Magazine of the Society for American Archaeology. Vol. 2 n. 2 march 2002

articulem para produzir um conteúdo de síntese comum de uso para o grande público, conforme discorreremos posteriormente, para dar base a se desenvolver uma grande campanha nacional que envolva o cidadão nesta causa, que já se constitui uma obrigação moral de cada um. Folders, cartazes, mídia escrita e televisiva, nacional e regionalmente, em esforço concentrado, voltado para preservação e a instrução do cidadão, sobre a forma de colaborar. Um projeto consciente que não implique risco de fomentar uma corrida à peça ou qualquer outro efeito contraproducente.

O turismo cultural

O turismo, no nosso entender, constitui uma poderosa ferramenta da educação patrimonial. Em função das políticas econômicas e da municipalização do turismo a área sofreu grande incremento, tendo sido, inclusive, editada nova legislação³⁷ que inclui o patrimônio cultural na *Áreas e Locais de Interesse Turístico*. Estas áreas são definidas como “*Áreas Especiais de Interesse Turístico são trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservadas e valorizadas no sentido cultural e natural, e realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico*”. Eles compreendem os bens não sujeitos a regime específico de proteção e os respectivos entornos de proteção e ambientação, citando o IPHAN como um dos órgãos através dos quais se intermediará esta ação do governo. No primeiro item, os vestígios arqueológicos são nominalmente citados, como bens de valor arqueológico ou pré-histórico.

Para viabilizar o uso destes recursos de forma didática, cabe-nos inicialmente interpretá-los. A Interpretação foi definida pelo criador desta especialidade, Freeman Tilden, como “*uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiência de primeira mão, bem como de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais*” (1967). Uma forma mais simplificada foi divulgada por MURTA & GOODEY, que entendem que: “*a interpretação é um processo de adicionar valor à experiência de um lugar, por meio da provisão de informações e representações que realcem sua história e suas características culturais e ambientais*”. (1995) Os autores ainda complementam que “*Sendo a arte de apresentar lugares e objetos às pessoas, a interpretação é um elemento essencial à*

³⁷ dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico; sobre o inventário com finalidades dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da lei n.º 4132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à lei n.º 4717, de 29 de junho de 1965 e dá outras providências.

conservação e gerenciamento do patrimônio, uma vez que orienta o fluxo de visitantes visando também à proteção do objeto da visita”.

Dentre todos tipos de registros arqueológicos, os que possuem maior vocação turística são os sítios de arte rupestre devido à fácil identificação pelo leigo, à sua implantação ambiental, à beleza plástica dos grafismos e à incitação que provoca no imaginário popular. Desta forma, portanto, observa-se que são os sítios imediatamente expostos ao manejo e/ou uso inadequados em função de sua fragilidade e do desconhecimento das formas de conservação em relação aos fatores antrópicos e naturais. Pela experiência no trato destes bens, diversos profissionais perceberam a prioritário e atender este tipo de bens.

Em Goiás, o sítio Manoel Braga foi escolhido para pesquisa³⁸ e como modelo para ações de preservação pelo IPHAN³⁹. O processo de gestão informal possibilitou que o sítio fosse mutilado e os painéis de arte rupestre parcialmente repintados, entretanto, a gestão foi inabilmente desenvolvida pelo empresário da área onde o sítio se insere. Não foi introjetada a noção de direito coletivo sobre o individual e tampouco as referências científicas, administrativas e jurídicas que permeiam a preservação e o uso destes bens. A experiência, mais complexa do que o objetivo deste resumo nos permite apresentar, gerou conflitos entre diversos segmentos, envolvendo múltiplos interesses, está ainda sendo equacionada pela 14ª SR/IPHAN e o Ministério Público Federal / GO⁴⁰. Temendo pelo assédio popular, o impacto potencial aos outros sítios rupestres do Estado e objetivando desenvolver uma ação preventiva, analisamos o banco de dados mantido pelo DID e identificamos o município em questão como o de perfil mais adequado para a ação a ser empreendida. Com maior número de sítios cadastrados (46), diversos deles já pesquisados, arte rupestre singular, com grande apelo visual e um processo crescente de visitação informal já em curso: o patrimônio situado em Palestina de Goiás, definitivamente necessitava de cuidados!

O Turismo Cultural, neste caso, foi utilizado como instrumento de preservação e de educação patrimonial, visando a regularizar o uso indevido dos bens arqueológicos, buscando uma forma de garantir a devolução social à comunidade nacional e sensibilizá-los

³⁸ IAP/UNISINOS e IGPA/UCG - SCHMITZ et al – *Caiapônia – Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central* São Leopoldo : IAP/UNISINOS, RS 1986.

³⁹ DEPRON / 14aSR / IPHAN *Oficina de Interpretação e Sinalização de Sítio Arqueológico* (ms) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Goiás 1997

⁴⁰ PARDI ,M.L.F. *Relatório de Vistoria Arqueológica e Laudo de Avaliação Sobre os Danos Causados no Sítio GO-JA-03 Serranópolis-GO* (ms) arquivos 14aSR/ IPHAN 1999. e PESSIS,A.M. *Manejo do Patrimônio Cultural – O Caso da Reserva Natural das Araras* (ms) consultoria para o BID – FUNDHAM , Goiás ,1999.

a se apropriar desta herança ancestral e a se engajar e assumir a responsabilidade comum na sua proteção. Dessa forma, elaboramos o projeto e implantamos, conforme materiais em anexo. Embora não seja um problema novo, as tentativas de gestão são relativamente recentes, sendo que procuramos registrar as raras experiências existentes, buscamos inspiração em soluções utilizadas por áreas correlatas ou como diz a gestão fazemos *benchmarking*. Basicamente, estamos experimentando novas propostas, sujeitas à tentativa e erro, na medida em que o problema que constatamos foi gestão informal efetuada pelo empresário envolvido. Houvemos por bem mudar o foco do individual para o coletivo e, neste sentido, compartilhar a responsabilidade. Fomentamos a criação de uma associação comunitária, inspirada na máxima de colocar a comunidade como guardiã e beneficiária deste patrimônio, como já foi citado.

A interface destas iniciativas, como a área ambiental tem sido vista na forma do *Ecoturismo*, cuja visão é plenamente compatível com a da ótica cultural. Ele pode ser adequadamente utilizado no conceito formulado pela Comissão Técnica EMBRATUR / IBAMA que o define como sendo “*o Turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica*”.

Assim, o Ecoturismo surge como possibilidade de fomentar a economia local, gera receitas para a preservação de seu patrimônio cultural e natural, associados da forma como se apresentam. O Desenvolvimento Sustentável é o tema central de um novo ramo da economia ambiental que visa a estudar a forma como estas receitas podem efetivamente subsidiar a preservação e de que maneira se pode atribuir um valor monetário aos recursos naturais (CCE / IBT). “De acordo com a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (WCED)”, no seu relatório “O Nosso Futuro em Comum”, “*desenvolvimento sustentável é um processo para ocorrer aos anseios do presente, sem comprometer a hipótese das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades*” (CCE / IBT).

Enquadrado neste espírito de comprometimento com a preservação do patrimônio cultural e da natureza, promovendo a diminuição dos impactos negativos do turismo, entendemos como nossa responsabilidade social promover e disponibilizar, de maneira efetiva, uma amostragem destes Bens da União visando a cumprir a função a que se destina.

A contribuição destes locais como apoio a ações de educação patrimonial, é insubstituível, conforme nos testemunha a experiência venezuelana:

“ De momento, si queremos los educadores motivar y transformar actitudes y valores, generar personas participantes, conscientes, ello se logrará dentro del marco de lo recreativo, aun si ello se realiza en un tiempo y espacio “académico” este espacio formal se debe transformar en algo creativo, vital en la experiencia del alumno. Tomás Estévez (INDIRENA).

As justificativas para dedicar forte investimento no setor são consistentes, como o atendimento à Constituição Brasileira, à Lei 3924/61 para proteger os sítios arqueológicos sob nossa tutela; a observação das Normas de Quito (O.E.A. 1967) e ação preventiva à demanda do turismo cultural e regularizando o uso informal destrutivo em curso. O incremento à devolução social deste tipo de bem cultural se constitui um dos aspectos fundamentais para aumentar a visibilidade do setor.

A gestão desenvolvida no Piauí, na visão regional e integrada, sítio e ambiente resultou na criação do PARNA Serra da Capivara e na captação definitiva da parceria com o IBAMA, sendo um dos mais bem sucedidos casos brasileiros, que podemos citar como modelo, inclusive a nível mundial. Temos como referência de gestão privada, a bem sucedida iniciativa da Prof^a. Dra. Niède Guidon, hoje, arqueóloga da FUNDHAM – Fundação Museu do Homem Americano. A cientista percebeu, que para a implantação de um projeto de pesquisa de envergadura e a preservação dos mais de 400 sítios da região, deveria se engajar na melhoria da qualidade de vida da comunidade local, além de dominar outras linguagens, que foram percebidas na convivência de mais de 35 anos na região, com o meio político, científico nacional e internacional e outros segmentos. Tornou-se disponível especialmente para a mídia, tendo sido produzidos dezenas de programas televisivos e reportagens que ocuparam espaços do meio cultural ao esportivo. As pesquisas e a região, inclusive, foram tema para o carnaval carioca.

Após a criação do PARNA, trabalhou-se conjuntamente o tombamento a nível nacional e o reconhecimento pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. As pesquisas obtiveram as mais recuadas datações para artefatos líticos polidos, arte rupestre e a própria ocupação paleoíndia das Américas, ganhando grande repercussão internacional. Através destes resultados e do trabalho de divulgação, firmou-se como referência de arqueologia, para a comunidade nacional, que associava esta profissão apenas ao Egito, México ou Peru. Na região foram construídas estradas, hotel de nível internacional, aeroporto, escolas, postos de saúde, apiários, centros de artesanato, além de outros cursos de capacitação dirigidos aos

habitantes locais, entre outros.

Como coloca de forma bastante clara, a “Carta Para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico” elaborada em Lausanne em 1990 pelo ICOMOS / ICAHM.

“A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes em que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve ser fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante de “conservação integrada”.

Tanto a esta região do Piauí, quanto à de Palestina de Goiás são carentes e temos plena convicção de que esta herança dos antepassados pode servir de vetor ao desenvolvimento sócio-econômico da região. Esperamos que tendo a participação incisiva da coletividade como gestora, a iniciativa tem mais condições de ser bem sucedida e de nos inspirar um modelo de gestão que possa ser utilizado em casos semelhantes, viabilizando o turismo cultural em sítios arqueológicos, como instrumento de educação patrimonial e de preservação, além de uma área bastante promissora, como veremos nos países onde a questão está mais desenvolvida.

“Heritage tourism is a very big industry in the United States and worldwide”. Esta é uma das recentes conclusões do comitê de educação pública, que divulgou para o meio científico que o turismo cultural é um dos mais populares do setor de viagens, representando 15% do faturamento da indústria turística em 2000, ficando em terceiro lugar conforme dados da TIA – Travel Industry Association of America. Em 2001, o faturamento foi de US\$ 584.3 bilhões para a economia, com a criação de 7 milhões de empregos, tendo beneficiado especialmente a economia rural. (conforme dados do ITA / U.S. Department of Commerce, Tourism Industries 2001). HOFFMAN; KWAS & SILVERMAN ⁴¹. Destacam, também, o papel dos parques arqueológicos, como boas oportunidades de estabelecimento de parcerias com gestores, líderes comunitários e residentes. Indica-os como pólos de atração turística na medida em que estes locais, preservados e interpretados para o público, desenvolvem programas de educação patrimonial e vivências que representam, na maioria das vezes, o único contato que o cidadão de todas as idades, possui com este patrimônio. Uma pesquisa efetuada em pela SAA, em 2000, confirmou que as fontes primárias de informação sobre arqueologia são a imprensa escrita e a televisão.

Os autores citam o caso do Peru, onde o governo declarou em 97 *“The Year of 600.000 Tourists”* e, em 2000, recebeu 470.000 turistas estrangeiros. No país, este tipo de

⁴¹ HOFFMAN, T.L.; KWAS, M. L. & SILVERMAN, H “Heritage Tourism and Public Archaeology” The Magazine of the Society for American Archaeology. vol. 2 n. 2 .march 2002

turismo serve de base para promoção da identidade nacional e inúmeros são os conflitos de interesse na gestão dos monumentos, como a autorização de passeios a cavalo no Coricancha (o templo do sol dos incas), ou a construção de teleférico em Machu Picchu. A expressividade destas ações no Peru levaram, inclusive, à criação de um setor de “Gerencia de Imagen” no Instituto Nacional de Cultura, que contribui para a difícil equação de acomodar o cobiçado patrimônio internacional, sua realidade social, política e econômica e a necessidade de proteger estes bens (idem: 32).

O Comitê conclui colocando que o governo possui um programa formal de turismo cultural, neste setor, que propicia assistência técnica e informações sobre programas estaduais e locais e que é necessário formar pessoal especializado: *“Yet most archaeologists are trained in academia and have little understanding of the issues involved”*. Peter Stone (1997:28) *argues that courses in heritage management, along with the study of archaeological tourism, should be included as necessary components of archaeology degree programs throughout the world. These programs should incorporate both academic and practical training.*” (idem). Cita um curso já existente na Universidade de Buckingham em U.K, em nível de mestrado, cujo programa aborda os conflitos entre acesso e conservação, finanças e marketing, fontes de financiamento, legislação e estágios práticos em diversos países, além das saídas para comércio e gestão.

Desta forma, queremos salientar a necessidade de atuação neste setor específico, de grande apelo e potencial, que já está envolvendo e reutilizando o patrimônio arqueológico. Entretanto, o processo tem sido informal, sem o usufruto de orientação especializada e de licenciamento específico. A política nacional de preservação necessita contemplar ações nesta área.

II – 3 – QUESTÕES RELATIVAS À TEORIA E PRÁTICA DA GPA.

Conforme se conhece dos preceitos acadêmicos e nos foi demonstrado por Aloísio Magalhães, na década de 70, através das competentes transformações que operou na esfera da cultura⁴² é a abrangência da visão do conceito de cultura e de outros fundamentos que se delineia os parâmetros das estratégias passíveis de serem desenvolvidas pelas políticas culturais, em cujo bojo se inserem as políticas e ações do setor de preservação do patrimônio arqueológico. Desta forma cabe-nos levantar questões básicas e decorrentes, que constituem

⁴² LONDRES FONSECA M.Cecília “O Patrimônio em Processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil” Rio de Janeiro; UFRJ : IPHAN: 1997

o macro contexto e alguns dos instrumentos teóricos que fundamentam nossa discussão e missão .

Sobre o conceito de Cultura podemos dizer que um conceito, criado no Ocidente e que era discutido apenas no meio antropológico, foi sendo apropriado por outros setores, incluindo o político e ganhando popularidade. Alguns grupos já destacaram conscientemente esta categoria do conhecimento introjetado, como cita Godelier com os Baruya da Nova Guiné, como sendo da Cultura, de onde eles retiram forças. Existem dezenas de conceitos de Cultura, e pior, todos válidos! Para o senso geral, Cultura é tida como a forma de se falar de identidades coletivas. Para alguns especialistas, é uma forma de fazer distinções (Bourdieu, 1992:33), é a opção versus o barbarismo (Kimbal), um instrumento de dominação (Arnold), o estabelecimento de estandartes públicos e determinantes dos destinos nacionais (Ingles). A tônica comum, entretanto, é o reconhecimento de sua relevância para o desenvolvimento da humanidade, chegando a ter quem afirme que o futuro do mundo depende da Cultura, que ela será a fonte fundamental dos conflitos (Huntington) (cf. com. oral Woortmann).

Do biólogo Darwin, passamos pelo evolucionismo de Morgan chegando à ótica Boasiana, na qual “culture make us, not biology”. Dumont levanta as oposições ideológicas entre materialismo e valores espirituais, e cultura e civilização. Mann, discutindo “Bildung” e “Kultur”, imunizou os alemães contra as idéias da revolução francesa. Marxistas discutem cultura de elite e popular, de massa. Como a maneira de produzir símbolos e mensagens. Discutia-se os usos sociais e políticos da palavra cultura. Os antropólogos pensavam na oposição entre o iluminismo e o romantismo, o universal e o particular, cultura e progresso. Para Decartes, a cultura representa um estágio de evolução do Homem, assim como sua alma, os discursos teológicos do período medieval sucederam o de Sahlins, sobre o estado da natureza. que envolviam a idéia de razão, como condutora da humanidade para a ciência. Este complexo processo ganha contribuições de Bourdieu, sobre os guardiões das culturas e dos hábitos, e os hábitos estruturados e estruturantes.

Bastante madura, a questão evolui em torno destas idéias, com outros atores como Lévi-Strauss⁴³ discutindo natureza x cultura, a proibição do incesto e concluindo que Cultura é razão e é universal. Radcliff Brown, coloca tudo como girando em torno da idéia de função, o que é útil para a preservação de um determinado sistema. Boas revolta-se e inicia movimento na América contra os evolucionistas, trabalhando a “Bildung”, a autoconstrução, a construção da identidade através da cultura. Neste contexto, (Geertz, 1983), ex-evolucionista, trabalhou com categorias nativas e distanciamento e envolvimento,

⁴³ (Les Structures Elementaires de la Parente)

como Elias, e foi se desenvolvendo até conseguir afunilar a questão até a situação menos polêmica em que se encontra hoje. Em perspectiva simbólica, difunde a idéia de que cultura não é o domínio sobre a natureza ou a resposta às necessidades básicas, mas a capacidade de simbolização. Os rituais não são definidos como atos que têm finalidade prática, mas se transformam em linguagem. Cultura passa a ser texto. Hábitos alimentares são traços de identidade, pois envolvem significados, portanto uma refeição é texto, a casa é um texto, a cidade e o sítio arqueológico.

Em suma, cultura é uma palavra polissêmica, é um conjunto de idéias que tem categorias nucleantes, onde os significados dos núcleos se articulam. Os temas que a compõem variam com as circunstâncias. O tombamento, que também pode ser de sítios arqueológicos, é instaurado porque possui significado atribuído, de ordem ideológica. Conforme citação de Roque Laraia, “Ouro Preto é a metonímia do Brasil”, como a cidade de Goiás o seria do estado, completa Woortmann.

Nos anos 90, além da citada reação de Boas, a teoria da cultura associou-se à política cultural divulgada através dos veículos de massa alimentando ampla discussões que identificaram a cultura erudita como de elite, fornecedora de status o que levou o movimento esquerdista inglês (New Left) a estudar cultura popular como forma de “resistência”. Em suma a cultura tornou-se palco de exercício de poder. O homem se relaciona com o ambiente através da Cultura. Para Durkheim e Mauss, cultura é classificação, como o mapeamento cognitivo da floresta feita pelos índios para produção de alimentos. Desta forma, o que hoje é visto por alguns segmentos como meio ambiente, para nós pode ser patrimônio arqueológico, o que estabelece a inter-relação das questões da GPA com as ambientais, na prática, por exemplo, entre o IPHAN e o IBAMA como já o reconhecem e enfocam as Resoluções CONAMA e a legislação, conforme colocamos. Sahlins critica o utilitarismo, enfocando-o como etnocentrismo. Associa a razão prática e simbólica, demonstrando que não compramos roupa, mas moda, que o índio não se “veste de penas” e que estas ações possuem expressão estética, marcas individuais e contexto ritual. Geertz critica Sahlins colocando que Cultura é um conjunto de significados, portanto quando falamos de patrimônio, falamos de significados e não de coisas. Como coloca Woortmann, “comer empadão em Goiás é uma ingestão de patrimônio”. Evidentemente entendemos esta ótica. Entretanto, em GPA temos que proteger a materialidade que fornece a base para interpretação dos significados, tanto para a comunidade contemporânea quanto para fornecer a mesma oportunidade para as gerações futuras. Geertz também percebeu e registrou a

complexidade das relações interpessoais desta área colocando que “Gestão é na maior parte das vezes administração de situações conflituais”.

O multiculturalismo, como política cultural para identidades coletivas, tem sido mais percebido no discurso. As idéias de uma só humanidade e um progresso único dos filósofos do século XVIII não se adequam à realidade de nossa identidade social, da mesma forma que a ideologia do Melvin Pot, (onde tudo se funde em único caldeirão borbulhante) e a globalização vista como americanização. “*O culto à diferença conduz à ditadura da identidade*”. A diversificada produção científica elaborada com base no nosso patrimônio arqueológico ainda está acessível a uma pequena parcela da sociedade, que pode ser percebida como uma elite. Esta difusão, também objeto da GPA, fica prejudicada na maioria das vezes, em função da sua clientela ser eminentemente desvinculada dos grandes centros e com perfil associado mais à cultura popular e artesanato do que a temas apresentados de forma acadêmica. Cumpre, portanto, trabalhar mais os conceitos, os produtos e as linguagens. Uma iniciativa neste sentido foi o simpósio organizado por C.Tenório, visando “*entender o distanciamento do conceito original de cultura e ao mesmo tempo realçar a trajetória teórica própria da Arqueologia*”. (2002 resumo). Nesse âmbito tivemos a contribuição do antropólogo C.Fausto, que historia as relações da antropologia e da arqueologia, nos momentos de proximidade e distância. A análise efetuada, demonstra as diferenças, a atual defasagem do conceito de cultura para diversos fins, inclusive este de reaproximar essas duas áreas. Conclui pela necessidade de adoção de novos caminhos.

Outro fator complicante na GPA é que além da baixa visibilidade que a missão possui, é que o próprio suporte material também é de difícil percepção quanto à expressividade e potencial que possui, para propiciar uma imagem mais direta como já citamos. A Arqueologia estuda as sociedades humanas com auxílio da cultura material, entre outros. Sabemos que a produção é a representação de um sistema simbólico e artefatos podem ser traços que demonstram a identidade de grupos, como por exemplo: os Moai da Ilha da Páscoa, as colunas Jônicas, Dóricas e Coríntias da Grécia, a cerâmica Marajoara, os zoólitos dos sambaquis, os muiiraquitãs amazônicos, as pirâmides egípcias e maias, etc. Embora exuberante e instigante o universo resgatado sempre será fragmentário e necessitará de interpretação especializada.

A arqueologia e a GPA estão impregnadas da tendência interpretativa funcionalista, mas para preservar torna-se necessário possuir uma visão bastante ampla em função da grande diversidade de grupos e situações que permeiam o trabalho. Desta forma, justifica-se à ótica de Malinowsky sobre o uso dos pontos básicos da ciência da cultura: trabalho de

campo e conhecer o ponto de vista nativo (48:). No caso, o dos sistemas societários envolventes. Não existem formulas prontas para a GPA, mas um complexo jogo de combinatórias onde se tem, que ter sempre em mente as diretrizes e parâmetros. Desta forma, a gestão depende da compreensão do sistema societário envolvente para estabelecer uma relação dialética e buscar parcerias e a melhor formas mais efetivas e legitimadas de preservação. Esta demanda da sociedade e as dificuldades de desenvolvimento de pesquisas acadêmicas têm levado profissionais a produzir de forma utilitarista, para empobrecimento da área. A perspectiva pragmática é limitada, mas representou uma contribuição para o setor, desengajada em relação às questões nacionais de preservação, mesmo frente à constatação do acelerado ritmo de destruição de seu objeto de trabalho. Mas o panorama está mudando.

Pela primeira vez a comunidade discute Arqueologia Pública em um congresso, visando, entre outros: “... *analisar as experiências recentes nas quais o trabalho do arqueólogo tem relação direta com a defesa de setores sociais relegados, tanto nas condições de existência material (reivindicação de terras, qualidade de vida), como na melhora global de auto-estima (educação, identidade) de setores ainda discriminados pelos modelos democrático/republicano da região*” (SAB 2001:54) .Este objetivo justificou-se pela ampliação do espaço disciplinar, onde o saber arqueológico se torna paulatinamente de interesse social direto e pelo inicio do processo de reconhecimento da participação histórica das minorias na construção das nações sul-americanas. Esperamos que esta tendência se consolide e se traduza em mais ações, norteadas pela demanda da sociedade nacional, da preservação e do meio científico.

Outras questões básicas associadas às questões de preservação estão ligados ao conceito de Tradição, que são discutidas por Boas. Ele coloca que tudo o que enxergamos, é através de uma tradição e não dos olhos biológicos. O olho que vê é o órgão da Tradição. Impregnado de utilitarismo, coloca que Tradição é um conjunto de significados acumulados. Hobsbawn & Ranger (1990) apresentam reflexões sobre a invenção das tradições, buscando estudar o modo como elas surgiram e se estabeleceram. As “tradições inventadas” são entendidas como “*um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza rituais ou simbólicas, visam, inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente; uma continuidade em relação ao passado*”. (84:9)

Apresentada ainda como “*essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da*

repetição”, (84:12) demonstra semelhanças com outra das ferramentas analíticas básicas da arqueologia, que é a observação das recorrências. Ainda está incipiente no Brasil, a preocupação com esta temática, aspecto que leva-nos a conseguir localizar, rapidamente, exemplos dos registros pré-históricos; os que chegam mais perto da Tradição em pesquisas desenvolvidas na Turquia.

Ian Hodder (Stanford EUA) desenvolve uma arqueologia da memória em Catalhoyuk, sítio Paleolítico e Neolítico de mais de 10000 anos onde observou a extraordinária repetição dos mesmos atos, por mais de 1000 anos, indicando continuidade e estabilidade. A falta de mudanças no Oriente, fez com que as casas fossem reconstruídas no mesmo local por dezenas de vezes. A análise dos perfis estratigráficos resgatados pela fina escavação e análises químicas da distribuição do cálcio no chão, coberto com reboco de diferentes proveniências, entre outros, revelaram práticas, hábitos e mecanismos de transmissão de conhecimentos através das gerações. Com esquema básico semelhante em todas as casas, demonstravam centenas de camadas de reboco nas paredes e mais de 150 pisos refeitos. Havia regras rígidas quanto à divisão de espaço, diferentes plataformas possuíam diferentes tipos de uso, com concentrações de artefatos, depósitos de grãos e enterramentos. Em uma das construções inclusive foram encontradas 65 sepulturas, demonstrando diferenças de gênero e status. O trabalho foi desenvolvido em termos da análise da memória de hábito e de comemoração. Foram identificados rituais para comemorar a abertura e o fechamento das casas, relacionados com o uso e reuso dos postes de sustentação, dos fornos, e de esculturas de cabeças, na maioria de boi. As cabeças eram resgatadas anos depois pelos descendentes, que as trocavam por oferendas, demonstrando comportamento similar a tradições disseminadas pela Anatólia.

A discussão de Hobsbawn coloca o costume como a dupla função de motor e volante nas sociedades tradicionais e levanta diferenças entre tradição (a peruca) e os costumes (a ação do juiz), e entre tradição e rotina. Rotinas que funcionam viram hábitos e até reflexos imutáveis. As tradições são opostas às convenções ou rotinas pragmáticas. Entendemos que, apesar do exposto, não há margem de dúvidas sobre o conteúdo ritual e simbólico das rotinas de Catalhoyuk, que nos fica como subsídio para reflexão, sobre as possibilidades do contexto nacional.

Em suma, o interesse e correlação com as questões da arqueologia, se apresentam tanto para a compreensão dos grupos contemporâneos, co-parceiros na GPA, quanto nas abordagens como as de Arqueologia Histórica ou Etnoarqueologia, que lidam com contextos mais recentes e algum apoio na história oral e documental. De fato, no fundo todas tradições

são inventadas, mas são úteis para a construção e percepção das identidades, neste sentido, devem ser conhecidas e consideradas no contexto de uma política de gestão de patrimônio. Por outro lado, esta questão se coloca também em nosso contexto, em relação à proteção de sítios, que foram ressemantizados pela população, como o caso da caverna de Terra Ronca, sítio arqueológico onde são celebrados eventos religiosos já incorporados à tradição regional.

O patrimônio cultural, em especial a arqueologia, conforme consideramos, tem papel de relevância na construção da identidade nacional. BEZERRA DE MENEZES ressalta que o suporte fundamental da identidade é a Memória e que a memória “*é um mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência, quer em nível individual, quer social e, por isso mesmo, e eixo de atribuições, que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade*”. Discute ainda características da memória, como a seletividade e indução, a facilidade de produção, como o culto do passado nas sociedades complexas, (passado social formalizado e instituído como modelo de ações e valores). Nas sociedades simples, os ritos de “retorno às origens” e os “mitos de fundação”. Indica ainda como profícuo o “*culto aos ancestrais*”. Citando o patrimônio monumental com que Halbwachs (1968) enfoca a memória coletiva, conclui dizendo que as tradições são constituídas por ação humana. Ressalta a ambigüidade dos conceitos de identidade e memória e indica a superação através do aprofundamento da consciência histórica. Nesta altura se aproxima da postura pós-processualista demonstrando a importância desta Arqueologia-Antropologia, se munir de tolerância e agregar valores de onde quer que eles venham.

Conclui o autor, dizendo que “*Sem memória, não há presente humano, nem tampouco futuro*”; “*a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano: a mudança*”. “*Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois, inexistiria uma plataforma de referência...*”. É a memória que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, que torna legível o fluxo dos acontecimentos.” Por fim, cita Jose Honório Rodrigues: “*Sem história, não há memória*”.

Não são observadas reflexões específicas sobre memória na Gestão do Patrimônio Arqueológico. A partir desta realidade, do desvinculamento entre a memória remota e a contemporânea, as questões da gestão se delineiam, apontando de forma clara para a necessidade do desenvolvimento de campanhas de educação patrimonial. Constata-se via de

regra a ruptura de relação entre os bens arqueológicos e as memórias contemporâneas, que se apropriam parcamente destes conhecimentos através da literatura hermética e especializada – praticamente o único tipo disponível. De maneira mais direta, a sociedade nacional ignora o que seja arqueologia e a legislação que a protege e que protege sua memória destruindo-as, desrespeitando-as, além de se apropriar dos objetos com visão utilitarista, transformando-os em bens de comércio. Como demonstramos em Ouroeste / SP (PARDI et alii 99) e conforme o os conhecidos eventos de Marajó / PA ou para uso cotidiano conforme demonstram diversos relatórios de vistoria do IPHAN (colares de Monte Mor / SP; objetos decorativos de Cáceres e vasos de Alta Floresta / MT; etc...).

Desta forma, com esta recorrência e intensidade, é vista a amplidão de atribuições do estado e de sua parca estrutura operacional, a única e mais legítima solução para viabilizar a gestão do patrimônio arqueológico, é através da sociedade. Captar e instrumentalizar parceiros, atuando de forma conjunta, multiplicando as ações e o conhecimento sobre nossos bens e culturas e sem apropriado melhor de nossa memória ancestral para podermos preservá-la pelo menos de forma amostral e consciente.

O desafio, portanto, se, constitui em racionalizar o tempo e os recursos para contatar com as comunidades de áreas diversificadas, previamente selecionadas para nos fazer atingir a diversidade quantitativa e qualitativas e instrumentaliza-las. Desta forma, pretendemos refletir sobre a sistematização dos mais de 38 tipos de memória apresentados pelo programa desenvolvido e todos outros subsídios diretos e indiretos, para tentar demonstrar a expressividade destes ferramentais para este tipo de gestão e sistematizar estes conhecimentos, adapta-los e aperfeiçoa-los como instrumentos de trabalho para a ação cotidiana, através de um roteiro de observações e/ou um formulário informatizável. Procuraremos elaborar um módulo que possa ser integrado em programa de educação patrimonial, que suscite, preferencialmente a adesão afetiva do grupo, buscando as funções positivas da memória arqueológica (Halbwachs apud POLLAK 89:1).

Observamos nos exemplos relatados de gestão de patrimônio arqueológico, que a ação neste setor é emergencial e de salvamento, e observamos também como a memória permeia a questão, em sítios históricos e pré-coloniais, de todos os tipos, de tempos memoriais à história contemporânea, passando pela cultura indígena, negra, imigrante, por questões, individuais, coletivas, locais, regionais, religiosos, econômicos, genealógicos, subterrâneos, etc. No uso cotidiano estes roteiros e formulários se constituirão em registros de memória das comunidades diretamente relacionadas com os sítios ou conjuntos de sítios, dos quais dependem as ações de identificação, documentação, proteção e preservação de

forma geral. Poderão ainda fornecer mais continuidade as atividades lá desenvolvidas por diferentes gestões e grupos, autóctones ou exógenos, possibilitando a consecução de ações mais cumulativas que concorrentes, além destas informações, que fornecerão visão mais completa para poderem subsidiar projetos mais consubstanciados e consoantes e com as condições para os 4 “Es”: Eficiência, Eficácia, Efetividade e Economicidade. (Chinellato 99: 288)⁴⁴

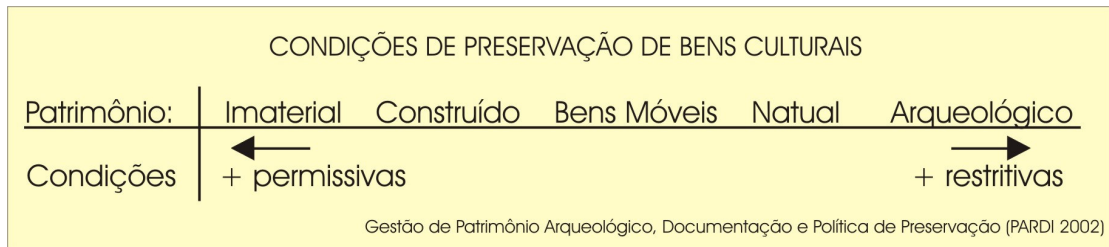
Cada comunidade em geral detém sua própria memória, independente dos dados oficiais, guardadas informalmente através dos guardiões de memória. Documentos, fotos, histórias e histórias, objetos arqueológicos, curiosidades em geral, sem distinção, tudo é guardado com zelo. Em geral são nossos informantes, as chaves para acesso à comunidade e os melhores parceiros locais. Sua sensibilidade, cumplicidade e empenho, via de regra, são os aspectos responsáveis pela manutenção e continuidade dos trabalhos nos municípios, dentro ou fora dos meios oficiais. Desta forma, fica claro, que não se pode apenas trabalhar sob demanda, mas é necessário possuir indicativos e diretrizes claras para desenvolver uma política dinâmica de atuação. A gestão depende, grande parte, da compreensão do sistema societário envolvente, para estabelecer uma relação dialética e buscar a melhor forma de preservação, em geral com base em responsabilidades compartilhadas.

A Memória neste contexto tem papel de ferramental de trabalho, elaborar um banco de memória nacional é basicamente uma das soluções encontradas para equacionar as necessidades entre a preservação e a destruição provocada pelo desenvolvimento econômico do país (artigo 3 Lei 3924 / 61. Estes bancos de memória servirão de base para a devolução à comunidade nacional, a reapropriação destas referências ou como diz Connerton⁴⁵ “para o exercício do conhecimento recordado *“O ato de recordar não é reprodução, mas reconstrução”*. O autor refletiu, neste trabalho sobre a forma como se transmite e conserva a memória dos grupos. A memória tem como suporte o documento escrito, a cultura material e outros itens e a memória oral, para gestão, sobretudo dos conjuntos simbólicos conforme nos fala Sapir. As ações, entretanto não podem se resumir ao campo teórico devido à materialidade dos bens em questão. Esta ótica tem natureza conflituosa devido aos diferentes segmentos que interagem neste campo. Como se observa na régua abaixo, as condições mais

⁴⁴ Eficiência – refere-se ao bom desempenho ou gerenciamento do personagem principal frente ao empreendimento; Eficácia – refere-se ao bom resultado do empreendimento frente aos objetivos fixados; Efetividade – refere-se à constância, à razão lógica de se manter, do existir de um empreendimento, dentro de uma visão do interesse social; Economicidade – refere-se à ausência de desperdício significativo dos recursos investidos.

⁴⁵ PAUL CONNERTON “Como as Sociedades Recordam”

restritivas pendem para o lado do patrimônio arqueológico e natural e o mais flexível para o patrimônio imaterial.



Estas discussões extrapolam o escopo da presente abordagem, e estão sendo refletidas e discutidas nos meios especializados como demonstra o simpósio “*Entre paradigmas e ações: Repensando o patrimônio cultural no Brasil*” – coordenado por Manuel Ferreira Lima Filho (IGPA/UCG) e por Mariza Veloso, discutindo o tema: “*Patrimônio cultural e patrimônio arqueológico: relações possíveis*”, onde busca refletir sobre as conexões entre o patrimônio visível (cultural) e o invisível (arqueológico), apresentando como ponto de articulação possível o conceito de memória coletiva compreendido como um processo dinâmico de significação e ressignificação social.

Desta forma, observa-se que existe uma intrínseca relação entre a memória e o trabalho de preservação, nos aspectos em que depende da interação com a sociedade. Neste sentido, encontramos em Walter J. Ong⁴⁶ uma chave que vem facilitando a compreensão das comunidades de interior e as que são as verdadeiras guardiãs de seu patrimônio onde, na maioria das vezes, encontramos os sítios arqueológicos. O trabalho utilizado é sobre a “*Orality and literacy*”, enfocando as diferenças de mentalidade entre os povos de cultura oral e escrita. Cultura oral, como a que valoriza a reprodução de elementos orais e a escrita que se apresenta cada vez mais dependente do uso dos registros físicos. Observando do ponto de vista da dimensão relacional, o agente de preservação, na maioria das vezes, do governo, possui um ferramental escrito, formalizado e baseado em textos de lei, fichas com bases de dados informatizáveis, relatórios etc. As comunidades, entretanto, não apenas são basicamente orais, como, na maioria das vezes, não alfabetizadas.

A própria GPA reflete estas dimensões, do oral ou literário, na medida em que não pode se enquadrar confortavelmente no meio acadêmico, cujas ações e o conhecimento se produz e reproduz basicamente apoiadas pela bibliografia. A GPA tem fontes mistas, uma vez que sua linguagem e ação, possuem um tempo mais dinâmico e o conhecimento acumulado, de cunho endógeno é transmitido de forma assistemática, através de documentos

⁴⁶ WALTER J. ONG “Orality and literacy” Rd Methuen 1986

administrativos dispersos, ou de forma oral, transmitida ou percebida pela vivência e experimentação.

Desta forma, este é um dos aspectos que determina o sucesso da ação da preservação na medida em que dependemos de infra-estrutura e guias e transmissão de informações. Fica claro, portanto, que a relação “custo-benefício” depende de contatos verbais diretos, sobretudo com os guardiões de memória, efetuando a produção de registros posteriormente. Ao contrário, em sociedades urbanas, a forma de abordagem deve ser através dos documentos de identificação, textos legais, notificações, formulários... o mais formalizado possível. Em situações ambíguas ou liminares (como assentamentos de sem terra, ex.) a situação é dupla apesar da briga ser pelo papel, o registro das terras, a palavra ainda é aceita, como coloca E. Woortmann (com. oral).

Portanto, de forma geral, obtemos um forte indicativo para adotar como via de regra o contato pessoal e oral. Desta forma, é necessário sistematizar um “pacote” de apresentação da matéria, da instituição e dos objetivos da missão, se possível com apoio de iconografia com instrumento de trabalho assim como retroalimentar este processo, sistematizando informações sobre o grupo, de forma a viabilizar estas e outras abordagens, nas comunidades onde necessita-se fomentar a preservação.

Quanto à Identidade, podemos dizer que inicialmente identificamos este conceito a partir da idéia de reconhecimento, semelhança a si próprio como condição de vida psíquica e social, que privilegia o reforço ao invés da mudança BEZZERRA DE MENEZES (1987) nos remete à função mais adequada para o patrimônio cultural, a partir da abordagem da antropologia e sociologia. Estas áreas entendem a identidade como socialmente atribuída, mantida e transformada, em função da legitimidade social que necessitam. Nesta ótica, coloca que *“é fácil entender que o processo de identificação é um processo de construção de imagem, por isso terreno propício a manipulações”*. Ressalta que o patrimônio assume uma função anestésica, na medida em que deve neutralizar conflitos e mascarar contradições, para a integração harmoniosa que, freqüentemente se constitui o objetivo da proposta de construção de identidade nacional. Trabalha-se ainda com outras óticas, onde: *“Identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade”* (BERGER & LUCKMANN, 1971:195 apud CARDOSO DE OLIVEIRA 1976: 43). Cardoso trabalha com o conceito antropológico de identidade onde as representações coletivas, as ideologias e as identidades étnicas somente serão inteligíveis se referenciadas aos seus sistemas de relações sociais de origem. Afirma ainda que a identidade social é uma ideologia e uma forma de representação coletiva.

A identidade é contrastiva. Ela surge quando é necessário reafirmar o contraste, não é algo que se escolhe ter. A identidade é contextual, uma forma de interação conjuntural. A identidade contrastiva não se afirma isoladamente, apenas por oposição, ela representa a essência da identidade ética. “Grimberg & Grimberg apontam que *um dos elementos importantes para a consolidação de sentimento de identidade é o jogo dialético entre a semelhança e a diferença* (1971:136) apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976:36). Semelhanças e diferenças são categorias analíticas básicas da reflexão arqueológica, para estabelecer correlações entre os vestígios, a cultura material, os sítios e as culturas. Afirma-se que a cultura tem nas representações o seu núcleo formador mais dinâmico e também as representações coletivas não podem ser conscientes remetendo-nos à citação de que “*são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para as produzir, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas idéias e seus sentimentos, longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e seu saber*” (EMILE DURKHEIM, 1968:22-3 apud CARDOSO DE OLIVEIRA 1976:41).

Da mesma forma que existem doenças psicossomáticas, perturbações “imateriais” que se corporificam, entendemos que necessitam ser buscadas as relações entre as representações coletivas e as práticas pré-históricas. As crenças espirituais e sua representação na arte rupestre, como sugerem as recorrentes pictografias de um grupo de homens em volta de uma árvore, existentes na Serra da Capivara, no Piauí (GUIDON, comunicação oral). A decoração da cerâmica da Amazônia e a visão de mundo das sociedades complexas, a própria formação das TPA’s – Terras Pretas, onde os estudos mostram evidências de que seriam de origem antrópica, através de associações geoquímicas de elementos adicionados aos solos pela ocupação pretérita (KERN, COSTA, & FRAZÃO 2001:63). Da mesma forma, nos questionamos sobre os *mounds* também da Amazônia, os aterros do Pantanal ou os cerritos dos pampas do sul do país. Os sambaquis também estão no rol destas magníficas obras de engenharia que só poderiam ter sido construídas de forma coletiva, através de um sistema social minimamente organizado. Estes tipos de sítios nos remetem às observações de Berger E Luckmann, onde as representações ideológicas da experiência coletiva vivida ou conhecimento de senso comum gerado pela realidade social do cotidiano são objetos de uma sociologia do conhecimento. Em uma visão ampla de ideologia.⁴⁷

⁴⁷. Entendendo-se por ideologia, o conjunto de representação de valores e crenças, advindas de atividades religiosas, morais, estéticas, etc, que não podem diferenciar-se da experiência vivida pelo homem. (1971:)

Desta forma, é fundamental para a GPA se embasar no conceito da forma mais ampla para nortear sua compreensão da ótica da comunidade com qual está interagindo para posteriormente trabalhá-lo em direção a integrá-los com as questões da cultura nacional. Para tal, é necessário sempre considerar os operadores simbólicos de - D'ARGEMIR e PUJADAS, (1997: 134 apud CARDOSO DE OLIVEIRA 2000). A terra (entre o “nós” e os “outros”) a história real ou suposta, o sangue, a língua, a propriedade e o caráter. Via e regra, os gestores de patrimônio, são os “outros”, os “de fora”, que pretendem mexer com a construção simbólica de sua cidadania, ou seja, com a essência de sua identidade, sem serem “cuiabano de chapa e cruz”, “carioca da gema” ou “goiano do pé rachado”, por exemplo.

Poucos são os exemplos nacionais de construção de conhecimento ou difusão de pesquisas arqueológicas que visam a construção da identidade, como o citado BEZERRA DE MENEZES, SYMANSKI (98), TOCHETTO (2000) e SOUZA⁴⁸ (2002).

Quando responsáveis pelo IPHAN em Mato Grosso, tivemos uma demanda atípica, no qual o grupo indígena queria preservar os edifícios símbolos da dominação sofrida no tempo do SPI (Antiga FUNAI), visando aumentar seu poder de resistência. Apesar das dificuldades, entendeu-se a importância de atender um segmento minoritário, mas qualitativamente expressivo para a cultura nacional. Constatamos, com estranhamento, que raras vezes este tipo de grupo tinha sido atendido no guichê governamental. O status moral deste grupo nos reafirmou, na prática, o quanto a diversidade é maravilhosa, e não uma ditadura, como se colocou anteriormente. Apesar do violento processo de aculturação a que foram submetidos por séculos, suas idéias, valores e símbolos estavam latentes.

A decorrente criação do Museu Oficina Kuikare foi uma forma de interação com a sociedade dominante envolvente, através do resgate, da divulgação e reafirmação de sua cultura. O processo fez retornar e fixou jovens na aldeia, fomentou a preservação dos sítios arqueológicos associados às cachoeiras sagradas do povo Bakairi. Enriqueceu ainda os conceitos do sistema nacional de museus na medida em que foi o primeiro criado em uma maloca, a 600 Km do público alvo tradicional mais próximo, para pouco mais de 100 pessoas e sem acervo. Constitui-se um espaço do índio para o índio, para resgatar e replicar seus saberes e fazeres, a começar da construção da maloca, seu grande artefato. É um espaço de produção, uso e descarte de sua cultura material. Frequentemente ainda temos notícia das ações que promovem. (PARDI & MIGLIACIO 88).

⁴⁸ SOUZA, Marcos André Torres de. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In: ZARANKIN, Andrés & SENATORE (Orgs.), Maria Ximena. Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul – Cultura Material, Discursos e Práticas. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002.

A vivência ressaltou a importância de preservação para a memória nacional pelo menos de uma amostragem mínima da memória indígena, através do tombamento. (PARDI, 89). Buscando um contexto mais completo, selecionamos uma área da Chapada dos Parecis, onde os Wassussu, subgrupo Nhambiquara, mantêm sua cultura tradicional, preservam o ambiente e as cavernas das aldeias dos espíritos, ligadas à sua cosmogonia, ao seu nascer e morrer. A motivação envolvia a necessidade de proteger o sítio arqueológico da área do Abrigo do Sol a mítica caverna Taihantesú⁴⁹, que ficou fora da delimitação da FUNAI e o esvaziamento do conflito entre índios, madeireiros e grileiros, que se replicavam também na área do pequizal, fonte insubstituível de alimentação e base de uma rede de relações e trocas, da qual depende a identidade destes grupos. A razão prática oculta a razão simbólica e vice versa. Reunidos todos os especialistas, disponíveis, pesquisada e documentada a região, fundamentou-se um processo..., que está tramitando há mais de 15 anos.

Apesar do apoio de vários segmentos, o processo Taihantesú suscitou estranhamento em uma estrutura viciada, voltada para patrimônio edificado. O CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural) já havia sido extinto. (Mariza Veloso, com.verbal) Há poucos anos atrás o discurso político oficial voltou-se para a preservação da diversidade antevendo as comemorações dos 500 anos de Brasil. Tombou-se sinagogas e terreiros de umbanda, ...mas parece que a contribuição da cultura indígena ainda não foi vista e reconhecida à altura de sua expressividade. As esperanças renovam-se com a edição da lei de proteção do patrimônio imaterial. Embora com caráter diverso, sentimos a iniciativa coroada, quando a política oficial reconhece e cria instrumentos para a preservação intangível e como primeiro registro a ser aceito, seleciona a cultura indígena. Os Waiampi do Amapá, em função da manutenção de sua memória e da prática de transmissão oral, foram indicados como patrimônio nacional e da humanidade. Registram-se afinidades entre a preservação do patrimônio arqueológico, etnológico e natural, transformando seus atores em parceiros naturais com objetivos comuns.

A gestão trabalha basicamente com identidades coletivas: o conceito de nação, minorias étnicas, classes sociais, etc. O conceito de diferença que advém do de identidade constitui-se na realidade empírica que encontramos. A ótica americana do individualismo liberal, muito difundida no Brasil, cria um problema para gestão na medida em que transforma tudo em mercadoria e coloca a propriedade privada acima de tudo. A GPA tem por base o direito coletivo que classifica os sítios arqueológicos como Bens da União. Nem mesmo esta declaração universal e o apoio legal garantem a mudança de comportamento, o

⁴⁹ Grupo Nhambiquara da Chapada dos Parecis no Mato Grosso.

que faz, com que a Educação Patrimonial seja novamente indicada como um dos instrumentos mais eficazes para a preservação. É fundamental que se trabalhe com os grupos associados as áreas onde se detecta destruição do patrimônio arqueológico, com as autoridades e outros segmentos que desconhecem a questão e não reivindicam seus direitos, dando margem à destruição impune e não compensada do legado de seus antepassados.

Embora CONWAY estivesse discutindo sobre identidade generacional, entendemos que a reflexão é válida para o fato criado pela descoberta, interpretação e difusão do patrimônio arqueológico no sistema societário envolvente. Cria-se um fato comum do qual todos têm distanciamento cronológico e cultural semelhante, o que contribui para diluir as diferenças, agrupando-os e servindo de texto ou pretexto, mas, com efeito, socializador, como fator de integração. *“Los individuos que comparten un contexto histórico social y que toman de la experiencia un conocimiento de tipo similar, forman un grupo social”* (In: MANNHEIM 1952: 304).

Outro fator importante a ser considerado em GPA, no trato com as comunidades contemporâneas, é a relação que possuem com os bens arqueológicos, quando envolvem identidades reinventadas. Podemos citar o exemplo recentemente apresentado por Irmhild Wüst (SAB 2001:37) ao visitar Coroa Vermelha (Ba) e reencontrar Pataxós como “legítimos” ocupantes de terras tradicionais Tupi, em práticas que envolviam símbolos de diversas etnias. A manipulação de itens materiais pelo grupo faz parte de um esforço de construção e reconstrução de suas identidades em momento de grande visibilidade política e jogos de interesse inclusive econômicos, por ocasião da comemoração oficial dos 500 anos de Brasil, fato já polêmico.

Percebemos questão semelhante junto aos Wassussu, grupo Nhambiquara, da Chapada dos Parecis, ao estarmos vistoriando o Abrigo do Sol, pela segunda vez, depois de mais de 10 anos da primeira visita. O sítio possui extratos que testemunham uma ocupação contínua quase que desde o presente até aproximadamente 25.000 anos (Miller, com. verbal) Mesmo assim, os índios entendem o local como de seus antepassados, misturando os diversificados vestígios das diferentes culturas, na imemorialidade de seus mitos de criação.

Cardoso de Oliveira discute ainda os descaminhos da identidade e reafirma que a identidade sociocultural para ser inteligível tem que ser contextualizada no interior das sociedades que o abrigam. O “self” de Taylor que caracteriza as identidades modernas versos o “nós” das instâncias empíricas em que as identidades globalizadoras se manifestam. A descoberta de um sítio arqueológico pode propiciar observações semelhantes às que são feitas nos momentos de crise. Um fato novo para estudo e descoberta.

Um exemplo de gestão bem sucedida, que engloba o campo econômico é o PDSA (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá), elaborado com base na identidade cultural dos grupos autóctones, e nos saberes e fazeres tradicionais, integrados ao meio natural. A identidade política do estado foi traçada para buscar caminhos alternativos à globalização que imprime um modelo mercantilista e predador ao nosso meio. Com uma linha de atuação coerente e harmoniosa, busca parceiros europeus e trabalha a gestão de recursos públicos de forma descentralizada. Atuando através de associações, cooperativas e apoio popular, tem conseguido melhorar a qualidade de vida de inúmeras comunidades, conforme constatamos ao longo das vistorias, nas mais longínquas colocações situadas no meio da floresta amazônica.

Como exemplo de projetos, citamos a premiada Escola Bosque que, no arquipélago do Bailique, na foz do Amazonas, captou grandes números de alunos e desenvolve uma pedagogia regional, buscando letras grupos isolados e tradicionalmente orais, com respeito à sua identidade. O barco escola do Projeto Navegar possibilita o acesso das comunidades a um laboratório de informática com equipamentos de última geração, promovendo cursos e viabilizando o acesso à internet, socializando o conhecimento e quebrando as distâncias e as fronteiras geográficas. O acesso a informação, desde a pré-história, é uma das formas mais difundidas de controle e exercício de poder.

A política cultural, que está fomentado a indústria de eventos e descobrindo talentos regionais, também têm investido na identificação, pesquisa, proteção e devolução dos bens arqueológico, com apoio do IPHAN e de instituições de pesquisa. A baixa taxa de ocupação populacional que permite que 98% da área estadual estejam preservadas ou enquadradas no perfil ideal para implantação de uma política preventiva de preservação do patrimônio arqueológico. A cultura material proveniente da região já é conhecida por sua grande beleza plástica e valor comercial, o que acarreta grandes problemas para o setor.

Em São Joaquim do Pacuí, também no Amapá, um cidadão que não possui a propriedade da terra sentia-se incomodado e inseguro ao ver as igaçabas (urnas funerárias), as procurava e destruía sistematicamente, talvez porque elas lhe lembrassem que estas terras já teriam dono. Centrado nas disputas de terra com os índios, ele desconhecia que se tratavam de vestígios de centenas de anos. Destruindo estes artefatos, ele age como que querendo apagar esta informação que o faz sentir-se o “outro”. Não se identificando com os vestígios, prefere acreditar no mito de que foram seus antepassados que chegaram pela primeira vez à região, a qual ele teria direito por hereditariedade. Os demais cidadãos da comunidade não se manifestam, assim como não se incomodam em passar sobre as urnas

que ainda estão nas vias públicas. Respeitam apenas as que encontram no cemitério. Quando cavam as covas, retiram as igaçabas, colocam o caixão e depois a retornam, enterrando os dois juntos. O fato cria mais um problema original para a GPA e torna praticamente inviável a pesquisa neste sítio arqueológico ressemantizado.(PARDI 2001).

Sobre a Relação Dialética entre identidade étnica e nacional e a questão das fronteiras podemos dizer que o caráter de direito coletivo à memória, também coletiva, fornece ao patrimônio arqueológico bom potencial para trabalhar com questões de integração em área de fronteira. Os exemplos se multiplicam, como as situações que observamos, ainda no arquipélago do Bailique (AP) onde as distâncias medidas a remo propiciaram uma integração maior com a Guiana do que com o próprio Brasil. Pescadores e coletores humildes falam francês e utilizam porcelana importada para seu serviço diário. Assentamentos do interior, há aproximadamente 200 anos atrás já estão na linha da costa sendo destruídos fato que ocorre em poucos anos. A agressiva hidrodinâmica do rio Amazonas consome ou aumenta as propriedades locais, deposita grandes pacotes sedimentares sobre os sítios históricos, desestimula as pesquisas e inviabiliza a conservação deste tipo de assentamento por mais tempo.

Basicamente temos que considerar as fronteiras em relação aos grupos com as quais estamos lidando. As contemporâneas da qual depende a gestão de uns conjuntos de sítios e as das culturas às quais esses sítios estão filiados, seja há 500 anos atrás, 1000, 5000, ou todos concomitantemente, em diferentes recortes do espaço, o que complexifica a questão. Outra questão que localizamos é a dos “Chiquitanos”, grupo de origem controvertida, falante de castelhano, que ocupa uma região do pantanal mato-grossense, próximo a área andina, a qual possui grande quantidade de sítios.

No interior do Brasil, no rio Araguaia, a Ilha dos Martírios localiza-se na divisa entre os estados de Tocantins e Pará. Conforme os critérios de delimitação em voga, a linha passa pelo lado da ilha onde se localiza o canal navegável. Entretanto, devido à geomorfologia local e ao regime de cheias do rio, o canal muda de lado durante uma parte do ano. Nossas fronteiras “administrativas”, delimitadas legalmente pelo canal navegável, flutuam, como a validade das ações dos governos estaduais e das regionais de instituições como o IPHAN e o IBAMA, sobre o sítio arqueológico e a área de preservação ambiental, tornando precárias e descontínuas as ações de preservação (PARDI, 2000).

Cardoso observa, finalmente, que as questões discutidas remetem-nos de volta ao multiculturalismo ou à sociedade plural, à diluição do rigor político das fronteiras, o que

seria seguramente mais propício para gestão e pesquisa, embora seja utópica, conforme o próprio autor ressalta. Colocou-se, ainda a questão dos “povos originários”, cuja identidade moderna permeia o efeito moralmente perverso do etnocentrismo colonial, criando “consciência infeliz” que leva “o índio a ser ver com os olhos do branco”. Por outro lado, percebe-se também o movimento de auto-afirmação da identidade indígena, o índio passou a ser fonte de dignidade e autoavaliação do “nós” tribal, mais do que direito político como um interativo moral, uma necessidade humana vital.

O que pudemos perceber no interior do Amapá, entretanto, não foi o movimento “indian is beautiful”, mas outro caso de identidade deslocada. Em Santa Luzia do Pacuí, em breve vistoria, pudemos observar o processo identitário vivido por esta comunidade distante e com acesso restrito à educação e informação mais elaborada. Conforme informações orais, obtidas a comunidade está assentada sobre uma grande área de ocupação “colonial” onde já foram encontradas mais de 40 igaçabas. A maioria ainda pode ser vista na área central onde fica o campo de futebol, pois, devido ao período aplainamento efetuado com trator, dezenas de urnas vão sendo fatiadas como em um destrutivo processo de tomografia mecânica. Em representativa reunião com os líderes da comunidade, soubemos que são evangélicos, que não acreditam em espíritos, mas que necessitam de orientações sobre como agir em função das inúmeras e freqüentes aparições, que assustam sobretudo as crianças da escola. Entre as mais freqüentes, é vista uma “noiva índia”. Perguntamos sobre a precisão do dado em relação à etnia e à vestimenta. Eles reafirmaram a veracidade e a recorrência do fato, provavelmente por já tê-lo impresso em seu imaginário. Este sincretismo advém destes “povos originários” que usam as urnas, sua herança dos antepassados, prova e reafirmação da identidade e história local, como presentes para visitantes (para agradá-los, ou inconscientemente, para mandá-la para longe...) A “consciência infeliz” busca uma nova identidade coletiva mais enobrecida, já tendo apresentado projetos para mudança do nome da comunidade de Santa Luzia para Filadélfia e, a do Rio Pacuí, para Rio Jordão.

Observamos, de forma geral e em vários lugares, que a presença dos artefatos perturbam algumas pessoas, que sonham com enterros e tesouros, embrenham-se pela floresta, à noite, e passam a vida a cavar e se frustrar com o que acham ou não acham. A descoberta de alguns destes bens, criam desarmonia nas famílias, em função da esperança de ter uma vida menos sacrificada. Em um dos casos, os filhos execravam diariamente a mãe por ter encontrado uma urna e a olhado, em função de cuja mirada, o ouro teria desaparecido, sobrando só a urna. Apenas o homem tinha o direito reservado de encontrá-lo. Questões de gênero também permeiam estes constantes conflitos, inclusive devido à enorme

quantidade de artefatos e ao grande porte dos assentamentos. De forma geral, no Amapá, a gestão deste patrimônio apresenta-se como emergencial, na medida em que representa melhoria da qualidade de vida da população, à qual o governo deve ações de educação patrimonial e campanhas de esclarecimentos, como em todos os outros estados.

A gestão destas memórias e identidades e da identidade nacional, conclui-se que perpassam pela captação, manutenção e síntese dos dados, aspectos que devem ser mantidos e fomentados pela instituição legalmente responsável com apoio da sociedade, com agente, sujeito e beneficiária. Entre os passos dados pelo IPHAN, um dos mais expressivos no nosso entender foi à elaboração e implantação dos bancos de dados, conforme enfocaremos posteriormente.

Para incrementar a qualidade de trabalho neste setor, elaboramos um instrumento, conforme anexo, que consiste em uma primeira versão, inspirada pelas leituras. É uma tentativa de sistematização do saber teórico para uso cotidiano e inserção na máquina burocrática do estado, visando fornecer subsídios para a elaboração da política da GPA e incrementar a qualidade dos serviços prestados. Instrumento de trabalho informatizável para captar visão de cultura do grupo envolvente, os traços básicos que poderão levar a inferir sobre os aspectos da identidade do grupo.

Por mais estranho que pareça a necessidade de uso deste tipo de instrumento, que não está isento de subjetividades e que tampouco garante os resultados, entendemos que esta metodologia representa um ganho de qualidade, na medida em que levantam questões que poderiam não estar sendo observadas ou registradas, sistematizam as informações mínimas a se obter sobre os diferentes grupos em relação aos bens arqueológicos, possibilita a comparação e uma rápida análise superficial que, na maioria das vezes, não está disponível antes das tomadas de decisão, sujeitas a prazos definidos. Fornece ainda diferentes óticas e a memória das abordagens em processo do qual sempre participam diferentes gestores. Cabe-nos testá-lo e aperfeiçoá-lo, quiçá aproximando as áreas.

Necessitamos de uma revisão na leitura de nosso processo identitário e o fomento de uma ideologia nacional nos termos de Erikson: *“como um corpo coerente de imagens, idéias e ideais compartilhados que seja baseado num dogma formulado, numa Weltanschauung implícita, numa altamente estruturada imagem do mundo, num credo político ou mesmo num credo científico (especialmente se aplicado ao homem), ou num “modo de vida”, provê os participantes de uma orientação coerente e total, ainda que sistematicamente simplificada, no espaço e no tempo, nos meios e fins”* (ERIKSON, 1968:189-190 apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976:39).

No arrolamento destas questões e conceitos de base, não podemos relegar a Cultura Material como intersecção mínima entre a gestão e a pesquisa acadêmica, o sítio e tudo que nele está contido, no mais amplo aspecto. Sempre vista de forma reducionista e unidimensional, a cultura material tem evoluído no âmbito da história, mas especialmente na da arqueologia, onde ganha toda a sua potencialidade. Ela foi definida por Deetz*, em 1977, como abrangendo também um pedaço de carne, os campos arados, o cavalo que puxa a carroça, nosso corpo, paradas e danças, os aspectos sinestésicos, a emoção humana, fontes, balões, a linguagem, etc. ou ainda com cheiros e sons, conforme Upton (1992)⁵⁰ Em resumo, é tudo que resulta da interferência ou da ação humana através de sua cultura.

Os processualistas argumentam que a natureza sistêmica da organização humana decorre da relação funcional entre cultura material e ambiente. Discordando de que ela seja apenas um espelho da ação social, passiva, portanto. Os pós-processualistas lhe fornecem mais dinamicidade e, neste sentido, ela tem sido definida como fonte e objeto da atuação social ou como diz BEZZERRA DE MENEZES, são produtos e vetores de relações sociais. Desta forma “*a cultura só pode ser compreendida como um código ideacional e deve incluir função e significado, processo e estrutura, entre outros aspectos.* (CAPEL& TORRES de SOUZA, 98:89). Ela tem poder de transformação, simboliza a relação entre as pessoas e coisas e se comunica, sendo vista como uma metalinguagem universal. Podemos exemplificar com a abordagem e trabalhos de Marcel Mauss, sobre o uso do corpo, como artefato disponível a todos os homens, em todos os espaços e tempos conhecidos.

Compartilham desta postura Hodder, quando fala dos artefatos com possuindo valores multifocais e ambíguos(1982 a p. 213 In: CAPEL&TORRES p. 91) e Shanks e Tilley, quando reforçam sua capacidade de criar no imaginário, um universo de conteúdo e forma diferente da realidade social(1992 p.133 in CAPEL&TORRES p. 91). O potencial de uso desta cultura material é especialmente mais precioso para épocas e locais historicamente determinados, no caso, sítios para o desenvolvimento da arqueologia histórica.

Entretanto, a pesquisa acadêmica não considera mais, a diferença entre o material e o imaterial: *O material e o imaterial são estudos indissociáveis, se quisermos explicar a situação de uma sociedade no espaço e no tempo.* (Duby, Ludreau, 1989, p. 131 apud CAPEL,H.& TORRES de SOUZA). Conforme coloca Kroeber, na década de 40, “*a distinção que geralmente se faz entre cultura material e não material não é de todo importante. A diferença literal é óbvia: os objetos físicos, em contraposição às ideias e*

⁵⁰ Op.cit. in CAPEL,H.& TORRES de SOUZA,M.A. “Cultura Material – Uma fonte Legítima? As contribuições da História e da Arqueologia para o debate” Revista IGPA/UCG 02/1998, p. 88.

instituições. Mas será que eles são responsáveis por algo diferente? A resposta parece ser “não”. O que conta não é o machado, a capa ou o trigo como coisas físicas, mas a ideia de tais coisas e o conhecimento de como produzi-las e usá-las, ou seu lugar no mundo... Por isso, podemos esquecer essa distinção entre cultura material e não material, a não ser como uma diferença literal que, às vezes, é de conveniência prática observar”⁵¹

No caso brasileiro, esta conveniência prática foi usada como referência nos textos legais e administrativos: “*Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, ...*” (artigo 216 da Constituição Federal de 1988), grifo meu. Nestes termos deve ser considerada, como enfoque operacional para fins administrativos e jurídicos, no entendimento dos seus limites e possibilidades frente o trato da coisa pública.

Finalmente, pontuando as relações da GPA com a cidadania, colocamos que a cidadania constitui parte fundamental da atividade arqueológica, na medida em que os bens são de direito coletivo, sendo que a preservação desta memória coletiva e devolução das pesquisas também estão asseguradas nos textos legais, como vimos. Entretanto, em função desta “invisibilidade” pode-se dizer que a participação efetiva dos cidadãos na GPA ainda pode ser considerada pouco expressiva. Este aspecto se apresenta como bastante grave, na medida em que a preservação eficiente só se torna possível, com esta efetiva participação.

Em 96, o IPHAN dedica um número da Revista do Patrimônio a este tema, conforme apresenta Glauco Campello, por ser “*através da memória social, da vivência de suas marcas populares e eruditas e do reconhecimento dos símbolos pragmáticos do patrimônio histórico e artístico que se adquire a consciência de uma Identidade cultural, pressuposto indispensável da qualidade de cidadão*”. Acrescenta ainda que é um direito do cidadão, o acesso a esta memória e a estes símbolos, o reconhecimento e a definição de seus valores e significados. O exercício da cidadania é visto também como o acesso e a participação na seleção e modo de se apropriar desses valores. Finalmente, atesta-se que o estabelecimento de uma política de identificação e proteção do patrimônio cultural passa pela questão da cidadania, a compreensão de seu significado e importância do processo civilizatório. Neste momento de reflexões fala-se de processo civilizatório, de identificação do papel da arqueologia, com sua ótica diacrônica e seu testemunho único dos povos

⁵¹ Dicionário de Ciências Sociais, 1987, p. 294 In: CAPEL & TORRES de SOUZA “Cultura Material – Uma fonte Legítima? As contribuições da História e da Arqueologia para o debate” In: Revista IGPA/UCG 02/1998, p. 85.

autóctones e da contribuição do que seria efetiva e legitimamente nacional, a esta grande cultura mestiça.

Esta mesma revista retrocitada busca aprofundar as discussões sobre a cidadania nos aspectos político e intelectual em três direções, conforme Arantes, *“por um lado, o associam a novas esferas de reivindicação, tais como a diferenças culturais e políticas no interior dos Estados nacionais e seus aspectos territoriais, a sexualidade, a reprodução humana e o meio ambiente. Por outro, tendem a veiculá-lo a estilos políticos participativos e mais transparentes, avanço que se deve à consolidação dos “novos” movimentos sociais”*. Conclui colocando que foram realçados assuntos como o direito à informação e o acesso aos bens simbólicos, que remetem à comunicação social, ao mercado e à interpenetração das esferas pública e privada (96:9).

Buscando o uso mais amplo do tema, resgata Arantes os conceitos “direitos culturais” da Constituição de 1988 (art. 215) e os articula *“para enfocar a formação simbólica das identidades e da nação, através de algumas práticas. Neste sentido a estruturação na concepção ampla da política, privilegia a experiência efetivamente vivida, em seus aspectos de ruptura e regeneração que situa a cidadania das práticas sociais e conjunturas históricas, em lugar de considerá-las coisas prontas e acabadas ; e, finalmente, que busca ressaltar a multiplicidade dos códigos e das atividades”* (96:10), sugere que cidadania, *“não possui uma ‘essência’, mas é artefato político-cultural móvel e mutável”*, reconhecendo que historicamente, algumas questões dominaram essa noção, exemplificando com a idéia de política da cidadania, o pertencer à nação, uma comunidade inclusiva e a de exclusão, com a questão da diferença, (os modos até antagônicos da vida social dos indivíduos). Fornece a idéia de que as inserções particulares neste “todo” mostram tensões entre as metas universais e estilos e os processos de camuflagem e exposição estratégica de diferenças culturais, bem como de diversas formas de discriminação política. Coloca enfim, que estes temas sugerem que os direitos culturais incluem o direito a constituir e a transformar diferenças, identidades e identificações e não apenas *“a possibilidade de informar-se, instruir-se ou expressar-se a partir de lugares sociais fixos”* (96:11).

Como outra faceta acrescenta, os movimentos sociais como ampliador deste espectro de discussões. Algumas vezes isso ocorre em demandas implementadas em espaços políticos supranacionais, assinalado como um dos aspectos mais importantes da cidadania, na medida em que se desterritorializa a questão e se busca legitimidade em esfera planetária.

Neste aspecto, inclusive, o patrimônio arqueológico tem sua contribuição reforçada, em função destes bens já serem de caráter universal e objeto de diversas cartas

internacionais. Ressalta que a cidadania é tomada “como artefato cultural e histórico, em constante construção e mudança” (92:12). Neste processo são pontuadas as lutas de cidadania e o processo de formação das nações onde figuram as práticas discursivas, da literatura, da imprensa, indústria cultural, políticas culturais e mercado. Neste sentido, cabe a ressalva sobre o momento crucial que a gestão do Patrimônio Histórico se encontra, na medida em que a área foi criada para ser acadêmica e uma mudança no mercado agora lhe confere também o perfil empresarial. Este aspecto tem provocado mudanças de comportamento e valores, em processo que necessita também da participação do cidadão, como herdeiro deste patrimônio.⁵² Conclui Arantes a problemática e o contexto de tempo/espaço, sugerindo contratos para “aproximar idéias que permitam repensar criticamente essa nossa história pretérita e traçar perspectivas futuras, (onde se objetiva novamente a oportunidade da contribuição do conceito arqueológico gerado, e a falta de demanda de um setor e de engajamento de outro)”.

Como auxílio destas reflexões consideramos que atingimos o âmago desta invisibilidade, na medida em que se fala de forma tão abrangente de cidadania, sobre aspectos da vida cotidiana do cidadão, dos temas da intelectualidade e das políticas culturais e não se percebe que ou se considera expressivo incluir nosso patrimônio arqueológico em nenhuma destas representações e discussões, demonstrando sua ausência neste meio. Talvez porque a exclusão deste tema praticada pela intelectualidade, a falta de conhecimento e identidade da comunidade com esse tipo de bem, levando à ausência de articulação de movimentos sociais, leve à sua ausência também de políticas culturais formuladas até o momento. Isto ocorre a despeito de seu potencial para o resgate e devolução de bens simbólicos legítimos, a serem revitalizados didática, cultural e politicamente, como se faz no México, como apresentaremos mais adiante. A despeito da rica diversidade cultural, de seus reflexos do intrínseco caráter transacional destes bens, e até o de direito público, a despeito...de tantas outras coisas que poderiam ser argumentadas.

Registra-se ainda que a questão está ocupando espaço mais expressivo, conforme as discussões desenvolvidas no âmbito do citado Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, sobre Arqueologia e Cidadania. Em situações nas quais pode desenvolver-se um processo de constituição e/ ou resgate de identidade, a arqueologia, foi identificada *“enquanto área de conhecimento capaz de gerar informações referidas a condições e*

⁵² “A antiga lealdade ao sistema acadêmico, ao ser estendida para o contratante, gera evidentes conflitos éticos para o pesquisador. Critérios científicos entram em rota de colisão com critérios empresariais e, no caso, quais deverão prevalecer? Quais interesses deverão ser priorizados: os da disciplina ou os da empresa?...”(LIMA,1999:2) A chamada alerta oportunamente e cria a oportunidade de reafirmar que, no nosso entender, sempre devem ser priorizados os interesses coletivos da sociedade nacional.

realidades históricas, a arqueologia pode tornar-se instrumento na defesa de interesses específicos como, por exemplo, o caso das comunidades remanescentes de quilombos. Neste caso, a pesquisa arqueológica possibilita a comprovação da realidade histórica fundamentando determinações jurídicas e a descoberta e sistematização de elementos e padrões identitários daquelas comunidades”. (GUIMARAES. 2001:54). De forma geral pode-se pensar também na arqueologia como forma de contribuição para ao resgate e formação da identidade nacional em contribuição fundamental para complementar o mosaico de culturas deste território e para compreender os processos de continuidade e mudança, na medida em que é a única a fornecer este testemunho diacrônico isento, que vem do uso de métodos científicos e do testemunho da cultura material.

II - 3 -2 –SOBRE A PRÁTICA DA GESTÃO

Inicialmente cabe esclarecer alguns aspectos relativos às Atribuições dos Gestores, de forma ampla, considerando todas as instâncias de gestão e a descrição de atividades de cunho administrativo, que são as que efetivamente ocupam a maior parte do tempo disponível nesta atividade. Elas se constituem em treinamento e reciclagem contínuos de todas as operações administrativas requeridas no desenvolvimento das ações como: elaboração de planos de trabalho, cálculos e previsões orçamentárias, manejo de suprimento de fundos, uso de ferramentas informatizadas, pregões licitações convites, convênios, prestações de conta, reuniões, consultas internas, conforme já discorremos anteriormente.

Após análise da legislação, podemos dizer que a Constituição de 88 facilitou e explicitou as atribuições, colocando-as como concorrentes. Desta forma, o governo federal, os estados, municípios e os cidadãos, em amplo espectro, são solidariamente responsáveis pela preservação dos bens arqueológicos. Neste escopo, incluída co-participação na identificação, que implica necessariamente em documentação; a proteção física dos sítios, com o poder de embargo nos casos de inobservância da lei, mutilação ou destruição de bens e, finalmente, na promoção; na difusão do significado desta herança cultural e na devolução do conhecimento gerado pelas pesquisas eventualmente desenvolvidas.

A atividade de licenciamento de pesquisas é exclusiva do IPHAN, como foi colocado, o tutor legal destes bens, nos termos da Lei 3.924/6 (art 8,9 e 10) e detalhada pela Portaria SPHAN 07 / 88 que explicita os critérios. O fato se deve ao caráter nacional que este patrimônio possui, além de outras questões práticas como, a necessidade de centralização deste processo, que implicam em acompanhamento e recepção dos produtos

finais. Se pensarmos, por exemplo, que temos projetos que envolvem diversos municípios ou estados e se as autorizações fossem regionalizadas, com certeza seria inviável a pesquisa, até que se concatenassem os períodos concedidos com as dinâmicas dos licenciamentos. No caso das barragens ou dos empreendimentos lineares, teríamos necessariamente diversos estados afetados, assim como no Projeto Paranapanema⁵³, por exemplo, seriam 101 municípios a serem consultados.

Desta forma, observa-se que embora a estrutura de divisão de trabalho tenha sido bem articulada, a real implantação deste sistema ainda não foi efetivada, na medida em que raros são os estados que possuem pessoal técnico habilitado e que exercem efetivamente atividades de preservação neste setor. Além do CONDEPHAAT / SP, que possui arqueólogos no conselho, poderíamos citar o IEPHA / MG e o CONDEPAC / RJ, que atuou por um período. No âmbito municipal, temos algumas atuações mais antigas, como o município de São Paulo, posteriormente o de Porto Alegre, como atuações permanentes. Outras possuem de forma descontínua, por contratos temporários ou por projetos, como o caso de São Sebastião, Ilhabela, etc.

A seguir, gostaríamos de salientar as responsabilidades de cada instância, no tocante às responsabilidades legais, que definem os campos de atuação. Após análise da legislação, podemos dizer que a Constituição de 88 facilitou e explicitou as atribuições, colocando-as como concorrentes. Desta forma, o governo federal, os estados, municípios e os cidadãos, em amplo aspecto, são solidariamente responsáveis pela preservação dos bens arqueológicos. Neste escopo, incluído co-participação na identificação (art lei 3924/61), que implica necessariamente em documentação; a proteção física do sítios, com o poder de embargo nos casos de inobservância da lei, mutilação ou destruição de bens e finalmente, na promoção, na difusão do significado desta herança cultural e na devolução do conhecimento gerado pelas pesquisas eventualmente desenvolvidas.

Em Jacareí (SP), por exemplo, o trabalho foi iniciado de forma temporária e em decorrência da atuação do profissional e da parceria com a 9ª SR/IPHAN, foi implantada a política municipal, e criada vaga para arqueólogo no quadro permanente.⁵⁴ Algumas prefeituras ainda mantêm setores, que atuam na área de pesquisa em identificação e documentação, assim como atuam na proteção e difusão, com apoio de pessoal local. Tem sido responsáveis por boa atuação regional, como as de Marabá / PA e Monte Mor / SP. Como órgão público, podemos citar apenas a Funai, como tendo tido temporariamente um

⁵³ Desenvolvido pelo MAE / USP – Museu de Arqueologia e Etnologia, sob a coordenação do Dr. José Luiz de Moraes.

⁵⁴ Mais informações podem ser obtidas na publicação sobre o Salvoamento do Sítio Santa Marina

arqueólogo, e como empresa, a atuação mais estável tem sido a da Eletronorte e Furnas, tendo mais recentemente a Valec e outras, contratado pessoal para acompanhamento dos projetos de grande porte.

De forma geral, podemos dizer que o quadro é amplamente deficitário e que muito se tem por fazer no setor para efetivamente sensibilizar estas instâncias, que mais do que parcerias têm a responsabilidade concorrente, o dever de proteção dos sítios e acervos. Nunca efetuamos vistoria em algum município que efetivamente conhecesse seu papel perante este tipo de patrimônio e que tivesse definido em seus instrumentos legais a quem caberia o poder e o dever de proteção, como o poder de embargo, por exemplo. A maioria, inclusive, sequer possui secretaria de cultura, estando estas questões subjacentes às da educação ou turismo que, em geral, absorvem toda a equipe e os recursos. O que habitualmente é desenvolvido é uma política de eventos (produção cultural), em detrimento do desenvolvimento de projetos que identifiquem o perfil do patrimônio municipal (preservação) e dêem possibilidade de implantação das políticas municipais de preservação. Também comum é o equívoco dos municípios que implantam projetos de pesquisas pontuais com recursos próprios, antes de conhecer, avaliar, proteger, controlar e monitorar o conjunto de sítios que estão na área sob sua responsabilidade direta. Não se pode esperar que o governo federal fiscalize dinamicamente todos os sítios do território nacional, sendo que este acompanhamento poderá se dar apenas com a contribuição ativa e efetiva da instância municipal, em parceria e sob acompanhamento do estado, que se constituem as instâncias mais próximas dos bens em questão.

Como estudo teórico registramos o trabalho de JULIANI⁵⁵ voltado para áreas urbanas, desenvolvido em São Paulo. Como desenvolvimento de pesquisas e ações de educação patrimonial, a atuação do Museu Joaquim Felizardo e o trabalho de TOCHETTO⁵⁶ em Porto Alegre que desenvolve um programa inserido e respaldado pela política municipal há diversas gestões. Registramos ainda os estudos de áreas de interesse que desenvolvemos para Ouroeste (PARDI & alii 99-a) e Monte Mor (PARDI & alii 99-b). Desenvolvemos o mesmo estudo para o estado de São Paulo, como instrumento de trabalho interno, que foi apresentado na mesma SAB em 99, como iniciativa de gestão federal no âmbito estadual. Ele que cria critérios e filtros para visualização e atuação mais consciente no trato com estes

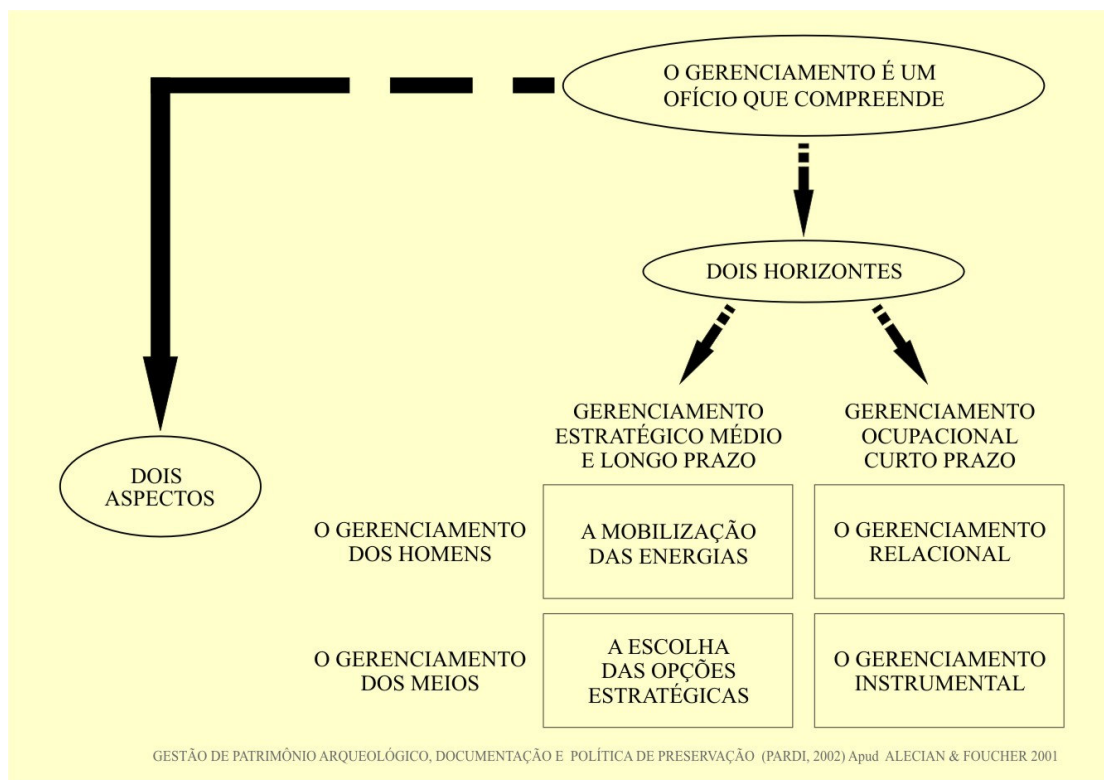
⁵⁵ JULIANI, L. J. C. O. *Diagnóstico e Propostas para um Plano de Gestão Arqueológica do Município de São Paulo*. São Paulo. 2000. e *O Papel das Administrações Públicas Municipais na gestão dos Recursos Arqueológicos e a Inserção do Patrimônio Cultural nas Políticas Ambientais Municipais*. São Paulo. 2000.

⁵⁶ TOCHETTO, F.B. & J.A. dos REIS. *Cidadania e Pertencimento: uma experiência de interação entre arqueologia e educação patrimonial*. Atas da X Reunião de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro. CD-ROM. 2000.

bens. Nas últimas reuniões científicas tem se logrado conquistar um espaço para a discussão de gestão municipal, entretanto o campo desenvolve-se em ritmo muito aquém ao necessário.

Sobre as Formas De Gestão podemos dizer que no meio administrativo, a gestão é um ofício específico, que implica no domínio de conhecimentos próprios e dinâmicos. Neste caso, primeira coisa a se definir nesta área é se o gestor responsável é especializado no setor ou se possui também uma outra formação de base, como no caso a arqueologia, por exemplo, reunindo a formação científica e a competência gerencial. O meio está habituado a gerir pessoas, outros gerentes ou estruturas. No caso do patrimônio arqueológico, além destes aspectos, gerimos como atribuição vitalícia e por força legal, bens materiais e imateriais; identificados e reconhecidos ou não; situados em terras de pessoas físicas ou jurídicas, implicadas naturalmente no processo. Alguns arqueólogos podem desenvolver uma gestão científica de bens culturais, durante o período de vigência da licença obtida, nos termos do projeto aprovado e sem implicar em concessão direta de autorização para destruição dos sítios arqueológicos. (Em caso de necessidade comprovada, os laudos técnicos são enviados ao IPHAN e após análise é emitida a portaria de autorização). Podem, ainda, estes e os cidadãos, zelar constantemente pela sua proteção. A gestão de patrimônio arqueológico, também é fundamentalmente, uma atividade de estado, exercida pelos que dela estão incumbidos, no caso os legalmente nominados órgãos do executivo, como vimos. Entretanto questões genéricas do setor podem ser úteis a todos os tipos de gestores, mesmo neste caso em que o foco é a gestão federal.

O gestor, congregando um conjunto de habilidades técnicas e relacionais complexas, reúne os meios humanos e materiais disponíveis para cumprir a missão da qual está incumbido, da melhor forma possível, dentro do prazo hábil, na cultura e no amplo contexto que o caracteriza. Serge Alecian e Dominique Foucher elaboraram um estudo que é um clássico na França, e que “*tem validade universal e especial importância para o Brasil*” (2001 capa). Como pode ser percebido pelos esquemas por eles elaborados, o gerenciamento possui dois horizontes, o *operacional*, de curto prazo, para garantir o funcionamento das atividades do cotidiano e o *estratégico*, que implica em planejamento de médio e longo prazos. Dois outros aspectos são adicionados o *gerenciamento dos meios*, com estratégias estruturas e modos de funcionamento, e o *gerenciamento dos homens*, que implica em comunicar, coordenar, mobilizar energia. Devidamente inter-relacionados, estes aspectos formam os quatro setores e os temas do gerenciamento, para nos fornecer uma visão geral da área.



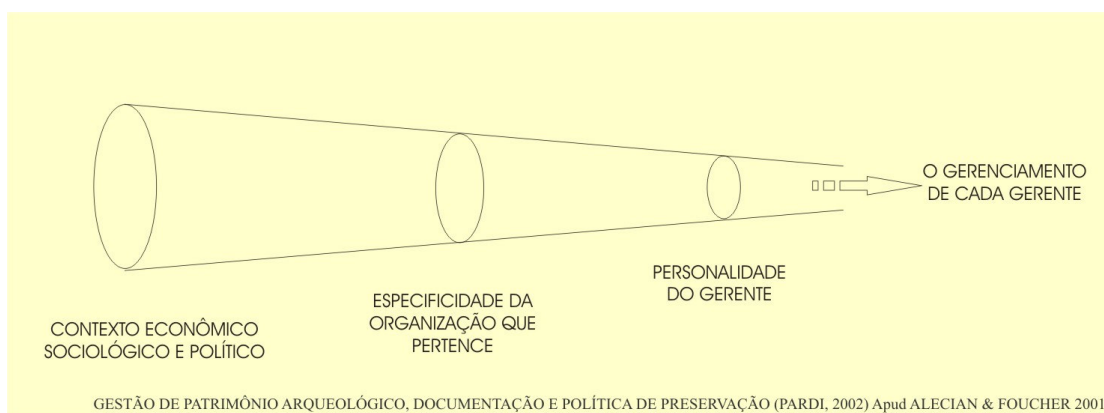
Desta forma, podemos perceber mais facilmente que a gestão do patrimônio arqueológico é deficitária na medida em que não possui gestores de formação, e o número de especializados pela prática é muito inferior à demanda. A instituição não possui foco definido para a área; conseqüentemente, falta-nos um diagnóstico específico para o setor, conforme estas linhas gerais que pretendemos traçar. Não possuímos, no patrimônio, política de comunicação interna e gestão estratégica de competências o que reduz a mobilização de energia. Após a reunião nacional em que propusemos o Manual de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico que havíamos elaborado, conseguimos manter um ritmo de reuniões entre os arqueólogos, estávamos construindo um corpo de semelhanças e diferenças que possibilitassem a ação sistematizada, entretanto, o processo sofreu solução de continuidade.

A escolha de opções estratégicas foi desenvolvida regionalmente, assim como o gerenciamento relacional, utilizando-se dos meios disponibilizados pelos arqueólogos da Casa e de sua chefia imediata, em geral os superintendentes. O movimento de descentralização que vem sendo implantado há vários anos e o fato deste postos de chefia serem cargos de confiança, ocupados em geral por pessoal externo, que necessita de um período de tempo para se intimizar com a cultura e a missão da instituição, propiciaram uma regionalização no desenvolvimento dos programas de trabalho. Esta ação foi adequada, na

medida em que reflete as possibilidades da estrutura, das políticas locais e dos gestores, respondendo às demandas e fornecendo feições personalizadas à preservação das diferentes regiões brasileiras.

Não há como se adotar posturas padronizadas em área tão complexa, que trabalha com tantas variáveis, em todo o território nacional, onde temos estados onde estão concentrados: pessoal, estrutura e recursos, (internos e externos à instituição) e os outros estados, a maioria, que não possui nada disto. Além desta distribuição desigual, temos que considerar o contraste e a grande variabilidade de tipos de vestígios e culturas que caracterizam nosso patrimônio arqueológico, neste país continental. O que fragiliza o sistema é o fato de não possuímos diretrizes nacionais, ou seja, uma política sólida que dê mais apoio e condições de trabalho às regionais, assim como o apoio de parcerias de âmbito nacional.

Esta personalização responde à necessidade contemporânea de mudanças na forma de gestão, que considera que o gerenciamento bem sucedido deve levar em conta os fatores gerais (contexto econômico, sociológico e político), os fatores próprios e especificidades de cada organização e os fatores pessoais, como as convicções e a personalidade do gerente. Este estilo gerencial, qualquer que seja, deve ser pautado pela regra dos 4 C – Coerência, Coragem, Clareza e Consideração.



Inserida no bojo da questão mais ampla da gestão do patrimônio cultural, ressurte-se da estrutura desenvolvida em função do atendimento mais voltado ao patrimônio edificado, traço mais marcante do perfil de atividades desenvolvidas pelo IPHAN. Esta gestão também tem sido deficitária, em função de não ser dimensionada pelo Estado à altura de sua expressão e de não possuir, igualmente, estrutura e recursos que possam atender satisfatoriamente à demanda.

De forma geral, podemos dizer que uma estrutura necessita ser mais dinâmica e a falta de acompanhamento e transformação da instituição ao processo de implantação da gestão do patrimônio arqueológico, propiciado pela produção dos arqueólogos da Casa e pelas mudanças externas do setor, como a arqueologia de contrato, nos trouxeram à situação atual, onde a falta dos 4 E⁵⁷ chega a estado crítico, aumentando a visibilidade da questão e instando a mudanças. Para visualizar melhor e entender as características da questão que se coloca, podemos dizer que a demanda interna continuou evoluindo em ritmo lento, mas a externa provocou um impasse entre o setor público e o privado. Desta forma, recorreremos a um esquema que demonstra as características principais de duas formas de pensar e agir, que são semelhantes às dos setores que estão buscando ajuste para atuação na GPA.

CARACTERÍSTICAS DO PENSAMENTO NA ÁREA PÚBLICA E PRIVADA		
	Racionalidade Jurídica	Racionalidade gerencial
Legitimidade	Fundada sobre a regularidade Dos procedimentos implementados	Eficácia das ações empreendidas
Primazia	Dos meios	Dos fins
Prioridade	A estabilidade das estruturas formais de organização	Adaptação às mudanças à inovação
Modo de Organização	Análítica, linear, dedutiva (= a lógica jurídica)	Sintética, sistemática, teológica (=a lógica de eficácia da ação)
Concepção de Organização	Fechada, funcionamento segundo lógica própria	Aberta sobre seu meio em adaptação constante
Autoridade	Para hierarquia - obediência Ordem unilateral emitida De cima	Extensas delegações iniciativas, incitação e negociação
	Sobre o respeito das regras Fase logicamente última de um processo linear	Sobre os resultados obtidos por meio de um feed-back, permitindo um ajuste da ação ao objetivo.

GESTÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, DOCUMENTAÇÃO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO (PARDI, 2002) Apud CHEVALLIER & LOSCHAK in ALECIAN & FOUCHER 2001

⁵⁸Completa o autor dizendo que “*O setor privado obedece à racionalidade gerencial. O setor público deve atualmente obedecer à racionalidade jurídica e à racionalidade gerencial. Conciliar estas duas lógicas contraditórias, racionalizar eficácia das ações e regulação dos procedimentos, resultados e respeito às regras... tal é a*

⁵⁷ Como colocamos anteriormente: eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

⁵⁸ Conforme CHEVALLIER e LOSCHAK, em “*La Revue Française d’Administration Publique*”, n. 24, Oct.-Dez. 1982 In: ALECIAN & FOUCHER 2001.

especificidade do gerenciamento administrativo público de nossos dias. Daí a complexidade do gerenciamento público, daí as tensões que cada um pode presenciar”.(2001:34) Acrescenta que o modo de funcionamento consistia em apoiar-se na impessoalidade, na qual o indivíduo precisa se apagar atrás de sua missão, a serviço do bem comum, ao contrário do gerenciamento que é fundado no enfoque personalizado das relações de trabalho, gerando algumas resistências. Sintetiza, mais adiante, dizendo que *“O gerenciamento se choca com os velhos costumes, com o tipo de cultura e a sensibilidade dos quadros do serviço público. Sua adoção supõe questionamentos pessoais e coletivos, ainda mais radicais do que nas empresas”.* (2001: 36)

Desta forma, fica claro que o quadro é de insatisfação, interna e externa, que se observa não apenas pela ótica de alguns atores envolvidos, mas principalmente no tocante aos produtos devolvidos à comunidade em relação à quantidade e qualidade dos trabalhos que estão sendo efetuados sobre expressiva parcela de nosso patrimônio arqueológico. Em suma a relação custo-benefício da preservação atualmente, está abaixo do nível crítico e isto é um fator extremamente preocupante, na medida em que este patrimônio não é renovável, como vimos e não é apenas nosso, mas de direito coletivo (inclusive internacional) e deve ser legado às gerações futuras. Neste sentido, não podemos apenas considerar os interesses da atual geração, o que complexifica ainda mais a questão, visto não podermos contar com sua parceria. Como diz Comte, o presente só pode ser compreendido, depois de vivido o passado e em função do planejamento futuro.⁵⁹

São abordadas ainda questões fundamentais, como o fato do serviço público continuar mais indispensável do que nunca, e de que ele necessita aumentar sua eficácia e eficiência⁶⁰ e conduzir a mudança por si mesmo, sem correr o risco de deixar que esta lhe seja imposta de fora e que fique inadequada. Ela depende da capacidade técnica, que estes serviços já possuem e mais especificamente, da qualidade gerencial que possa mobilizar todas as inteligências nos serviços. Ressalta que se as empresas se adaptam às mudanças e aplicam sanções de forma mais rápida, *“o mercado não sabe administrar a longo prazo, porque as empresas sempre privilegiam o curto-prazo, em razão da necessidade que tem de garantir seu montante de negócios cotidiano, condição de sua sobrevivência. O serviço público dispõe de uma “serenidade” que as empresas não têm “, “ o mercado não sabe gerir o social, de forma global...”* Desta forma fundamentam a existência do serviço público,

⁵⁹ COMTE, Augusto *Plano dos Trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade*. In: Opúsculos de filosofia social. Porto Alegre/São Paulo: Globo/EDUSP, 1972. p. 102

⁶⁰ Eficácia é a capacidade de alcançar as metas e objetivos proposto e eficiência, é a relação entre os resultados obtidos e os meios desenvolvidos para conseguí-lo (CHINELLATO, 2001: 39)

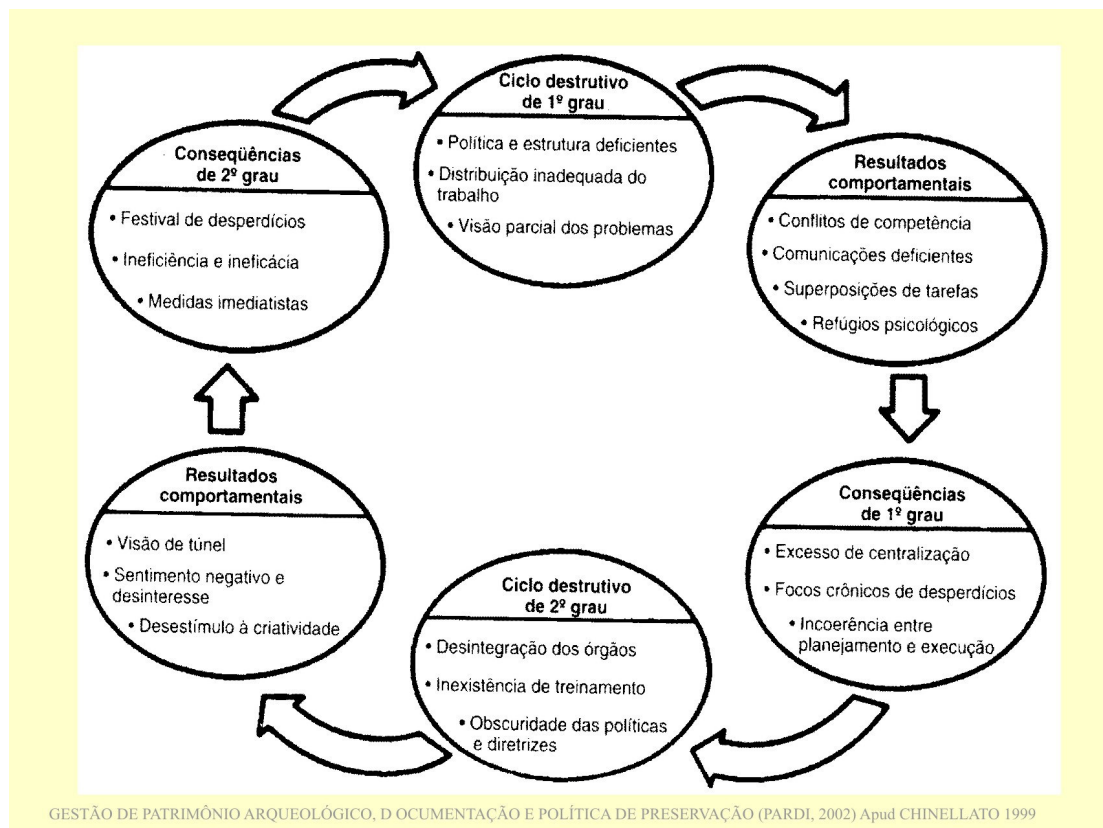
como “ *indispensável para garantir as funções de Estado, que só podem ser exercidas por ele, para preservar o longo prazo e tratar dos problemas sociais* “. Desta forma fica claro para a GPA a adequação do modelo nacional, na medida em que o setor depende de estabilidade, que deve ser mantida por séculos.

Caracteriza-se o serviço público como impregnado pela a lógica taylorista, ou seja, com base em três questões fundamentais: a separação entre aqueles que concebem e decidem dos que executam, a ausência de iniciativa dos executantes e respeito aos processos e uma forte compartimentação entre os setores e serviços e entre os níveis hierárquicos. Esta lógica cumpriu amplamente sua missão, mas se mostra inadequada às necessidades atuais dos usuários-administradores. (2001: 45) Atualmente a demanda estaria requisitando respostas personalizadas, simplicidade de procedimentos, processos e rapidez. Percebemos estes aspectos no âmbito da GPA, mas temos que ponderar sobre o caráter excepcional de nossos objetos, muito diferentes dos de outras empresas e instituições, resistindo às facilidades excessivas em função da necessidade de sólidas garantias quanto ao uso e devolução. Desta forma, os procedimentos necessitam ser adaptados, não necessariamente burocráticos.

O GERENCIAMENTO ESTRATÉGICO	O GERENCIAMENTO OPERACIONAL
A MOBILIZAÇÃO DAS ENERGIAS	O GERENCIAMENTO RELACIONAL
Motivação individual elevada em função de: <ul style="list-style-type: none"> • Qualidade técnica de muitos; • Espírito do serviço público 	Formalismo das relações E sentido da hierarquia
Mobilização massiva (contra...)	Entendimento cordial, patriotismo de Escritório, forte compartimentalização
Gestão dos postos, carreira (os Nômades e os sedentários)	Gerenciamento pragmático, pondo a Mão na massa
Sentimento de impotência para agir (de Leviathan)	Gerenciamento mais centrado sobre a Atividade das pessoas
Estratégia de Bernard, o Ermitão	
Lógica individual de carreira	
A escolha de Opções estratégicas	O gerenciamento instrumental
Estrutura complexa onde se superpõem Diversas lógicas: <ul style="list-style-type: none"> • Atividade de Estado de missão • Multiplicação dos interlocutores Em intervalos divergentes	Cada um sabe o que tem A fazer e se organiza Em consequência disto
Problema da legitimidade	Desconfiança diante de qualquer “instrumento” de gerenciamento: “é uma moda, isto passará”
Uma lógica da gestão dos meios	Da ausência de “ instrumento” gerencial Para uma profusão de instrumentos, sem Necessariamente coerência entre eles
Proximidade do “político”, que favorece Uma gestão a curto prazo	Formalismo na utilização dos instrumentos de gerenciamento sem efeito real no próprio gerenciamento

GESTÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, DOCUMENTAÇÃO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO (PARDI, 2002) Apud ALECIAN & FOUCHER 2001

São arroladas questões que prejudicam e que apóiam a cultura de uma instituição como o senso crítico exacerbado, devido, talvez, depois de alguns anos de um sentimento de agressão permanente, à mobilização obsessiva mais que a procura de cooperação construtiva, lógica mais orientada para a gestão dos meios que dos fins e o gerenciamento demasiadamente pragmático, onde predomina o urgente ao importante. Por outro lado, são considerados fundamentais: o senso do serviço público, a capacidade técnica elevada dos gerentes e agentes, o respeito à hierarquia, a capacidade de se organizar sozinho, a vontade de ser digno do grupo ao qual se pertence..(2001 48).



Colocam, ainda, os autores que “*O gerenciamento mais adaptado ao serviço público ainda precisa ser inventado... pelos gerentes do serviço público, para estar conforme às suas especificidades.*” Concluem, indicando, que a gestão dos anos 90 deveria, além destes aspectos, ter um *gerenciamento responsabilizante*, com gerentes autônomos e apoiar-se na cultura da instituição, no caso da GPA, sustentado também na legislação e outros tipos de referências. Este tipo de gerenciamento é também chamado de “participativo”. Caracteriza-se pela consulta prévia e adesão das parcerias que irão colocar as decisões em prática, pela responsabilização também pelos objetivos e não apenas pelas tarefas, pela delegação das decisões operacionais às pessoas mais competentes (princípio da subsidiariedade), pela imposição de um sistema de relatórios permanentes, pelo

favorecimento das liberações de fluxos, verticais e horizontais, ou seja, da informação e coordenação de ações. Algumas destas questões, de forma convergente, estão implícitas na proposta que discutimos mais adiante, que também possui estes princípios simples e se baseia na cooperação responsável.

O quadro pode ser considerado parcialmente pertinente ao que temos vivido e observado, na GPA na qual se registra falta de pessoal, verba, equipamento, apoio e políticas. A sobrecarga de atividades nos faz criar critérios para escolher entre as urgências, sem nos dar condições de implantar medidas preventivas e percebendo que são sintomas inquestionáveis de que se atingiu o ponto crítico. A instituição, de uma forma geral, caracterizada pela idoneidade e alta capacidade de seu corpo funcional⁶¹, foi violentamente abalada no governo Collor, tendo tido seus recursos drasticamente reduzidos a cada ano, além da impossibilidade de contratação de pessoal sequer para reposição das vagas. Em pouco mais de 10 anos, os funcionários mais jovens se aposentam... não faltam indicadores que demonstram a hora de promover mudanças de grande porte. Neste sentido, a gestão Carlos Heck aderiu ao plano de capacitação para transformar o IPHAN em Agência Executiva, entretanto não houve tempo hábil do para o processo ser discutido amplamente sob a ótica da GPA e desconhece-se se esta iniciativa corresponde às mudanças necessárias e se será discutida ou adotada na próxima gestão.

Em síntese estas questões esclarecem alguns dos problemas que têm sido vistos de forma simplista, por exemplo, como devido à ação de indivíduos, (a parte mais visível da estrutura), mas que são inerentes eminentemente às instituições e não apenas as nacionais. As análises, características e opções, mostram que a estrutura e o sistema necessitam ser periodicamente repensados para se adaptar. Estas mudanças não dependem apenas do governo, mas, sobretudo de trabalho cooperativo e responsabilidade compartilhada. Desta forma, podemos somar esforços para elaborar um modelo nacional de gestão, que possa contemplar as mudanças do mercado, sem ser escravo de suas idiossincrasias, enfim, não tão estatizado, nem tão mercantilista. Principalmente, no nosso entender, sem perder suas características humanistas, garantindo a boa qualidade de produção científica e a devolução nos níveis mínimos esperados.

⁶¹ “O IPHAN tinha tradição, autoridade, prestígio político, competência técnica. Só faltava que suas atribuições fossem consideradas uma tarefa típica de Estado e houvesse um plano de valorização da carreira de seus servidores.” Exposição de Ângelo Oswaldo de Araújo Santos e Modesto Souza Carvalhosa na audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a situação do IPHAN e a atual política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, proposta por Gilmar Machado (PT-MG) em 1999,

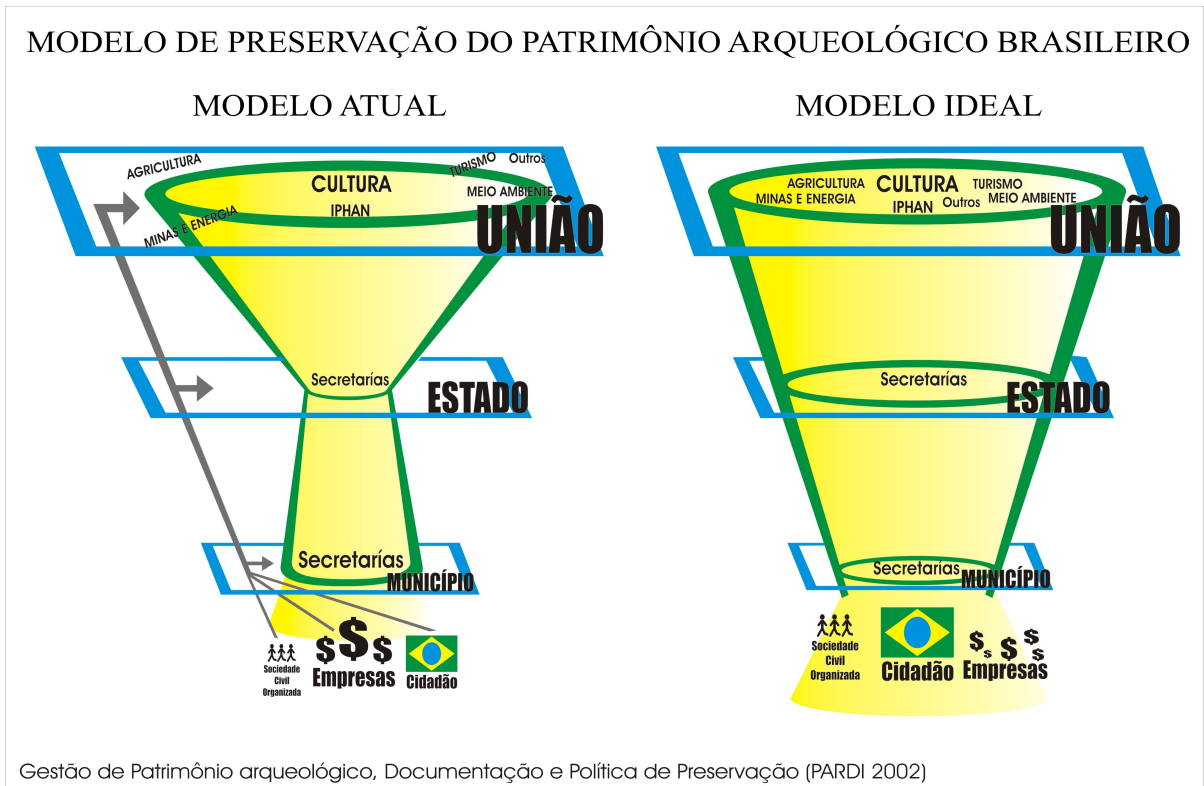
Como fruto da observação e da tentativa de representá-la como um modelo gráfico,⁶² apresentamos abaixo o que percebemos ser a *situação atual*: no âmbito da União, a questão da gestão do patrimônio arqueológico está restrita ao Iphan, com interface mais definida com a área do meio ambiente. Em nível estadual, que seria a instância de articulação mais próxima, há um estrangulamento, na medida em que raros são os estados que possuem setores de GPA em sua estrutura. Em maior quantidade, mas ainda em pequeno número, estão as prefeituras, representantes do executivo que deveriam atuar de maneira mais restritiva e incisiva. Desta forma, a ação federativa deficitariamente articulada, propicia o atendimento apenas aos diretamente envolvidos. Assim, sem visibilidade da questão e referências definidas os demais segmentos buscam seus próprios caminhos. Na *situação ideal*, que sabemos ser um patamar inatingível, mas que deve ser visualizado como referência, teríamos um sistema federativo desenvolvido, que abrange todos setores e ministérios, assim como os parceiros internacionais atuando preventivamente. As políticas públicas aí desenvolvidas gerariam ações inclusivas, pactuadas e focadas no cidadão, que é co-responsável neste processo, propiciando a preservação da herança dos antepassados, o uso disciplinado das atuais gerações e a preservação destes bens para as gerações futuras. Os produtos destas ações possibilitariam o desenvolvimento cultural, social e econômico das comunidades.

Como fruto da observação e da tentativa de representá-la como um modelo gráfico,⁶³ apresento abaixo o que percebi ser a *situação atual*: no âmbito da União, a questão da gestão do patrimônio arqueológico está restrita ao Iphan, com interface mais definida com a área do meio ambiente. Em nível estadual, que seria a instância de articulação mais próxima, há um estrangulamento, na medida em que raros são os estados que possuem setores de GPA em sua estrutura. Em maior quantidade, mas ainda em pequeno número, estão as prefeituras, representantes do executivo que deveriam atuar de maneira mais restritiva e incisiva. Desta forma, a ação federativa deficitariamente articulada, propicia o atendimento apenas aos diretamente envolvidos. Assim, sem visibilidade da questão e referências definidas os demais segmentos buscam seus próprios caminhos. Na *situação ideal*, que sabemos ser um patamar inatingível, mas que deve ser visualizado como referência, teríamos um sistema federativo desenvolvido, que abrange todos setores e ministérios, assim como os parceiros internacionais atuando preventivamente. As políticas públicas aí desenvolvidas gerariam

⁶² Resgatamos e ilustramos nesta dissertação as reflexões apresentadas no congresso da SAB em Recife, mas ainda não publicadas.

⁶³ Resgatamos e ilustramos nesta dissertação as reflexões apresentadas no congresso da SAB em Recife, mas ainda não publicadas.

ações inclusivas, pactuadas e focadas no cidadão, que é co-responsável neste processo, propiciando a preservação da herança dos antepassados, o uso disciplinado das atuais gerações e a preservação destes bens para as gerações futuras. Os produtos destas ações possibilitariam o desenvolvimento cultural, social e econômico das comunidades.



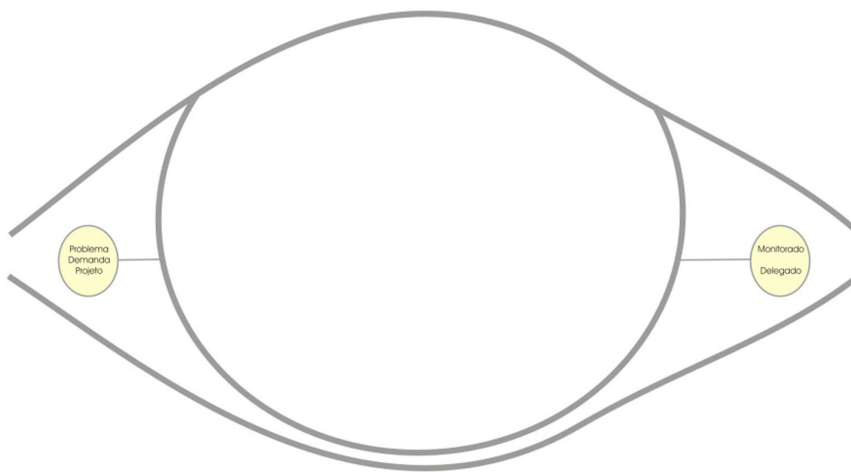
Para facilitar a compreensão de alguns aspectos da GPA, procuramos construir um esquema da dinâmica do processo de gestão de ocorrências com o patrimônio arqueológico. Este esquema está sendo trabalhado e aperfeiçoado como um instrumento para aumentar a visibilidade e facilitar a percepção integral do processo, em todos os seus aspectos e vertentes, multifacetadas e cumulativas, tanto para os gestores e administradores responsáveis, como para os demais interessados e envolvidos.

Ele demonstra visualmente, registra e propicia o acompanhamento dos caminhos que estão sendo trilhados pela questão, em foco, do fato inicial, passando pelas diversas questões envolvidas, até sua conclusão. Como o esquema visa fornecer visão geral, cabe observar que inclui instâncias e ações afetas a diversas instituições. Registramos ainda que a questão política, inserida porquanto real em alguns casos, foi intencionalmente tratada junto às questões administrativas. Subdimensionada, portanto, devido à falta de parâmetros balizáveis e de fundamentação que seria indevida no nosso entender, visto que tais interferências devem ser vistas com isenção e não de forma naturalizada.

Os processos podem ser encaminhados ou fluir naturalmente por diversos destes caminhos seqüencial ou concomitante, de forma alternativa ou cumulativa, podendo um aspecto estar presente em várias linhas do fluxo, cada um em ritmo próprio, diretamente proporcional às suas características e à intensidade das atividades e recursos aplicados à gestão. O início pode ser através de uma demanda, interna ou externa, dos órgãos de gestão ou da comunidade, como a necessidade de preservar algum tipo raro de bem detectado através das análises dos indicadores de gestão ou da solicitação de vistoria a um município, para registro de bem descoberto. Pode ainda decorrer da implantação de um projeto advindo de ações de planejamento constantes dos programas de trabalho que visam atender às diretrizes e às políticas, ou ainda, pode advir de um problema que atingiu ponto crítico e necessita de atendimento expedito em função de um conflito de interesses sobre um determinado bem, ou atendimento a denúncia de destruição, etc.

A segunda etapa, depois de realizada a identificação e o diagnóstico da questão, o processo é encaminhado através de diversas providências que necessitam o envolvimento de diferentes instâncias e setores. Podem ser submetidas a análises jurídicas, técnicas e científicas, através de legislação, instrumentos e diretrizes. A partir daí são enquadradas as questões e efetuadas as gestões para encaminhamento ou regularização, conforme as características apresentadas.

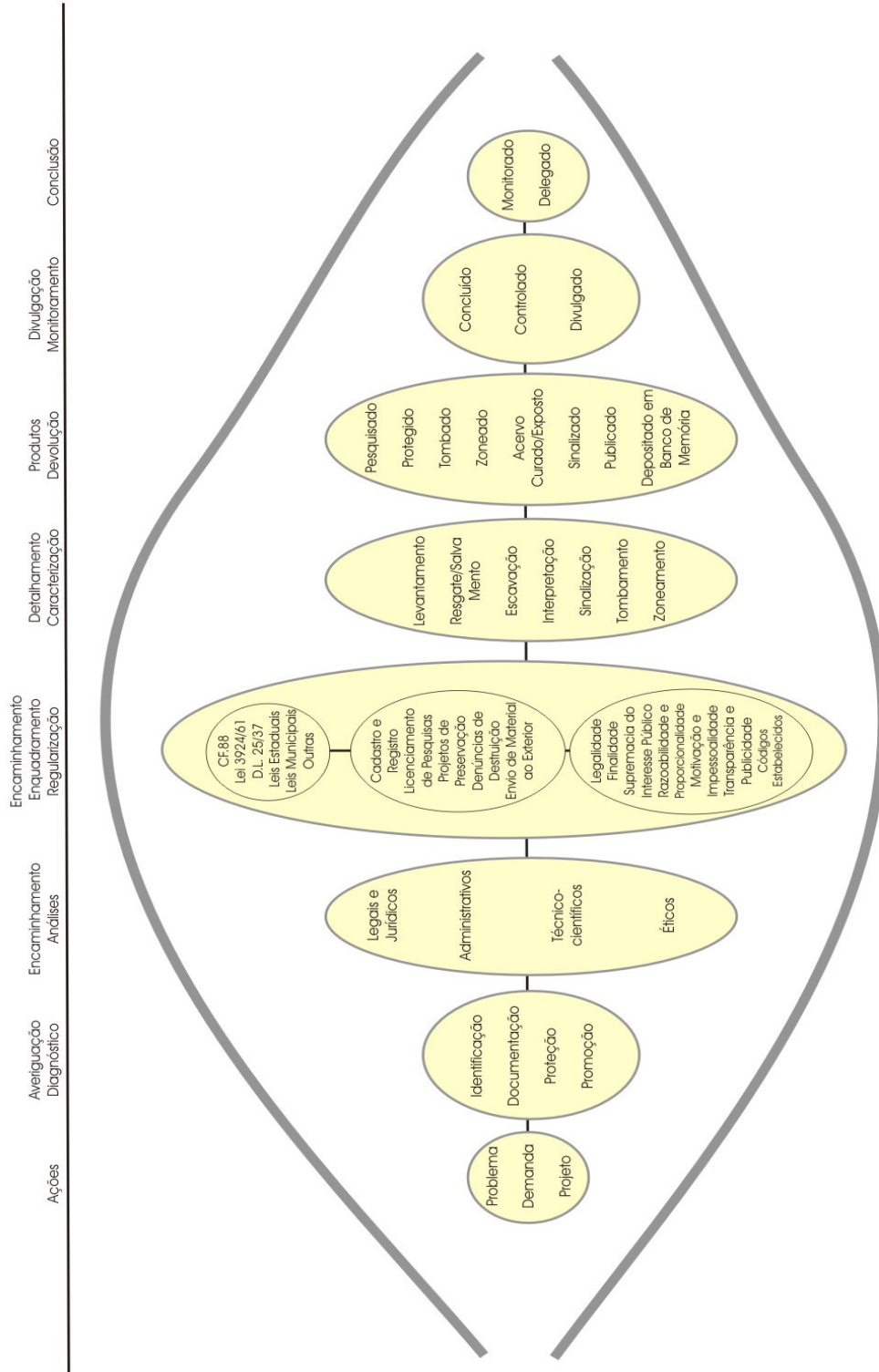
Esquema da dinâmica de processos de gestão do patrimônio arqueológico



PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, DOCUMENTAÇÃO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO. MARIA LÚCIA FRANCO PARDI, DEZEMBRO DE 2002.

Este esquema ilustra inicialmente as etapas que são mais perceptíveis pelo cidadão: a inicial, quando a demanda é formalizada, e o final do processo quando a questão já foi gerida. Estes periodos são os que habitualmente tem mais repercução e ou difusão, entretando a gestão interna é bastante mais complexa e trabalhosa como se pode ver abaixo.

ESQUEMA DA DINÂMICA DE PROCESSOS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO



PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, DOCUMENTAÇÃO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO. MARIA LÚCIA FRANCO PARDI. DEZEMBRO DE 2002.

II- 4 - ASPECTOS HISTÓRICOS

A GPA necessita resgatar e construir sua historia, juntar as memórias de diferentes atores e segmentos, diferentes períodos e versões, para que cada um possa soma-la com suas próprias experiências e vivências, possibilitando uma percepção mais fidedigna entre os fatos e as interpretações. Este esforço inicia-se por COELI PINHEIRO a partir de cujos dados, podemos perceber que a história do interesse pelos bens arqueológicos começou há mais de 250 anos. O fato foi observado através de correspondência entre D.João VI e uma autoridade cultural da época, sobre as antiguidades que poderiam ser descobertas no reino, de tempos dos fenícios, gregos, penos, romanos, godos e arábicos.

Do ponto de vista oficial mais recente, os primeiros passos da GPA no governo instituído vem da previsão de participação desde o anteprojeto elaborado por Mario de Andrade a pedido do Ministro da Educação, Gustavo Capanema em 1936, inclusive com a inclusão de pessoal especializado na formação do corpo técnico. Entretanto, conforme já colocamos, quando efetivamente implantada a instituição não possuía estrutura e condições de abarcar todas estas áreas de atividade, tendo seu fundador e responsável por trinta anos, Rodrigo Mello Franco de Andrade, optado por privilegiar as obras de arte e o patrimônio edificado, conforme a ótica etnológica e a visão modernista da época, que buscava a expressão artística autentica. Para a criação do retrato do Brasil (CAMPELLO In: LONDRES: 97) Conforme e o conhecimento geral, a inigualável obra foi efetuada neste sentido. Desde este momento a baixa visibilidade da expressão da contribuição que a arqueologia poderia fornecer foi um dos elementos que a predestinaram a participação desprivilegiada e precária no âmbito da política governamental observável ate os dias atuais.

Até que este pensamento iniciasse seu desenvolvimento e tomasse contornos preservacionista a partir de uma política oficial do governo, foi necessária sua inclusão no projeto de Mario de Andrade e no Decreto Lei 25/37 data do início oficial da adoção de medidas legais concretas na historia da preservação do patrimônio arqueológico no Brasil. Depois da edição desta lei iniciaram-se movimentos regionais de preservação, entre os quais o do Paraná e o de São Paulo, onde as gestões da Comissão de Pré-História lideradas por Paulo Duarte resultaram posteriormente na edição da Lei 3924/61.

Neste ínterim, sintetizando os acontecimentos relatados por COELI PINHEIRO (1996:9-23) podemos perceber que se desenvolveram três momentos: o primeiro na gestão de Castro Faria no Museu Nacional, onde a dotação orçamentária era utilizada para pesquisas diretas e distribuída para realização de pesquisas acadêmicas, como um órgão de

fomento. Os cadastros eram efetuados através desta instituição. O segundo período inicia-se quando um funcionário foi nomeado na própria instituição, especificamente para este fim. O museólogo Theodoro Russins continuou a distribuição de verbas para pesquisa, efetuava vistorias e participava de pesquisas como o PRONAPA. Nesta época foi criado o sistema de representações pelo Brasil, pelo qual, inclusive ainda não se agradeceu e reconheceu oficialmente, de forma compatível com o empenho e os serviços prestados pelos arqueólogos. Pesquisadores como Pe. J. A Rhor representam para nós um símbolo deste período e da própria preservação.

O terceiro momento é propiciado em função das tensões e desgastes inerentes à situação e da atuação da Profra M. Conceição Morais Coutinho Beltrão. O Museu Nacional e o IPHAN estavam mais estruturados e contrataram a primeira arqueóloga como serviço temporário (79-80). Sob a responsabilidade de Regina Coeli P. Silva, foi criado o Núcleo de Arqueologia no Rio de Janeiro visando atender a demanda e implantar a preservação do patrimônio arqueológico no Brasil⁶⁴. Sua atuação básica se concentra na redistribuição de recursos financeiros para pesquisa e atendimento de denúncias de destruição. Com o passar do tempo, o núcleo é transformado em Coordenadoria de Arqueologia e entram Rosana Pinhel Mendes, Catarina E. Ferreira da Silva, Edna June Morley, Rossano Lopes Bastos e Maria Lucia Franco Pardi. Enquanto as primeiras atuavam no Rio de Janeiro e como apoio ao restante do país, os dois últimos para atender os estados de Santa Catarina e do Mato Grosso, na representação do IPHAN no estado. A remoção para Brasília levou Catarina E.P.Silva a responder por estados do Centro Oeste. A coordenação foi extinta, em função das reformas do governo Collor de Mello, quando Regina C. Pinheiro integra-se a área de tombamento.

A partir deste governo foi extinta a SPHAN-FNPM e logo a seguir, foi criado o IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. A instituição mudou sua visão temática e sua estrutura foi organizada em recorte que privilegiava as vertentes de atuação do setor, criando os Departamentos de Identificação e Documentação (DID), de Proteção (DEPROT), de Promoção (DEPROM) e de Planejamento e Administração (DPA). Com a proibição de edição de concursos e de contratação de pessoal, limitou-se o quadro de arqueólogos a estes 6 funcionários. Posteriormente alguns contratos temporários garantiram o apoio de J. Catafesto no Sul e entraram mais dois funcionários, vindos de outras instituições federais, Ana Viana e M. Clara Migliácio, a primeira no Rio de Janeiro integrou a coordenação de arqueologia e patrimônio natural do DEPROT e a segunda assumiu o estado de Mato Grosso

quando da remoção da responsável para o estado de São Paulo. Edna Morley neste ínterim, respondeu pela Coordenação Regional de Santa Catarina. Catarina E.F.Silva deixando a 14^a SR, assume a Coordenação de Identificação e Documentação do DID e inicia os trabalhos de inventário informatizado, na gestão Célia Corsino, afastando-se apenas em julho de 2002. Em 2000 outro arqueólogo, Luiz Severino entra como Superintendente da 2^a SR (PA / AP) e em 2001 Rossano L.Bastos assume a coordenação de arqueologia recém criada no âmbito do DEPROT muito em função das pressões provocadas pela arqueologia de contrato. Depois foi criado o Núcleo de arqueologia, que na década de 80 se transformou em Coordenadoria, até o desmonte da instituição na era Collor.

Neste momento, a ação desenvolvida foi regionalizada, demanda continuou aumentando e complexificando consideravelmente, levando a direção central a se sensibilizar com os problemas das regionais, especialmente as que não possuíam arqueólogos. Em função de nossa remoção do Mato Grosso para São Paulo. Elaboramos e propusemos o Manual de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, para sistematização e agilização dos procedimentos e atendimento destes fins. Em reunião geral de todas as coordenações regionais e arqueólogos, foi criado o sistema de representação regional.

Sem pretender ser exaustiva, registraremos aspectos da produção no setor ao longo de todos estes anos. Inicialmente cabe ponderar que a formação acadêmica dos arqueólogos não os habilitava integralmente a atuação em órgão governamental, que exige conhecimentos de outras ordens, como colocado anteriormente e na própria Carta de Lausanne. Foi necessário um bom investimento para a captação das diferentes linguagens, em especialmente o administrativo, que consomem boa parte do tempo disponível. Somado a este esforço, registre-se o de conquista de espaço de trabalho, internamente, desde o espaço físico e de uso dos equipamentos (como veículo, por exemplo) até o dos orçamentos, comissões, decisões políticas, e externamente junto às políticas e projetos culturais e de desenvolvimento dos estados e da União. Cabe ainda informar que as ações são efetuadas sempre considerando a invisibilidade da área, a precariedade do órgão de cultura que não representa prioridade na política nacional e o de preservação de patrimônio arqueológico, que igualmente não é prioridade no âmbito desta instituição e a falta de apoio de uma sociedade que na maioria das vezes, não foi sensibilizada em relação a seus direitos e deveres frente este patrimônio.

Neste contexto, arrolamos algumas ações desenvolvidas por estes funcionários no cumprimento de suas funções, além das rotinas internas de análise de processos de licenciamento de pesquisas, de acompanhamento de projetos em andamento, de atendimento

de denúncias de destruição de sítios, de vistorias para identificação e documentação de sítios, de organização dos arquivos técnicos, de elaboração de propostas de trabalho, de critérios, de participação de reuniões e de outras atividades não diretamente relacionadas à preservação arqueológica:

Ações dos representantes do IPHAN na proteção dos sítios, desenvolvidas por inúmeros outros colegas representantes; Escavação do Paço Imperial e da Praça XV pela equipe de arqueólogos da instituição e publicada na revista do patrimônio;

- Escavação do santuário de Anchieta, por Rosana Najjar, 6ª SR, publicado em 1998;
- Escavação da Casa da Fundação do Ouro de Goiás., por Catarina E.F.Silva e M.L.F. Pardi.
- Bolsa de Vanda Loredó na Inglaterra, que resultou na publicação do Manual de Conservação em Campo;
- Salvamento no sítio histórico moinho fluminense;
- Bolsa de Edna Morley em Tucson (Arizona - EUA), criando parcerias e resultando em na elaboração de dois seminários e uma publicação, além de outras pesquisas com pesquisadores brasileiros;
- Escavação do sítio histórico de Pilões no Rio de Janeiro, por Marta Fonseca;
- Inúmeros atendimentos de descobertas fortuitas e salvamento de urnas funerárias;
- Salvamento do sítio Índio Grande em MT , por M.Clara Migliaccio,
- Prospecção e cadastramento de centenas de sítios em diversos estados por M.Lucia F. Pardi;
- Escavação das ruínas de S.João e desenvolvimento de projetos de vídeo e educação patrimonial; sob a responsabilidade de J.Otávio Catafesto;
- Estudo, análise e parecer de centenas de projetos e ações, científicas e administrativas;
- Pesquisas e fundamentação de processos de tombamento;
- Desenvolvimento de pesquisa em Áreas de Interesse Arqueológico, em Montemor, Ouroeste e São Paulo, por M.Lucia F. Pardi, enquanto instrumentos de gestão.
- Oficina de interpretação de sítio arqueológico em Serranópolis, sob a coordenação de Edna Morley;
- Participação em comissões como a de Arqueologia Histórica e Arqueologia Preventiva;

- Realização de centenas de palestras, aulas e entrevistas ministradas para a comunidade;
- Assessorias a estados, prefeituras e ministério público;
- Participação na luta pela regulamentação da profissão.
- Promoção de seminários sobre Arqueologia Histórica e Política de Preservação do Patrimônio;
- Licenciamento, fiscalização e vistorias de centenas de sítios e processos, por Ana Viana e Rossano L. Bastos;
- Interpretação, sinalização e abertura de 3 sítios arqueológicos para turismo em Palestina de Goiás por M.Lucia F. Pardi;

A ação destes funcionários tem sustentado, gestão apos gestão, a implantação dos conceitos e rotinas, de convencimento, e conquista de espaço. O tempo foi passando e a lenta evolução não foi capaz de acompanhar as transformações da área, como a escassez de verbas para trabalhos acadêmicos e o impetuoso surgimento da demanda empresarial para atender a política ambiental. Por um lado a Casa não correspondia os apelos para promover as adaptações e aprimoramentos necessários, visto as demandas do setor raramente terem sido consideradas com a necessária urgência com que se apresentavam. Por outro lado, os profissionais, de formação acadêmica, buscavam se adaptar ao sistema e cronograma das obras de desenvolvimento, procurando uma linguagem adequada para a ocupação dos espaços abertos pela ação de acompanhamento que o IPHAN e os órgãos ambientais tem exercido. As ações iniciais causaram estranhamento e não raro, foi necessário apoio do Ministério Público.

Neste processo inúmeros foram os desgastes entre os diversos segmentos buscando um entendimento e delimitação de competências, direitos e deveres. Espera-se que as experiências, ao invés de dividir os que expuseram suas fragilidades, mas têm objetivos comuns e necessitam atuar unidos, sirvam para amadurecer a visão sobre a questão, deixando mais claras as atribuições das partes, contribuindo para o afinamento dos fluxos e a otimização dos resultados, em benefício comum, da preservação do patrimônio arqueológico. Consideramos fundamental e necessário que neste momento, os órgãos de preservação arqueológica e ambiental, assim como academia e empresas, de forma a conseguir equacionar o trato com os bens arqueológicos, de forma satisfatória para todas as partes, cumprindo os preceitos mínimos de preservação, em relação a herança de nossos antepassados e a das gerações futuras. Para tal e necessário que o governo tome

conhecimento da situação como se apresenta no momento, um eterno apagar fogo que não possibilita o trabalho consciente, efetuado sobre indicadores de gestão para a expansão da rede de preservação para os estados, municípios e outras instituições envolvidas, no sentido de implantar uma política concreta, conseqüente e, sobretudo, preventiva.

A partir deste histórico e tomando por base a ação de preservação na verdadeira acepção da palavra, consideramos como marco histórico da atuação do Estado o estabelecimento de políticas para o setor, a edição da Portaria SPHAN 07 em 1988. Este instrumento visa regulamentar a Lei 3.924/61 e disciplinar questões correntes, conforme discutimos anteriormente. Além da Portaria 07/88 outra questão que absorveu muito esforço, dos funcionários e parceiros acadêmicos, foi a elaboração e discussão da Ficha de Registro de Sítio Arqueológico, até sua adoção oficial através da Portaria IPHAN. Outros momentos importantes que podem ser citados foram: A edição da Resolução CONAMA 01/ 86, (elaborada com base na Lei 3924/61, catalisou sua aplicação, dando margem ao incremento da arqueologia empresarial).

Como referências fundamentais para o setor, tivemos a edição das cartas nacionais e internacionais como a de Carta de Nova Deli, Carta de Goiânia, Carta de Santa Cruz do Sul e Carta de Lausanne 1990, divulgada mais amplamente na gestão Arno Kern da SAB. Em São Paulo o Congresso América 92 foi espaço de diálogo para a implantando a Portaria 07. Todas reuniões científicas este tema é discutido. Em João Pessoa pela primeira vez o IPHAN enviou uma representação oficial, que ficou a nosso encargo e tivemos a oportunidade de participar de mesas redondas e debates e esclarecer e publicar sobre diversas questões que contribuiriam para a aproximação das parcerias. Inclusive encaminhamos uma proposta de elaboração de termo de cooperação entre as instituições, que acabou não se concluindo por falta de continuidade de diálogo entre as partes, demonstrando que a questão e os segmentos ainda não estavam maduros.

Foi realizada também nestas reuniões científicas uma mesa redonda no Rio de Janeiro, uma oficina de interpretação propiciada pelo DEPRON em Serranópolis. Durante um ano o IPHAN contratou 12 arqueólogos para atuar inclusive na implantação do inventário do DID e apesar de questões isoladas, previsíveis no belicoso contexto da gestão, deixa saldo final, amplamente positivo⁶⁵.

⁶⁵ Cabe considerar que contratação temporária para exercer as atividades de gestão ligadas a fiscalização e licenciamento, não seria uma solução válida, na medida em que requer conhecimento especializado, prática e isenção. Como os interesses estão em conflito, não se pode esperar de quem está dependendo do mercado, que assumam posições que os antipatizem com colegas e o meio, portanto, entendemos que apenas a abertura de concurso pode ser uma atenuante para o problema de pessoal para estas atividades.

Na gestão da Paulo Tadeu e Sheila Mendonça da SAB pela primeira vez, teve a presença de um diretor do DEPROT, que muito contribuiu para a aproximação e o diálogo, tornando comum a partir daí a presença de representantes oficiais do IPHAN neste meio. Em 1999 foi editada a Decisão de Cartagena 460 sobre proteção e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina. Foi realizado o Simpósio sobre Arqueologia Empresarial em Goiânia, tendo resultado em outra carta. Posteriormente, na SAB 2001, no Rio de Janeiro também, tivemos primeira vez o tema da Arqueologia Pública e apresentação de conferencistas, como Ian Hodder e Anne Pyburn, que abordaram temas correlatos e mostraram a importância da preservação, promoção e educação patrimonial, mais demonstraram como é fundamental produtiva e legítima a atuação junto com a comunidade.

Finalmente Goiânia aparece mais uma vez neste panorama, como sendo a sede da instituição que como um posto avançado acadêmico no centro-oeste, se sensibilizou com a situação a preservação do patrimônio nacional e agiu no sentido de criar um curso de *Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural*, que no nosso entender, também entra para a história da preservação no país. O curso possui concentração em Arqueologia e Antropologia, nos propiciou a oportunidade de desenvolver este trabalho e esperamos que seja um espaço de encontro, diálogo e construção, que possibilite o enriquecimento da questão em todas as óticas, de forma mais isenta.

Estamos cientes que esta história necessitaria de um tratamento mais detalhado e cuidadoso, entretanto não temos condição hábil no bojo desta abordagem. Em resumo, consideramos fundamental que a questão seja buscada e percebida em seu contexto histórico e social. Consideramos em síntese, estes 15 anos, de 87 a 2002 poderiam ser comparados com a “fase heróica da preservação do patrimônio arqueológico”⁶⁶. Atualmente, com as transformações na máquina governamental, de um Estado burocrático para um gerencial, com a escassez de verbas, inclusive para o império da pedra e da cal, com as mudanças na feição da arqueologia acadêmica, com a agregação da arqueologia empresarial, que se aproxima mais da sociedade, podemos perceber que...” estamos no limiar de uma nova era.”. Mais profissionalizada, a arqueologia acadêmica, a empresarial, e a gestão estão se profissionalizando. E exigem novas bases de atuação. Seguramente, estamos vivendo um momento de transição, interna e externamente. Esperamos que os segmentos se abram

⁶⁶ denominação utilizada pela própria Casa para caracterizar o período inicial de trabalho sob a liderança de Rodrigo Mello Franco de Andrade, nos anos 30-40 publicado em “ Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória – 1980 – MEC – SPHAN / *proMemoria* “

sinceramente para amplo diálogo, que o governo reforce suas instituições e que a macro política considere as especificidades do setor para a definição das novas estruturas e políticas.

II – 5– A GPA em Outros Países

A França

O patrimônio cultural francês está administrativamente situado no âmbito do Ministério da Cultura⁶⁷, no momento atual, desde 1998 quando se fundiu à Diretoria do Patrimônio e à Diretoria de Arquitetura, retornando à cultura depois de ficar mais de vinte anos ligada ao Ministério de Equipamento. Suas funções abrangem a identificação, pesquisa, proteção, conservação e difusão do patrimônio arqueológico, etnológico, arquitetural urbano, fotográfico e artístico. A administração central compreende uma Inspeção Geral, duas missões (de comunicação e do patrimônio etnológico) e sete subdireções: da coordenação e dos assuntos gerais (secretaria geral), dos ofícios e da promoção da arquitetura e do patrimônio, dos estudos, da documentação e do inventário, dos espaços protegidos e da qualidade arquitetural, de arqueologia, dos monumentos históricos e do ensino e pesquisa arquitetônica e urbana.

A legislação⁶⁸ é semelhante à nacional (na medida em que nos inspiramos neste modelo), determina basicamente que ninguém pode efetuar escavações ou sondagens sem prévia autorização. A utilização de detector de metais está submetida à autorização regional do mesmo órgão. As *escavações programadas* correspondem às pesquisas científicas acadêmicas, em geral são plurianuais, elaboradas por pesquisadores e com objetivos precisos. Para este tipo, o Estado fornece a autorização mediante a análise de um dossiê, seja pelo conselho nacional de pesquisa arqueológica (CNRA), seja pelas comissões inter-regionais de pesquisa arqueológica (CIRA), dependendo da relevância dos bens solicitados. *Escavações preventivas* são decorrentes da iniciativa dos arqueólogos gestores que estiverem a serviço do Estado naquele momento, visando evitar que sítios sejam destruídos em função de trabalhos de urbanização ou de desenvolvimento. Da mesma forma, são submetidos a conselhos inter-regionais ou nacionais, caso seja uma obra de grande porte como auto-

⁶⁷ Segundo site oficial na internet – <http://www.culture.fr/culture/da.htm>

⁶⁸ Lei de 31 /12/1913 sobre monumentos históricos; Lei de 27/09/1941 regulamentando as escavações arqueológicas; instrução ministerial de 28/11/1985 relativa aos locais de estudo e de conservação dos bens arqueológicos; Decreto n. 99 – 78 de 5/02/1999 sobre a comissão regional do patrimônio e dos sítios e instruções de certas autorizações de trabalho; Artigos 552 e 716 do código civil.

estrada, etc. A responsabilidade de escavação só pode ser outorgada a pessoas físicas, profissionais ou amadoras (benévolos) que tenham provado sua competência.

Descobertas fortuitas devem ser comunicadas à autoridade competente mais próxima, pelo proprietário do terreno ou o inventor do achado. O Maire de la comune, avisa o prefeito, e este ao serviço regional de arqueologia, que apreciará o interesse da matéria. Em caso de necessidade de escavação em terreno em que o proprietário não permite o acesso, a pesquisa pode ser declarada de utilidade pública. O Estado é responsável pelo controle científico de todos os canteiros de escavação, pode interditar inclusive aquelas que ele mesmo autorizou, caso não estejam sendo desenvolvidas conforme o autorizado. Ele possui, também, o direito de reivindicação para reclamar bens móveis de interesse científico, a medida é acompanhada de uma indenização acordada amigavelmente ou através de aviso de uma instância científica, como, por exemplo, o CNRA.

Os vestígios imóveis não são destinados a serem conservados indefinidamente, depende de seu estado de conservação, sua raridade, de seu interesse histórico e estético. No caso de projetos de arqueologia preventiva, permitem-se arranjos, mas sempre os imóveis são cuidadosamente documentados antes de seu desaparecimento. Em função das obras. Os resultados das pesquisas, quaisquer que sejam, sempre são objeto de publicação, e produzido no mínimo um relatório das escavações de campo ou um documento final de síntese (DFS), que é depositado no serviço regional de arqueologia. Este serviço publica anualmente um balanço científico regional *“Restituer au public le resultat des fouilles par l’intermediaire d’une politique d’edition et d’expositios active: tel este un des principes fondamentaux de l’archaeologie”*.

Os bens móveis, destinados a serem preservados, podem ser objeto de uma medida de proteção na categoria de monumento histórico, através da confecção de um dossiê e da análise da comissão regional de patrimônio e sítios (CRPS), depois de inscrito no inventário, se é considerado importante para ser tombado, e estudado por uma comissão superior de monumentos históricos enviado para aprovação pelo ministro da cultura. Os bens móveis também podem ser tombados. Eles ficam em depósitos provisórios de campo, mantidos pela subdireção de arqueologia para auxiliar o trabalho dos pesquisadores enquanto o material está sendo estudado, conforme instrução legal. A conservação definitiva está a cargo dos museus, que providenciam a curadoria, dinamização dos acervos e conservação. Quando eles não possuem mais condições de abrigar os bens em boas condições, podem ser reunidas as reservas técnicas dos museus sob controle da direção de museus da França.

Regionalmente e nos departamentos, a ação é realizada através dos DRAC – Direções Regionais de Assuntos Culturais e SDAP – Serviços Departamentais de Arquitetura e do Patrimônio. Alguns dos serviços têm o status de serviços de competência nacional. A administração central é uma instância consultiva e ela detém a tutela dos estabelecimentos públicos e o controle de outros organismos.

A subdireção de arqueologia atua em conjunto com o CNRA e possui os departamentos de pesquisas arqueológicas subaquáticas e submarinas (DRASSM), o centro nacional de pré-história (CNP) e o centro nacional de arqueologia urbana (CNAU). O CNAU está situado em Tours e é responsável pelos estudos de aspectos específicos da pesquisa arqueológica no meio urbano; reunião e difusão de documentação especializada, (como anuários de pesquisas de campo em meio urbano, boletins bibliográficos) e publica documentos de avaliação do patrimônio arqueológico de cidades da França.

O CNP, instalado na cidade de Perigueux, é constituído por quatro laboratórios de pesquisa e documentação em palinologia, fotogrametria e sedimentologia, arte parietal e o técnico e administrativo (secretaria, biblioteca e desenho). Criado em 1978 tem por missão subsidiar a pesquisa arqueológica no tocante as ciências naturais; dirigir e participar das pesquisas sobre arte parietal paleolítica e constituir um fundo de documentação sobre a iconografia pré-histórica das grutas e abrigos. Em parceria com a Universidade de Bordeaux e o CNRS (centro nacional de pesquisa científica) atuam como estrutura de acolhimento para pesquisadores e estudantes, no âmbito de pesquisas sobre meio, técnicas e culturas pré-históricas.

O DRASSM executa um serviço especializado que tem por função inventariar, estudar, proteger, conservar e promover o patrimônio arqueológico nacional subaquático e submarino, com apoio da lei de 1/12/89, relativa aos bens culturais marítimos. Esta implantado em Ancy e Marselha, onde possui uma embarcação apropriada para pesquisa arqueológica o “Archeonaute”

Em 77, o Ministério da Cultura se fez representar em cada região do país, através dos DRAC supracitados e, em 92, desconcentra suas atividades, com base nas linhas prioritárias de ação do ministério, adaptadas aos contextos regionais. Estas representações cuidam de todas as áreas da cultura, com equipe multidisciplinar e ainda fornecem suporte financeiro do estado, fazem expertise e funcionam como conselho. Nele funcionam, inclusive, o setor de *museus* e o setor de patrimônio se orienta em torno de quatro questões: *a arqueologia, a proteção e a conservação de monumentos históricos, a etnologia e o inventário*. Em ligação com a direção nacional de museus, as regionais coordenam o apoio

aos museus da região, para favorecer seu desenvolvimento, acesso à ajuda especializada, compra de acervo (partilhada entre o Estado e a região) e subvenção para exposições, animações, publicações, acolhimento...

O *serviço regional de arqueologia* tem por missão desenvolver ações de estudo, proteção, conservação e promoção. Deve verificar o cumprimento da legislação e de sua regulamentação, especialmente sobre as escavações, a utilização do solo e subsolo e a proteção dos vestígios arqueológicos. Observando as recomendações nacionais, deve preparar o programa de pesquisas e prospecções anuais; provocar, controlar e eventualmente dirigir as operações de arqueologia preventiva; gerar o fichário informatizado dos sítios, das escavações, e geralmente, do conjunto de documentação arqueológica; supervisionar a publicação dos resultados das pesquisas; controlar os depósitos das escavações; coordenar as atividades arqueológicas, especialmente no tocante às ações de animação e informação ao público.

O *serviço geral de inventário* recenseia, estuda e divulga as obras que são consideradas patrimônio nacional, do ponto de vista artístico, histórico e arqueológico, para constituir os arquivos da França com tudo que caracteriza legado do passado ou mesmo obras recentes. Trabalham com pré-inventário, que recupera sistematicamente todas as obras, e o inventário fundamental, que contém estudos aprofundados. Os resultados são consignados na forma de dossiês (com textos, fotografias e gráficos), microficha, dados e informatizados para alimentar as bases nacionais de dados mantidas pelo ministério. O público acessa esta informação através de das exposições, das publicações, nas regionais ou no centro nacional em Hôtel de Vigny em Paris.

Apesar do modelo brasileiro ter sido inspirado no francês, algumas diferenças expressivas precisam ser ressaltadas; como a feição dos sítios possuírem maior visibilidade, em função dos vestígios arquitetônicos; como o conhecimento mais aprofundado que possuem de sua história e pré-história, como a grande quantidade de pesquisas já desenvolvidas fazendo com que eles estejam passando “pente fino”. A população conhece a especialidade, valoriza e investe, a arqueologia já está naturalizada na França, é consumida e respeitada, além deles possuírem milhares de arqueólogos e gestores de patrimônio arqueológico.

Observa-se a correlação sempre presente da arqueologia, museu e centro de documentação, tripé de sustentação no mínimo para qualquer política de preservação para o setor.

A descentralização seria um caminho natural, no momento em que se conhecer profundamente o quadro de ocupação do país, em que existirem profissionais habilitados em número e qualidade suficiente, em que o governo tenha diretrizes bem definidas, legitimadas e adequadas a um país continental e pluricultural, na medida em que a maioria das regionais possa visualizar o plano nacional de que fazem parte e desenvolver suas políticas setoriais de forma a somar, respeitando os critérios nacionais e elementos para resistir às pressões políticas e econômicas, em que se possa contar com uma sociedade mais informada e cidadã sobre questões de patrimônio arqueológico. Ou seja, primeiro fortalecer, amadurecer, se conhecer melhor, criar diretrizes legitimadas pelo tempo e depois correr o risco de descentralizar. O setor está em atraso em relação a outras questões correlatas e não pode se adequar de imediato à política governamental de descentralização, por ser completamente contraproducente.

A Suíça

A Suíça é o país da Europa mais descentralizado, embora de pequena extensão territorial, as diferenças culturais são bastante profundas, na medida em que é uma unidade política que tem oficialmente 4 idiomas (francês, italiano, alemão e romanche). Em alguns cantões, o voto é feito na comunidade, pelo levantar das mãos, em outros é eletrônico, na própria residência. Vota-se para a aprovação de milícia intercantonal, para autorizar a vivisseção de animais nos laboratórios, para a criação de academias de esgrima, etc. Enfim, um país democrático, que valoriza a cultura e os direitos de seus cidadãos.

Neste contexto, a arqueologia se distribui em serviços arqueológicos cantonais⁶⁹, serviços especializados ligados aos museus e às universidades. Existe, também, a Sociedade Suíça de Pré-História e Arqueologia, que possibilita que o cidadão se associe para acompanhar mais de perto os trabalhos nesta área. Sem se contentar com os achados fortuitos, eles desenvolvem pesquisas sistemáticas, inventariam, interpretam e publicam todos seus documentos, desde os relatórios de escavação, os inventários, as monografias e as obras de síntese.

No âmbito do Ofício Federal da Cultura, existem o museu nacional (que engloba outros 8), e o setor de patrimônio cultural, com divisões de Conservação de Bens Culturais, Inventários Federais e Arquivos Federais de Monumentos Históricos (AFMH). Os inventários são de três tipos: ISOS - inventário de sítios construídos a serem protegidos na

⁶⁹ a divisão política em cantões se equivale aos nossos municípios, como unidade autônoma administrativa mínima.

Suíça, o IFP – inventário federal de paisagens e monumentos naturais de importância nacional e o IVS – inventário das vias de comunicação históricas da Suíça. A Conservação tem setores de Restauração e Conservação com conservação de monumentos históricos e arqueológicos, Organizações Privadas e Projetos de Pesquisa. Estes são submetidos ao CFMH – Comissão Federal de Monumentos Históricos e beneficiários de um sistema de subvenção federal. A LSP – Liga Suíça do Patrimônio Nacional e o NIKE – Centro nacional de informações para a conservação de bens culturais, são organizações privadas que atuam apoiadas pelo governo.

Em Neuchatel⁷⁰, por exemplo, a legislação é cantonal. A proteção de monumentos e sítios é de 1964 e determina que ninguém pode desenvolver pesquisas ou escavações sem autorização do departamento de trabalho público e esta só será concedida a pessoas com garantias científicas e morais. Emitida por duração limitada, a autorização pode ser renovada, os beneficiários devem respeitar as instruções e se submeter ao controle do supracitado departamento.

Basicamente deve-se elaborar um plano de seu campo de operação, estabelecer levantamentos cadastrais, fotográficos e perfis da estratigrafia. Deve-se possuir um diário completo e detalhado das pesquisas ou das escavações e anunciar e enviar todos objetos descobertos ao departamento de trabalhos públicos. A descoberta fortuita também deve ser imediatamente comunicada. Possuem um esquema geral já definido sobre a ocupação de seu país, que abrange a caracterização cultural, as regiões e sítios de referencia o período cronológico compreendido. Embora muito linear, representa um produto mínimo a ser disponibilizado a sociedade nacional, que ainda pode detalhar seus conhecimentos regionalmente:

O associado tem a possibilidade de realizar excursões, viagens de estudo e reuniões anuais, através dos círculos regionais. Em Bale, Berna, Genebra, Lausanne e Zurique os círculos ministram um curso de iniciação a pré-história e arqueologia Suíça e organizam regularmente conferências e excursões, convidando arqueólogos nacionais ou estrangeiros. A sociedade se responsabiliza pelas assembléias gerais, visitas comentadas e viagens de estudo no estrangeiro. O associado recebe o anuário, com as descobertas e escavações importantes, assim como as indicações bibliográficas, tanto para grande divulgação popular como de obras científicas.

⁷⁰ Reportagem de FAN- L'Express 20/02/1977 “ Présence du Passé Dans les Grottes Neuchatelois” par M.Michel Egloff.

Enfim, independente do poder do Estado, dos cidadãos ou da academia, o fundamental é perceber que em nestes modelos respeita-se o direito coletivo aos bens arqueológicos, o acesso do cidadão em todas as etapas do processo de pesquisa e preservação e que este conhecimento é registrado, guardado e publicado. A tarefa de pesquisar tudo, com o rigor científico necessário, planejar e proteger dos projetos de desenvolvimento e devolver para esta geração e as futuras, ultrapassa as condições de qualquer tipo de arranjo. Em síntese, não importa a instância que tem condições para arcar com estas atividades, somente um trabalho articulado e cooperativo, resolve com competência as questões desta área, que extrapolam as condições e longevidade dos governos, cientistas e cidadãos.

O México

O relato e o manuscrito de Patrícia Fournier⁷¹ nos possibilita saber que a preservação neste país iniciou-se através da coleção de antiguidades e da conservação de alguns codices⁷². Já em 1575 em função do conceito de absolutismo real, todos os valores encontrados eram de propriedade da Coroa. Alguns anos mais tarde iniciam-se a concessão de permissões para escavações que paguem 20% do ouro e prata para a Coroa Espanhola. Final do século XVII realizou-se a primeira escavação do Novo Mundo em Teotihuacan. No final do período colonial um movimento de revalorização do legado ancestral indígena propicia o aparecimento do primeiro Museu de Antiguidades na capital Cidade do México.

Depois que o país se converte em uma nação independente, o patrimônio cultural passa a ser protegido por lei e o governo se constitui o tutor oficial das evidências pré-hispanicas. A implantação e o aperfeiçoamento destes instrumentos se dá entre 1825 e 1882, onde se inclui a proibição de exportar monumentos e antiguidades, se definem punições a quem realiza escavações sem autorização, se designa como propriedade da nação os terrenos onde se encontram estes restos e a desapropriação de terrenos com monumentos de interesse público.

Em 1885 é criado o cargo de Inspetor Geral e Curador de Monumentos Arqueológicos da República e em 1896 se define explicitamente na legislação que os monumentos arqueológicos são propriedade da nação. Estabelece-se a primeira agência oficial de arqueologia no âmbito do Ministério de Educação Pública (LORENZO apud

⁷¹ “Organization de La Administracion De Recursos Culturales en México” Arqueóloga do INAH.

⁷² Registro ou compilação de manuscritos, documentos históricos ou leis; código antigo; são documentos manuscritos em pergaminho no formato do livro moderno e não como os rolos tradicionais.

FOURNIER:). Em 1910 a arqueologia se desenvolve como disciplina científica e atividade acadêmica com a fundação da Escola Internacional de Arqueologia e Etnologia (sob a tutela de Eduard Seller, Franz Boas e do particularismo histórico, cuja influencia se observa até os dias atuais). Neste mesmo ano, para comemorar o centenário da independência o primeiro arqueólogo oficial do governo (Leopoldo Batres) dirige explorações e reconstruções em Teotihuacan, Mitla e Xochicalco⁷³. Estas obras e pesquisas foram efetuadas para atender a manipulação ideológica e demagógica do presidente, mostrando a dignificação dos primórdios indígenas da nação mexicana, tanto no passado como no presente. Ainda em 1910 funda-se a Escola Nacional de Antropologia e Historia, encarregada da profissionalização em arqueologia, antropologia social e física, etnologia, etnohistoria e lingüística.

O INAH – Instituto Nacional de Arqueologia e Historia é uma das instancias que aporta elementos ideológicos para que o Estado fomente o nacionalismo, evocando as raízes de um passado glorioso e muitas vezes, também para distrair a atenção pública das contradições do sistema capitalista mexicano. Outras atribuições, são a habilitação de zonas arqueológicas e de museus para o turismo, importante fonte de divisas para o país. A instituição, que tem apenas 300 arqueólogos, desenvolve projetos de pesquisa pura, que possuem pouca verba, outros que conseguem atender os interesses do estado, através da conservação e ainda efetuar uma pesquisa seria; existem os projetos mais políticos que científicos, que não tem dificuldades financeiras e finalmente os de resgate e salvamento. Este último tipo se desenvolveu desde os anos 40, “... *para evaluar el impacto de las obras sobre los recursos culturales y tratar de mitigar los danos lo mas possibli, hasta donde lo permita el disenho de construccion de obras de infraestructura realizadas por entidades publicas e privadas* (MARTINEZ MURIAL apud FOURNIER:)

No final dos anos 60 o INAH cria a Seção de Salvamento de Patrimônio Cultural da Nação, que atua com base na lei de 1972 que obriga as instancias responsáveis pela obra a custear os gastos. Em 77 se estabelece o Departamento de Salvamento Arqueológico, que concentra o maior número de profissionais. Nos anos 80 em função da construção do metrô da capital, um enfrentamento entre arqueólogos e políticos foi decidido pela população em favor do desvio do traçado do centro histórico. Em suma, FOURNIER conclui colocando que a pesquisa está em plano secundário e que atualmente o patrimônio está em grave perigo

⁷³ neste momento da narrativa não posso deixar de recordar nossa comemoração de 500 anos de Brasil, onde se reproduziu a chegada do conquistador e se reprimiu a população indígena. A intenção de reverência a nossos ancestrais não se manifestou por apoio a preservação ou pesquisa, se resumiu a realização da abertura das comemorações na Serra da Capivara, onde se tem as datações mais antigas das Américas.

em países em desenvolvimento como o México, onde se tenta melhorar a qualidade de vida da população e avançar o processo de industrialização. Finalmente, coloca que *“Así, en parte es responsabilidad Del arqueólogo disenar políticas que concilien la modernizacion Del país cón la conservacion e investigacion Del patrimonio cultural, pues aun quando es inevitable la destruicion de sítios, puede rescatarse informacion valiosa sobre ellos (LITVAK 1986) “*.

Através desta síntese, podemos perceber que no México, cabe ao Estado todas as competências sobre a formação, todos tipos de pesquisa, proteção, conservação e difusão do patrimônio cultural e da arqueologia. A arqueologia não é praticada como uma profissão livre, sendo que não existe arqueologia de contrato. Com certeza o país das Américas em que o sistema é mais centralizado e talvez onde a arqueologia tenha sido mais valorizada e utilizada do ponto de vista sócio-político. Aliás esta síntese é possível apenas em função da centralização.

O patrimônio arqueológico do México possui um perfil diferente do brasileiro justamente no tocante a visibilidade, seus vestígios são monumentais e além de ser objeto de conhecimento científico, possui o valor econômico e o de obra artística. Certamente é o caso americano mais maduro, onde se protege legalmente estes bens desde 1825. Seu patrimônio não passou despercebido sequer aos conquistadores nos primeiros momentos de contato em 1519.

Neste momento, decorrentes de processos históricos que se desenvolveram por pelo menos 22 milênios, os espanhóis encontraram o território ocupado pelo império Asteca, depois de período de esplendor Maia, no primeiro milênio da era cristã⁷⁴. No início da era cristã, a maioria das sociedades que habitavam o centro e o sul do país eram sociedades estratificadas em nível de cacicados ou estados, com exceção das que ocuparam os territórios áridos do norte, onde predominaram sociedades tribais com modo de produção de caça e coleta. Atualmente são mais de 60.000 sítios com arquitetura monumental, além dos sítios menos complexos.

Comparando estes sistemas, observamos que todos têm em comum, o fato dos vestígios arqueológicos serem tratados através de legislação, em todos existe a participação do Estado, que assume responsabilidade integral ou parcial, sendo que em todos os casos, ele que define, regula e fiscaliza.

Outra grande diferença é o amadurecimento para a questão turística, na qual o país todo já está dividido em províncias, com diversos sítios disponibilizados para o grande

⁷⁴ O Velho México abrangia também a área da atual Guatemala

público. É no âmbito desta secretaria que atua o CONACULTA - Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, cujo programa 2002, inserido em projeção 2001-2006, resumiremos para espelhar a dimensão da questão e o amadurecimento das ações. O INAH desenvolverá, no âmbito antropológico, 179 projetos, sendo 36 de antropologia física, 42 de etnohistória, 68 de etnologia e antropologia social e 33 em linguística. Somados aos 106 de pesquisa histórica entre os séculos XVI e XX, perfazem um total de 246 projetos de pesquisa, proteção legal e técnica, inventário e catálogo de sítios e apoio a conservação destes bens. Entre estes, cabe citar ações de delimitação de zonas arqueológicas, a fundamentação de processos de proposição de candidatura a Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, a inovação organizacional com o diagnóstico, avaliação e reestruturação de museus, um programa preventivo para proteção do patrimônio cultural móvel (através de acordos com a Interpol México, o serviço aduaneiro, etc), a otimização de processos o fortalecimento da estrutura de informática a agilização dos fluxos para o Registro Federal de Trâmites e Serviços, a manutenção e ampliação de um registro nacional cuja meta para 2006 é de 111.339 sítios.

*“ En materia de preservación del patrimonio cultural, se trabajará directamente con las comunidades de Yanhuítlán, Oaxaca, ... para fomentar la participación de la sociedad civil tanto en los procesos técnico, como en cursos, talleres y tiempos de reflexión, y así contribuir a que las propias comunidades incorporen el patrimonio cultural a los procesos de desarrollo buscando que los bienes muebles, además de su valor ético-histórico, sean una vía que impulse el turismo.”*⁷⁵

Para pesquisa, os projetos são aprovados regionalmente, sob a diretriz política de favorecer o desenvolvimento de projetos coletivos que incidam positivamente no avanço científico das disciplinas antropológicas e na compreensão dos problemas nacionais, com contribuição para sua possível resolução, entre outros. Estão previstas reuniões da Comissão Mista em diferentes estados e com o Panamá, Belize, Canadá e Bulgária. Estão previstas intervenções em mais de dez museus nacionais de cultura, a participação na recuperação do centro histórico da Cidade do México, a catalogação de monumentos históricos que se encontram na rota “El Camino Real de Tierra Adentro” que liga o país aos E.U.A., o atendimento de comunidades que possam financiar intervenções em imóveis históricos federais com apoio técnico-científico do estado, a consolidação do Catálogo Nacional de Monumentos, o levantamento de 2500 bens móveis e 500 bens imóveis, entre outros.

⁷⁵ Sistema Internet de la Presidencia de la Republica – <http://www.conaculta.gob.mx/2002/4.htm>

Os Estados Unidos da América

Como exemplo de modelo fortemente descentralizado, usamos a contribuição de Keith Kintigh, presidente da “Association for American Archaeology” que, recentemente, traçou um quadro da arqueologia dos E.U.A. Ele inicia sua síntese com a legislação, esclarecendo que a maior parte das organizações advém da exigência destes textos. Existem leis antipilhagem que protegem os sítios implantados em terras públicas, assim como contra a coleta e pesquisas ilegais. Os sítios históricos são igualmente protegidos, inclusive dos atos do governo federal que deve considerá-los nas suas ações ou financiamentos. As leis mais importantes são as leis federais, que se aplicam em todo o território nacional, nas terras federais e indígenas. Existem leis estaduais análogas que se aplicam às decisões do governo, às terras do estado e algumas também a terrenos privados. Alguns condados⁷⁶ e cidades também possuem suas legislações específicas. Desta forma, parte dos sítios são protegidos, conforme o local em que está situado, por uma combinatória de leis, a juízo de um sistema legal e administrativo hierárquico, relativamente estável. A regulamentação das leis, que fornecem os detalhes práticos de funcionamento, é escrita e adotada pela agência federal e submetidos a um processo formal que leva em consideração os comentários do público. *“Enfin, un corps gouvernemental responsable peut émettre des directives qui donnent des avis pratiques sur le suivi des procédures impossées par la loi et les règlements”*. (KINTIGH 2001:01)

Quatro instrumentos fundamentais são resumidos:

1. A lei de 1979 sobre a proteção de recursos arqueológicos em terras públicas e indígenas, que as considera como parte insubstituível do patrimônio nacional e torna obrigatória a necessidade de autorização para pesquisa, a ser pleiteado apenas por pessoas qualificadas por uma agência governamental segundo a regulamentação complementar à lei. Ela sanciona penal e civilmente todas as escavações não autorizadas e todo ato de vandalismo.

2. A lei de 1969 sobre a política nacional, em matéria ambiental, estabelece a responsabilidade permanente do governo federal de usar os meios práticos e envidar todos os esforços, compatíveis com os interesses essenciais da política nacional, para preservar os aspectos históricos, culturais e naturais importantes do patrimônio nacional. Estipula ainda que toda operação de maior porte do Estado deve ter prospecções detalhadas sobre o impacto e contemplar propostas de alternativas ao projeto proposto.

⁷⁶ São unidades administrativas autônomas, que corresponderiam a nossos municípios.

3. A lei de 1966 sobre conservação nacional de bens protegidos funciona articulada com outras de proteção ambiental para proteger os vestígios arqueológicos das operações federais diretas ou indiretas efetuadas nas terras indígenas e do Estado, estabelecendo ainda o inventário nacional de lugares históricos e seus critérios (National Register of Historic Places). O atendimento a esta lei implica na implantação de um funcionário em cada estado (SHPO ou State Historic Preservation Officer), indicado pelo governador e atua apenas parcialmente com verbas do governo federal. O conhecido artigo 106 fornece a garantia legal para grande parte das pesquisas norte-americanas, estipulando que a agência federal, responsável por projetos⁷⁷ federais, leva em conta as consequências dos eventuais danos aos bens que potencialmente podem ser inseridos no inventário, através de um comitê de conselho indicado pelo presidente. Este processo de consulta multipartite busca conciliar o desenvolvimento e a conservação. (SEBASTIAN 1999, in KINTIGH2001: 7) Se os danos forem inevitáveis devem ser compensados, em sistema de acordo por um comitê de experts, como acontece na maioria dos casos, se não o são, redige-se um relatório técnico fundamentado e contendo as recomendações que devem ser observadas à decisão final de uma instância superior. (de forma semelhante ao Brasil, onde o estranhamento leva as questões ao Ministério Público, onde se esclarece e propicia o acordo na grande maioria das vezes; PARDI 2001). Outro artigo estipula que estes agentes são responsáveis pela conservação destes bens, entretanto a falta de financiamentos para estes programas faz com que este artigo seja geralmente negligenciado.

4. A lei de 1990 é sobre a proteção e a restituição de sepulturas indígenas e estipula que as agências federais, museus e universidades mantenham um inventário dos restos humanos indígenas e dos objetos funerários, assim como estabeleçam a filiação cultural destes vestígios com as populações indígenas modernas reconhecidas pelo Estado federal. Caso esta filiação seja definida, serão estes descendentes que decidirão o destino destes bens.⁷⁸

Como exemplo de agências, podemos citar o Ministério da Agricultura (Forest Service, Natural Resources Conservation Service - NRCS,...) do Interior (BLM – Bureau of Land Management, Bureau of Reclamation, Minerals Management Service, Fish and Wildlif

⁷⁷ Projeto aqui significa que implicam em terra, financiamento, autorização ou licença federal.

⁷⁸ Para saber mais sobre legislação americana, remeter-se ao site “ Laws Regs. & Standards – <http://www.cr.nps.gov/linklaws.htm> que possui a indicação de 32 leis, 14 regulamentações, 10 diretrizes e padronizações e 3 ordens executivas.

Service, National Park Service,...) da Defesa (Army, Army Corps of Engineers, Navy), de Transportes, conforme o guia de Bárbara Little.⁷⁹

O serviço de parques nacionais, segundo Kintigh, é o ator principal da arqueologia governamental americana, mas reafirma seu caráter descentralizado, na medida em que cada agência possui seus orçamentos, programas e dirigentes, fornecendo o exemplo do serviço nacional de florestas, que possui arqueólogos nos parques e em Washington, sem que exista nenhuma hierarquia nem internamente nas agências, nem entre elas. Os arqueólogos prestam contas aos superiores hierárquicos que são, em geral, gestores administrativos. Mesmo com a existência de um arqueólogo conselheiro no ministério do interior, com mandato para supervisionar todos os projetos de arqueologia nacionais e estabelecer regras e diretrizes formais e informais, para atendimento da legislação, os arqueólogos governamentais não têm obrigação de segui-lo. É o ministro do interior que define os critérios mínimos necessários para que alguém possa desenvolver pesquisas em terras federais, assim como os agentes dos parques nacionais encarregados da conservação de bens históricos, têm a possibilidade de coordenar, em nível nacional, os trabalhos necessários à aplicação da lei federal.

Nos Estados da União, existe uma grande variabilidade de formas de operar, em alguns é o agente do Ofício Nacional de parques, anteriormente citado, que aplica a lei federal e a estadual, em outros os arqueólogos do estado adequam a permissão requerida e promovem a aplicação da lei deste estado apenas. Os arqueólogos contratados pelas agências do estado prestam contas à sua própria agência e não à hierarquia arqueológica dos estados.

Existe também a arqueologia tribal, onde um grande número de grupos gere seus próprios programas de conservação de bens culturais, em alguns casos contratam arqueólogos, como conselheiros. Algumas tribos administram diretamente a lei de conservação nacional de bens históricos, lhes fornecendo maior controle e poder de decisão.

No que se refere à profissão, existe uma distinção entre arqueólogos clássicos, pré-historiadores e arqueólogos históricos. Trata-se da maior associação profissional que está relacionada com as questões governamentais. A *Society for Historical Archaeology* possui cerca de 2300 membros. Para os arqueólogos clássicos é *Archaeological Institute for America*. Muitos são filiados a diversas sociedades e elas visam e trabalham frequentemente por objetivos comuns.

Para melhorar o comportamento profissional dos arqueólogos, as três associações padronizaram de forma conjunta o registro dos arqueólogos profissionais, que exige diploma

⁷⁹ Barbara J. Little “Resource Guide To U.S. Federal Agency Public Outreach And Education For Archaeology” In: the SAA archaeological record, vol 2, n. 2, March 2002.

especializado em arqueologia ou área associada e a aceitação do código de ética, dos procedimentos disciplinares internos e aos níveis de competência profissional. Apesar de funcionar por adesão, o registro é pré-requisito para obter autorização ou contrato de pesquisas no âmbito governamental.

Os profissionais atuam em instituições acadêmicas, agências governamentais, museus e setor privado. Os autônomos podem ser contratados por firmas de prestação de serviços em arqueologia, pelo setor ambiental de uma firma ou ainda por companhias que tenham questões afetas à arqueologia. Não se sabe qual o número de profissionais que atuam no país e como eles se distribuem, como também não possuem o número de empregados pelo governo federal.

No que se refere a estas pesquisas, nos é relatado que as agências governamentais desenvolvem pequenos projetos com recursos próprios, sendo os de maior porte, contratados a empresas privadas, que trabalham sob o controle da agência. Os recursos para os grandes projetos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico, como as barragens, por exemplo, são contemplados no orçamento da obra. As empresas privadas que têm pretensões ao uso de terras públicas, devem contratar arqueólogos que atuem sob controle de uma agência. Existe também a NSF – uma fundação nacional par a ciência ou o NEH, fundo nacional para as humanidades, que trabalham com recursos privados.

Em suma a gestão neste país é extremamente complexa, mas mesmo que não compreendêssemos, se o resultado final fosse bom, poderia pensar mais profundamente neste modelo, entretanto, quando o próprio presidente da associação reconhece que a excessiva descentralização os faz perder a capacidade de trabalhar conjuntamente e somar dados. Quando percebemos que a proteção incide apenas nas terras federais e indígenas, em geral montanhas e desertos, e que as terras férteis como os vales dos rios podem ser escavados pelos amdores e as peças comercializadas, percebemos que a arqueologia americana jamais terá um pálido rascunho da história do desenvolvimento cultural deste imenso espaço onde se intalaram estes estados unidos, em prejuízo da história mundial. Quando se percebe isto, seguramente deve-se ter muito cuidado em adotar modelos provenientes de um sistema que não é semelhante ao nosso e que não contribui para os fins a que estamos afetos, em função de nossa legislação. Evidentemente, estamos nos referindo unicamente às questões de gestão de patrimônio não às questões teórico-metodológicas, de desenvolvimento tecnológico, produção científica, etc.

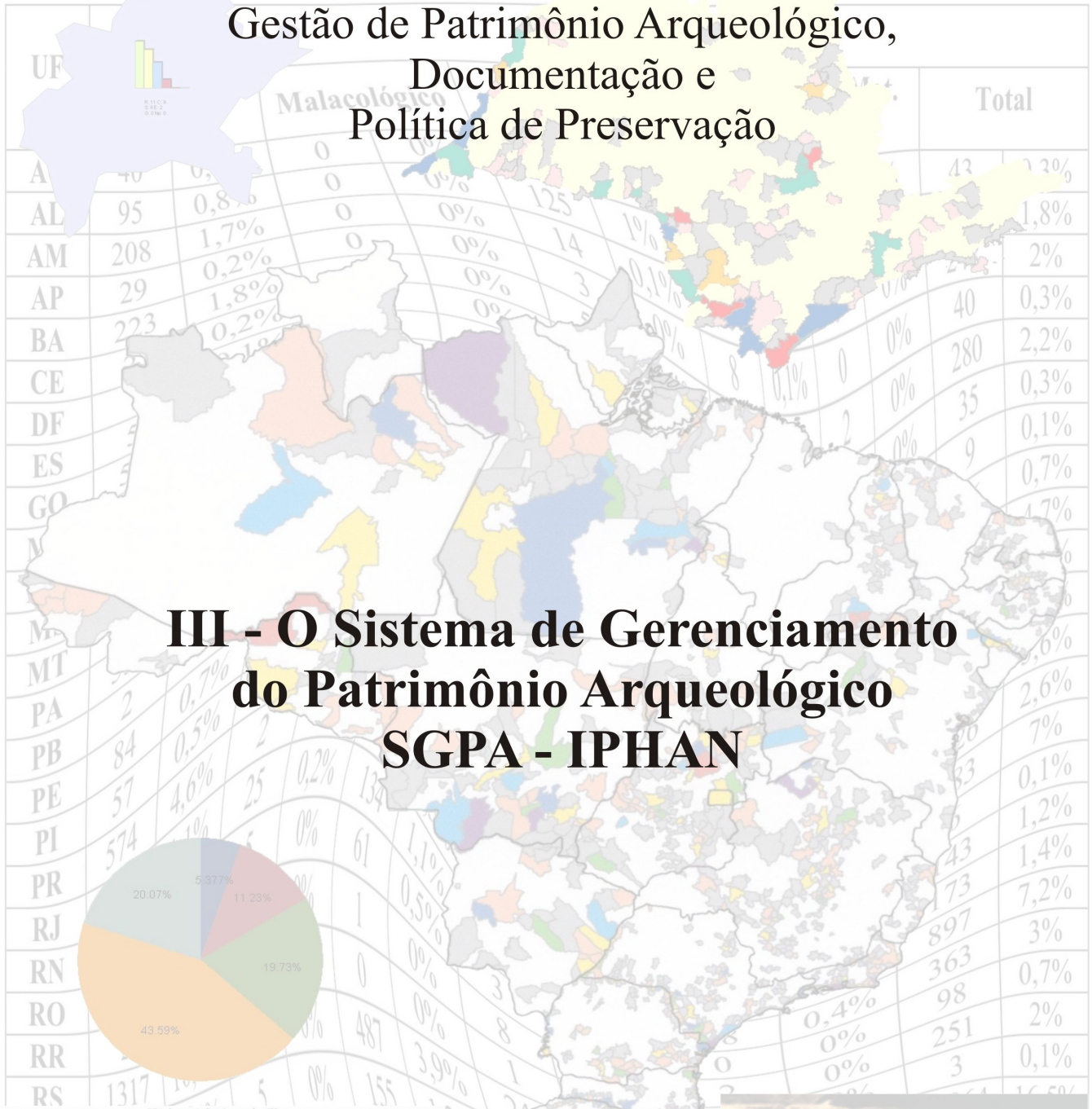
Concluindo, além do que já foi discutido, podemos dizer que apesar das informações disponíveis serem desiguais, demonstram diferentes aspectos que nos possibilitam enriquecer nosso panorama e inspirar opções que possam contribuir para o repensar da situação nacional. Neste momento, países como a França e a Holanda estão reestruturando seus programas nacionais de arqueologia. Pode-se observar entre os modelos supra citados, que em todos estes países a matéria é regulamentada por lei, em todas o estado tem papel fundamental, com responsabilidades integrais ou parciais, existem setores específicos para inventários, os bens são de direito coletivo e devem ser difundidos. Portanto, nossa legislação é compatível com o contexto internacional e necessita apenas ir sendo complementada. Nestes países a arqueologia nasceu e continuou se desenvolvendo, com apoio da visibilidade dos bens. O movimento ambientalista, que mal se pronunciava na época de criação destas leis, se estabeleceu e hoje, inclusive, catalisa o movimento da preservação. Todos têm expressivo número de leis, que atestam a evolução e acompanhamento do desenvolvimento do setor.

Embora a 3924 seja extremamente eficiente e abranja diversas questões, que em outros países foram objeto de inúmeras leis, observa-se a necessidade dos detalhamentos técnicos e operacionais. A ausência de uma cultura de preservação, incrementa a impunidade. A comunidade profissional não tem conselho científico ou parâmetros de qualidade definidos para nenhum tipo de intervenção profissional, a profissão não foi regulamentada e conselhos ainda não foram instalados. Desta forma, observa-se que temos tanto por fazer em diversos segmentos. Cabe ainda considerar que o brasileiro não possui os recursos dos suíços, a educação de base do francês do ponto de vista cultural, não possui a disciplina do americano do ponto de vista comportamental e não possui o orgulho de seus antepassados dos mexicanos. Desta forma, embora possamos nos inspirar nos sistema de outros países, necessitamos elaborar um modelo nacional, com base na experiência adquirida, no perfil de nosso patrimônio e de nossa população.

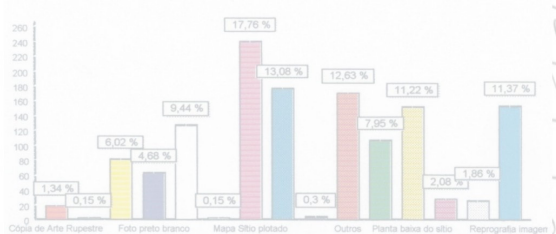
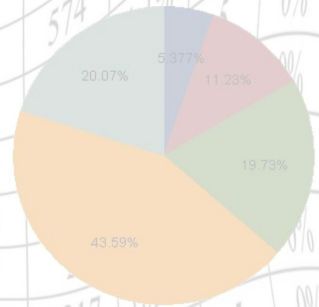
Esta matéria deveria ser avaliada de forma mais detida; entretanto, visamos apenas que nossa pesquisa e argumentação servisse para chamar atenção de diversos segmentos, sobre o problema e as possibilidades de mudança. Inúmeros são os tipos de arranjos possíveis para que se assuma o rumo deste setor de forma a evitar que a inércia o conduza ao capitalismo selvagem. Temos condições de operar as transformações necessárias para possibilitar que este leme seja assumido de forma cooperativa., independente de cada um ficar aguardando que alguém crie um movimento, que cada um se esclareça, descubra seu papel e mude de comportamento, em atitudes propositivas e proativas no interesse do bem

coletivo. Continuando neste rumo, estaremos em breve privatizando o patrimônio público. O país do futuro, também tem passado, tem história milenar e necessita ser maduro para cuidar da herança cultural da humanidade que está situada em seu território.

Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação



III - O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico SGPA - IPHAN



18 Cópia de Arte Rupestre	2 Foto aérea	81 Foto colorida
63 Foto preto branco	427 Ilustração do Material	2 Imagem satélite
230 Mapa Sítio plotado	116 Não preenchido	4 Notas de campo
110 Outros	107 Perfil estratigráfico	151 Planta baixa do sítio
28 Planta baixa estruturas	25 Planta baixa locais afetados	153 Reprografia imagem

elaboradas em 00/12/02

Maria Lúcia Franco Pardi
IPHAN/IGPA/UCG



III – O SGPA / DID / SPHAN

III – 1 – O PAPEL DA DOCUMENTAÇÃO NA GPA

A Identificação e a Documentação se constituem em vertentes da GPA que estão em constante relação dialética e se caracterizam pelo desenvolvimento de ações que visam ao reconhecimento dos bens arqueológicos em toda a sua multiplicidade, ou seja, a definição daquilo que será objeto de proteção e valorização. Uma vez reconhecidos, devem ser transformados em documento, entendendo por documento, um conjunto de registros e informações organizadas que são portadoras de significado sócio-cultural. Este acervo de bens e seus produtos, constituem o patrimônio arqueológico e a base para a preservação e resgate da memória assim como para o desenvolvimento da Ciência da Cultura e da construção da Cidadania e da Identidade Nacional.

Estes bens culturais, de natureza processual, são fragmentos e lugares de memória, testemunhos de processos culturais essenciais e portadores de informações necessárias à vida do cidadão e da Nação. Sua identificação e registro possibilitam a socialização destes significados, sua inserção nas políticas públicas de gestão, a participação da sociedade civil na tarefa de preservá-los e seu uso social.

Dessa forma, a ação, nestas áreas, envolve uma pesquisa direta e indireta para identificação dos bens arqueológicos, o controle de saída temporária, do país, de coleções arqueológicas, assim como a recepção, coleta, organização, arquivamento e manutenção destes documentos e, ainda, o estudo e desenvolvimento de meios técnicos, implantação de inventários e outros sistemas, organização de bibliotecas, plano de arranjo de arquivos, bancos de dados, referenciais analíticos, iconográficos e outros tipos de instrumentos de gestão documental. Essas ações visam a desenvolver políticas para poder disponibilizar o acervo ao acesso público, estimular e captar parcerias para a preservação.

Podemos alinhar como objetivos, ainda, da criação de um sistema informatizado, o acompanhamento e controle do uso dos bens públicos, na medida em que as pesquisas devem ser previamente licenciadas e o uso dos sítios implica na devolução de produtos, como colocamos anteriormente. A socialização dos dados fomenta a produção de conhecimento, fornece mais visibilidade ao patrimônio arqueológico, oportuniza a obtenção de indicadores de gestão, diretrizes que podem orientar o desenvolvimento de ações e a aplicação das parcas energias e recursos disponibilizados para o setor.

Na GPA temos, como instrumento básico de ação, a Ficha de Registro dos Sítios Arqueológicos. Por mais de seis anos, a ficha foi estudada e testada por pessoal científico e

técnico especializado⁸⁰ até ser finalmente regulamentada pela Portaria IPHAN nº 241 de 19/11/98, anexa. Profissionais e amadores encaminham registros, que uma vez revisados e confirmados, podem ser agregados ao banco de dados onde compõem o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA. A medida atende o art. 27 da lei 3924/61, que, também, insta à comunicação imediata de quaisquer descobertas fortuitas (art 18). Os dados são produzidos em sua maioria por especialistas, sendo, entretanto, estimuladas e aproveitadas as contribuições de cidadãos sensíveis e informações diversas conhecidas “por qualquer via”, conforme o texto legal.

Da mesma maneira se manifestam RENFREW & BAHN, quando dizem que “*La primera tarea en cualquier programa del Gestión de Recursos Culturales es la localización y registro sistemático de yacimientos.*”(1993:497). Os autores ressaltam, ainda, que a maioria dos países possui arquivos de seus sítios arqueológicos, mas raros completam o programa com serviços metódicos de busca e registro de novos sítios. Ressaltam o Canadá como pioneiro e a Dinamarca como uma das mais avançadas. Registram a atuação da Grã-Bretanha, onde este serviço e as publicações anuais foram efetuadas de forma regionalizada desde o começo do século, e o governo tem problemas de cooperação para a unificação destes arquivos, o que tem prejudicado a rapidez de atendimento, em especial das obras de desenvolvimento. Como problemas de proteção são arrolados, ainda, exemplos de sítios que não usufruíam de proteção legal por não terem sido registrados, como o caso do teatro Rose, em Londres, onde Shakespeare estreou suas peças, na década de 1590. No Brasil, entretanto, a necessidade de cadastramento não inviabiliza a proteção, que se aplica mesmo aos sítios não manifestados (art 7º, Lei 3924/61). Seguramente, entretanto, a existência de uma ficha facilita e agiliza a proteção dos bens, pelo fornecimento de informações e por estas serem as específicas e necessárias para este fim.

Temos, também, definidas as referências mínimas que devem constar nos projetos de pesquisa (art 5º Portaria SPHAN 07/88), assim como nos relatórios parciais e finais (art.11º e 12º idem). Tomando como referência estes itens, foi criada uma base de dados informatizada para processamento do material arquivado, que constitui o PPA – Projeto de Pesquisa Arqueológica e o RPA – Relatório de pesquisa Arqueológica. Somados ao INCA – Inventário Nacional de Coleções Arqueológicas, constituem o Sistema Nacional de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico – SGPA. O sistema faz parte do SNIC – Sistema Nacional de Informações Culturais, implantado através do Ministério da Cultura e apoiado pela UNESCO.

⁸⁰ Vide publicações na reunião científica da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira de Natal.

O sistema foi criado pelo DID/IPHAN, com colaboração de arqueólogos e informatas, sob a coordenação da arqueóloga Ms. Catarina E. F. Silva, coordenadora de Identificação do DID na época. O SGPA foi concebido de forma ampla para absorver, posteriormente, outros módulos que fossem referentes às outras áreas de atuação da instituição. O sistema foi criado para uso do IPHAN, com o objetivo de estabelecer padrões nacionais no âmbito dos sítios, coleções e documentação. Além da criação técnico-científica dos instrumentos e do software que os informatizou, também foram comprados mais de 10 computadores para distribuição pelo território nacional e instalação desta base de dados. Foram também contratados e treinados mais de 10 arqueólogos para revisão dos arquivos já existentes na área central e regionais e para inserção dos dados nas bases.

Além da base do DID, em Brasília, que abarcou a área da 14ª SR⁸¹, as bases foram instaladas em São Paulo, para atendimento deste estado e do Paraná, sob responsabilidade de M. Lucia F. Pardi; em Recife, no NEA/UFPE ; em Santa Catarina, com Rossano L. Bastos; no Rio de Janeiro, com Rosana P. Mendes. O Fluxograma elaborado pelo DID (anexo pagina 284), fornece uma visão da complexidade do processo. A primeira etapa constituiu-se da captação das informações contidas nos arquivos da instituição. Quando possível, as fichas preenchidas foram encaminhadas para revisão dos inventores⁸², assim como foram distribuídas cópias do sistema para que instituições pudessem passar a usá-las. Após a conclusão da primeira consolidação dos dados, foram criadas algumas consultas e elaborados CDs para distribuição para as regionais do IPHAN. O banco foi colocado na rede em Brasília, além da disponibilização efetuada para a sociedade nacional na página da internet do IPHAN, com a reserva de alguns campos, por motivo de segurança e para respeitar a privacidade dos moradores e usuários locais.

A partir desse período, os profissionais do ramo foram reiteradamente instruídos para efetuar a entrega dos registros, por meio eletrônico, impressos e assinados, para garantir o aspecto documental requerido em função da legislação. A implantação do sistema junto à comunidade científica foi lenta e gradual, entretanto, embora de forma deficitária no nosso entender, estimulou-se a alimentação de informações especialmente do CNSA, ficando os demais módulos para manejo interno. Para a depuração de alguns dados e análise para obter indicadores de gestão, utilizamos o programa SPSS 11.5 para Windows.

Os arqueólogos são os principais fornecedores e usuários do sistema até o momento, direta ou indiretamente, quando se retiram os dados das publicações. Eles consultam se o

⁸¹ Distrito Federal e estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

⁸² Arqueólogo que registra o sítio pela primeira vez, dando-lhe o nome com que será definitivamente cadastrado e conhecido.

sítio encontrado já teria sido previamente cadastrado por outrem, ou sobre o perfil original do sítio na época em que foi cadastrado. É no banco onde buscam dados para se inspirar na escolha de temas ou áreas para estudos acadêmicos, ou sobre a existência de possíveis padrões de assentamento, sobre o potencial de determinada região em que deve ser desenvolvido um projeto, para aumentar a capacidade de seus métodos preditivos, onde buscam a comparação de dados para correlação e interpretação dos resultados obtidos nas escavações ou análises.

Entretanto, as informações podem ser úteis para estados e prefeituras que queiram saber se possuem este tipo de herança e conhecer o potencial do patrimônio que devem administrar, assim como fornecer subsídios para fundamentar sua política regional. As informações do banco podem ser úteis para planejadores territoriais ou empresários que estejam implantando projetos de qualquer tipo e porte, desde distritos industriais e hidrelétricas a obras lineares de gasodutos, estradas ou pontuais como portos de extração de areia etc. O sistema pode permitir, também, a obtenção de informações para pesquisas escolares ou matérias jornalísticas. Para uso em turismo cultural, pode-se escolher o perfil e adequação da região ou do sítio. A informação dos sítios históricos que possuem pesquisa ou planta baixa levantada pode suscitar trabalhos para a reconstituição virtual em computação gráfica, por exemplo, aspecto importante para aumentar a visibilidade destes bens. Devido à variedade de informações, as consultas devem ser personalizadas. Mas até que possamos usufruir todo o potencial informativo deste sistema, temos que investir mais no seu aperfeiçoamento.

Além destes instrumentos, CNSA, PPA, RPA e INCA, sentimos falta de normalização para a entrega de documentos informatizados, por exemplo, os tipos de linguagens usadas, de programas, de escala de mapas, um rol mínimo de informações que devam ser consideradas no atendimento de denúncias de destruição de sítios arqueológicos, como a exigência de registro do sítio e de tantas outras, que necessitam ser discutidas, editadas ou convencionadas. O campo está aberto para o contínuo aperfeiçoamento e, no nosso entender, seria necessário e possível que se criasse uma estrutura específica que garantisse sua autogestão, independente das prioridades ou políticas em vigor. Mesmo que a idéia possa parecer estranha, cabe ressaltar que justamente neste aspecto se concentram e deles decorrem os problemas de visibilidade e de preservação que estamos levantando, conforme retomaremos posteriormente.

Mesmo não se constituindo pauta de atividades desta gestão do IPHAN e no afastamento dos responsáveis diretos que fomentavam esse banco de dados, logramos obter

apoio político, financeiro e técnico para possibilitar a continuidade das ações, consolidar as contribuições recebidas e criar um sistema informatizado que permita a elaboração de consultas automáticas e outros subprodutos. No período de elaboração deste trabalho, propusemos o adiantamento da conclusão de uma etapa de consolidação, onde os dados em Access, linguagem utilizada para captação e inserção dos dados, foi transformado em Delphy, e migrado para um SQLserver, que suporta a quantidade de dados cada vez mais crescente de informações e imagens. Desta forma, obtivemos uma numeração específica para cada ficha ou sítio, individualização dos sítios que se configura um aspecto que consideramos fundamental para a preservação. Poderemos obter também as primeiras informações, que servem de instrumento de gestão e análise, tanto internamente para o administrador do sistema, o órgão tutor desses bens, como para outros gestores oficiais, de todas as instâncias, como de profissionais do ramo, planejadores e demais cidadãos.

A partir do entendimento legal sobre o caráter público dos bens arqueológicos, do direito coletivo que os caracteriza e sua relevância para a nossa memória e identidade, depreende-se a necessidade de identificação e documentação destes bens, assim como de sua manutenção em um banco de memória, que esteja disponível para uso social. A gestão destas memórias e identidades, por quem quer que delas necessite, em qualquer tempo e sobre quaisquer lugares, perpassam pela captação, manutenção e síntese dos dados. Estes aspectos devem ser mantidos e fomentados pela instituição legalmente responsável com apoio da sociedade, como agente, sujeito e beneficiária. Entre os passos dados pelo IPHAN, um dos mais expressivos, no nosso entender, foi a elaboração e implantação desse banco de dados, inclusive porque ele se assume como o principal gestor, como a legislação o incumbe e viabiliza a atuação dos demais responsáveis pela proteção destes bens.

As imensas dificuldades enfrentadas reduziram o planejamento analítico inicial ao aspecto quantitativo que, mesmo assim, se mostraram eloqüentes e nos indicaram os passos a seguir. Apresentamos, abaixo, algumas informações obtidas e as diretrizes que surgiram, auxiliando de forma fundamental na percepção do patrimônio, do conteúdo do banco de memória nacional e da devolução que está sendo efetuada em função das pesquisas que vêm sendo efetuadas nos sítios. Além das consultas técnicas efetuadas através de tabelas e gráficos, os mapas elaborados possibilitam a visualização imediata de inúmeras características sobre todo território nacional, panorâmica raramente observada. Envidaremos todos os esforços para que as instâncias superiores do IPHAN viabilizem que partes das consultas sejam liberadas pela internet, para consultas através da página do IPHAN ou de forma direta. Este interesse e intenção já foram registrados na equipe técnica e demais

escalões da instituição. Necessitamos, entretanto, que a transição se conclua e que sejam definidos os novos dirigentes da instituição no governo Luis Inácio Lula da Silva..

“Art. 4º A proteção ao patrimônio arqueológico deve fundar-se no conhecimento, o mais completo possível, de sua existência, extensão e natureza. Os inventários gerais de potencial arqueológico constituem, assim, instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de proteção ao patrimônio arqueológico. Por conseguinte, o inventário deve ser uma obrigação fundamental na proteção e gestão do patrimônio arqueológico.

Ao mesmo tempo, os inventários constituem fontes primárias de dados para a pesquisa e o estudo científicos. A compilação de inventários deve ser considerada como um processo dinâmico permanente. Resulta disso também que os inventários devem integrar a informação em diferentes níveis de precisão e de fiabilidade, uma vez que o conhecimento, mesmo superficial, pode fornecer um ponto de partida de proteção.”

Carta de Lausanne.

III – 2 - O SGPA EM ÂMBITO NACIONAL – PPA, INCA, CNSA.

O Banco tem sido mantido com todos os problemas de solução de continuidade que os projetos da área pública enfrentam, como a necessidade de trabalhar com orçamentos apertados, planejamento prévio anual, sem margem preventiva para imprevistos ou verba para reposição de equipamentos, ou cursos de treinamento. Além do quadro natural de atuação concomitante em diversas frentes e em regime de sobrecarga de atividades, o que não fornece o ritmo desejado aos trabalhos.

Nesse sentido, terminada a etapa de implantação, não foi possível concluir, em todas as regiões, os módulos PPA e RPA, assim como efetuar as gestões necessárias para a implantação do INCA. Apenas o CNSA teve manutenção regular, com a agregação sistemática dos dados encaminhados pelos colegas que trabalham regularmente e lograram encaminhar o material também em meio eletrônico.

O PPA – Projetos de Pesquisa Arqueológica

O PPA representa o início do processo, na medida em que contém as informações básicas sobre as pesquisas que resultaram nos projetos (PPA), nos cadastros dos sítios (CNSA) e nos inventários de coleções (INCA). Foi levantado o material do Arquivo Noronha Santos (DID / IPHAN / RJ) e da 14ª SR, que engloba 5 estados. O levantamento de São Paulo foi perdido depois da remoção da responsável, a despeito de todos os cuidados tomados, em função de problemas com equipamento. Foram ainda lançadas informações disponíveis nas portarias de licenciamento para orientar o DID na recuperação de informações eventualmente ainda não encaminhadas ao IPHAN. O período documentado

compreende desde a entrada da primeira arqueóloga na instituição, em 1980, até que a base RPA foi constituída, de forma semelhante à anterior.

No total, estas bases possuem 746 inserções de projetos para 653 de relatórios, o que já chama a atenção na medida em que a cada projeto, autorizado por dois anos, deveríamos ter minimamente 2 dois relatórios, conforme as normas da Portaria IPHAN 07 (art.7º e 8º). Entretanto, mesmo considerando que a portaria 07 foi editada em 88 e que alguns projetos lançados através de portarias ainda não teriam sido concluídos, a quantidade é realmente discrepante. Nesse sentido, as datas teriam importância, mas poucas estão preenchidas: 214 de elaboração do projeto e 194 datas em publicação de D.O.U. sobre a 746 totais.

As demais estatísticas estão nas tabelas e gráficos apresentados abaixo, apenas para demonstrar o potencial informativo e de manejo e disponibilização do acervo. Logicamente, não podemos considerar uma amostragem representativa do panorama nacional, com a ausência de acervos do norte, nordeste, do sul ou ainda dos estados de São Paulo e Minas, por exemplo, teríamos uma visão distorcida em alguns aspectos. Assim gostaríamos de deixar claro apenas a intenção de aproveitar o material já produzido, para demonstrar seu potencial e contribuir para a continuidade do projeto, fornecendo-lhe visibilidade.

PPA – Porcentagem de Preenchimento dos Campos – sobre total de 746				Tabela n. 1		
Instituição	45,58%	340	não preenchidos	Limite de validade	74,53%	556
Órgão financiador	81,77%	610		Unidades responsáveis	73,73%	550
Número do processo	71,72%	535		Nome do projeto	0,27%	744
Data de abertura do Pr.	94,77%	707		Assinados	81,37%	607
N. de Portaria licenciamento	73,19%	552		Outros documentos de licenciamento	99,6%	746

Os gráficos de Tipo de Projeto convergem para as mesmas quantidades em PPA e RPA, demonstrando a coerência dos dados da amostra na alimentação da base. Na Documentação Entregue/PPA nota-se o baixo índice de atendimento dos itens registrados, na portaria, como mínimos a serem informados, observadas as mesmas ressalvas efetuadas anteriormente, somadas à estimativa de que apenas um quarto deste montante foi escavado e seria passível de produzir estes dados. No tocante às datas, a pequena quantidade de mapas com sítios plotados, embora no PPA/Classificação a quantidade de projetos de Resgate seja semelhante à de Levantamentos. Em RPA, constam ainda que 144 fichas não informam se houve coleta de material (22,05%) e que 57,89% dos projetos não estão assinados (378 de 653).

Os gráficos de Apresentação e os dados constantes na ficha sobre o tipo de papel, a forma de encadernação e a legibilidade são úteis para a avaliação do estado de conservação do acervo. Atualmente, teremos que complementar com campos que definam os dados entregues em meio eletrônico, e os tipos de software usados, para estar atentos ao desenvolvimento da tecnologia e evitar a perda de informações (por não dispor mais de suporte operacional para abrir estes dados), ou o que seria mais lógico, não imputar este ônus ao Estado e optar pelo detalhamento das normas de entrega dos produtos, definindo suportes mais duradouros e passíveis de conservação, independente da aplicação de tantos serviços. Dessa forma, embora a medida possa não ser popular, não superestimamos a capacidade operacional do sistema público e garantimos a longevidade dos documentos produzidos que, não raras vezes, representam tudo o que sobrou dos sítios arqueológicos.

No nosso entender, fica claro que a responsabilidade de entrega da documentação em meio hábil é do usuário do bem público, como contrapartida mínima pela concessão desse direito. Deveríamos reavaliar se devem ser aceitos documentos apenas em meio eletrônico, prevendo também a exigência de entrega na forma impressa original, visto a pouca durabilidade das fotocópias, já dominando em 41% dos relatórios. Observa-se apenas com essa discussão, a necessidade de definição de uma política de acervo, que regulamente, inclusive, as normas de acesso, de uso e de sigilo. Em RPA, apenas 0,15% preencheram o campo de acesso restrito (apenas 1 em 653), deixando clara a tendência e a necessidade de circulação desta produção.

Podemos comparar este problema com a chamada “literatura cinza” (gray literature), em que alguns países publicam listagens anualmente e ainda as disponibilizam permanentemente pela internet, para fomentar o acesso aos relatórios. No nosso entender, estes dados deveriam ainda ser cruzados com o levantamento de títulos das bibliotecas do IPHAN, para verificação da quantidade e da listagem de títulos das publicações disponíveis sobre o patrimônio arqueológico, uma vez que são complementares. Sabemos, de antemão, entretanto, que são muito poucas e que necessita ser estimulado o hábito de depositar estes produtos nas bibliotecas regionais e nacionais para que possam circular mais e estar disponíveis e articulados para outros segmentos além do meio acadêmico. Essa preocupação já tem sido observada na comunidade científica em tempos mais recentes.

Para se ter uma noção da gravidade da situação, podemos citar a abordagem de RENFREW E BAHN que colocam que *“Los arqueólogos tienen el deber, tanto hacia sus colegas como hacia el público en general, de explicar qué hacen y por qué. Esto significa, sobre todo, la publicación y difusión de sus descubrimientos, de forma que otros*

investigadores dispongan de los resultados y el público, que por lo general ha pagado el trabajo, aunque indirectamente, pueda disfrutarlos y comprenderlos.” Citam projetos que sobreviveram graças ao apoio popular e ainda dados obtidos por um arqueólogo britânico, Peter Addyman, que afirmou que até 60% das escavações atuais continuam sem publicação nos últimos 10 anos e que chegaram à imprensa apenas 27% dos trabalhos financiados pela *American National Science Foundation* desde 1950. Completam dizendo que “*Cualquiera que sea la razon, la no publicación deliberada es una forma de robo: de hecho, un robo doble, que implica el mal uso do dinero de otras personas y la ocultación de información única.*” (*ibidem* 93:505). Registram sugestões de que cada país deveria publicar uma lista das escavações cuja publicação está em atraso, junto com o nome do responsável. Sugerem, ainda, que a comunidade arqueológica mundial deveria estabelecer um período fixo de 5 a 20 anos, segundo a escala do projeto, em que se permitiriam aos arqueólogos controlar seus achados e resultados, depois dos quais passariam à disposição de todos, inclusive sem publicar, como o caso dos Manuscritos do Mar Morto.

No Brasil esses prazos de entrega dos relatórios são definidos pela portaria que licencia o projeto, sendo que não se tem, ainda, definidos os prazos de pesquisa em laboratório e publicação final. As estimativas encaminhadas junto ao projeto, para satisfazer as solicitações da Portaria SPHAN 07/88, na maioria das vezes não se confirmam. O quadro está agravado pela sobrecarga com que os atuais profissionais estão submetidos, mas por outro lado, o meio empresarial está mais aberto à questão. Basta que se perceba definitivamente, que as despesas de publicação devem estar incluídas nos projetos e contratos e não ser repassadas às instituições de pesquisa, que são públicas em sua maioria, ou aos associados da SAB, que são pessoas físicas. Está claro, na legislação brasileira, que o custo integral desses projetos devam ser da responsabilidade dos que auferirão lucros com a destruição dos sítios para fins econômicos, no caso da arqueologia empresarial. Nada impede que se publique nos veículos já tradicionalmente conhecidos, desde que os responsáveis arquem com as despesas. Por outro lado, o Estado, definitivamente, deveria abrir uma linha de publicações, no mínimo semelhante aos anuários comuns em tantos países, para divulgar, no mínimo, suas próprias ações, os dados da gestão e as listagens dessa literatura cinza. No nosso entender, essas informações, inclusive, deveriam fazer parte também do site da instituição, para ficar permanentemente disponível.

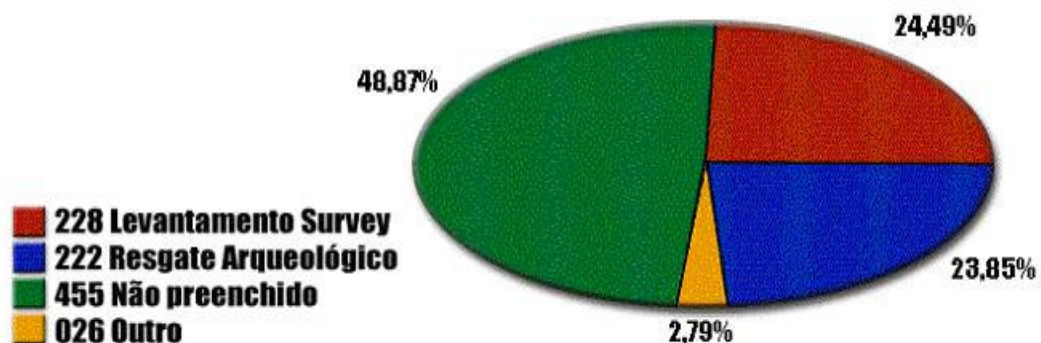
No Brasil temos também esse problema, mais por dificuldades operacionais, o que nos leva a resgatar um procedimento bastante comum no exterior, que é o de depositar, nos arquivos públicos dos órgãos responsáveis, os diários de campo, ou melhor ainda, os

relatórios com dados básicos de escavação, os “primary report”. Os autores dizem ainda que “*Finalmente, todos los directores de excavaciones deberiam actuar como si temiesen morir antes de completar el proyecto. Em Itália, por ejemplo, se tiene que dejar una copia Del diário de la excavación a la autoridad local para evitar este tipo de eventualidades*” (ibidem 93:505). Esperamos que não necessitemos de medidas semelhantes, mas como podemos observar no gráfico de Apresentação dos relatórios, não existe nenhum original manuscrito e apenas 4 fichas com o campo, Notas de Campo preenchidas. Algo necessita ser feito para melhorarmos a segurança destes trabalhos e da devolução dos mesmos.

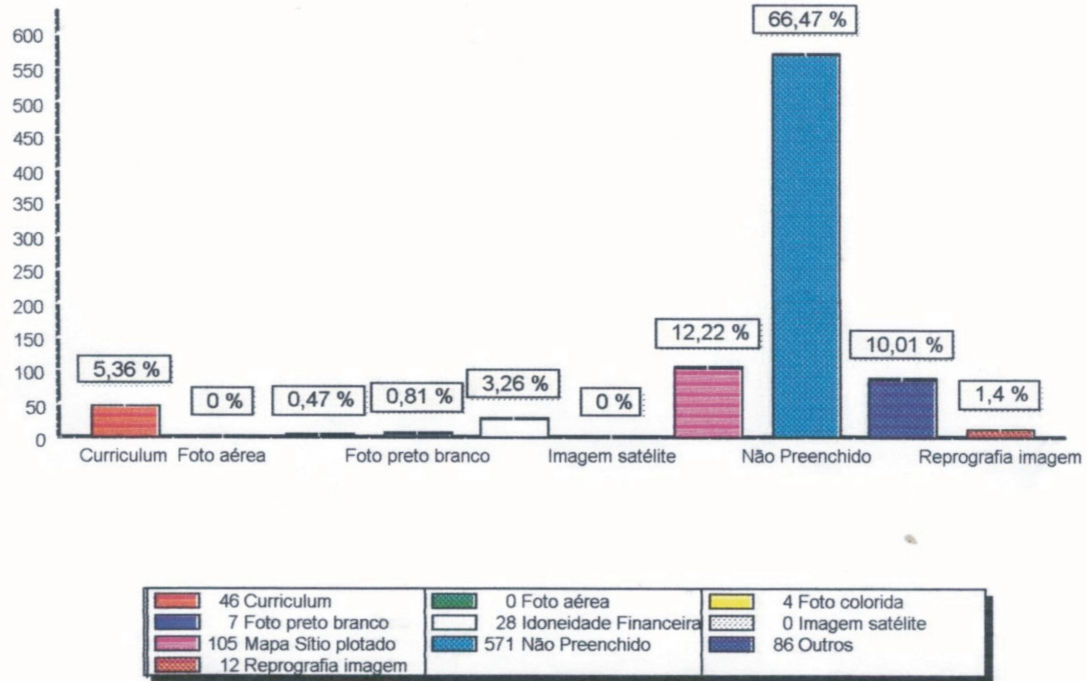
Nesse sentido, para contribuir para essa questão, solicitamos a elaboração de planilhas que poderão servir de fonte de consulta aos interessados, inclusive para conferir se falta enviar documentos para depósito. Apensamos: uma listagem RPA x PPA com o total de relatórios por projeto, PPA listagem do total de projetos por instituição, listagem de RPA por estado e PPA uma listagem de órgãos financiadores (pág 263 à 276). Muito mais poderia ser discutido, como a porcentagem de financiadores públicos e privados nestes projetos, de instituições públicas e privadas etc.

Exemplo de resultados sobre o acervo do Arquivo Noronha Santos

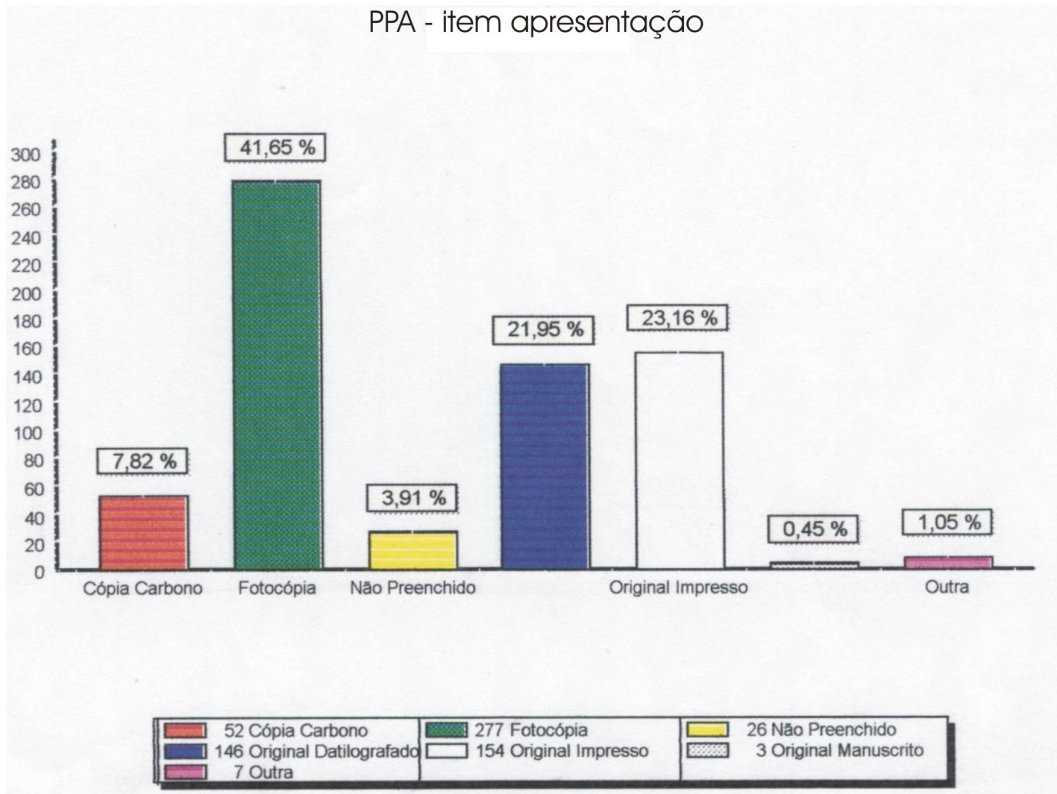
Gráfico - PPA



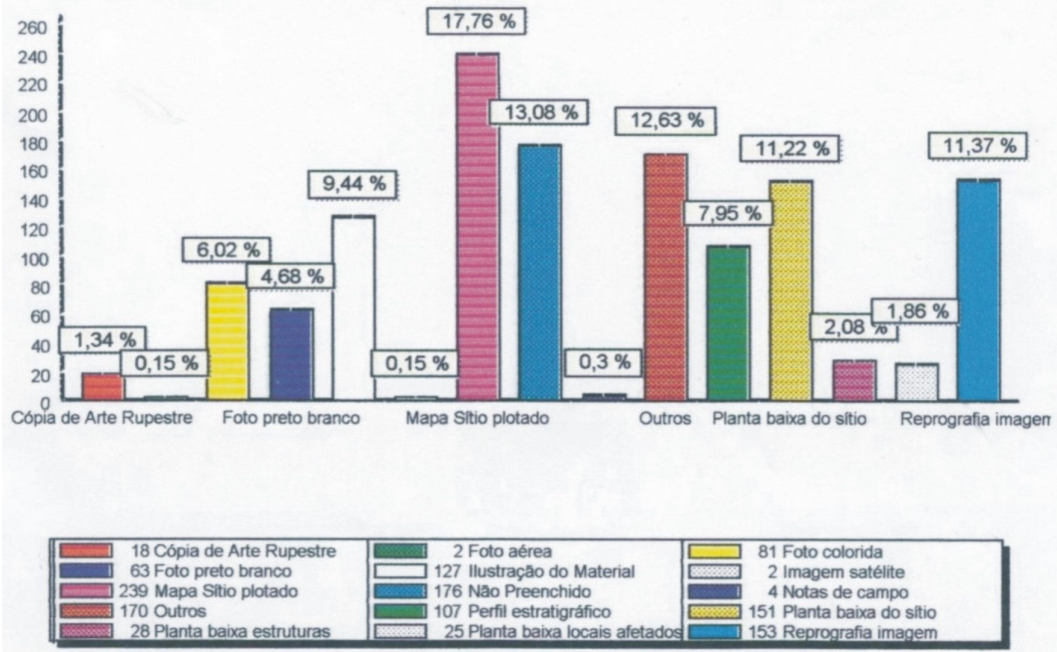
PPA - documentação entregue



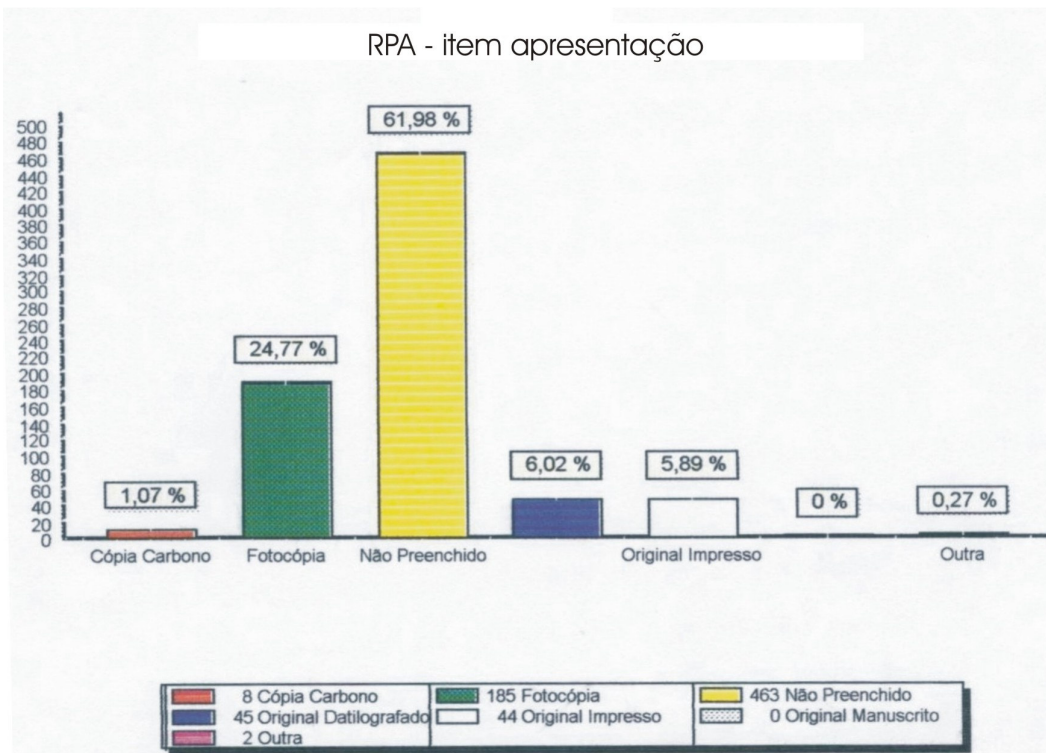
PPA - item apresentação



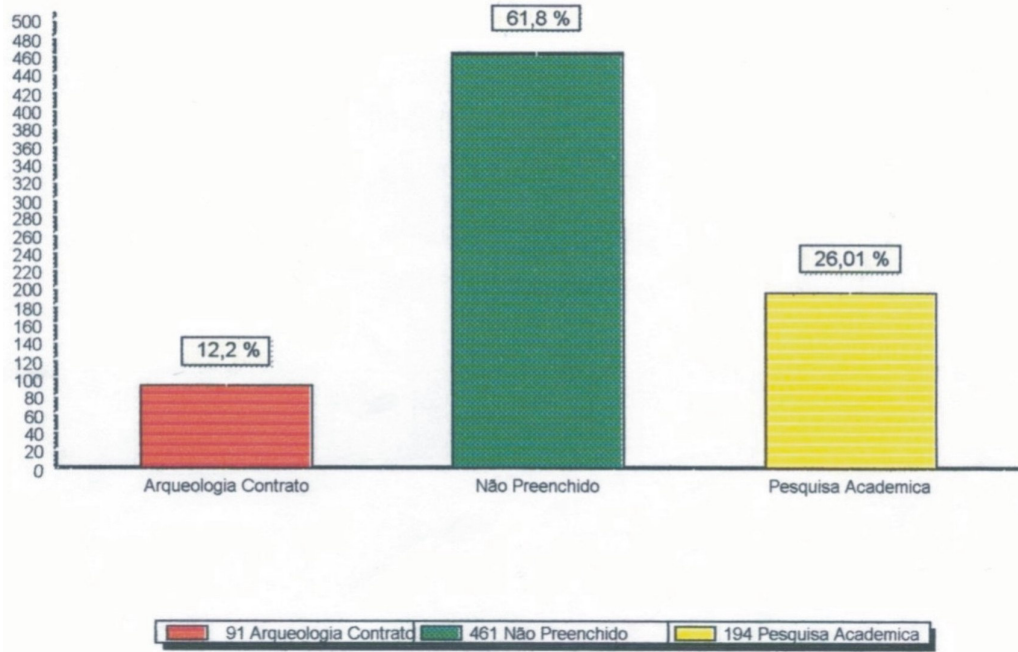
RPA - documentação entre sobre 623 fichas



RPA - item apresentação



PPA / RPA - projetos



O INCA – Inventário de Coleções Arqueológicas

Essa base ainda está por ser alimentada tendo sido criada com o objetivo de fornecer informações ao IPHAN sobre o material arqueológico retirado dos sítios e sobre a situação dos acervos, como a quantidade, localização, etapa de pesquisas a que está sujeito etc. O inventário está previsto para ser aplicado aos acervos que estão sob a guarda das unidades do IPHAN e de instituições públicas e privadas, assim como em mãos de particulares. Cabe explicitar que se considera, para esses fins, a coleção arqueológica como um ou mais conjuntos de objetos (ou fragmentos de objeto) de matéria idêntica ou não, possuindo um ou vários elementos em comum que lhe emprestam o caráter de coleção (por ex: sítio de procedência, pesquisador responsável pela coleta etc.) e cuja individualidade foi mantida quando de seu registro.⁸³

As coleções podem ser formadas pela atividade regular dos arqueólogos em campo, que conhecem e respeitam os cuidados e normas de conservação, garantindo os registros de contexto e a integridade da peça ou pela atuação irregular de amadores, que percebem apenas o valor da peça, em detrimento de seu potencial informativo. Temos, ainda, coleções em museus, que foram se constituindo de forma aleatória, com material de superfície ou através do recebimento em doação de terceiros ou ainda de aquisição. O fato não ocorreu apenas no passado; registra-se recentemente, ainda, o hábito de instituições, especialmente municipais que, ao invés de direcionar a demanda aos órgãos de gestão competentes, procedem à recepção pura e simples de peças, sem a obtenção de informação sobre o local e da forma de obtenção, sem comunicar. Esse procedimento constitui um obstáculo à preservação do patrimônio, na medida em que não possibilita a ação de vistoria do sítio, que tem boas chances de estar em risco de destruição.

Se tivéssemos uma arqueologia monumental, como em outros países, a questão seguramente seria mais grave, como o caso das esculturas em mármore das ilhas Cíclades na Grécia, que podem ser admiradas em todos os museus, mas que não tiveram a oportunidade de fornecer informações contextuais sobre as comunidades que as elaboraram. Como o caso do ladrão de Tarquínia, Luigi Perticari que, por 30 anos, saqueou mais de 4.000 tumbas etruscas, dos séculos VIII a III A. C. e chegou a publicar suas memórias – *“I Segreti di un Tombarolo”*. Demonstrou como se fornece peças para museus e colecionadores e se subtrai

⁸³ Manual de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, documento interno do IPHAN que propusemos e elaboramos a estrutura e as primeiras versões em 1990.

de profissionais e da sociedade, informações sobre os costumes funerários e a organização social dos etruscos. Estelas Maias foram retiradas e fragmentadas com serras elétricas, de forma semelhante foram destruídos relevos de tumbas megalíticas francesas e assaltou-se o Museu do México, sendo que a maioria das peças mais valiosas foi vendida e posteriormente recuperada. No sudoeste norte americano, 90% dos sítios clássicos dos Mimbres, datados por volta de 1000 D.C., foram saqueados ou destruídos em função da decoração artística original que possuíam e da ausência de uma legislação de proteção. A iniciativa privada se organizou para a criação de uma fundação, escavou alguns sítios produzindo uma cronologia e as linhas gerais desta ocupação e concluiu que a escavação era uma forma muito custosa de conservação, decidindo-se pela compra de inúmeros sítios. O movimento cresceu e se transformou em organização nacional tendo procedido da mesma forma em outras regiões (RENFREW & BAHN 93: 501-2). Os autores atribuem boa parte da culpa por estes procedimentos, ao mercado de antiguidades, no que concordamos, na medida em que as instituições deveriam comprar apenas o que tivesse procedência segura, como posteriormente foi firmado na “Declaração da Filadélfia”, em 1970, no University Museum, e em outros da Europa. No caso brasileiro, não se deveria comprar nenhum tipo de material, visto a atividade ser ilegal.

A legislação do setor no Brasil é clara: os bens arqueológicos constituem bens da União, tanto quanto os sítios, devem ficar sob a salvaguarda de uma instituição pública especializada em pesquisa arqueológica e o tráfico ou comércio de peças é proibido e constitui-se um crime contra o patrimônio. Infelizmente, muito se faz em função do desconhecimento, mesmo conhecendo a lei. Como pode ser observado nas fichas em anexo do site da internet - Bazar - Mercado Livre, onde são oferecidos (anexo pág 285 - 292):

- um machado polido indígena, novo, do Paraná por R\$ 100,00;
- um lote de 7 machados de pedra, usados, do Acre por R\$500,00;
- uma “escultura” da arqueologia indígena riograndense, usada, um raro “rompecabeças” indígena de 12 pontas, proveniente de coleção particular, por R\$ 1.200,00 ;
- outra “escultura”, peça única de arqueologia brasileira, um “rompecabeças”, novo, do Rio Grande do Sul por R\$ 2.500,00 .⁸⁴

Como se pode observar, não há o que descuidar visto a gravidade da questão no que se refere aos artefatos especialmente de origem amazônica, vendidos em leilões de arte,

⁸⁴ A informação foi encaminhada pelo responsável do BCP – Banco de Bens Culturais Procurados do IPHAN ao setor responsável para as providências cabíveis

exportados aos lotes presenteados a autoridades e tantas outras estórias ou histórias que necessitariam ser divulgadas e ocupar mais nosso cotidiano. O uso do inventário enquanto instrumento de gestão, em diferentes estados e municípios, que não possuem museus, nos demonstrou que a realidade do Centro-Oeste ou do Sul não está tão distante da anteriormente citada. Temos procedido de forma a que uma vez inventariado, o portador da peça, (caso possa ser considerado um parceiro), pode ser nomeado pelo IPHAN como guardião provisório, ficando orientado sobre os procedimentos e com a responsabilidade de manutenção dos bens. Conforme o andamento do inventário e a qualidade e quantidade de peças da região, sugere-se a adoção de medidas de proteção ao município, orientando e apoiando as iniciativas.

Há décadas vivenciamos problemas em campo que nos alertaram para a absoluta necessidade de incrementar a adoção de uma política de acervo. Nesse sentido, buscamos sensibilizar as outras instâncias da instituição, os colegas acadêmicos e outros profissionais do setor, pessoas físicas e jurídicas. Propusemos e testamos modelos de fichas e, embora um debate mais amplo pudesse enriquecer o instrumento, nada justificaria o retardamento da adoção de medidas neste setor absolutamente desprovido de iniciativas.

Mais do que desconsiderar o valor dessas peças, tivemos uma experiência rara em município, onde a busca era programa de grupos de amigos nos finais de semana. Trocas por maço de cigarros e até vendas se efetuavam, assim como o encastamento e uso de uma ponta de arremesso em quartzo hialino. O próprio museu municipal mantinha uma dinâmica didática de levar os alunos para escavar e depois as peças eram levadas para a escola ou para casa. Famílias coletavam, por gerações seguidas, como tradição, fazendo da atividade um elo de união afetiva. Comunicado o patrimônio, foram efetuadas gestões que reciclaram o comportamento do órgão educativo e lograram, em parceria, reunir parte do acervo e resgatar as informações de proveniência, cadastrar os sítios e estabelecer uma política de proteção, que se desenvolve com base na carta de Áreas de Interesse Arqueológico e outros instrumentos de gestão que foram elaborados neste processo, informando o perfil dos sítios, (para pesquisa, uso turístico ou preservação) e o grau de restrição de uso (PARDI, RANGEL & CORADEL 2000).

Consideramos o atual inventário apto a ser difundido e aplicado, pelas próprias regionais e instituições. Certamente a aprovação de um projeto catalisaria a obtenção de resultados. Um projeto que contratasse e treinasse pessoal, que propusesse reuniões e encontros para ampliar a adesão a essa iniciativa, que previsse a publicação de catálogos divulgando este grande acervo nacional, socializando e devolvendo esta informação. Uma

boa amostragem dessa riqueza nos foi propiciada, com a exposição Brasil 500 anos na Bienal em São Paulo, que foi também enviada para Portugal. Seguramente esse tipo de iniciativa, que difunde a cultura nacional, seria muito mais facilmente planejada e realizada a partir da existência desse tipo de inventário.

Por outro lado, pesquisadores e estudantes teriam mais facilidade para estudos comparativos a partir da triagem desses vestígios, apesar de os relatórios apresentarem apenas 9,44% de ilustração de material (127 de 653) e não se tenham dados sobre o número de inventários de material recebidos dos projetos que envolvam escavações ou do acervo existente nas instituições. Podemos citar, entretanto, gestões bem sucedidas em São Paulo que contribuíram para a elaboração e publicação do projeto de controle de coleções no MAE/USP.

O CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

Esta é a base que informa mais diretamente sobre o perfil do patrimônio arqueológico sob diversos aspectos. A Ficha de Registro possui 202 campos, entre objetivos e discursivos, que podem ser cruzados para responder às mais diversas questões. Inicialmente planejamos a criação de 20 consultas, entre simples e complexas. Entretanto, problemas operacionais impediram a elaboração dos cruzamentos mais complexos de cunho qualitativo, mesmo assim os dados obtidos são eloqüentes e, pela primeira vez, fornecem indicadores de gestão claros. A ficha de referência está anexa e os parâmetros e a terminologia usada será a que consta deste documento oficial, já difundido e em uso no meio profissional.

O sistema foi criado em Access 2.1 para alimentação nas diversas bases, depois agrupado em versões mais atuais do sistema até o limite da capacidade operacional disponível. Os dados foram migrados para um banco de dados SQL server e é acessado atualmente em linguagem Delphy, que é internacional e recomendada pela UNESCO.

A base tem restrições relativas a problemas regionais, como determinados lotes de fichas cuja transcrição foi oferecida em colaboração por pesquisadores, que finalmente não puderam contribuir; como a laconicidade de inúmeros registros que devem ser efetuados para sítios cadastrados bibliograficamente ou conhecidos por qualquer via, conforme solicita a legislação. Inúmeros são os problemas de sítios com o mesmo nome ou sigla, problemas de normalização, ou seja, relativos à forma de grafar palavras. Nesse sentido, criamos uma filtragem prévia que evita a entrada de sítios com mesmo nome, sigla e outros atributos. A conferência de casos em que determinado pesquisador registrou um sítio já conhecido com

outra denominação necessita ser efetuada quase que artesanalmente e, se possível, com auxílio dos envolvidos. Inúmeras são as questões que estão fora da governabilidade do IPHAN e necessitam da colaboração dos inventores.

O sistema registrou, automaticamente, grande quantidade de fichas com suspeita de duplicação, que foram excluídas da análise, pois o número total de inserções no banco, estimado em mais de 13.000 foi reduzido para 12.517, universo com o qual trabalhamos. Devido a margem de erro os números absolutos poderão sofrer pequenas alterações em alguns casos, mas os resultados estatísticos podem ser considerados satisfatórios. Como estamos demonstrando a importância desse instrumento e apresentando tendências, consideramos pertinente e válido o esforço efetuado, dados o ineditismo dos dados apresentados.

Produzimos essas tabelas através do cruzamento dos dados retirados do sistema desenvolvido, que será permanentemente incorporado ao sistema de manutenção do banco. O sistema é dinâmico, ou seja, atualiza-se automaticamente conforme a entrada periódica de informações. Computando apenas o critério de campo preenchido ou não, iniciamos a observação buscando distinguir a porcentagem de sítios apenas cadastrados, dos que teriam sido pesquisados. Sobre 12.517 fichas, existem 6.288 (50,2%) que foram alvo de coleta, 1.944 (15,5%) que tiveram sondagens ou cortes estratigráficos efetuados e 275 (2,2%) que foram escavados. Podemos ver nos demais dados apresentados baixa quantidade apresentada, de forma geral, na maioria dos campos, em função de decorrer de informações obtidas apenas a partir das escavações efetuadas. É absolutamente natural que a maior parte das fichas fiquem vazias na medida em que a maioria dos sítios é apenas Registrado.

A primeira grande contribuição do sistema criado foi a numeração única, individual e definitiva dos sítios. Caso o sítio seja destruído integralmente e deva ser dada baixa do sistema, o número é cancelado e não reutilizado. Ela se constitui de um código alfanumérico com a sigla do estado onde o sítio se localiza, seguido de um número seqüencial, com 5 casas, que é gerada automaticamente conforme a ordem de entrada das fichas no banco. Ex: AP00035. Consideramos baixo este número de casas, em função da alta densidade potencial de sítios no Brasil, especialmente se considerando que grande parte do território nacional não foi sistematicamente prospectada, que há estados onde constam apenas 2 sítios, como Roraima, por exemplo, e em função das estimativas de nº de sítios por densidade, como apresentaremos posteriormente.

Algumas outras curiosidades e informações, puderam ser triadas manualmente através de listagens solicitadas sobre consultas específicas sobre o mesmo universo de fichas anteriormente utilizado. O registro mais antigo, que consta no banco, é o RS – 31: Dr Aldo Pereira Giudice, registrado por B. Rambo em de 10 de janeiro de 1945, obtido de uma publicação sobre os sítios do Rio Grande do Sul organizada por Walter A Goldmeyer e Pedro Ignácio Schmitz. O segundo registro foi efetuado 10 anos depois, para o sítio – Abrigo sob rocha Casa de Pedra por Igor Chmyz em 14/07/1955.

Depois de editada a Lei 3924 , publicada no D.OU de 27 de julho de 1961, o primeiro a registrar um sítio foi Eurico Theófilo Miller em 02/10/61, o Morro do Meio – Hack. Em 62, observa-se a produção quase exclusiva de Walter Fernando Piazza, que registra mais de 77 sítios em Santa Catarina. O Nordeste está representado por Valentin Calderón, em 19 de março do mesmo ano, com o Sambaqui da Ponta do Sobrado.

Com estes dados fica registrada, até o momento, que a história oficial da arqueologia brasileira nasceu no sul do país. Entretanto, curiosidade por curiosidade, nos perguntamos, quem teria sido o primeiro a comunicar ao IPHAN, em atendimento à nova legislação, quem teria sido o primeiro a solicitar licenciamento para pesquisa, a entregar o primeiro relatório para arquivo público a instituição tutora legal destes bens. E estes sítios, como estariam atualmente?.

Outro marco importante na história da arqueologia foi o início do uso do geoposicionamento global a satélite – GPS que resolve, como todos sabem, o velho problema de localização dos vestígios arqueológicas, fornecendo mais autonomia, precisão e rapidez operacional aos arqueólogos, enfim, uma etapa de profissionalização remarcável. Profissionais do ramo dizem que este aparelho começou a ser utilizado mais popularmente no Brasil a partir de 1995. As fichas CNSA, com datas mais recuadas que possuem este campo marcado, são as da Lagoa dos Bichos em Araranguá, Santa Catarina, em 28/04/1962, por Walter Fernando Piazza e Sambaqui do Forte em Cabo Frio, Rio de Janeiro, em 20/10/1967, por Maria Conceição Morais Coutinho e Lina Maria Kneip.

As próximas inserções, depois destas de 62 e 67, ainda são isoladas, em 71 e 79, Sítio Rage Maluf em Monte Mor, por Desidério Aytai e o Abrigo Catingueiro, em Serra Azul, por Solange Caldarelli, ambos em São Paulo. O primeiro uso sistemático foi o do projeto sob responsabilidade de Walter Alves Neves e Solange Bezzerra Caldarelli, no projeto da bacia do Alto Rio Guareí, tendo cadastrado mais de 37 sítios de 80 a 82. O Pará também entra regularmente em atividades com o uso desta tecnologia, depois de uma ação isolada no sítio Matrinchã, Marabá, em 27/7/1980, por Noé Von Atzingen, que cadastra sessete sítios em

82, um em 85, dois em 86, oito em 87, cinco em 88, vinte e quatro em 89, continuando com o uso regular até o presente.

Como primeira inserção isolada dos estados, observamos o início do uso em:

- Tocantins, na Fazenda Ananás, em 03/07/1991, com Noé Von Atzingen;
- Pernambuco, no Serrote do Giz, Afogados da Ingazeira, em 05/05/1994, com Marcos Galindo;
- Mato Grosso do Sul, no Alto Parana 13, Brasilândia, em 11/05/1994, com Gilson Rodolfo Martins e Emília Mariko Kashimoto;
- Goiás, no Córrego das Bateias II, Minaçu, em 04/05/1996, com Carlos Magno Guimarães;
- Rio grande do Sul, na Oficina Lítica RST 471, Canguçu, em 28/01/1997, com André Luiz;
- Rio Grande do Norte, na Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, em 28/04/1997, com Maria Gabriela Martin Ávila;
- Piauí, na Pedra do Caldeirão do Costa, Valença do Piauí, em 16/08/1997, com Sônia M. Campelo e Jacionira Coêlho;
- Bahia, em Ba-REC-20, Jaguaripe, em 21/11/1997, com Cloves Macedo Neto;
- Paraíba, em Pedra Branca, São Mamede, em 09/12/1997, com Joaquim Jorge Silveira Buchaim;
- Mato Grosso, em Tawalatesú I, Comodoro, em 14/08/1998, com Maria Lucia Franco Pardi;
- Amapá, em Salto Cafesoca, Oiapoque, em 23/03/1999, com Edithe da Silva Pereira e Vera Guapindaia;
- Maranhão, no Sítio Lambu, Estreito, em 15/12/2001, com Marcos Aurelio Camara Zimmermann.

Os dados referentes a datas mais antigas deverão ser revistos e conferidos junto aos inventores, para saber se não se trata de equívoco de preenchimento ou a utilização adaptada de aparelhos náuticos, por exemplo (visto, inclusive, tratar-se de dois estados litorâneos). Os demais poderão ainda ser alterados quando da inserção das fichas que estão com suspeita de duplicação e, posteriormente, conforme os pesquisadores revisarem, complementarem e enviarem seus registros. Sentimos falta de dados sobre Minas Gerais, por exemplo. Uma coluna de curiosidades poderá talvez ser agregada à internet e mantida atualizada, inclusive para estimular os pesquisadores e registrar marcos de história regional, das instituições e individual, de forma a falar da contribuição à arqueologia brasileira.

O IPHAN está avaliando a possibilidade de implantação de um SIG – sistema informatizado de geoprocessamento. Dessa forma, não sentimos necessidade de duplicar esforços investindo muito neste setor. Nos restringimos a verificar que no campo Delimitação da Área/Coordenadas UTM, temos inscrições que informam o Ponto Central, sendo em mapa e com GPS. Em Outras Referências de Localização temos mais inserções, algumas podendo, inclusive, corresponder aos mesmos já marcados acima. Em geral, o espaço é utilizado para inscrição de localização que utiliza coordenadas geográficas. O baixo número se deve, inclusive, à antigüidade dos dados do banco e a necessidade de fazer uma estatística real apenas a partir da data de utilização regular do GPS, em 82.

Os itens da Documentação Produzida, que podem ser vistos na tabela abaixo, representam a devolução praticada em função do uso contemporâneo dos sítios que foram utilizados pelas pesquisas. Sobre a Documentação Produzida cruzada com as Atividades Desenvolvidas, inicialmente o que chama atenção, no cruzamento com sítios registrados, é a grande quantidade dos registros simplesmente não preenchidos, ou seja, 57% das fichas não informam o tipo de documentação que foi produzida. Das que informaram, 43% (5.388), sabemos que 12,4% dos pesquisadores efetuaram algum tipo de croqui, apenas 19,7% dos sítios constam como possuindo fotos coloridas e 49,7% estão plotados em mapa. Pouco mais de 13,6% dos pesquisadores teriam efetuado notas de campo e só 31,7% declaram ter elaborado planta baixa dos sítios.

CNSA – Brasil – Atividades Desenvolvidas x Documentação Produzida

Atividades Doc. Produzida	Desenv.	Total de registros		Levantamento de grafismos		Coleta		Corte estratigráfico		Escavação		Não Preenchidos	
		%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Total de registros		43%	5388	3,7%	469	50,2%	15,5%	15,5%	275	2,2%	275	57%	7.129
Arte rupestre parcial		0,4%	46	89,1%	41	21,7%	23,9%	23,9%	4	8,7%	4	99,6%	1.2471
Arte rupestre total		1,4%	175	90,9%	159	17,1%	16,6%	16,6%	10	5,7%	10	98,6%	12.342
Croqui		5,3%	669	11,8%	79	74%	38,9%	38,9%	52	7,8%	52	94,7%	11.848
Foto aérea		2,6%	321	16,5%	53	9,7%	8,4%	8,4%	1,6	5%	1,6	97,4%	12.196
Foto colorida		8,5%	1065	12,8%	136	55,8%	29,3%	29,3%	67	6,3%	67	91,5%	11.452
Foto branco e preto		1,7%	218	12,4%	27	39,4%	19,3%	19,3%	15	6,9%	15	98,3%	12.299
Ilustração do material		1,1%	142	12,7%	18	68,3%	35,9%	35,9%	15	10,6%	15	98,9%	12.375
Imagens de satélite		0,5%	67	1,5%	1	80,6%	1,5%	1,5%	0	0%	0	99,5%	12.450
Mapa com sítio plotado		21,4%	2682	8,9%	238	46%	27,2%	27,2%	88	3,3%	88	78,6%	9.835
Notas de campo		5,9%	737	12,3%	91	65,5%	30,7%	30,7%	50	6,8%	50	94,1%	11.780
Outro material		16,1%	2016	4,3%	87	21,6%	23,3%	23,3%	59	2,9%	59	83,9%	10.501
Perfil estratigráfico		3%	378	3,4%	13	74,9%	68,5%	68,5%	69	18,3%	69	97%	12.139
Perfil topográfico		1%	123	7,3%	9	74%	56,1%	56,1%	33	26,8%	33	99%	12.394
Planta baixa do sítio		13,7%	1.713	7,9%	136	62,3%	29%	29%	131	7,6%	131	86,3%	10.804
Reprografia da imagem		1,5%	187	6,4%	12	63,1%	18,7%	18,7%	12	6,4%	12	98,5%	12.330
Vídeo/filme		1,8%	224	21%	47	67%	56,3%	56,3%	34	15,2%	34	98,2%	12.293
Planta baixa estruturas		1,2%	151	9,1%	9	62,6%	56,6%	56,6%	28	28,3%	28	98,8%	12.366
Planta baixa locais afetados		0,8%	99	5,3%	8	60,9%	61,6%	61,6%	26	17,2%	26	99,2	12.418
Não Preenchidos				96,3%	12.048	49,8%	6.232	84,5%	84,5%	97,8%	12.242		

Tabela 2 - Número de Fichas do total do Banco **12.517**, com base em consultas efetuadas em 06/12/02

Em todas as tabelas, as colunas de fundo cinza apresentam resultados de cálculos efetuados sobre o universo total de fichas (12.517). As colunas de fundo branco estão calculadas sobre o universo parcial apresentado na linha, conforme o item tratado.

Dos 1.713 sítios onde foram feitas plantas baixas, em apenas 99 foram marcados os locais afetados, demonstrando o estado de integridade daquele bem da União. Observamos que o reduzido número de ilustração de material (142), talvez se deva ao uso da fotografia como a atividade substitutiva mais rápida, ficando o desenho praticamente apenas para os estudos de laboratório e publicações. O número de perfis estratigráficos (378) supera o dos sítios que foram escavados (69), e os 259 onde foram feitos cortes apresentando, no mínimo, mais 16 que foram observados em perfis já existentes nos sítios. 175 sítios, com cópia total de grafismos rupestres foram registrados, sendo que destes, apenas 10 constam como tendo sido escavados no país. Menos de 2% dos sítios foi filmado.

No cruzamento da Documentação Produzida com os sítios escavados, registramos apenas 7,6% com planta baixa de sítio e 17,2% com planta baixa de locais afetados, 3,3% plotados em mapas, 18,3% com perfil estratigráfico e 6,8% com nota de campo.

Em síntese, pode-se perceber que os registros não refletem a documentação efetivamente produzida, fazendo com que os dados não espelhem a realidade brasileira e/ou que a documentação que está sendo produzida é pobre e demonstra que estes sítios arqueológicos, Bens da União, testemunhos únicos de nossa memória e história, não estão usufruindo condições documentais à altura de sua real expressividade, enquanto reserva finita. Cabe também considerar que estes registros são, em sua maioria, advindos da ação de décadas onde não existiam muitos dos recursos atuais.

CNSA – Brasil – Estruturas x Atividades Desenvolvidas

Estruturas \ Atividades Desenvol.	Total de Registros		Coleta		Corte Estratigráfico		Escavação		Não Preenchidos	
	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
Total de Registros	16,5%	2.062	50,2%	6.285	15,5%	1.944	2,2%	275	83,5%	10.455
Alinhamento de pedras	0,2%	20	45%	9	15%	3	10%	2	99,8%	12.497
Área de refugio	2,5%	314	86,6%	272	58,6%	184	7,3%	23	97,5%	12.203
Canais	0,2%	26	42,3%	11	30,8%	8	7,7%	2	99,8%	12.491
Círculos de pedra	0,1%	8	62,5%	5	25%	2	37,7%	3	99,9%	12.509
Combustão	3,3%	413	56,7%	234	55,9%	231	19,6%	81	96,7%	12.104
Concentrações cerâmicas	3,8%	472	72,2%	341	18,6%	88	7%	33	96,2%	12.045
Edificações	1,9%	238	34,5%	82	23,5%	56	8,4%	20	98,1%	12.279
Estacas	0,2%	26	61,5%	16	50%	13	38,5%	10	99,8%	12.491
Fossas	0,1%	17	64,7%	11	64,7%	11	35,3%	6	99,9%	12.500
Funerária	2,7%	336	54,5%	183	38,4%	129	12,8%	43	97,3%	12.181
Lascamento	2,2%	274	71,2%	195	40,1%	110	13,1%	36	97,8%	12.243
Manchas pretas	5,1%	636	73,9%	470	37,6%	239	4,9%	31	94,9%	11.881
Muros de pedra	0,2%	23	91,3%	21	30,4%	7	4,3%	1	99,8%	12.494
Palafitas	0,01%	2	100%	2	0%	0	0%	0	100%	12.515
Paliçada	0,01%	1	100%	1	0%	0	0%	0	100%	12.516
Vestígios de mineração	0,1%	7	42,9%	3	28,6%	2	0%	0	99,9%	12.510
Não Preenchidos			49,8%	6.232	84,5%	10.573	97,8%	12.242		

Tabela 3 – Número de Fichas do total do Banco 12.517, consultas efetuadas em 06/12/02

Entretanto, o fato nos leva ao questionamento sobre a necessidade de detalhar as formas de devolução praticadas. Podemos observar, através deste sistema, sobre as reais condições de trabalho que os profissionais usufruíram no passado e em tempos mais recentes. Mas, sobretudo, as observações nos remetem à absoluta necessidade de

desenvolvimento de ações que resgatem a informação existente e criem instrumentos mais ágeis de acompanhamento e recepção dos produtos.

As informações que nos chegam sobre as Estruturas cruzadas com as Atividades Desenvolvidas (Tabela 3), a partir dos sítios apenas registrados, revelam que em 83,5% dos casos eles não foram observados, mas os 16,5% restantes já demonstram o grande potencial da arqueologia de superfície. Fornecem-nos, também, bons indicadores de gestão, em baixa relação custo-benefício, remetendo-nos à característica dos trabalhos rápidos que a gestão nos insta a efetuar. A partir da observação não interventiva no registro, percebemos que alguns tipos de vestígios são raros, como, por exemplo, o fato de termos 1 paliçada, 2 palafitas, 7 vestígios de mineração conhecidos, por exemplo, nos instam à realização de ações emergenciais de proteção. Uma série de considerações podem ser emitidas sobre estes dados, desde essas diretrizes até o recebimento de novas informações.

Na inter-relação com os sítios que tiveram Corte Estratigráficos e Escavação percebe-se que estes vestígios raros não foram alvo de maiores pesquisas.

CNSA – Brasil – Atividades Desenvolvidas (Corte e Escavação) x Documentação Produzida

Documentação Produzida	Corte e Escavação		Documentação Produzida	Corte e Escavação	
Total de registros	100%	102	Notas de campo	38,6%	39
Arte rupestre parcial	6,9%	7	Outro material	43,6%	44
Arte rupestre total	3%	3	Perfil estratigráfico	41,6%	42
Croqui	32,7%	33	Perfil topográfico	25,7%	26
Foto aérea	5,9%	6	Planta baixa do sítio	70,3%	71
Foto colorida	51,5%	52	Reprografia da imagem	6,9%	7
Foto branco e preto	9,9%	10	Vídeo/filme	26,7%	27
Ilustração do material	10,9%	11	Planta baixa estruturas	17,8%	18
Imagens de satélite	0%	0	Planta baixa locais afetados	13,9%	14

Tabela 4 - Número de Fichas do total do Banco 12.517, com base em consultas efetuadas em 06/12/02

Devemos considerar também que o sistema está em constante aperfeiçoamento, que certamente existe uma margem de erros no preenchimento das fichas em campo, em gabinete, mas que não prejudica a percepção de inúmeras das tendências demonstradas.

CNSA – Brasil – Artefatos x Atividades Desenvolvidas

Atividades Desenv. Artefatos	Total de Registros		Coleta de superfície		Corte estratigráfico		Escavação		Não Preenchidos	
Total de Registros	61,2%	7.663	50,2%	6285	15,5%	1944	2,2%	275	38,8%	4.854
Cerâmicos	49,6%	6.208	69,8%	4334	22,6%	1404	2,9%	181	50,4%	6.309
Malacológicos	0,6%	79	43%	34	35,4%	28	19%	15	99,4%	12.438
Líticos lascados	20,5%	2.563	60,9%	1560	25%	641	4,4%	114	79,5%	9.954
Líticos polidos	6,6%	828	81,2%	672	27,5%	228	5,2%	43	93,4%	1.1689
Material Orgânico	1,2%	150	44,7	67	32,7%	49	24,7%	37	98,8%	12.367
Não Preenchidos			49,8%	6.232	84,5%	10.573	97,8%	12.242		

Tabela 5 - número total de fichas no Banco 12.517,

Consultas efetuadas em 06/12/02

A inter-relação das informações da tabela de Artefatos x Atividades Desenvolvidas, abaixo, demonstra, por exemplo, que de 2563 sítios com lítico lascado, 1560 tiveram coleta, em 641 foram feitas sondagens e 114 foram escavados. Demonstra que materiais orgânicos são pouco freqüentes (1,2%) e artefatos malacológicos, extremamente raros (0,6%). A proporção entre os sítios cerâmicos, em maior número (49,6%), e os de artefatos lascados (20,5%), atribuídos em sua maioria a sítios mais antigos de caçadores, mantém relação aproximadamente constante, com a ressalva de que todos os sítios cerâmicos são seguramente identificados, mas os de lítico lascado exigem conhecimento técnico. Demonstram também uma baixa porcentagem de artefatos líticos polidos (6,6%), certamente bem menor do que os utilizados de fato. Confirmando o que a prática da gestão já havia mostrado, estas peças, como são facilmente reconhecíveis pelo cidadão, mesmo leigo, se tornam alvo de reciclagem ou atividades lúdicas ou comerciais, conforme já demonstramos. Anexamos ainda uma tabela com a distribuição dos artefatos pelos estados.

CNSA – Brasil – Distribuição de Artefatos por Estado

UF	Artefatos											
	Cerâmico		Malacológico		Lítico Lascado		Lítico Polido		Sobre Mat. Org.		Total	
AC	40	0,3%	0	0%	1	0%	1	0%	0	0%	43	0,3%
AL	95	0,8%	0	0%	125	1%	3	0%	2	0%	225	1,8%
AM	208	1,7%	0	0%	14	0,1%	26	0,2%	0	0%	248	2%
AP	29	0,2%	0	0%	3	0%	8	0,1%	0	0%	40	0,3%
BA	223	1,8%	0	0%	53	0,4%	2	0%	2	0%	280	2,2%
CE	21	0,2%	0	0%	14	0,1%	0	0%	0	0%	35	0,3%
DF	9	0,1%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	9	0,1%
ES	52	0,4%	0	0%	32	0,3%	2	0%	0	0%	86	0,7%
GO	549	4,4%	0	0%	26	0,2%	6	0%	8	0,1%	589	4,7%
MA	14	0,1%	1	0%	3	0%	4	0%	1	0%	23	0,2%
MG	511	4,1%	18	0,1%	292	2,3%	58	0,5%	28	0,2%	907	7,2%
MS	399	3,2%	1	0%	36	0,3%	18	0,1%	6	0%	460	3,6%
MT	283	2,3%	1	0%	25	0,2%	4	0%	13	0,1%	326	2,6%
PA	539	4,3%	3	0%	129	1%	205	1,6%	7	0,1%	883	7%
PB	2	0%	0	0%	2	0%	2	0%	0	0%	6	0,1%
PE	84	0,7%	2	0%	44	0,4%	7	0,1%	6	0%	143	1,2%
PI	57	0,5%	0	0%	90	0,7%	25	0,2%	1	0%	173	1,4%
PR	574	4,6%	2	0%	284	2,3%	34	0,3%	3	0%	897	7,2%
RJ	132	1,1%	25	0,2%	134	1,1%	24	0,2%	48	0,4%	363	3%
RN	29	0,2%	5	0%	61	0,5%	3	0%	0	0%	98	0,7%
RO	240	1,9%	0	0%	1	0%	8	0,1%	2	0%	251	2%
RR	2	0%	0	0%	0	0%	1	0%	0	0%	3	0,1%
RS	1317	10,5%	3	0%	487	3,9%	248	2%	9	0,1%	2.064	16,5%
SC	300	2,4%	5	0%	155	1,2%	71	0,6%	2	0%	533	4,2%
SE	70	0,6%	0	0%	100	0,8%	1	0%	0	0%	171	1,2%
SP	341	2,7%	13	0,1%	385	3,1%	66	0,5%	10	0,1%	815	6,5%
TO	88	0,7%	0	0%	67	0,5%	1	0%	2	0%	158	1,2%
Total	6208	49,6%	79	0,6%	2563	20,5%	828	6,6%	150	1,2%		

Tabela 6 - número total de fichas no Banco 12.517,

Consultas efetuadas em 06/12/02

Procurando fornecer subsídios para a Antropologia Física (Tabela 7), observamos que os campos disponíveis não são objetivos, além de pouco detalhados. Solicitamos uma listagem que cruzasse os campos Estruturas Funerárias e Outros Materiais Orgânicos, obtendo 1.334 fichas que continham um dos dois preenchidos, sobre um universo de 10.000. Os resultados podem ser observados na tabela abaixo.

Como se pode observar, dos 11.382 sítios pesquisados, apenas 51 possuíam estruturas funerárias com restos ósseos, sendo que destas, apenas 45 são humanas com certeza. A quantidade é extremamente baixa e mesmo se tratando de tipo de vestígio raro, percebe-se que os dados não refletem a realidade. A falta de especificação deve-se mais à falta de rigor no preenchimento da ficha, do que ao fato de possuir pessoal em campo habilitado a especificar as categorias básicas de identificação de material. Os estados que possuem especialistas demonstram números mais altos. Outra grande ausência na ficha é de um campo específico para informação sobre a existência de urna funerária, devido ao grande

número que é encontrada isoladamente e ao indício de ocupação que representa. Existem colegas que entendem que a urna representa um sítio, outros o colocam como ocorrência arqueológica. No nosso entender, depende se existe contexto residual onde se perceba existir um cemitério, ou fundo de cabana ou, ainda, se se trata de enterramento isolado. De qualquer forma, elas fazem parte de um contexto e o sítio não deve estar longe. Para a gestão seria fundamental, na medida em que elas nunca passam despercebidas e são encontradas com frequência. Os casos são comentados e em geral, saem na mídia, necessitando de adoção imediata de medidas de gestão que resgatem e dêem segurança ao material, que harmonizem os interesses envolvidos, e averigue as circunstâncias, definido as responsabilidades e demais procedimentos necessários em todos os aspectos. Na tabela abaixo alguns estados não aparecem pelos valores corresponderem a 0.

CNSA – Estruturas Funerárias e Restos Humanos – por Estado

Estado	Estrutura Funerária	Restos Humanos	Material Ósseo não especificado	Estrut. Fun. e Ossos não especific.
AM	4	0	3	1
AP	12	2	3	5
BA	16	4	13	4
CE	1	2	0	1
ES	1	1	5	1
GO	23	1	4	0
MG	26	1	13	2
MS	2	4	7	0
MT	32	0	3	0
PA	10	1	7	4
PB	2	0	0	0
PE	4	2	3	1
PI	8	4	1	4
PR	31	3	2	2
RJ	20	25	28	8
RN	3	2	0	1
RO	14	0	1	0
RS	25	22	77	6
SC	26	1	0	1
SP	29	11	16	10
TO	1	0	0	0
Total	279	86	183	51

Tabela 7 - número total de fichas no Banco 11.382 ,Consultas efetuadas em 06/12/02

Este segmento necessitaria da contribuição do inventário de coleções - INCA, para conhecer o que já está disponível nos museus, como informação complementar ao que estaria sendo encontrado em campo. Devido à expressividade da matéria, entendemos que

caberia a elaboração conjunta de uma ficha a ser anexada e que contivesse detalhes sobre as peças antômicas, se estavam esparsas ou articuladas, se foram encontrados dentes, se são em forma de pá, cariados, número mínimo estimativo de indivíduos, o estado de conservação, se foram utilizadas técnicas de conservação em campo, se havia acompanhamento funerário, covas, se estavam fletidos ou estendidos, se era enterramento primário ou secundário, enfim, qualquer informação que de fato contribua para o conhecimento da existência deste patrimônio. Caso a comunidade científica considerasse viável e conseguíssemos apoio, o banco poderia agregar dados e sobre as análises já efetuadas pelos especialistas, como a idade, sexo, dieta, a existência de caracteres epigenéticos, paleopatologias e outras características, integradas com a devida autoria e citação bibliográfica. Como se trata de meio que conta com reduzido número de profissionais, que talvez não chegue a uma dúzia no Brasil, entendemos que este banco seria uma forma eficiente de sistematização, obtenção de informações e devolução.

No processo de análise desta categoria, observamos alguns materiais orgânicos menos frequentes que consideramos interessante divulgar mais, de forma não sistematizada; como resinas (AP), flora (GO), cascas de ovos (MS), fibras vegetais (MT), couro (SP), cestaria e cordoaria (RS), paleoflora e pão de índio (RO), chifre (PR), cabaças e tecido de caroá (PI), fios de cabelos humanos (PB), coprólitos, vegetais cultivados e silvestres (MG), megafauna pelistocênica e oncólitos (algas ao redor de seixo).

Algumas consultas ficaram prejudicadas em função do procedimento de alimentação de dados de entrada no banco, não dispondo de rotinas de crítica satisfatórias. Estaremos sugerindo seu aperfeiçoamento, de forma que o campo município, por exemplo, aceite apenas municípios que efetivamente correspondam aos existentes e não nomes de bairros ou grafados equivocadamente. Outro aspecto complicador é a necessidade de depuração e normalização dos dados, de maneira que se coloquem todos os sinônimos, formas opcionais e erros de grafia possíveis, para evitar que o sistema os reconheça como diferentes. Além destes aspectos operacionais, detectamos diversos aspectos que necessitam ser aperfeiçoados para viabilizar seu uso.

Podemos citar, como exemplo, a questão das Datações, solicitadas em campo discursivo e que por ausência de convenções e objetividade, inviabilizaram o processamento e análise informatizada dos dados. A variabilidade atual dos dados do campo não possibilitou a criação de um algoritmo, de uma lógica de agrupamento dos fatores para fornecer segurança às classificações. O investimento seria altamente contraproducente e com risco de fornecer inconsistência nos resultados. O campo de Datação Relativa possui

informações como o nome de fases, o período do ótimo climático, na parte alta ou baixa da seriação, período histórico, anterior ou posterior ao contato, nível temporal número tal, recente, século tal e outras válidas, mas não passíveis de serem sistematizadas .

O campo de Datação Absoluta, embora tenha menos variações, também necessita ser reformulado, para se colocar alternativas que definam o método de datação, (C14 , TL...) sobre que tipo de amostra (carvão, terra queimada, moluscos, pigmento...) e qual o sistema de contagem do pesquisador, se AP e BP tomando o presente como convenção ou a. C e d.C. (ou AD...) tendo como referência o primeiro ano cristão. Sabemos da necessidade de disponibilização deste tipo de dados, e do sonho antigo que representa, na época se falava de um banco específico de datações, sendo que o único pesquisador que conseguiu efetivamente caminhar neste sentido foi Alfredo Mendonça de Souza⁸⁵, cujos arquivos são utilizados por pesquisadores.

Atualmente, o que conseguimos obter, foram algumas informações através da observação de uma listagem solicitada sobre o universo de 10.000 sítios, onde apenas 471 possuíam dados em algum dos campos. Enquanto conjunto de sítios, temos o seguinte n. de sítios nos municípios abaixo arrolados :

- 20 - Correntina (GO) – anterior a 9.000 aP.
- 24 – Anicuns (GO) – níveis temporais de 1 a 4.
- 8 – Santa Cruz de Goiás (GO) – séculos XVIII e XIX.
- 33 – Corumbá (MS) – 1.000 d.C.
- 16 – Cáceres e 7 em Poconé (MT) – anterior ao contato.
- 23 – Porto Velho (RO) – 2.730 aP. a 1.723 d.C. e outras 75 que remontam a 15.000 aP.

Na ótica pontual, relacionamos todos os sítios que possuem 5 ou mais datações⁸⁶, como:

- Correntina IV - Coribe(Ba) – de 1.195 a 43.000 a.P.,
- Diogo - Serranópolis (GO) – de 915 a 10.580 a.P.,

⁸⁵ Fundador e professor do primeiro curso de graduação em Arqueologia no Brasil, idealizador e primeiro secretário da SAB. Referência em pesquisa no RJ e GO por sua abordagem teórico-metodológico e autor do “Dicionário de Arqueologia”, obra de referência para leigos e especialistas. Atuou na área de preservação do patrimônio arqueológico junto ao governo do estado do RJ.

⁸⁶ algumas estão sem especificação e foram reproduzidas de forma semelhante. As demais foram repassadas apenas com o intervalo das datações mais baixas e mais altas, omitindo-se a margem de erro, o número da amostra e o laboratório, para facilitar a apreensão dos resultados , visto que os dados integrais estão disponíveis nas respectivas fichas no CNSA que estão na página do IPHAN na Internet.

- Grande Abrigo de Santana (11.960 a 3.400 B.P) - Santana do Riacho, Lapa Vermelha IV (320 a 25.000) - São Leopoldo, Lapa do Dragão (970 a 11.000 a.P.) - Montalvânia (MG).
- Santa Elina (275 a 23.320 B.P.) - Jangada, Ferraz Egreja (460 a 4.610 B.P.) e Abrigos Vermelhos I a XII (1.230 a 2.080 a.P) - Rondonópolis (MT),
- Toca do Baixão do Perna I (3.800 a 9.650 B.P.) - São Raymundo Nonato (PI),
- PR – 3, Terra Prêta, Carneiro 2, Previdência 1, Tatuarana 4, Quebra Canto 2, Barriente2 - (230 a 2500 a.P), Aracá (230 a 6.090 a.P), Cachoeirinha 1 (2230 a 8320 a.P.), Feijoad (420 a 4.780 a.P.) Cachoeirinha 2 (230 a 4.780 a.P.) - Porto Velho (RO),
- Antônio Vergani (840 a 1.140 a.P.) - Caxias do Sul (RS).

Não tivemos tempo hábil para avançar muito no tocante às consultas sobre tipo de sítios, por mais expressivos que pudessem ser os resultados devido à grande variabilidade do campo. Apesar do grande esforço efetuado coletivamente, na época, para elaborar uma listagem de alternativas pré-definidas, o campo possibilitava a inserção de outras variáveis. A mistura de aspectos funcionais, tecnológicos, cronológicos e naturais, ainda dá margem à agregação de fatores, como “letreiro habitação, aterro cemitério, abrigo habitação com arte rupestre” etc. Este aspecto complexificou novamente a questão, levando-nos a adotar o critério de agrupá-los em uma categoria de sítios múltiplos, para estes fins específicos. Entretanto, a programação e as consultas dependeriam ainda da análise manual das 12.517 fichas.

Cabe observar que estamos nos resumindo à consideração do que foi informado pelos pesquisadores, nos abstendo de somar e reinterpretar as informações, aspecto que necessariamente teria um outro caráter, inadequado aos fins a que nos propusemos. Dessa forma, não nos contentamos com a observação da única anotação de sítio de contato no campo de Datações, que é da aldeia Karajá de Aruanã, em Goiás, e buscamos no campo Categoria onde temos registrados 1,01% (121)⁸⁷ sítios de contato, minoria valorizada e em evidência recentemente, quando dos 500 anos de Brasil.

Sobre 12.517 fichas, temos identificados 56,7% (7.092) sítios pré-coloniais, 6,5% (814) históricos, 51,2% (6.403) unicomponenciais e 5,2% (657) multicomponenciais. A baixa quantidade de sítios multicomponenciais já se configura naturalmente como uma diretriz para adoção de cuidados especiais com esta categoria. O fato da maioria dos sítios

⁸⁷ Também sobre 12.517 fichas

ser formados por apenas uma camada arqueológica é estimativo, no nosso entender, na medida em que em apenas 17% do total de sítios, foram efetuadas sondagens e 2,20% escavadas. Muitos deles oferecem oportunidade de observações de barrancos e outros tipos de estratigrafia aparente. Grande parte destes sítios deve ser superficial, já que foi feito este tipo de coleta em mais de 50% dos sítios. Qualquer que seja o número exato que possa ser encontrado sabemos que é alto e expressivo o suficiente para nos preocuparmos com os desmatamentos e as áreas agricultáveis, por exemplo. As técnicas agrícolas mecanizadas são responsáveis por expressivo índice de destruição, mas mesmo os sítios sobre os quais foram utilizados grades, arados ou até subsolador, não podem ser considerados completamente destruídos, na medida em que ainda guardam algum potencial informativo. Nos preocupamos, em especial, com as novas áreas que estão sendo abertas nas frentes de expansão.

A pequena quantidade de sítios históricos, entretanto, já é alvo de atenção de expressiva parcela de profissionais do setor, na medida em que este perfil de sítio fornece maior retorno e possibilidades interpretativas. Contribuem, para tal, a possibilidade de trabalhar com apoio de vestígios e estruturas de identificação mais imediata, da documentação escrita, iconografia, catálogos de identificação de material, exames e datações adicionais. O conforto do meio urbano, contrabalançado pela dinamicidade e popularidade dos canteiros de escavação, também se constituem um diferencial, além de possuir maiores possibilidades de retorno e visibilidade. Em função destes motivos, o segmento tem mais possibilidade de captação de recursos e grande papel na divulgação educativa da arqueologia, dada sua localização em geral associada ao meio urbano.

No campo Exposição, temos 73,3% (9.172) dos sítios a céu aberto, 14,4% (1.808) em Abrigos sob rocha, 0,45% (23) em Grutas, 0,4% (56) submersos e 1% (131) de outros tipos (matacões, blocos isolados, lajes e paredões).

Observamos que estes 56 sítios submersos registrados não refletem a riqueza deste tipo de vestígio arqueológico, nem no tocante aos sítios submersos, nem no de embarcações naufragadas. O fato se justifica pela dificuldade de localização dos primeiros citados e pelo comércio anticientífico que se estabeleceu em relação aos demais. Como é de conhecimento público, parte desta gestão foi repassada exclusivamente à Marinha, através de portaria interministerial, com o pesar da comunidade científica brasileira, que se

manifestou novamente quando da edição da Lei 7.542/86⁸⁸ e da reformulação atual que permite que estes vestígios históricos sejam acessados com objetivos puramente comerciais, por não especialistas, desconsiderando e destruindo seu valor científico. Assim, em momento em que a legislação atual não está favorável ao setor, conforme tem sido discutido em diversos plenários (PARDI 94 – 5). Demonstramos que a liberação de venda de material proveniente destes resgates expõe e fragiliza a proibição de comércio dos que provêm em escavações efetuadas em meio terrestre. Entende-se, dessa forma, a cautela dos pesquisadores na divulgação deste tipo de dados. Assim os números oficiais estarão sempre aquém do patrimônio efetivamente possuído e, a comunidade, sempre na esperança e luta pelo reconhecimento de que os vestígios arqueológicos detêm a mesma importância, em qualquer meio em que se insiram. Esperança ainda de que a situação seja alterada, garantindo a necessária composição de interesses, que preserve o patrimônio nacional subaquático, em cumprimento aos acordos internacionais do setor, dos quais necessitamos ser signatários.

Caso diverso, entretanto, é o das Grutas, o baixo número apresentado (0,22%) na medida em que parte destes sítios possam ter sido preenchidos junto com os sítios de Arte Rupestre, onde parte da quantidade dos abrigos também está diluída. Registramos 5719 fichas com os campos não preenchidos, 54,49% (6.798) inserções, sendo 40,5% (5.070) ausentes, e efetivamente 10,7% (1.338) sítios com Pinturas, e 4,8% (595) sítios de Gravuras, em 12.517 fichas. Mesmo assim, consideramos a quantia, pouco fidedigna, com base na experiência que tivemos com os registros do estado de São Paulo, onde à convite da SBE, participamos de encontros regionais e um congresso nacional. Além de perceber a grande quantidade de ocorrências novas que os espeleólogos relatam, comparamos nosso cadastro com os da Sociedade Brasileira de Espeleologia, em contatos realizados entre 94 e 96 e percebemos a necessidade de trabalhar mais próximo destes parceiros. O IBAMA, inclusive, já regulamentou o setor e criou o CECAV, um centro de pesquisas que também mantém um cadastro nacional, com sede em Brasília, com o qual necessitamos continuar o diálogo, se quisermos efetivamente proteger estes importantes tipos de sítios e seu potencial informativo e turístico.

Quanto aos dados ambientais, apenas 61,5% (7.704) dos registros informam sobre a Vegetação Atual e 65,6% (7.089) sobre o compartimento topográfico em que os sítios se inserem. A Propriedade da Terra é informação pouco conhecida, na medida em que sobre os

⁸⁸ Que dispões sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

12.517 sítios, temos 62,1% registrados, onde apenas 7,8% (978) sítios estão situados em Área Pública, e a maioria, 52,8% (6.605) em áreas privadas. Em área militar estão apenas 0,32% (40), ficando 0,2% (25) em área indígena. A necessidade de incremento do diálogo com estes dois segmentos também fica demonstrada. Consideramos especialmente grave a situação dos sítios em terras indígenas, que representam uma parcela expressiva do território e da cultura nacional. O movimento científico que implantou a Etnoarqueologia no Brasil, foi responsável pela sensibilização de profissionais, cujo trabalho demonstra a importância e o potencial do setor. Muitos dos sítios estudados, atualmente, não se situam dentro de área indígena, como o caso dos Bororo, por exemplo, cuja área delimitada é bastante menor que a área tradicional, que abrange expressiva parte do território de três estados. Entretanto, independente dos destinos desta abordagem teórica, a gestão tem problemas adicionais nestes territórios, cujo acesso é regulado pelas lideranças e pela autorização prévia da FUNAI.

A preservação destes sítios perpassa pela necessidade de dialogar com outras categorias de percepção, que não a legal, administrativa ou científica. Ela depende do conhecimento das características culturais dos grupos e do significado prático e/ou simbólico que lhes é atribuído. Nesse sentido, acompanhamos os Bakairi da aldeia Pakuera tentando registrar a área dos sítios próximos à cachoeira mítica de onde seu povo provém, em função do desmatamento e destruição que estão sendo causados pelo uso que as comunidades não-índias estavam promovendo na região. Esta região, não ocupada fisicamente por eles, ficou fora da área delimitada para a reserva. Acompanhamos os Wassussu na luta pela preservação de sua aldeia dos espíritos, situada na Chapada dos Parecis, igualmente não ocupada e fora da área delimitada, em virtude das áreas sagradas, como a caverna Taihantesu, estarem sendo destruídas por madeireiros e grileiros. Junto aos mesmos índios da etnia Nhambiquara, vimos jovens do grupo Alantesú tentar brincar de tiro-ao-alvo nas gravuras do Abrigo do Sol e escorregar nas vertentes e perfis dos buracos que sobraram das escavações. Enfim, vivências e testemunhos diversos nos levam a crer que predomina uma atitude de respeito aos lugares ocupados pelos antepassados que, em geral, todos conhecem e com os quais se identificam ou não. Estas áreas podem ser consideradas reservas de preservação, entretanto, isto não nos exige de conhecer melhor as diferentes regiões e posturas, assim como estreitar a parceria com a FUNAI, as lideranças e os antropólogos.

Outra questão complexa a ser administrada neste setor é quando, ao invés de manter esta distância não interventiva, estes locais, quando visitados, tem peças recolhidas, ressemantizadas e reutilizadas, circulando entre as aldeias como reafirmação de sua

memória e identidade, através da sua história oral⁸⁹, independente da comprovação científica destes vestígios serem de seus antepassados. Esta situação ocorre com os Waiampi do Amapá, por exemplo. (Dominique Gallois, com. verbal) em reserva indígena próxima ao Oiapoque, conforme a comunicação apresentada pelo colega Eduardo Neves, pesquisador da região, no congresso da SAB 2001. Situações deste tipo e muitas outras que ainda haveremos de encontrar, testam os elásticos limites de flexibilidade da GPA e necessitam ser discutidos em diversos foruns, coletivamente.

Voltando ao banco de dados, das questões que ele nos coloca, concluímos as considerações com os porcentagens totais sobre Atividades Desenvolvidas e Documentação Produzida, 58,7% (7.350) e 43% (5.388), respectivamente. Em suma, mesmo sem pesquisa interventiva, escavação ou coleta, inúmeros tipos de análise e registros podem e devem ser efetuados e declarados. Destes números depreendemos que os pesquisadores não estão habituados a voltar às fichas cadastradas para complementação de dados. Por outro lado, a ficha inicialmente concebida para registrar o primeiro contato com o sítio, evoluiu para um tipo de histórico, de resumo informativo sobre estes bens, para alimentar o banco e possibilitá-lo responder às questões necessárias. Neste sentido, sentimos falta de dados mais detalhados sobre a devolução praticada, como a existência de campos que informem se foi definido e protegido o bloco testemunho, que registre sobre as mostras e exposições elaboradas, as palestras e entrevistas proferidas, material informativo publicado, como folders, catálogos, cartilhas; se foi divulgado na internet, em quantos trabalhos científicos ele foi incluído, se o sítio já é conhecido ou visitado informalmente e se está interpretado e aberto para turismo.

Cabe registrar que não conseguimos condições operacionais e tempo hábil para obter do banco dados importantes para a gestão, como o grau de integridade dos sítios, os fatores e possibilidades de de destruição, por exemplo, assim como de dados cronológicos. Da mesma forma, sentimos vontade de esquadrihar a situação dos sítios de grafismos rupestres, verificar a situação dos sambaquis, tirar uma listagem dos sítios históricos ... e conferir com a de bens tombados e de fortalezas. Basicamente, mais do que explorar, no momento, os dados fornecidos, a intenção é mostrar a importância do banco de dados, como instrumento de gestão, através destes sistemas para o cruzamento de dados, que permitem uma análise das mais diferentes questões, que se faz necessário que sejam colocadas.

⁸⁹ Esta tradição oral foi recentemente objeto de proposição como patrimônio imaterial em âmbito nacional e mundial. A inscrição nacional já foi aprovada pelo conselho do IPHAN e a mundial teve a proposição do MinC acolhida pela UNESCO.

À medida em que a visibilidade aumenta, são fornecidos indicadores, estimativos ou precisos, são despersonalizadas as análises, tornando-se mais objetivas e eficientes as ações planejadas. Tornando-se, inclusive, mais acessíveis aos que não são do meio e não o estão acompanhado historicamente. Enfim, viabiliza a elaboração de políticas de preservação, de desenvolvimento econômico e científico, entre outros. Quem sabe se estas discussões e a abertura destas possibilidades não estimulem a criação de campos mais ligados aos aspectos interpretativos deste patrimônio, melhorando a qualidade da devolução praticada, de forma que possamos perceber mais diretamente as culturas, as sociedades e os homens do nosso passado. Como estímulo, produzimos a visualização de algumas destas consultas.

Os Dados e Os Mapas

As informações do banco SQL server foram transferidas através de programação para o programa arcview, possibilitando a espacialização das informações e a produção de imagens. Anexamos uma listagem de fichas com problemas no campo Município (pag 277), e que não foram inseridas nesta amostragem, elaborada com 12. 517 registros, em função dos problemas já discutidos. Da listagem que possuía 268 municípios, restaram 106⁹⁰. Não tivemos tempo hábil de concluir a depuração dos dados no tocante à comparação dos municípios constantes nas fichas com a base do IBGE⁹¹. Inúmeros se dividiram e tiveram alteração de nome, como no caso da arqueologicamente conhecida Caiapônia, município que hoje não possui mais nenhum dos sítios contidos na publicação da Unisinos. Todos ficaram incluídos na área do município de Palestina de Goiás.

Solicitamos a elaboração de mapas com o número de sítios arqueológicos por estado, tendo os limites das bacias hidrográficas e o da distribuição espacial dos sítios por município, para se ter uma idéia da densidade dos bens oficialmente conhecidos até o momento. O mapa, com a espacialização dos vestígios arqueológicos por estado e bacias, é base para todo tipo de estudos comparativos, e uma opção para os que não desejam trabalhar com tradições e fases. Como durante décadas este tipo de análise representou um dos produtos correntes da arqueologia brasileira, conforme colocamos anteriormente, solicitamos a elaboração da distribuição dos sítios por estado, a partir da tradição em que foi identificada pelo pesquisador, sem nenhum tipo de intervenção. Elaboramos o mapa com as tradições de grafismos rupestres, de material lítico e de material cerâmico. Finalmente

86 1 AC, 2 AM, 3 AP, 5 BA, 1 CE, 6 DF, 2 GO, 3 MA, 6 MG, 2 MS, 12 MT, 12 PA, 2 PB, 3 PE, 4 PI, 1 RJ, 4 RN, 8 RO, 16 RS, 6 SC, 4 SP, 3 TO.

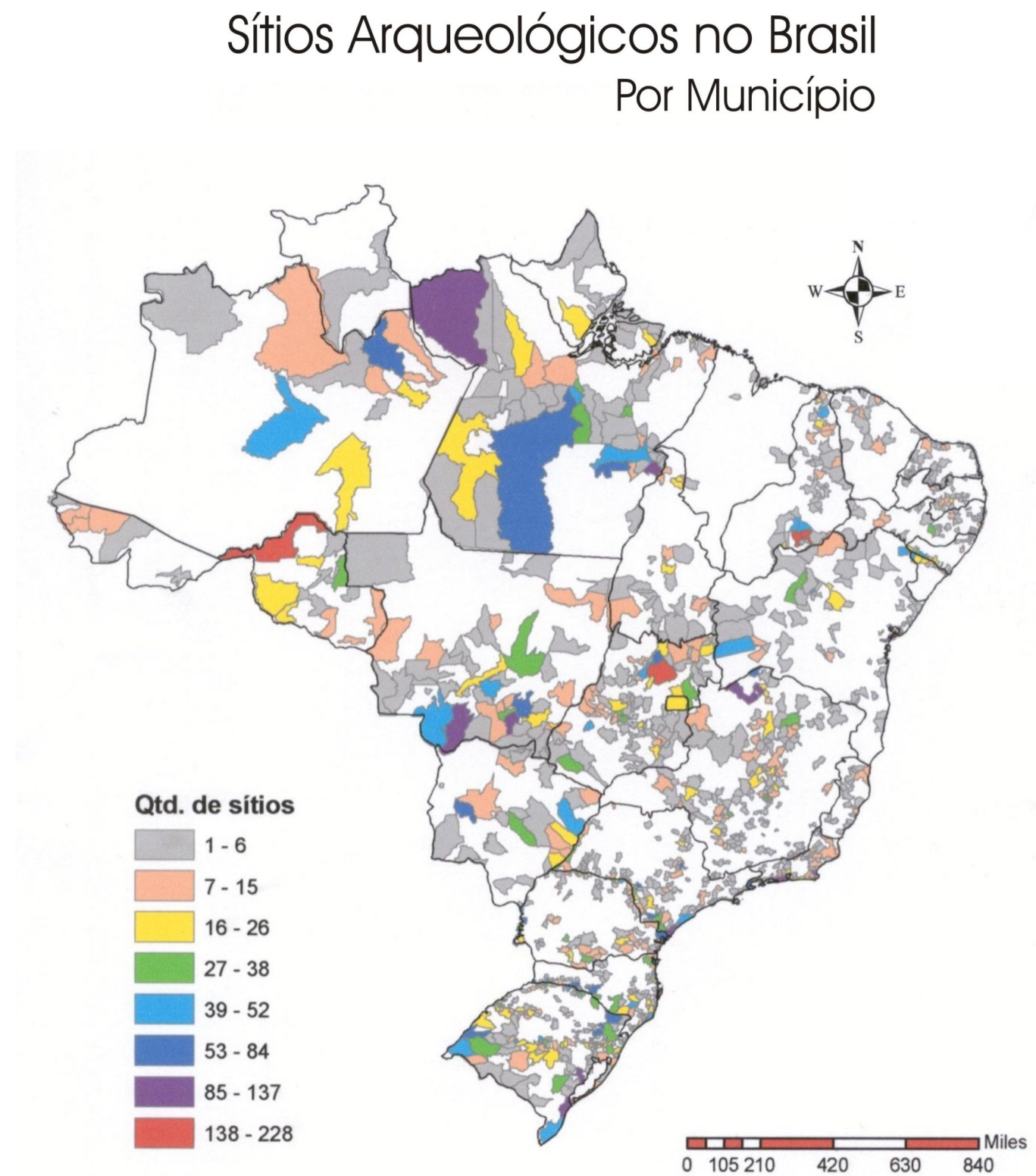
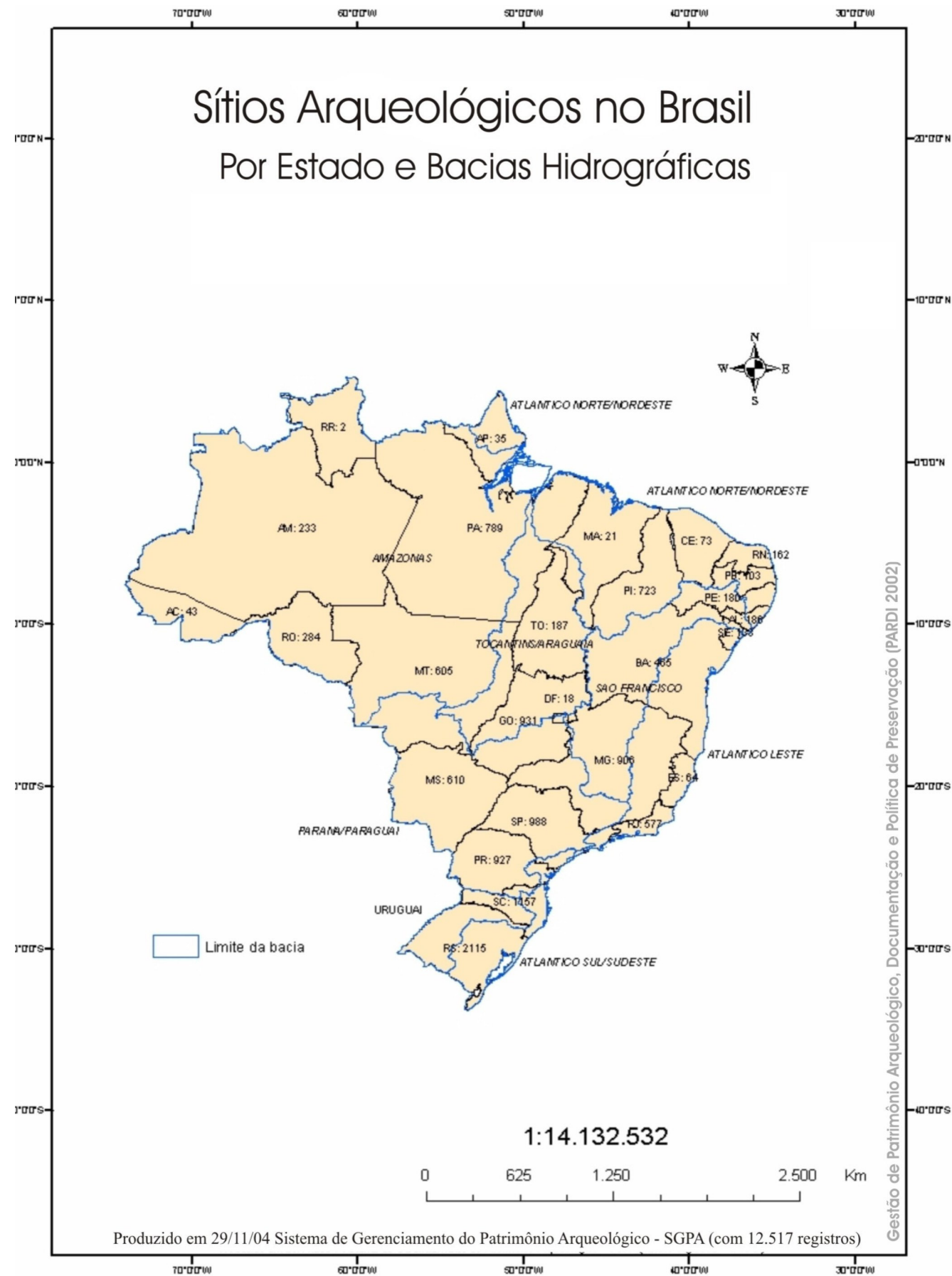
⁹¹ Malha Municipal Brasileira IBGE 1997, a mais recente produzida, conforme informações recebidas.

solicitamos cartas que especializassem as atividades desenvolvidas e a documentação produzida, de forma a verificarmos aspectos relativos à devolução praticada, às áreas que foram objeto de pesquisas e, especialmente, as que estão carentes delas, dependendo de uma política de incentivo.

De uma forma geral, o que se observa são algumas informações novas e diferentes, assim como a ausência de dados e o número de fichas não preenchidas. Para considerar o fato, temos que descontar a proporção de sítios em que não foram efetuadas pesquisas que possibilitem obter este tipo de informação, conforme o objetivo das pesquisas que estejam sendo efetuadas. Temos que considerar, também, a falta de hábito do pesquisador em voltar aos registros após a pesquisa, para complementar os dados obtidos após as análises, fazendo com que a maioria dos pesquisados também fique com aqueles dados sumários do momento do registro em campo, a partir de observações superficiais.

Apesar de alguns dos resultados já estarem publicados, cabe esclarecer que são raros os pesquisadores que encaminham regularmente suas publicações ao IPHAN, e mesmo nestes casos, não é desta instituição a responsabilidade de ficar contratando e treinando pessoal para retirar destes veículos as informações necessárias. Esta responsabilidade, assim como diversas outras, faz parte do acordo e da ética de concessão de direito de uso do sítio como bem público. Dessa forma, o que percebemos é que as informações ainda estão nas academias, como passivo histórico, que o programa desenvolvido por diversos anos para consolidar a documentação e devolvê-la, necessita de uma etapa de complementação, que reproduza este esforço no âmbito acadêmico. Neste sentido apresentamos este exercício como forma de demonstrar o potencial e a necessidade de fomento de uma ação coletiva que possibilite as sínteses, se quisermos efetivamente entender nossa herança ancestral, devolver este conhecimento à sociedade nacional e ter uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

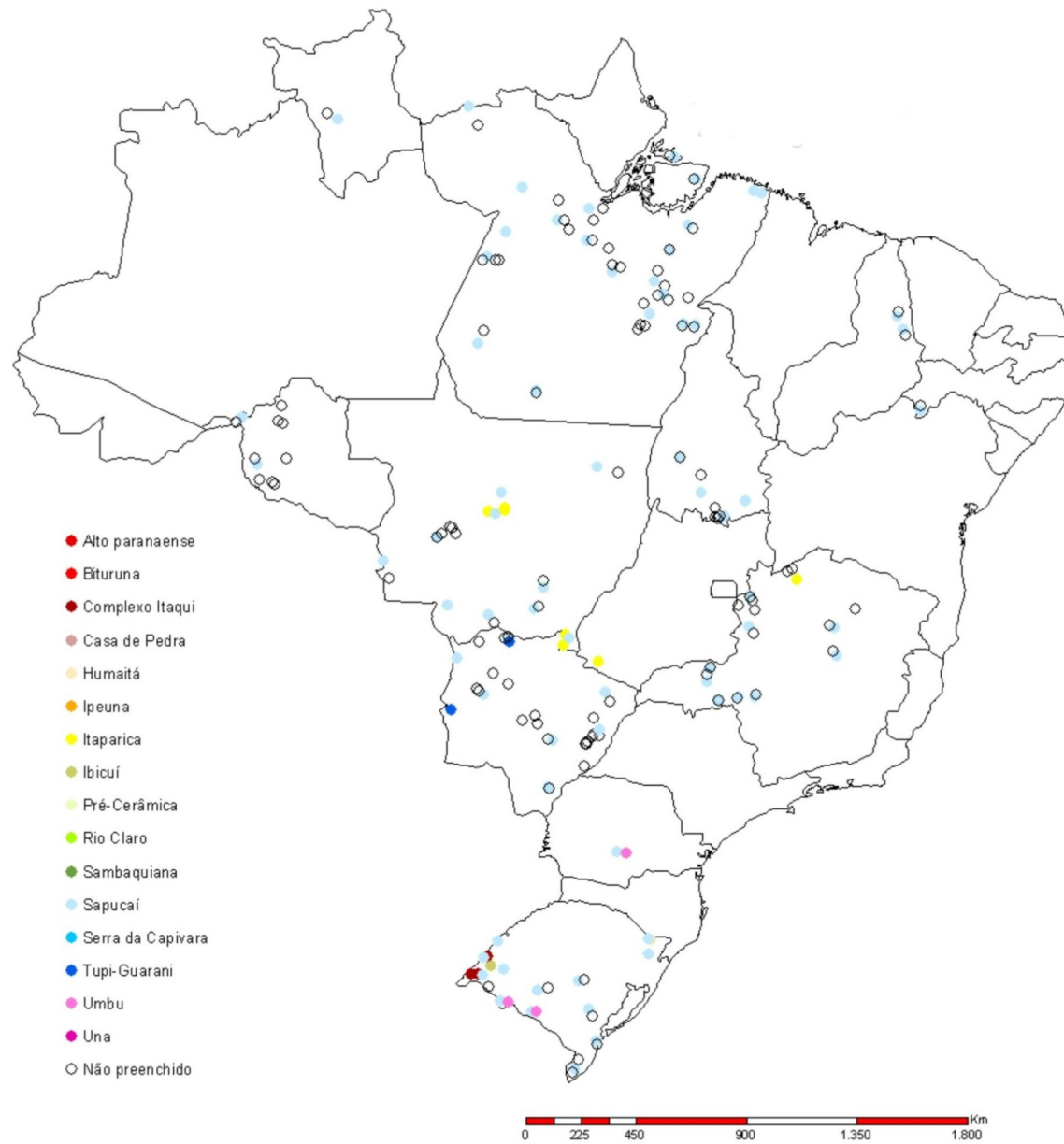
Nesta primeira abordagem, obtivemos informações básicas, de cunho genérico, mas de âmbito nacional, o que é bastante raro. O mesmo recorte que está sendo usado para o país, pode ser utilizado para os estados e os municípios, melhorando consideravelmente a qualidade informativa para aplicação dos modelos preditivos em regiões que devam ser impactadas por projetos de desenvolvimento, por exemplo.



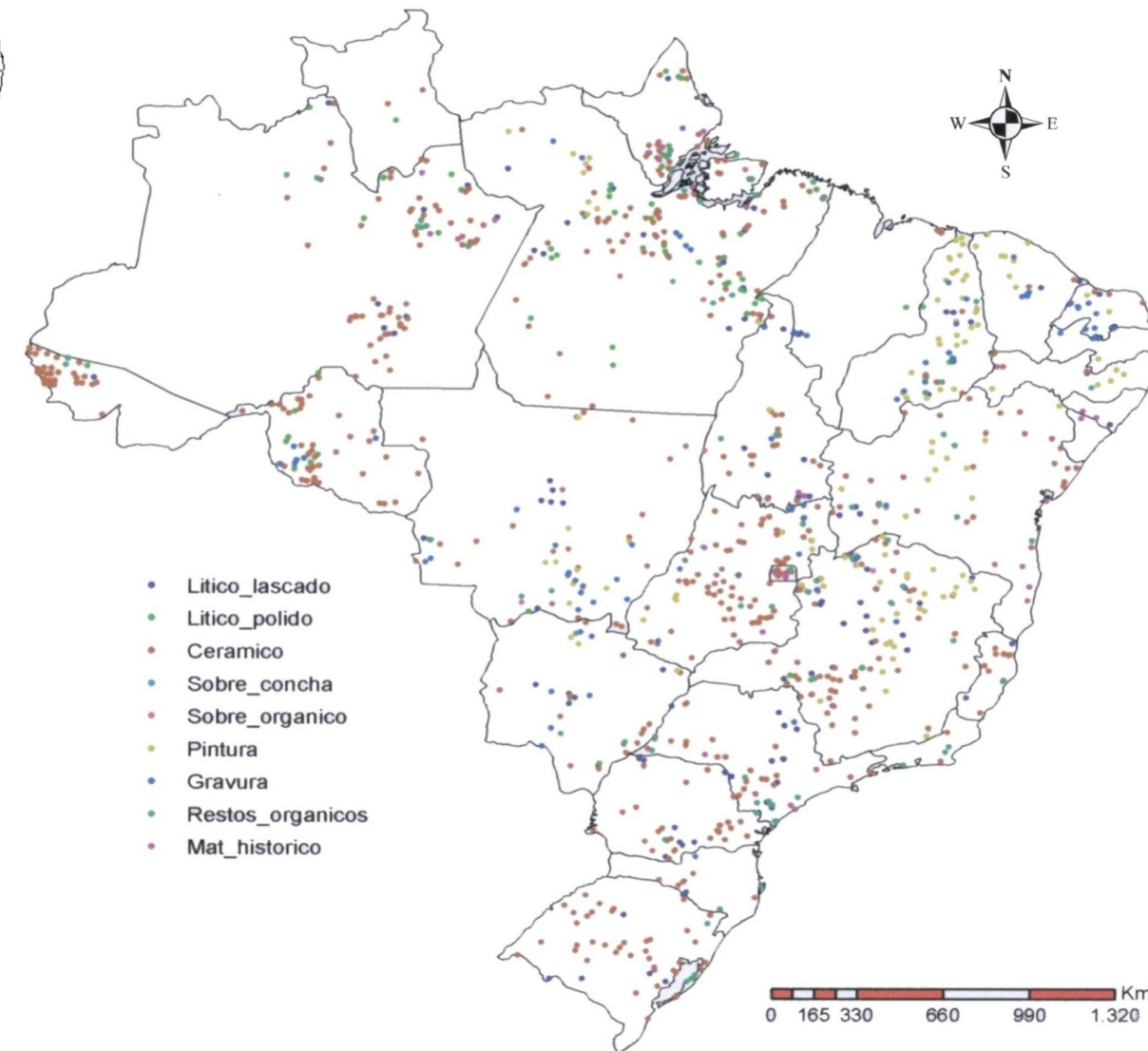
Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação (PARDI 2002)

Sítios Arquelógicos no Brasil

Tradições de Material Lítico



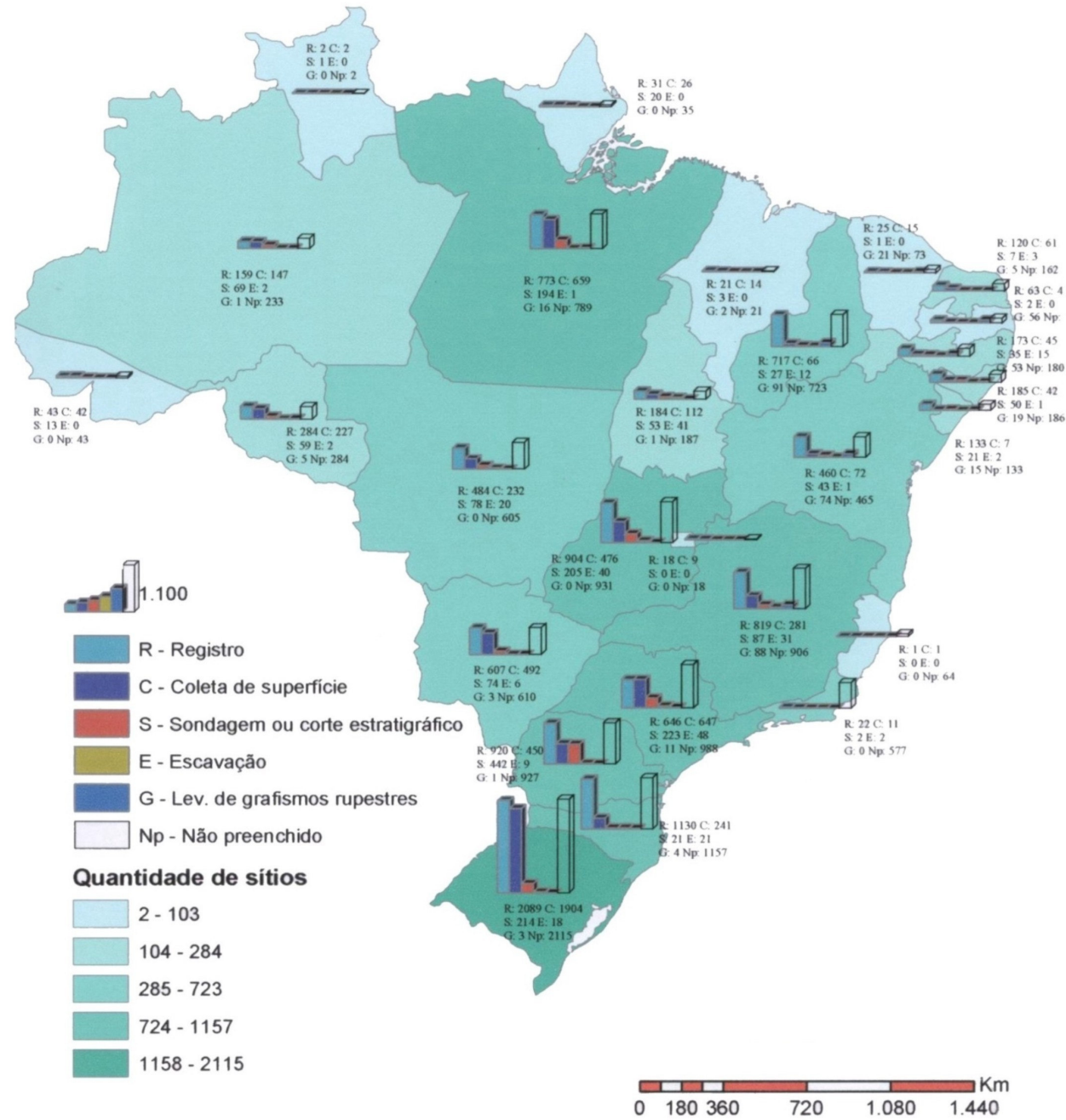
Vestígios Arqueológicos



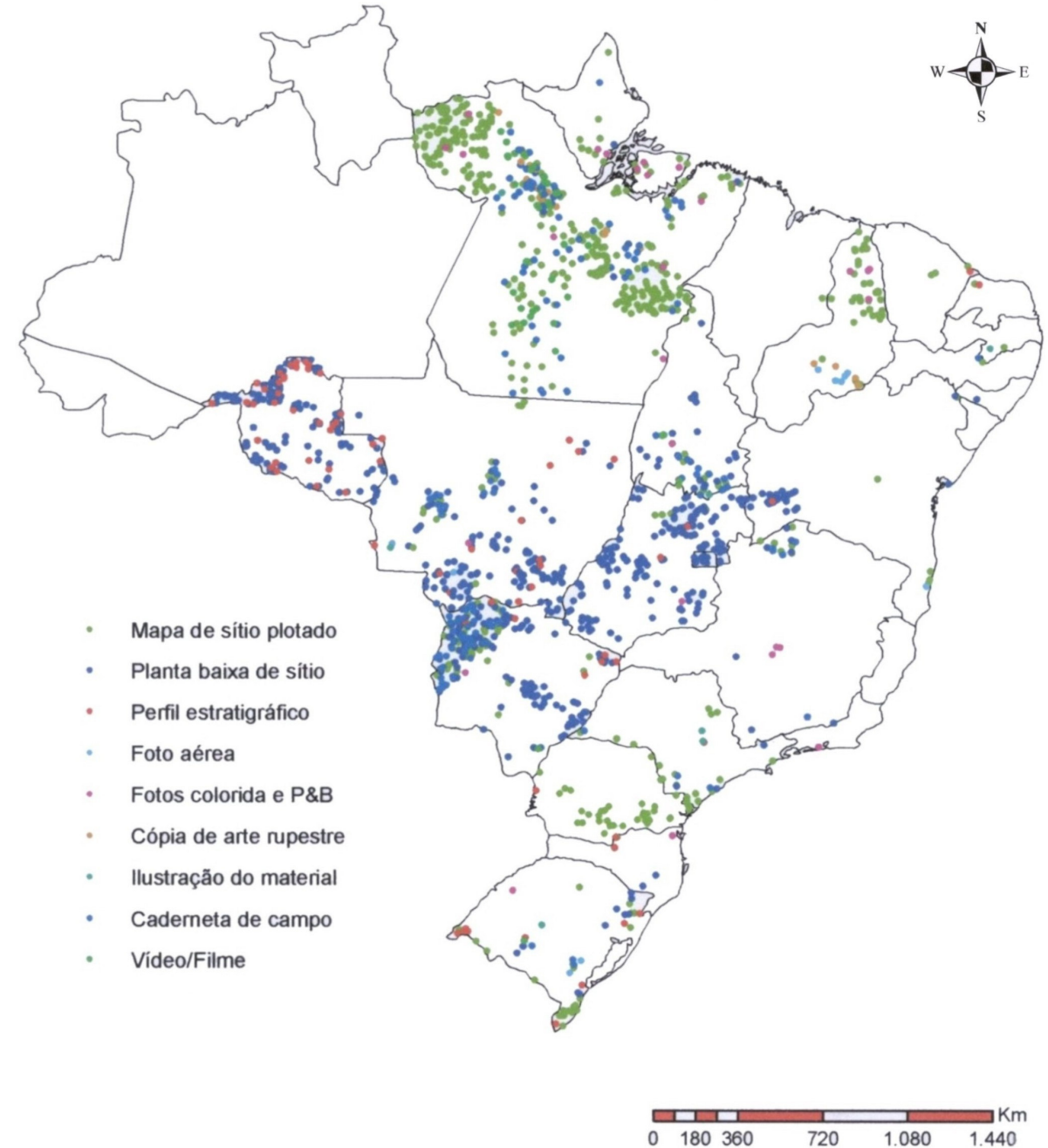
Produzido em Dez/02, a partir do desenvolvido de aplicação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - SGPA (com 12.517 registros), do Departamento de Identificação e Documentação, em pesquisa efetuada pela arqueóloga Maria Lúcia F. Pardi em parceria com o DPA/DID/Iphan.

Sítios Arquelógicos no Brasil

Atividades Desenvolvidas



Documentação Produzida

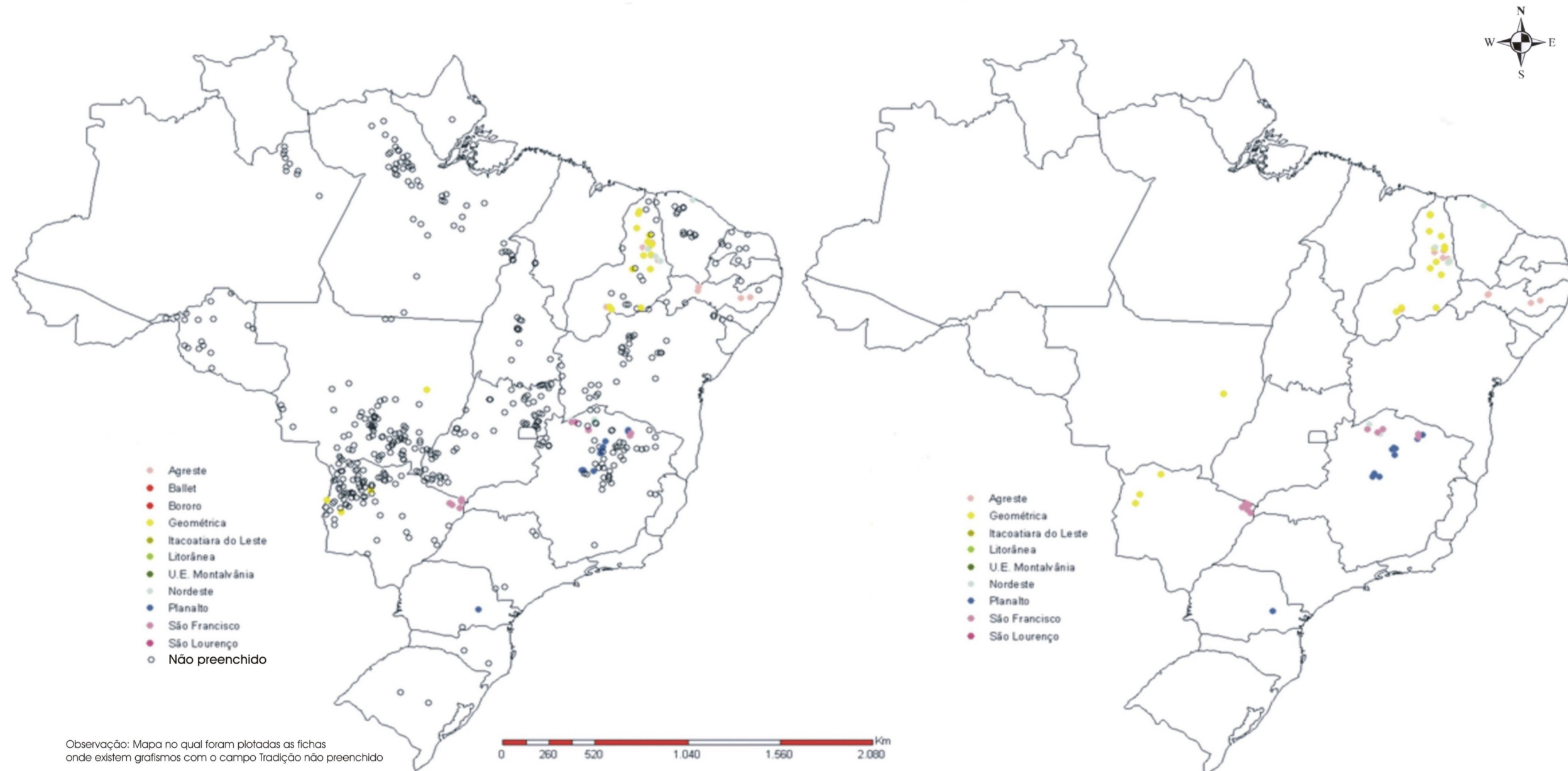


Produzido em Dez/02, a partir do desenvolvido de aplicação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - SGPA (com 12.517 registros), do Departamento de Identificação e Documentação, em pesquisa efetuada pela arqueóloga Maria Lúcia F. Pardi em parceria com o DPA/DID/IpHAN.

Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação (PARDI 2002)

Sítios Arquelógicos no Brasil

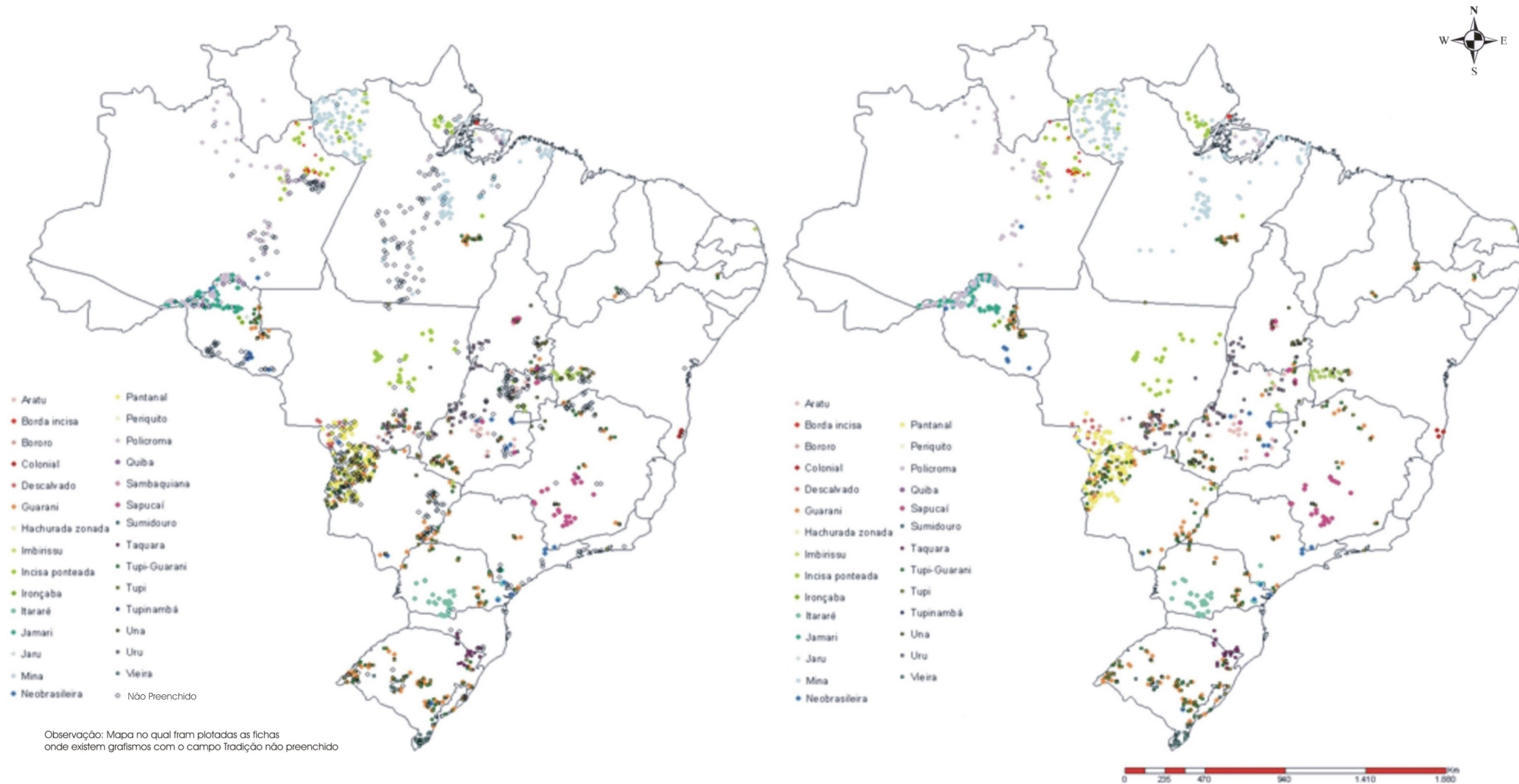
Tradições de Grafismo Rupestre



Observação: Mapa no qual foram plotadas as fichas onde existem grafismos com o campo Tradição não preenchido

Sítios Arquelógicos no Brasil

Tradições de Material Cerâmico



Produzido em Dez/02, a partir do desenvolvido de aplicação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - SGPA (com 12.517 registros), do Departamento de Identificação e Documentação, em pesquisa efetuada pela arqueóloga Maria Lúcia F. Pardi em parceria com o DPA/DID/IpHAN.

III – 3 - O CNSA PARA OS ESTADOS.

Goiás e São Paulo foram escolhidos como exemplos para demonstrar duas situações diferentes, de abundância e escassez de dados. Ambos estados possuem instituições de pesquisas e equipes que produzem a várias décadas, com a diferença que foi contratado um pesquisador pela 14ª SR / IPHAN (responsável por Goiás), para revisar o CNSA e rastrear a bibliografia complementando as fichas. Este trabalho foi efetuado no período de experimentação dos instrumentos, antes da elaboração do banco em escala nacional e dele resultou também uma análise dos dados voltados para os interesses acadêmicos da pesquisadora, apresentado em reunião científica da SAB e em via de conclusão dos estudos, para se transformar em uma publicação de síntese sobre os estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. A abordagem visou “*divulgar a natureza dos sítios arqueológicos até agora oficialmente registrados... traçar um histórico das pesquisas e das abordagens teórico-metodológicas que geraram este conhecimento.*” (WÜST 94:1) A seguir, a pesquisadora coloca que os sítios serão analisados de forma comparativa sob seus aspectos ambientais, morfológicos, tradições culturais e cronológicos, visando apontar questões que possam orientar futuros projetos de pesquisa. Acrescenta ainda que “*Estes dados, por sua vez, proporcionarão adicionalmente uma autoavaliação pela comunidade científica no que diz respeito à qualidade e quantidade das informações disponíveis e à divulgação a um público mais amplo.*” (ibidem).

Conclui o trabalho colocando que o quadro alarmante delineado requer a tomada de medidas imediatas, entre as quais a necessidade do máximo rigor dos pesquisadores no preenchimento do formulário, na medida em que “*o registro dos sítios é muitas vezes a única fonte de informação ...sempre tendo em vista que o sítio arqueológico não representa um mero depósito de materiais, mas por si só, um artefato por excelência.*” (ibidem 94:3)

Continua a sugestão de medidas falando da necessidade de reformulação da política de preservação visando campanhas de divulgação direcionadas ao grande público; a revisão dos currículos de 1º e 2º graus; a necessidade de formação em 3º grau de profissionais de arqueologia; a criação de incentivos para a publicação de trabalhos e para novas pesquisas e, finalmente, um alerta sobre a necessidade da população comunicar a ocorrência de vestígios, antes do extravio ou destruição do material. Estas e muitas outras medidas podem ser percebidas ou confirmadas a partir dos diagnósticos que poderão ser efetuados, no intuito de entender melhor e fornecer mais visibilidade ao patrimônio. Indicadores precisos e isentos

possibilitam o direcionamento de medidas objetivas de gestão, incrementando a preservação do patrimônio arqueológico.

O Estado De Goiás

As quantificações serão apresentadas em função de um universo de 931 fichas sobre 12.517. Inicialmente o que chama a atenção é que em trinta anos o numero de sítios subiu de 44 para 626 e que destes computados em 2000, o numero subiu para 931 em 2002. Ou seja o incremento inicial deu-se em função dos primeiros projetos acadêmicos desenvolvidos e o constatado posteriormente , em função primordialmente da arqueologia empresarial, demonstrando o acelerado ritmo impresso a esta atividade além da decorrente necessidade de incremento das ações de preservação.

No tocante à localização; temos a Localidade com 91,4% (842) não preenchidos, as demais informações sobre o proprietário (endereço, cidade, telefone, CEP, e-mail) possuem 36,3% (338) sem informações, limitando a possibilidade de gestão e proteção direta ou indireta. Quanto à localização fornecida através de mapa ou GPS temos mais de 98,8% não preenchidos. O campo Acesso ao Sítio possui 36,9% (344) de não preenchimento e 3,5% tem nome e sigla da folha de mapa. Apenas em 1,2% constam informações sobre o ponto central de localização do sítio.

Temos preenchidos, 32,8% (305) das descrições sumárias de sítio; 1,1% (10) de Sítios Relacionados, 31,9% (297) informações sobre Comprimento, 28,1% (262) sobre Largura, 0,4% (04) sobre Altura Máxima, 13,3% (124) com Área do Sítio Delimitada, 15,4% (143) informam a Forma do sítio. Sobre a inserção ambiental os dados também são precários: quanto ao tipo de relevo, apenas 1% (9) se referem à Unidade Geomorfológica; 49,7% (463) ao Compartimento Topográfico, 33,9% (316) sobre a Altitude, 76,3% (710) a Água mais próxima, 1,9% (18) estimam esta distância, 90,9% (846) informam a Bacia Hidrográfica, 89,4% (832) registram o nome do Rio mais próximo. Em suma a ênfase destes dados ainda está mais na arqueologia pontual que na regional. O módulo sobre vegetação não tem registros para sítios em floresta, possuem 42,3% (394) de Savana, que poderíamos traduzir por Cerrado e 42,4% (395) de Outra Vegetação Atual. Quanto ao tipo de solo, apenas 2,7% (25) são definidos.

Os dados do estado serão apresentados de forma mais exhaustiva, na medida em que poderão ser úteis aos colegas e espelhar melhor o potencial de detalhamento das análises quantitativas. Entretanto, esperando ver um banco completo e revisado,

estranhamos as baixas quantias observadas. Descobrimos que, há anos atrás, o banco completo experimental estava em linguagem básica DOS e ao ser transformado para Access, sofreu problemas técnicos e necessita ser re-trabalhado⁹², pois não reflete a realidade, como pode ser observado na quantidade de sítios pré-coloniais, na tabela abaixo, por exemplo. No ato de registrar o sítio ainda não se possui elementos para definir os critérios de Sítio de Contato, somado ao fato de que os pesquisadores não têm retornado as fichas após as pesquisas para completá-las com os dados diagnósticos ou conclusivos.

CNSA – Goiás – Categoria de Sítios 2 x Atividades Desenvolvidas

Ativid. Desenvolvidas	Total de Registros		De Contato		Histórico		Pré-Colonial		Não Preenchidos	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Total de Registros	56%	521	0%	0	29,2%	272	0,2%	2	44%	410
Coleta	51,1%	476	0%	0	9,2%	44	0,4%	2	48,9%	455
Corte	22%	205	0%	0	20,5%	42	1%	2	78%	726
Escavação	4,3%	40	0%	0	10%	4	0%	0	95,7%	891
Não Preenchidos			100%	0	70,8%	659	99,8%	929		

Tabela 8 - Número total de fichas, número fichas Banco 12.517, GO 931 SGPA / IPHAN

O estranhamento continua na Categoria 1 quando percebemos a baixa quantidade de sítios unicomponenciais, que se poderia esperar que se constituíssem a maior parte, da mesma forma que os sítios superficiais no Contexto de Deposição, semelhante ao âmbito nacional.

⁹² Este trabalho já está sendo efetuado.

CNSA – Goiás – Categoria de Sítios 1 x Atividades Desenvolvidas

Categoria de Sítios / Atividade Desenvolvida	Total de Registros		Unicomponencial		Multicomponencial		Não Preenchidos	
	Total de Registros	56%	521	1,3%	12	0,6%	6	44%
Coleta	51,1%	476	1,9%	9	0,8%	4	48,9%	455
Corte	22%	205	2%	4	2,4%	5	78%	726
Escavação	4,3%	40	7,5%	3	0%	0	95,7%	891
Não Preenchidos			98,7	919	99,4%	925		

Tabela 9 - Número total de fichas, número fichas Banco 12.517, GO 931 SGPA / IPHAN

CNSA – Goiás – Contexto de Deposição x Atividades Desenvolvidas

Contexto de Depos. / Ativid. Desenvolvidas	Total de Registros		Em Profundidade		Em Superfície		Não Preenchidos		Ambos Preenchidos	
	Total de Registro	56%	521	0,9%	8	2,8%	26	44%	410	0,8%
Coleta de superfície	51,1%	476	1,5%	7	4,2%	20	48,9%	455	100%	7
Corte estratigráfico	22%	205	2,4%	5	4,9%	10	78%	726	71,4%	5
Escavação	4,3%	40	7,5%	3	10%	4	95,7%	891	42,9%	3
Levantamento de Grafismos	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0
Não Preenchidos			99,1%	923	97,2%	905				

Tabela 10 - Número total de fichas, número fichas Banco 12.517, GO 931 SGPA / IPHAN

Neste contexto e sem mais condições hábeis de alterar a abordagem planejada, entendemos como necessário rever os dados antes de avaliar interpretação segura sobre as possíveis interpretações que possam ser efetuadas neste contexto. Buscaremos articular uma forma de resgatar os dados, caso nos seja possibilitado. Continuaremos entretanto, demonstrando o potencial para cruzamento e análises.

CNSA – Goiás – Relevância x Atividades Desenvolvidas

Relevância Ativid. Desenvolvidas	Total de Registros		Alta		Média		Baixa		Não Preenchidas	
	Total de Registro	56%	521	17,2%	160	8,4%	78	7,8%	73	44%
Coleta de superfície	51,1%	476	16,8%	80	7,8%	37	10,1%	48	48,9%	455
Corte estratigráfico	22%	205	22,9%	47	15,6%	32	6,3%	13	78%	736
Escavação	4,3%	40	52,5%	21	5%	2	7,5%	3	95,7%	891
Levantamento de Grafismos	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	100%	931
Não Preenchidos			82,8%	771	91,6%	853	92,2%	858		

Tabela 11 - Número total de fichas no Banco 12.517, GO 931

SGPA / IPHAN

O campo Exposição nos revela que não existem sítios registrados em Grutas (0,5%) o que imediatamente nos faz recordar da Lapa da Angélica e do complexo de cavernas da região de Terra Ronca, ressemantizados, onde atualmente se realizam grandes festas religiosas, já tradicionais no estado. Talvez a categoria não esteja correspondendo e necessite ser desdobrada conforme os critérios da espeleologia. A maioria dos assentamentos está a Céu Aberto (71,5% ou 666 sítios), uma pequena parte em Abrigo Sob Rocha (19,2% ou 179) e o restante não preenchido.

CNSA – Goiás – Artefatos x Atividades Desenvolvidas

Atividades Desenv. Artefatos	Total de Registros		Coleta de superfície		Corte estratigráfico		Escavados		Não Preenchidos	
	Total de Registros	59,7%	556	51,1%	476	22%	205	4,3%	40	40,3%
Cerâmicos	59%	549	83,6%	398	78%	160	77,5%	31	41%	382
Malacológicos	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	100%	931
Líticos lascados	2,8%	26	5%	24	6,8%	14	15%	6	97,2%	905
Líticos polidos	0,6%	6	1,1%	5	0,5%	1	2,5%	1	99,4%	925
Material Orgânico	0,9%	8	1,1%	5	2%	4	7,5%	3	99,1%	923
Não Preenchidos			48,9%	455	78%	726	95,7%	891		

Tabela 12 - Número total de fichas no Banco 12.517, GO 931

SGPA / IPHAN

Quanto à Filiação Cultural de Artefatos Cerâmicos, temos a maioria do campo Tradição não preenchido (68%), restando apenas 262 informações sobre Tradição, 30,3% (282) sobre as Fases e 0,5% (5) em Outras Atribuições. Para artefatos líticos os não preenchidos chegam a 99,8% restando 0,2% que informam sobre Tradição e Fases, em drástica informação sobre o que se tem trabalhado e que se conhece deste tipo de vestígio no estado. Embora possa se possuir outros tipos de abordagens, historicamente, a maioria das fichas vem do período em que estas correlações correspondiam a um dos mais importantes objetivos da pesquisa. Para a expressão rupestre temos 100% não preenchidos, 11,3% (105) ausentes, 9% (84) com pinturas, 4,9% (46) com gravuras e 1,4% (13) com ambos os registros.

CNSA – Goiás – Estruturas x Atividades Desenvolvidas

Estruturas \ Atividades Desenvol.	Total de Registros		Coleta		Corte Estratigráfico		Escavação		Não Preenchidos	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Total de Registros	88,7%	826	51,1%	476	22%	205	4,3%	40	11,3%	105
Alinhamento de pedras	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0	0
Área de refugio	0,2%	2	100%	2	100%	2	0%	0	99,8%	929
Canais	0,2%	2	100%	2	100%	2	0%	0	99,8%	929
Círculos de pedra	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	100%	0
Combustão	8,6%	80	62,5%	50	53,8%	43	11,3%	9	91,4%	851
Concentrações cerâmicas	0,1%	1	100%	1	100%	1	0%	0	99,9%	930
Edificações	5,5%	51	56,9%	29	52,9%	27	0%	0	94,5%	880
Estacas	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0	0
Fossas	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0	0
Funerária	2,7%	25	64%	16	52%	13	24%	6	97,3%	906
Lascamento	0,2%	2	100%	2	100%	2	0%	0	99,8%	929
Manchas pretas	0,1%	1	100%	1	100%	1	0%	0	99,9%	930
Muros de pedra	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0	0
Palafitas	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0	0
Paliçada	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0	0
Vestígios de mineração	0,1%	1	100%	1	100%	1	0%	0	99,9%	930
Não Preenchidos			48,9%	455	78%	726	95,7%	891		

Tabela 13 - Número total de fichas no Banco 12.517, GO 931

SGPA / IPHAN

Dados relativos às escavações, também apresentam números baixos, mas devem ser vistos em se considerando que dos 931 sítios registrados nenhum informa sobre filiação cultural, ou sobre levantamento de grafismos. Dos sítios escavados (4,3%) apenas 15% (6)

informam sobre Estratigrafia, os 9% de Estruturas não estão contemplados neste universo. 8,2% (76) possuem Outros Materiais Orgânicos e 1,6% (15) Outros Materiais Inorgânicos. 4,5% (42) possuem Datação Absoluta e 20,1% (187) sobre Datação Relativa. 17,1% (159) informam sobre a instituição em que está o acervo.

CNSA – Goiás – Documentação Produzida x Atividades Desenvolvidas

Atividades desenvolv. Doc. Produzida	Total de registros		Coleta		Corte estratigráfico		Escavações		Não Preenchidos	
	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
Total de registros	32,7%	304	51,1%	476	27%	205	4,3%	40	67,3%	627
Arte rupestre parcial	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	100%	0
Arte rupestre total	0,1%	1	0%	0	100%	1	0%	0	99,9%	930
Croqui	5%	47	93,6%	44	51,1%	24	10,6%	5	95%	884
Foto aérea	0,8%	7	0%	0	0%	0	0%	0	99,2%	924
Foto colorida	6,7%	62	51,6%	32	51,6%	32	0%	0	93,3%	869
Foto branco e preto	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0
Ilustração do material	4,7%	44	56,8%	25	52,3%	23	0%	0	95,3%	887
Imagens de satélite	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0
Mapa com sítio plotado	1,1%	10	50%	5	40%	4	0%	0	98,9%	921
Notas de campo	0,2%	2	100%	2	100%	2	0%	0	99,8%	929
Outro material	10,5%	98	92,9%	91	43,9%	43	13,3%	13	89,5%	833
Perfil estratigráfico	3,1%	29	86,2%	25	69%	20	34,5%	10	96,9%	902
Perfil topográfico	5,7%	53	81,1%	43	43,4%	23	20,8%	11	94,3%	878
Planta baixa do sítio	61,8%	575	54,8%	315	28,3%	163	5,6%	32	38,2%	356
Reprografia da imagem	0,9%	8	87,5%	7	87,5%	7	0%	0	99,1%	923
Vídeo/filme	0,3%	3	100%	3	66,7%	2	33,3%	1	99,7%	928
Planta baixa estruturas	4,4%	41	56,1%	23	51,2%	21	0%	0	95,6%	890
Planta baixa locais afetados	5,2%	48	58,3%	28	54,2%	26	0%	0	94,8%	883
Não Preenchidos			48,9%	455	78%	726	95,7%	891		

Tabela 14 - Número total de fichas no Banco 12.517, GO 931

SGPA / IPHAN

Finalmente, no tocante especificamente à proteção, temos que considerar o Uso Atual do Terreno, 26% (242) dos sítios estão situados em áreas devolutas, 1,3% (12) em meio urbano, 0,6% (6) em via pública. Os 0,9% (8) considerados como Estrutura de Fazenda, no nosso entender, podem ser somados aos 35,4% (330) em área de Pasto e 27,7% (258) em área de Plantio, constituindo-se a grande maioria (64% equivalente a 596 fichas).

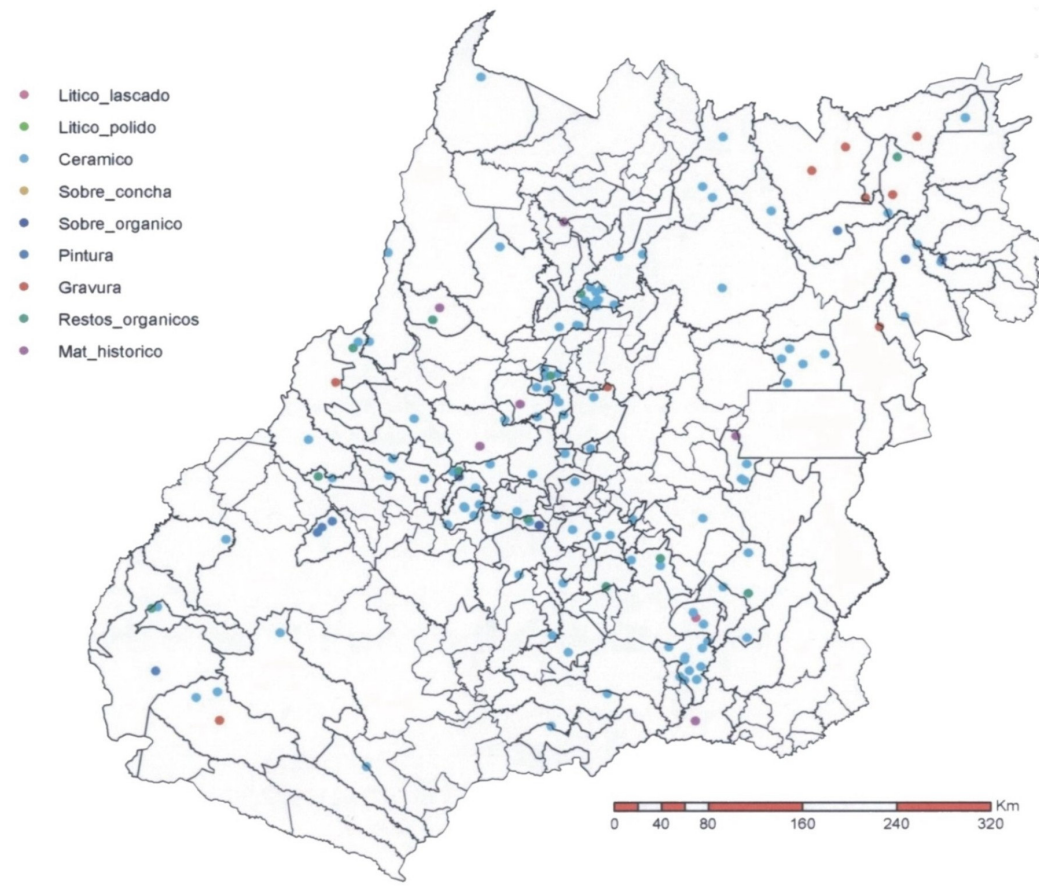
A divisão justifica-se em função do estado diferencial de conservação dos sítios em cada um destes locais, onde em áreas que estão sendo cultivadas, por exemplo, pode-se calcular o impacto provocado pela ação dos tratores.

O Grau de Integridade, está 62% (577) entre 25 e 75%, 7,5% (70) em mais de 75% e 13,3% (124) com menos de 25% . 17,2% (160) não foram preenchidos. Os Fatores de Destruição e, na maioria das vezes não foram informados (94,7% ou 882). Os demais ficam entre Atividades Agrícolas (5,3% ou 49), Erosão Pluvial (0,8% ou 7), Construção de Estradas (0,4% ou 4) e 0,1% com Erosão Fluvial e igual índice com Vandalismo.

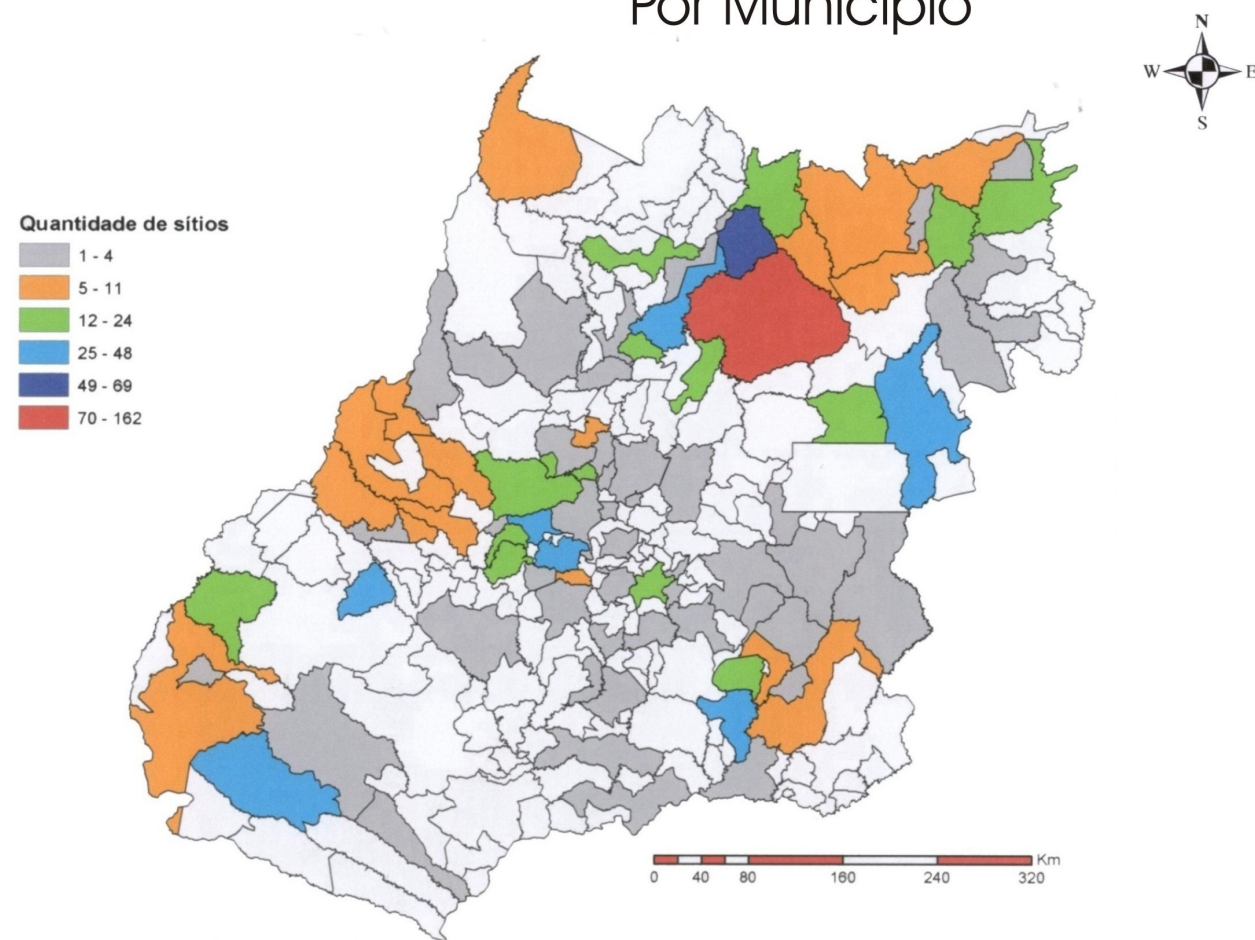
Apenas 61,1% (569) das fichas informam sobre as Possibilidades Futuras de Destruição e 9,9% (92) sobre as Medidas de Preservação Sugeridas. De todo este universo, 96,8% (901) preencheram as Observações, demonstrando que apesar de extensa, existe a necessidade de detalhamento de alguns tipos de dados. Existe pelo menos uma citação em Bibliografia para 97,6% (909) fichas, sendo que 62,4% (581) possuem duas indicações bibliográficas , 29% possuem a terceira e 16,8% a quarta indicação. Apenas 12,1% (113) dos sítios tiveram seus dados atualizados. O Numero é alto porque que foi contratada uma equipe para efetuar as pesquisas bibliográficas e a complementação dos dados.

Sítios Arqueológicos no Estado de Goiás

Vestígios Arqueológicos



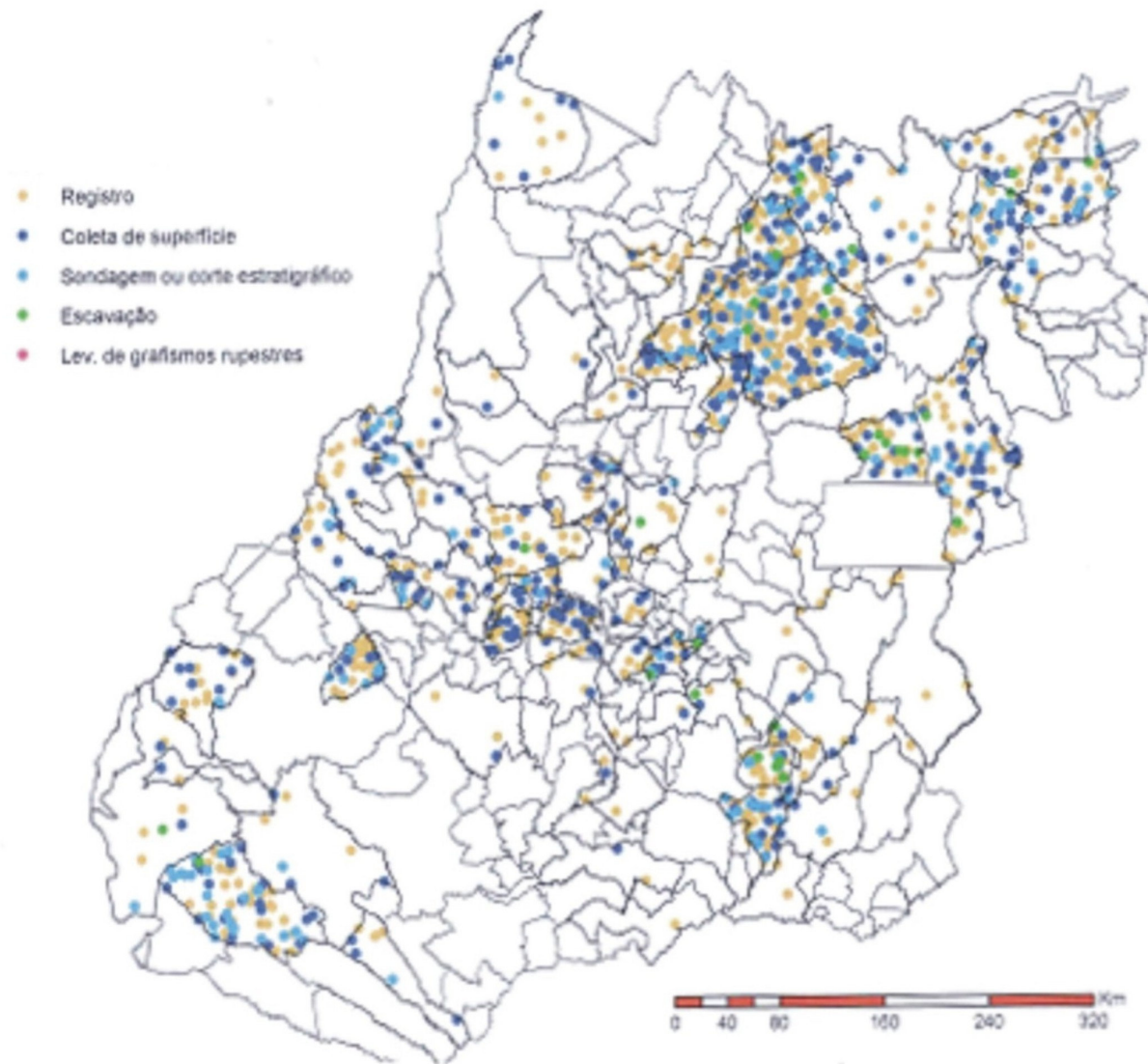
Por Município



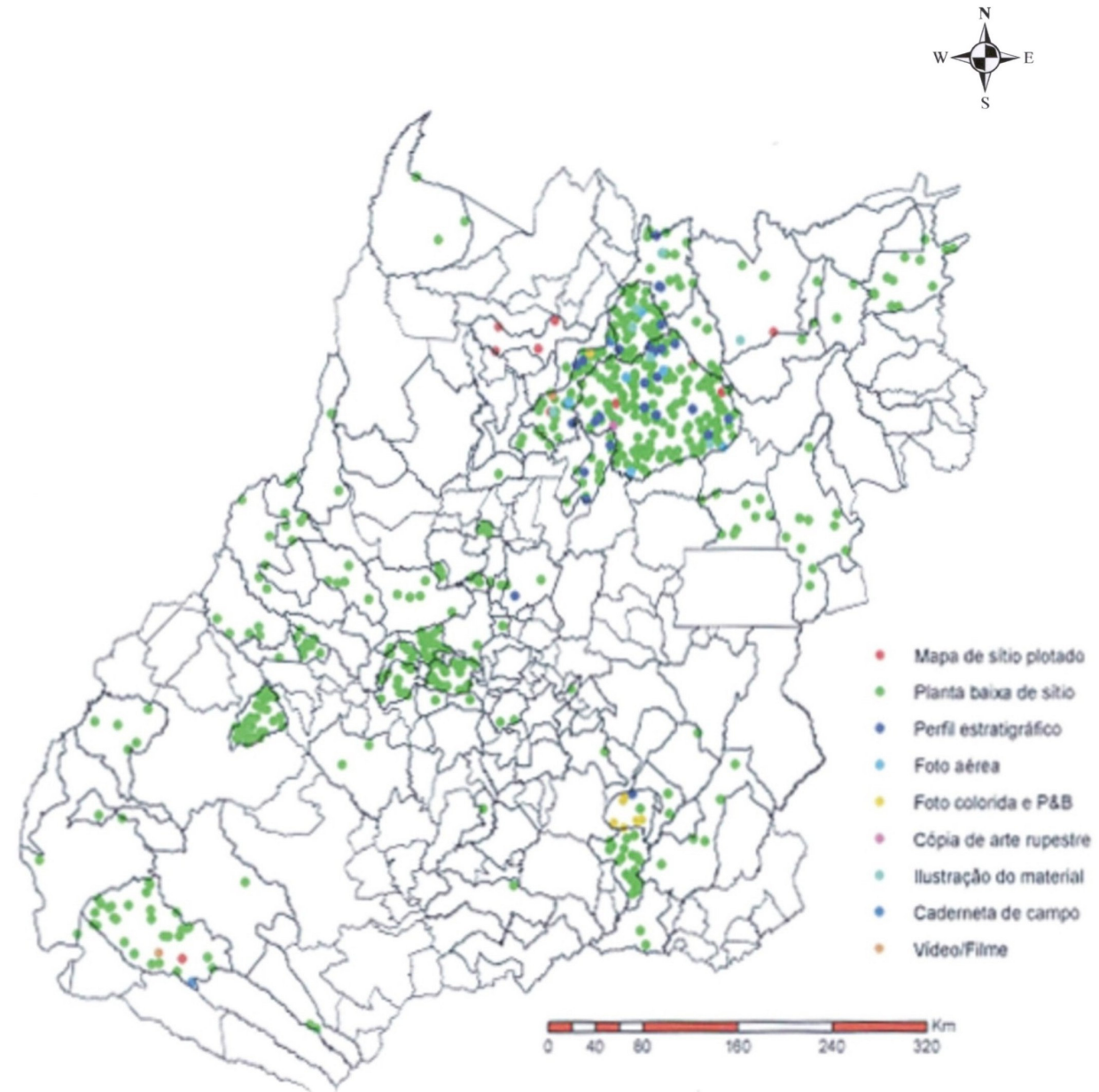
Produzido em Dez/02, a partir do desenvolvido de aplicação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - SGPA (com 12.517 registros), do Departamento de Identificação e Documentação, em pesquisa efetuada pela arqueóloga Maria Lúcia F. Pardi em parceria com o DPA/DID/Ipahan.

Sítios Arquelógicos no Estado de Goiás

Atividades Desenvolvidas



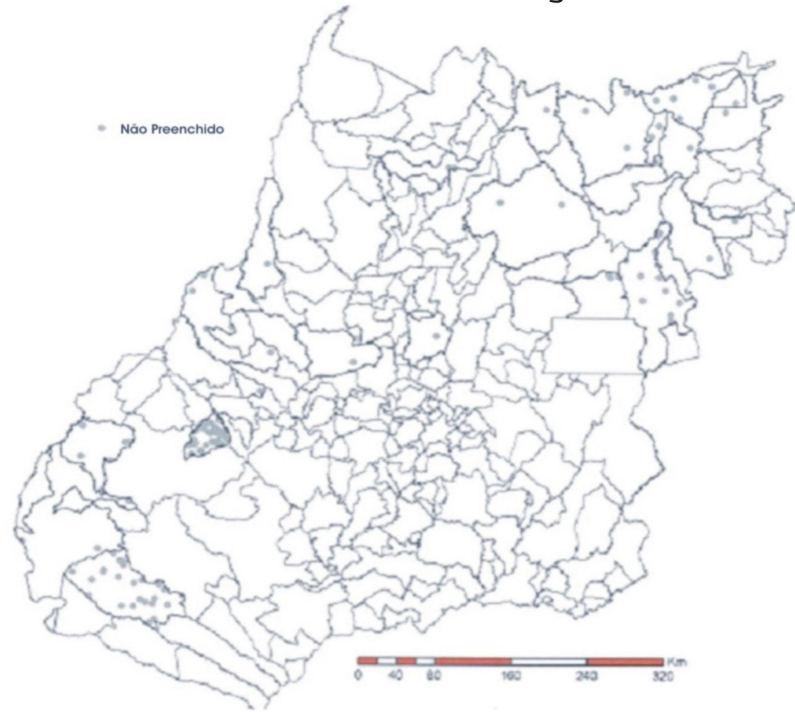
Documentação Produzida



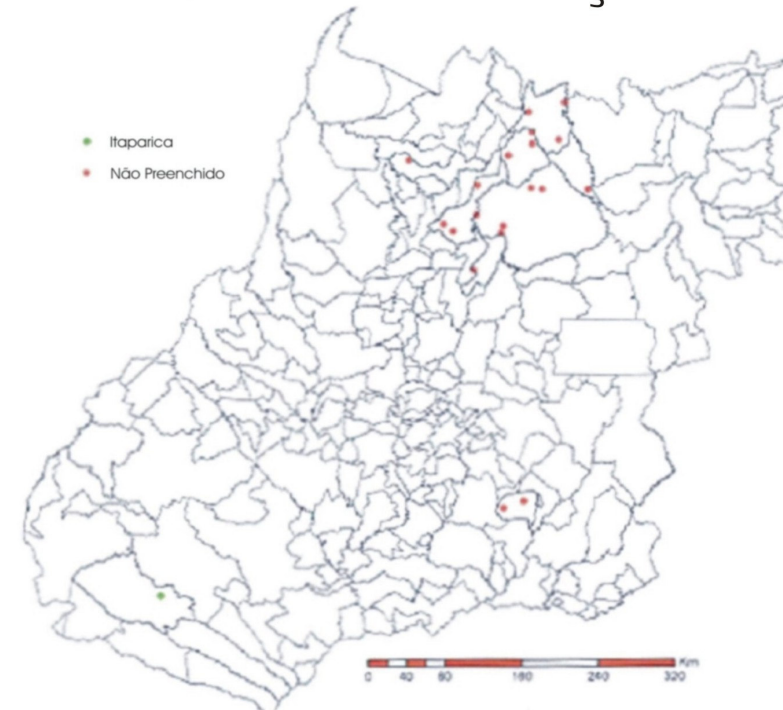
Produzido em Dez/02, a partir do desenvolvido de aplicação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - SGPA (com 12.517 registros), do Departamento de Identificação e Documentação, em pesquisa efetuada pela arqueóloga Maria Lúcia F. Pardi em parceria com o DPA/DID/phan.

Sítios Arquelógicos no Estado de Goiás

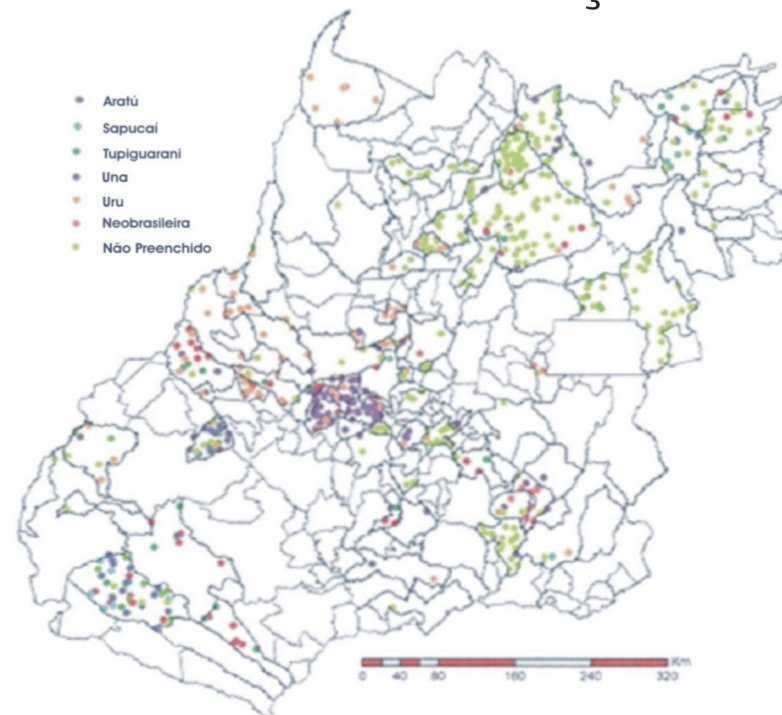
Tradição de Grafismo Rupestre



Tradição de Material Lítico



Tradição de Material Cerâmico



Produzido em Dez/02, a partir do desenvolvimento de aplicação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - SGPA (com 12.517 registros), do Departamento de Identificação e Documentação, em pesquisa efetuada pela arqueóloga Maria Lúcia F. Pardi em parceria com o DPA/DID/phan.

Estado de São Paulo

O banco do estado, semelhante ao anterior, tem algumas características, que nos auxiliam, não a ver as limitações da documentação, mas das condições da preservação do patrimônio em si. Entretanto, cabe lembrar que nosso objetivo, mais do que interpretar os dados, é demonstrar a capacidade do banco em produzi-los, de diferentes forma , para diversos fins. As descrições e tabelas, abaixo, demonstram os dados na sua forma mais simples e direta, a quantidade de campos preenchidos. Anteriormente efetuamos cruzamentos de dois conjuntos de campos e podemos, ainda, complexificar as consultas de forma a cruzar três conjuntos de dados.

No estado de São Paulo foram desenvolvidas atividades em 988 sítios, sendo 647 coletas (65,5%), 223 sondagens ou cortes estratigráficos (22,6%) e 48 escavações (4,9%). A Documentação Produzida inclui 398 sítios plotados em mapas (40,3%), 38 plantas baixas de sítios (3,8%), 31 perfis estratigráficos (3,1%), 11 fotos aéreas (1,1%), 162 fotos coloridas (16,4%), 13 Branco e Preto (1,3%). Um levantamento total de Arte Rupestre e nenhum parcial, 34 ilustrações de material (3,4%), 150 cadernetas de campo (15,2%) e 102 vídeos ou filmes (10,3%).

Conhecendo parte da bibliografia e acompanhando os congressos, o ritmo acadêmico e de formação de pessoal, percebemos que os dados não são compatíveis com o efetivamente produzido. Dessa forma, percebe-se mais uma vez a ausência do hábito de retornar à ficha , depois de pesquisado o sítio, para complementação dos dados. A raridade dos vestígios de Arte Rupestre realmente se verifica a maioria, com ausência de 30,2% (298). De Pintura, 0,5% temos 5 sítios e, de Gravura 9 (0,9%). Diretriz clara sobre necessidade de proteção de proteção.

CNSA – Estado de São Paulo – Dados Diretos

<i>Categoria de Sítios</i>			<i>Uso Atual do Terreno</i>			<i>Exposição</i>		
						Em Superfície	66,6%	658
Pré-Colonial	22,4%	221	Atividade Urbana	25,1%	248	Em profundidade	60%	6
De Contato	0,5%	5	Via Pública	3%	30	<i>Relevância</i>		
Histórico	10,3%	102	Est. de Fazenda	8,6%	85	Alta	6,8%	67
Unicomponencial	14,6%	144	Pasto	14%	138	Média	12,4%	123
Multicomponencial	5,4%	53	Plantio	23,1%	228	Baixa	7,1%	70

Fatores de Destruição			Céu Aberto	87,7%	866	Artefatos		
Estradas	8,2%	81	Abrigo sob Rocha	3%	30	S. Mat. Orgânico	1%	10
Atividades Agrícolas	10,8%	107	Gruta	0,4%	4	Material Historico	10,3%	102
Moradias	7,2%	71	Submerso	0,6%	6	Lítico Lascado	39%	385
Vandalismo	7,9%	78	Grau de Integridade			Lítico Polido	6,7%	66
Erosão Eólica	1,9%	19	+ de 75%	7,1%	70	Cerâmico	34,5%	341
Erosão Pluvial	13,3%	131	Entre 25 e 75%	14,6%	144	Sobre Concha	1,3%	13
Erosão Fluvial	11,1%	110	- de 25%	17,7%	175			

Tabela 15 – n. total de fichas do banco 12.517, Estado de SP n° Total de fichas no banco 988 SGPA / IPHAN

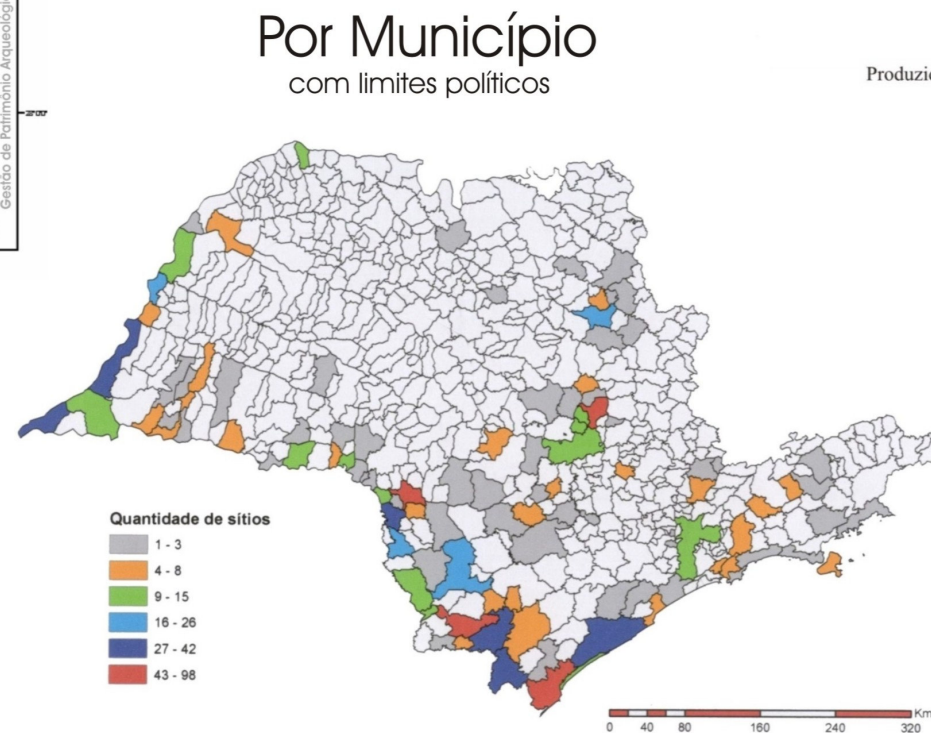
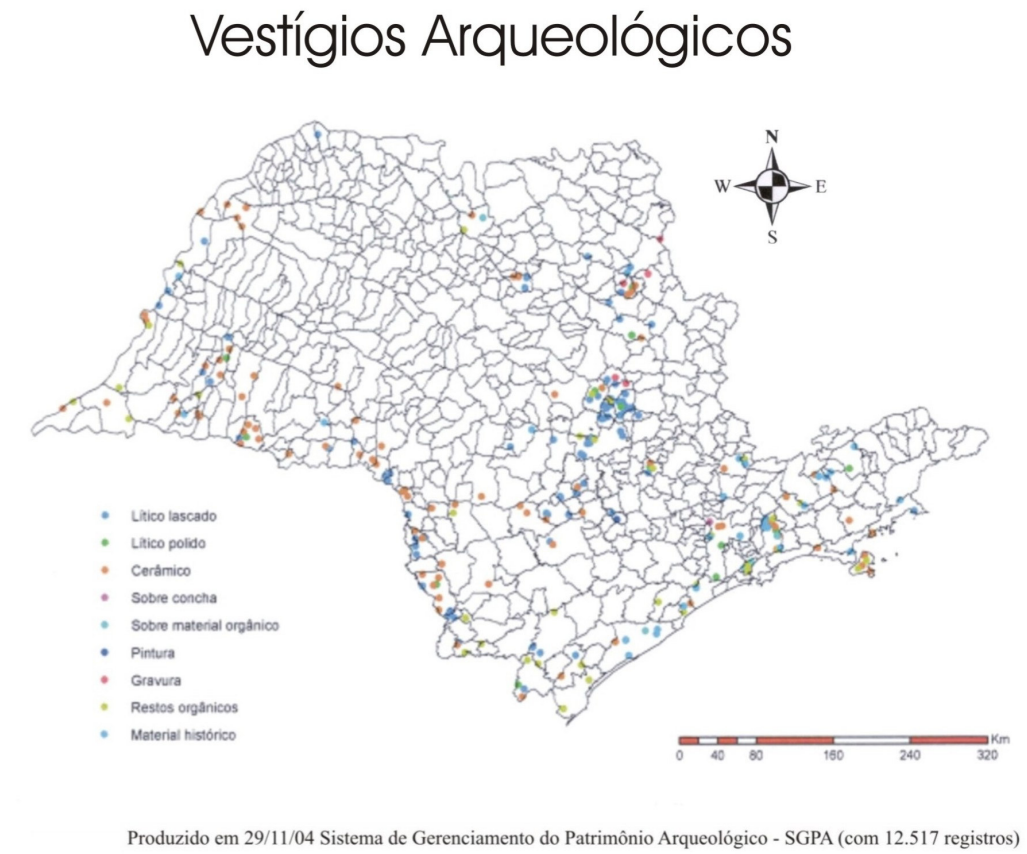
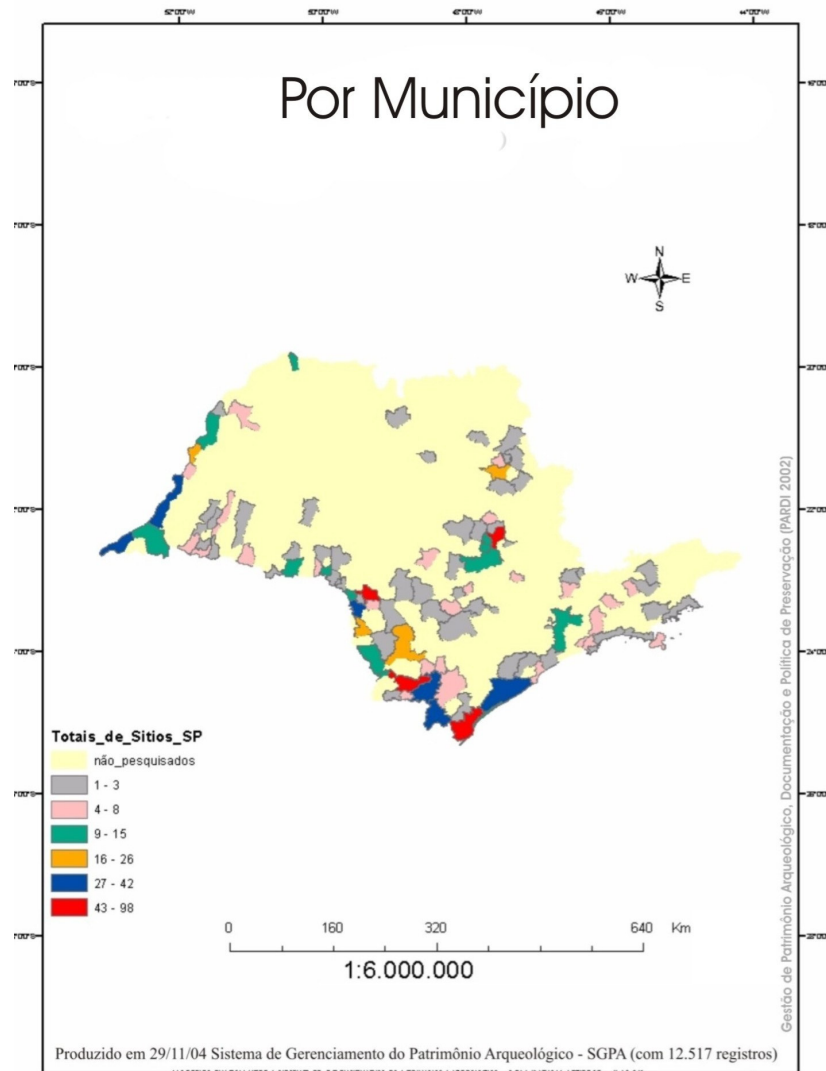
Podemos exemplificar o conhecimento obtido deste patrimônio, através da situação dos sambaquis, que não foram cadastrados individualmente, foram trabalhados em conjunto e possuem apenas informações sumárias, que foram trabalhados em períodos em que não existia GPS e, agora, apesar das listagens disponíveis e datações publicadas, nos levam a considerar a necessidade de um recadastramento. Um recadastramento que identifique os sítios que foram pesquisados, atualize as informações disponíveis e complemente os dados, de forma a viabilizar qualquer ação sobre estes testemunhos específicos. Existem grandes áreas sobre as quais não se têm dados, embora existam pesquisas sendo efetuadas há muitos anos, sem o devido licenciamento e, conseqüentemente, sem a entrega dos produtos, a despeito das gestões efetuadas. Os sítios de grafismos rupestres são raríssimos, assim como as casas subterrâneas e um sítio lítico existente às margens do rio Tietê em plena área urbana na capital.

Um conjunto de sítios cerâmicos a céu aberto, na região limítrofe com Minas Gerais no Rio Grande, na área da UHE Água Vermelha também é raro na medida em que se constituem no único trecho deste rio que foi pesquisado, além de uma reação química da ação das águas da barragem com o substrato rochoso ter consolidado e preservado um conjunto de restos esqueléticos. Nesta região foi desenvolvida uma ação mais intensiva visando implantar uma estrutura local de preservação, através da ação cooperativa do município e da academia, local e especializada (PARDI 99).

Fomos responsáveis pela gestão do patrimônio no estado por 8 anos, onde abrimos espaço para este tipo de demanda, criamos um laboratório e depósito de apoio às ações da regional e de terceiros que necessitassem, compramos equipamento, resgatamos e organizamos documentação, arquivos e biblioteca, assim como o cadastro

informatizado SGPA. Demos atendimento interno a outros setores do IPHAN e aos outros estados, assim como assessoramos prefeituras e Ministério Público Federal (PARDI 2001) e participamos dos eventos políticos e acadêmicos do setor . Concluindo nosso período de gestão solicitando as medidas de proteção nos casos cabíveis, como o tombamento municipal, estadual e federal da região de Água Vermelha, do tombamento estadual das casas subterrâneas, sítios de arte rupestre e o Sítio Lítico Morumbi. Exteriorizamos, também, um modelo de gestão estadual que criamos para responder à situação de extrema demanda com reduzida estrutura e recursos, na reunião científica de Recife, em 99. Parte dele inclui critérios e filtros de atendimento à demanda, além de um mapa com as Áreas de Interesse Arqueológico que nos serviam de referência para triagem de demanda e de investimento dos poucos recursos disponibilizados.

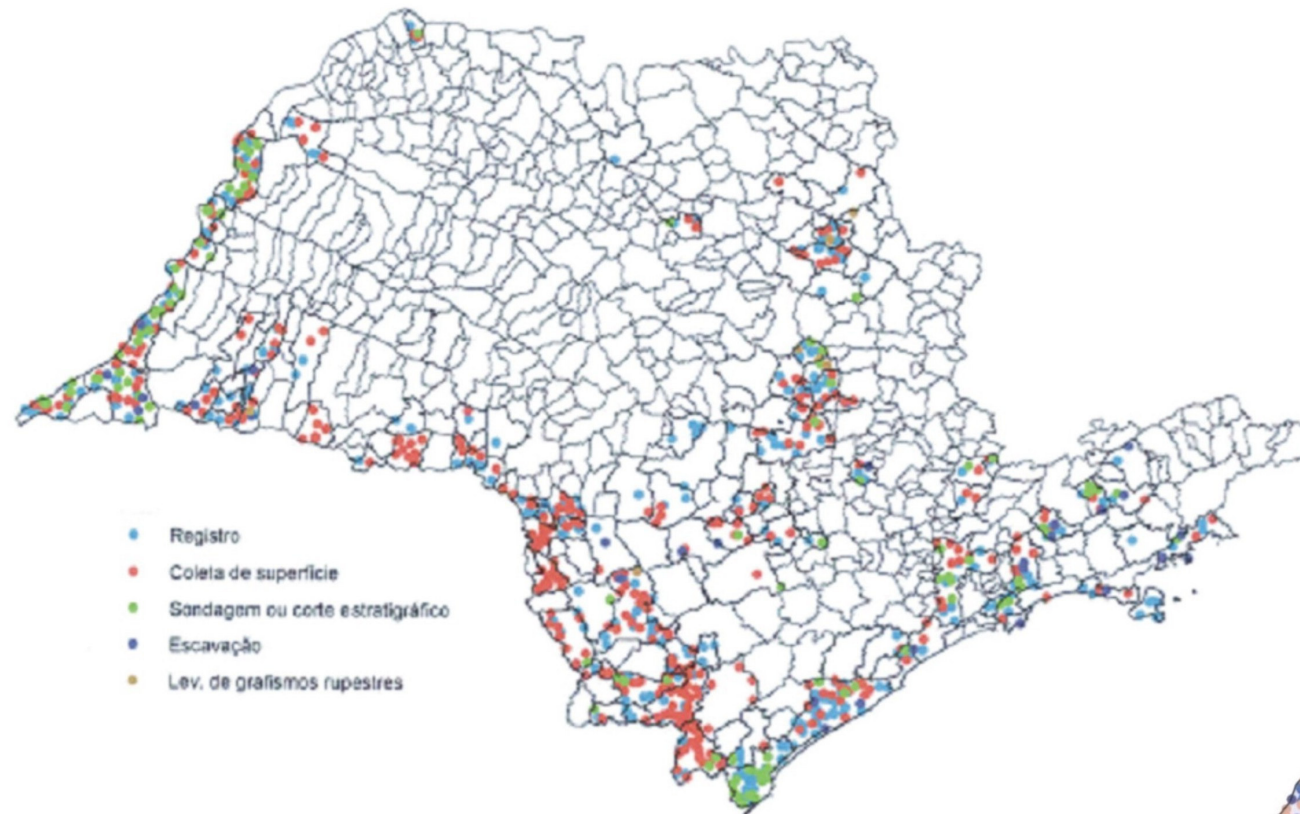
Sítios Arqueológicos no Estado de São Paulo



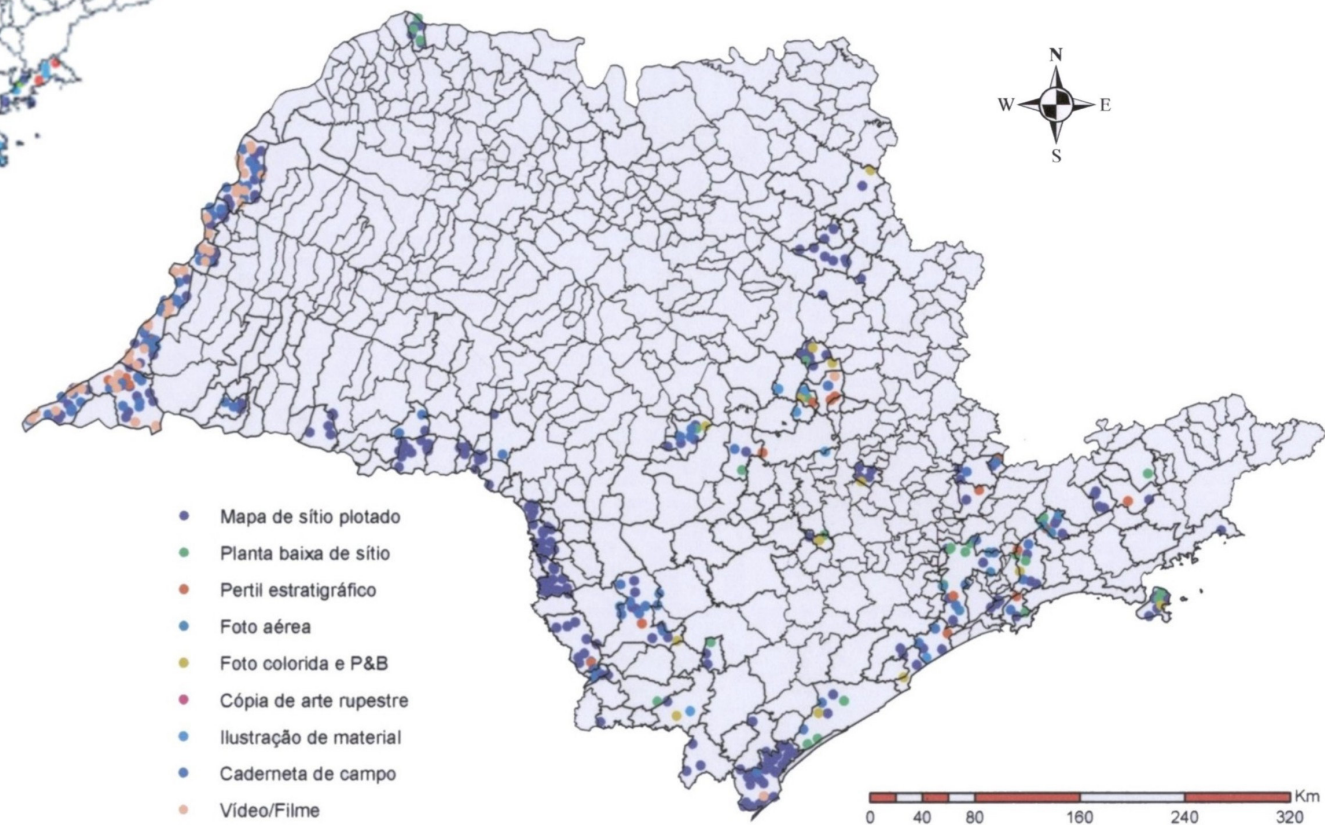
Produzido em Dez/02, a partir do desenvolvido de aplicação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - SGPA (com 12.517 registros), do Departamento de Identificação e Documentação, em pesquisa efetuada pela arqueóloga Maria Lúcia F. Pardi em parceria com o DPA/DID/Iphan.

Sítios Arquelógicos no Estado de São Paulo

Atividades Desenvolvidas



Documentação Produzida



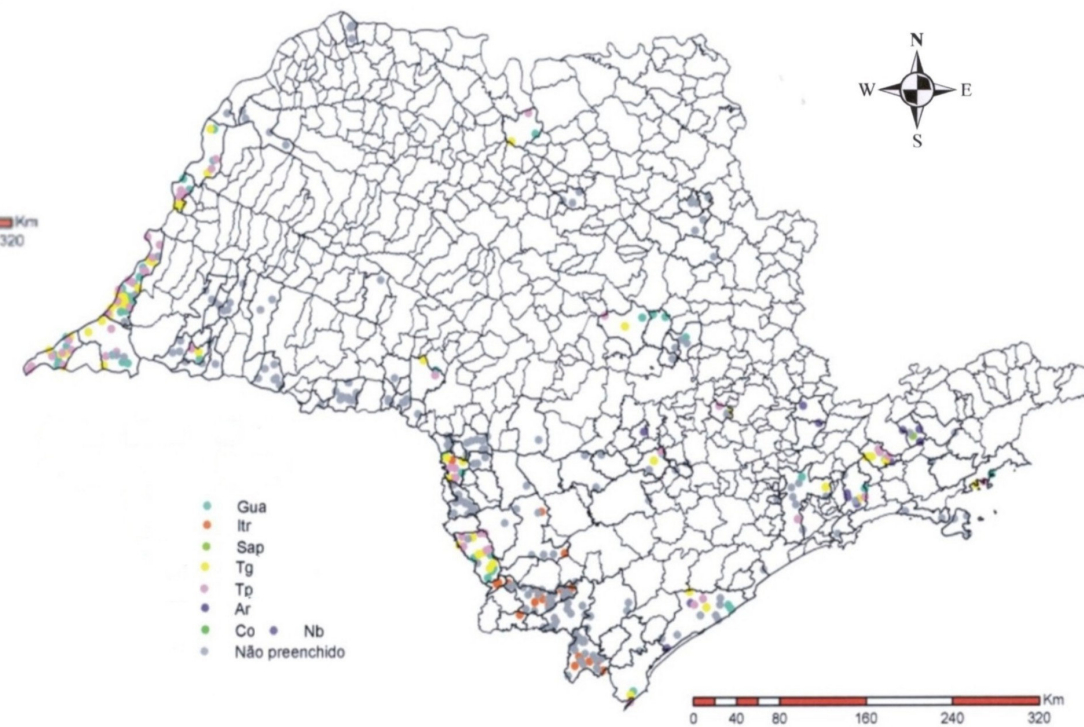
Produzido em Dez/02, a partir do desenvolvido de aplicação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - SGPA (com 12.517 registros), do Departamento de Identificação e Documentação, em pesquisa efetuada pela arqueóloga Maria Lúcia F. Pardi em parceria com o DPA/DID/phan.

Sítios Arquelógicos no Estado de São Paulo

Tradição de Grafismo Rupestre



Tradição de Material Cerâmico



Produzido em Dez/02, a partir do desenvolvido de aplicação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - SGPA (com 12.517 registros), do Departamento de Identificação e Documentação, em pesquisa efetuada pela arqueóloga Maria Lúcia F. Pardi em parceria com o DPA/DID/phan.

III – 4 – O CNSA NOS MUNICÍPIOS

Para demonstrar o potencial do sistema na gestão municipal, escolhemos dois exemplos relacionados e complementares aos anteriores, com um município antigo e outro novo, um mais urbanizado e outro ainda com área rural, um com sítios históricos que falam da história do país e outro com sítios pré-coloniais em plena área urbana. São Paulo possui um setor de arqueologia, precursor em pesquisas de arqueologia histórica e um centro de pesquisas municipais, um conselho de patrimônio estadual que atua na área arqueológica, além de sediar duas das mais antigas instituições públicas estaduais de arqueologia, uma de arqueologia histórica e outra que desenvolve pesquisas por todo o país e é responsável pela formação de gerações de profissionais. Goiânia cedia duas instituições de pesquisa tradicionais; uma federal, que atua em âmbito regional e outra, particular, responsável por pesquisas no Centro-Oeste e no Norte do país, responsável pelo único curso de formação de gestores de patrimônio do país. Estes municípios possuem perfis diferentes, problemas diferentes, respostas diferentes, sobre uma mesma categoria de patrimônio

Embora alguns municípios possuam setores de arqueologia e arqueólogos, em contratos temporários ou do quadro, a área de proveniência dos profissionais é a pesquisa, sendo que os cursos de formação não incluem noções básicas de gestão, dessa forma é freqüente o desvio de função. Embora algumas leis orgânicas, regimentos internos ou estatutos destas instituições possam não conter explicitamente a necessidade de preservação do patrimônio arqueológico, esta incumbência é constitucional e deve ser cumprida. Quando a Constituição diz que o Estado garantirá o acesso às fontes da cultura nacional (art 215, II), ele inclui o município; quando diz que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e outras formas de acautelamento (216, paragr.1), o município está incluído. O município está incluído na incumbência da Administração Pública na gestão da documentação governamental e nas providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (216, paragr. 2), no estabelecimento de incentivos para produção e o conhecimento de bens e valores culturais (216, paragr. 3), na necessidade de punição dos danos e ameaças ao patrimônio cultural (215, paragr. 4), na necessidade de localizar os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (215, paragr. 5).

Assim fica claro o programa de atuação dos municípios, a instância administrativa mais próxima dos sítios e da comunidade, neste sentido a mais responsável pela vigilância

solicitada. O primeiro passo de qualquer município, no nosso entender, é a prospecção e registro dos sítios existentes em seu território, que podem ser efetuados com pessoal temporário. A partir destes resultados e da avaliação da relevância, significância e do estado de conservação destes bens, avalia-se a necessidade de implantação de um setor que mantenha periodicamente a vigilância e demais serviços de educação patrimonial. Organizado e implantado o sistema de manutenção destes bens, juntamente com as parcerias, pode-se dar atendimento a pesquisas efetivamente emergenciais, que acompanhem obras que a prefeitura necessita desenvolver, por exemplo, ou outras que possam fornecer instrumentos para a gestão. Pesquisas podem ser efetuadas, mas se constituem atribuições secundárias, a serem desenvolvidas concomitantemente ao desempenho das atividades principais.

A abertura de um sítio para turismo monitorado é um excelente instrumento de gestão preventiva. Enfim, deve-se evitar que o orçamento municipal ou captado seja aplicado por muitos anos nos mesmos locais, sem que a proteção dos demais sítios do município esteja assegurada. Por outro lado, deve-se estar atento para que a própria prefeitura não promova obras em áreas de potencial arqueológico sem a devida pesquisa prévia e monitoramento. Cabe esclarecer que é lícita a atuação dos funcionários municipais em obras de execução direta, quaisquer outras de outro porte ou que a equipe não tenha condições de realizar, deve ser terceirizada, sob acompanhamento. Outra questão frequentemente encontrada é a de estruturas administrativas que não possuem definição a quem pertence o poder de decisão sobre estes bens, assim como o de embargo em caso de necessidade de proteção. Nestes termos e conhecendo o perfil do patrimônio sob sua tutela mais direta, delinea-se a política municipal de preservação.

Atualmente, a ação de arqueólogos que atuam na esfera pública ou privada dos municípios, poderá ser consolidada na medida em que estes bens foram incluídos no Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001 que estabelece a política urbana. Ele contempla o patrimônio e assegura o direito de preempção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico (art 26, VIII), da transferência do direito de construir para compensar a preservação de imóvel de interesse cultural (art.35, II), da aplicação de recursos da outorga onerosa do direito de construir (art.31, IX), e outros.

Estes interesses de preservação estão inseridos ainda nos itens mínimos a serem contemplados na elaboração e análise dos EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança (art.37, XII). Este novo instrumento possibilita ao executivo municipal a avaliação dos efeitos do empreendimento quanto à qualidade de vida dos cidadãos, do qual dependem as licenças e autorizações. O art. 45 (IV) insta os organismos gestores a incluir significativa participação

da população e associações representativas se segmentos da comunidade para garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania. Dessa forma, observamos que foram criados mais instrumentos de gestão e depende da participação de dos profissionais de arqueologia a conquista deste espaço, assim como dos municípios a percepção da necessidade e utilidade deste setor na gestão urbana. As cidades, inclusive, já foram tema de uma Revista do Patrimônio editada pelo IPHAN e constitui a tendência de discussão e foco das políticas culturais internacionais⁹³.

O Município de Goiânia

O município tem poucos dados disponíveis, como se pode perceber: Registro 17 fichas com a maioria dos campos não preenchidos. As Atividades Desenvolvidas estão distribuídas conforme se segue: Coleta 9 (52,9%), Corte 6 (35,3%), Escavação 2 (11,8%), Levantamento de Grafismo 0. Os campos referentes aos Fatores de Destruição, Arte Rupestre, GPS ou Mapa, estão sem preenchimento.

A informação sobre Propriedade da Terra, nos revela que existem 2 sítios em terras privadas (11,8%). Outras 15 fichas não estão preenchidas (88,24%). Vegetação Atual possui 3 (17,6%) com outra tipo de vegetação, 2 (11,7%) Savana e o restante não estão preenchidos. O mesmo ocorre com Artefatos Líticos 100% (17 não preenchidos), Artefatos Cerâmicos 35,3% (6) não preenchidos, 47,1% (8) Tradições e uma Fase (5,9%). Nenhum sítio com Material Histórico assinalado e nenhum Mapa com sítio plotado. Nenhuma ficha acusa a Categoria dos sítios, se unicomponenciais ou multicomponenciais.

Em função de ocorrências, não tão recentes que estranhamos a ausência de sítios pré-coloniais ou históricos, na medida em que são sítios pesquisados. Sentimos falta entre os dados, do sítio cerâmico a céu aberto Vale dos Sonhos⁹⁴, descoberto em 2001 e ainda não cadastrado ou complementado no tocante soa dados obtidos nas pesquisas. O local é peculiar porque esta situada em loteamento residencial e possibilitou abordagem interativa, durante as pesquisas, podendo se constituir em excelente instrumento educativo para o município e vizinhança. Entretanto a falta de verba está comprometendo o projeto, da mesma forma que comprometeu iniciativa anterior efetuada por outra instituição, ao tentar pesquisar, proteger

⁹³ Conforme informação fornecida pela Sra representante da UNESCO no Brasil, durante Seminário Aloisio Magalhães.

⁹⁴ PARDI 2001 Relatório de Vistoria no município de Goiânia – Loteamento residencial – Vale dos Sonhos” – 17ª SubR/14ª SR / IPHAN.

e abrir a público sítio semelhante no Parque Ecológico de Goiânia, também na área urbana. Os fatos demonstram a ausência de uma política de gestão mais incisiva.

CNSA – Goiânia – Artefatos x Atividades Desenvolvidas

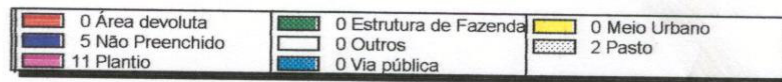
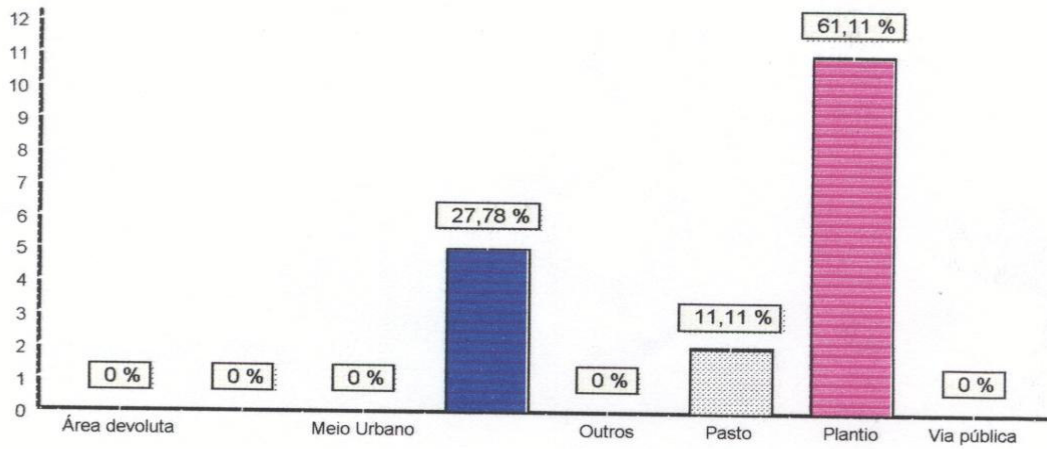
Atividades Desenv. Artefatos	Total de Registros		Coleta de superfície		Corte estratigráfico		Escavados		Não Preenchidos	
Total de Registros	64,7	11	52,9%	9	30,3%	6	11,6%	2	35,3%	6
Cerâmicos	64,7%	11	81,8%	9	54,5%	6	18,2%	2	35,3%	6
Malacológicos	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	100%	0
Líticos lascados	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	100%	0
Líticos polidos	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	100%	0
Material Orgânico	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	100%	0
Não Preenchidos			41,2%	7	82,4%	14	98,8%	15		

Tabela 16 - Número total de fichas no Banco 12.517, Goiânia 17

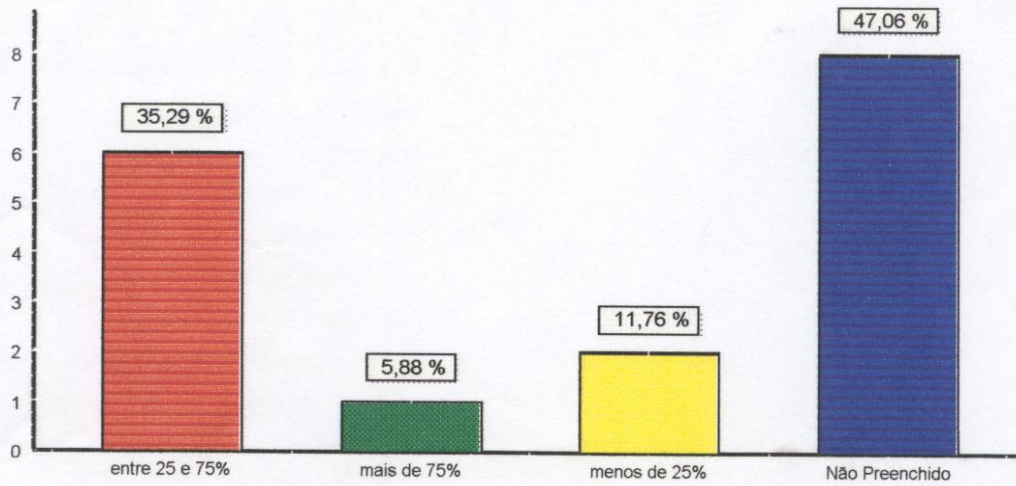
SGPA / IPHAN

Em síntese, as fichas não estão preenchidas, por motivos que ignoramos. Entretanto são tão poucos em área grande e de potencial, que percebemos que o município talvez não tenha sido objeto de pesquisas sistemáticas e que se esteja apenas respondendo a cada descoberta fortuita isoladamente, conforme o a expansão urbana, sem nenhum tipo de política de preservação preventiva, seja de pesquisa, seja de gestão. Este fato não é isolado, acontece na maioria dos outros municípios, devido à baixa visibilidade deste patrimônio, devido ao fato da GPA ainda não estar ser identificada e difundida enquanto um instrumento de gestão urbana e rural, devido à pouca sensibilidade dos dirigentes para a área da cultura, devido ao meio acadêmico não ter tido condições de devolução mais popular, educativa e de grande escala nas ultimas mas décadas, devido à sociedade nacional ter sido pouco participativa e especialmente, devido ao governo não possuir uma política de preservação de patrimônio cultural .

Uso atual
Município: Goiânia / GO

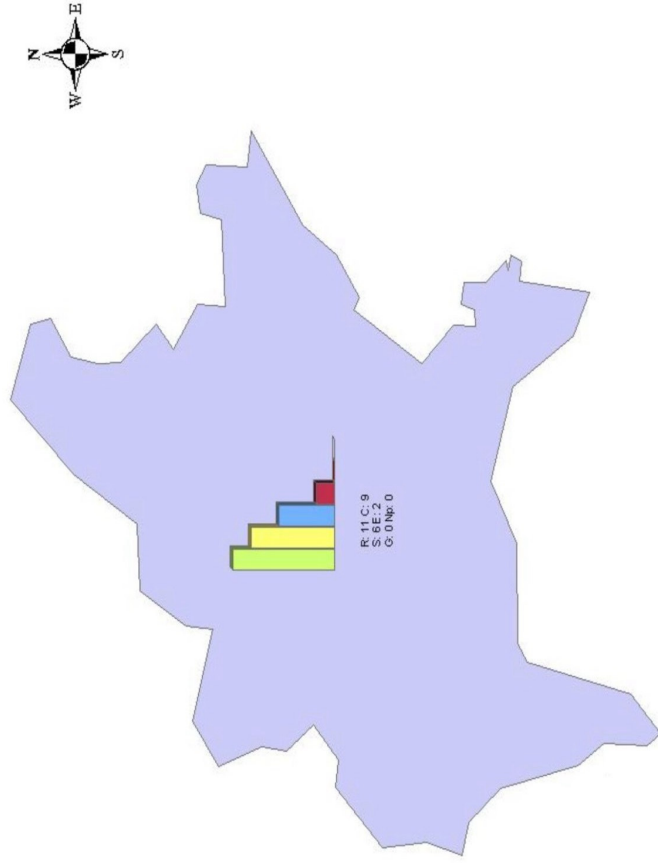


Grau de Integridade
Município: Goiânia / GO



Sítios Arqueológicos no Município de Goiânia

Atividades Desenvolvidas



Documentação Produzida



Produzido em Dez/02, a partir do desenvolvimento de aplicação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - SGPA (com 12.517 registros), do Departamento de Identificação e Documentação, em pesquisa efetuada pela Arqueóloga Maria Lúcia f. Pardi em parceria com o DPA/DID/IPHAN

O Município De São Paulo

A avaliação dos dados em âmbito municipal, nos leva a uma situação de pequena escala, quase doméstica, onde, mesmo em um município grande como São Paulo, pode-se controlar melhor os problemas e corrigir os dados. No caso, pode-se observar pelas tabelas, que o perfil reflete a urbanização e a escola de arqueologia histórica que se desenvolveu no bojo da prefeitura municipal. Inexistem sítios com representação rupestre, nenhuma ficha de Exposição foi preenchida, pela rotina do meio urbanizado. Os sítios são majoritariamente históricos, 7 dos 10 registrados, todos unicomponenciais. De imediato, percebemos a necessidade de proteção do único multicomponencial conhecido, enquanto se amplia o número de registros. Um panorama geral pode ser percebido pelos dados diretos fornecidos nas tabelas abaixo.

CNSA – Município São Paulo – Dados Diretos

<i>Categoria de Sítios</i>			<i>Uso Atual do Terreno</i>			<i>Exposição</i>		
						Em Superfície	80%	8
Pré-Colonial	40%	4	Atividade Urbana	50%	5	Em profundidade	60%	6
De Contato	0%	0	Via Pública	10%	1	<i>Relevância</i>		
Histórico	70%	7	Estrutura de Fazenda	0%	0	Alta	40%	4
Unicomponencial	70%	7	Pasto	0%	0	Média	50%	5
Multicomponencial	10%	1	Plantio	20%	2	Baixa	10%	1

<i>Fatores de Destruição</i>			Vandalismo			<i>Grau de Integridade</i>		
						30%	3	+ de 75%
Estradas	30%	3	Erosão Eólica	30%	3	Entre 25 e 75%	50%	5
Atividades Agrícolas	20%	2	Erosão Pluvial	40%	4	- de 25%	30%	3%
Moradias	10%	1	Erosão Fluvial	0%	0			

Tabela 17 – n. total de fichas do banco 12.517, Município de SP n° Total de fichas no banco 10 SGPA / IPHAN

CNSA – Município de São Paulo – Artefatos x Atividades Desenvolvidas

Atividades Desen. Artefatos	Total de Registros		Coleta		Corte		Escavação		Não Preenchidos	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Total de Registros	90%	9	90%	9	60%	6	0%	0	10%	1
Cerâmico	70%	7	100%	7	71,4%	5	0%	0	30%	3
Concha	10%	1	100%	1	100%	1	0%	0	90%	9
Lítico lascado	40%	4	100%	4	50%	2	0%	0	60%	6
Lítico polido	50%	5	100%	5	80%	4	0%	0	50%	5
Material orgânico	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	100%	10
Não preenchido			10%	1	40%	4	100%	10		

Tabela 18 - Número total de fichas no Banco 12.517, Município de SP 10 SGPA / IPHAN

**CNSA – Município de São Paulo –
Documentação Produzida x Atividades Desenvolvidas**

Atividades Desenv. Doc. Produzida	Total de Registros		Coleta		Corte estratigráfico		Escavações		Não Preenchidos	
	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Total de Registros	80%	8	90%	9	60%	6	0%	0	20%	2
Foto aérea	40%	4	100%	4	50%	2	0%	0	60%	6
Foto colorida	40%	4	100%	4	75%	3	0%	0	60%	6
Foto branco e preto	40%	4	100%	4	75%	3	0%	0	60%	6
Croqui	70%	7	100%	7	71,4%	5	0%	0	30%	3
Notas de campo	40%	4	100%	4	75%	3	0%	0	60%	6
Outro material	10%	1	100%	1	0%	0	0%	0	90%	9
Perfil estratigráfico	40%	4	100%	4	75%	3	0%	0	60%	6
Planta baixa do sítio	60%	6	100%	6	83,3%	5	0%	0	40%	4
Planta baixa de estruturas	10%	1	100%	1	0%	0	0%	0	90%	9
Mapa com sítio plotado	40%	4	100%	4	50%	2	0%	0	60%	6
Não Preenchidos			10%	1	40%	4	100%	0		

Tabela 19 – Número total de fichas, número fichas Banco 12.517, Município de SP 10 SGPA/IPHAN

Os itens Arte Rupestre Total e Parcial, Ilustração de Material, Imagens de Satélite, Perfil Topográfico, Reprografia de Imagem, Vídeo/Filme e Planta baixa dos locais afetados não tem valores registrados em nenhum dos cruzamentos.

Os dados podem igualmente ser apresentados em forma de mapa, tanto com conjuntos de dados agrupados, de forma a possibilitar a comparação, como por categorias especializadas, conforme o objetivo do gestor. Elaboramos sobre São Paulo os dados básicos sobre as Atividades Desenvolvidas e a Documentação Produzida, anexos. Consideramos um bom padrão documental, para o contexto nacional.

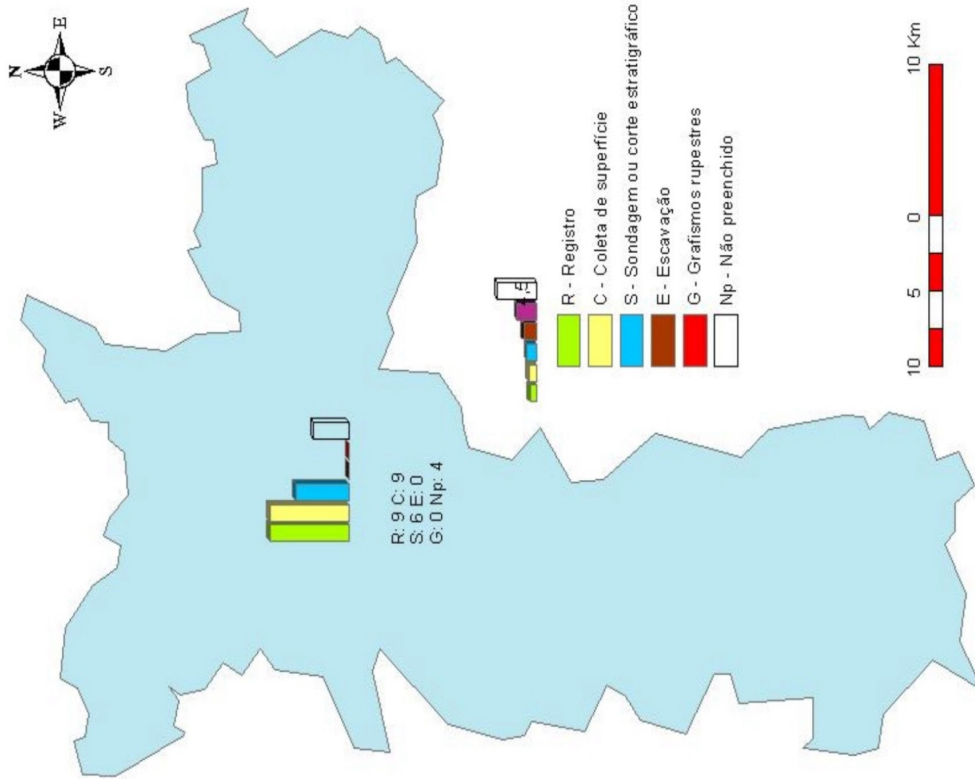
Entretanto, observa-se que os dados se referem às pesquisas mais antigas efetuadas no município e mesmo assim em momento em que não havia sido efetuada nenhuma escavação. Depois destes trabalhos, e inúmeros ocorreram, não se retornou às fichas para complementação dos dados. Os resultados não refletem a situação da época, à despeito das gestões efetuadas pela regional, que implantou uma base de dados diretamente no computador do setor responsável da prefeitura, da mesma forma que o fez com outras instituições de pesquisa do estado. A regional ainda imprimiu todas as fichas e enviou aos inventores, para revisão e atualização, tendo recebido resposta de apenas dois pesquisadores, que possuíam pequeno número de sítios cadastrados. O fato demonstra a necessidade de outra estratégia para recuperar este importante passivo.

Sentimos falta, por exemplo, de uma situação excepcional que ocorre no município, como a existência de uma oficina lítica em pleno meio urbano. Remanescente dos sítios existentes à beira do Rio Pinheiros, o Sítio Lítico Morumbi, foi redescoberto através de pesquisas de arquivo, objeto de diversos projetos de pesquisa e gestão, não realizados, estando atualmente em processo de salvamento em função do interesse construtivo do proprietário, que arcou com as despesas. No nosso entender entretanto, um testemunho tão raro, necessitaria ser gerido com mais cautela e rigor, em benefício da sociedade, inclusive em função dos pedidos de tombamento encaminhados ao município e ao estado.

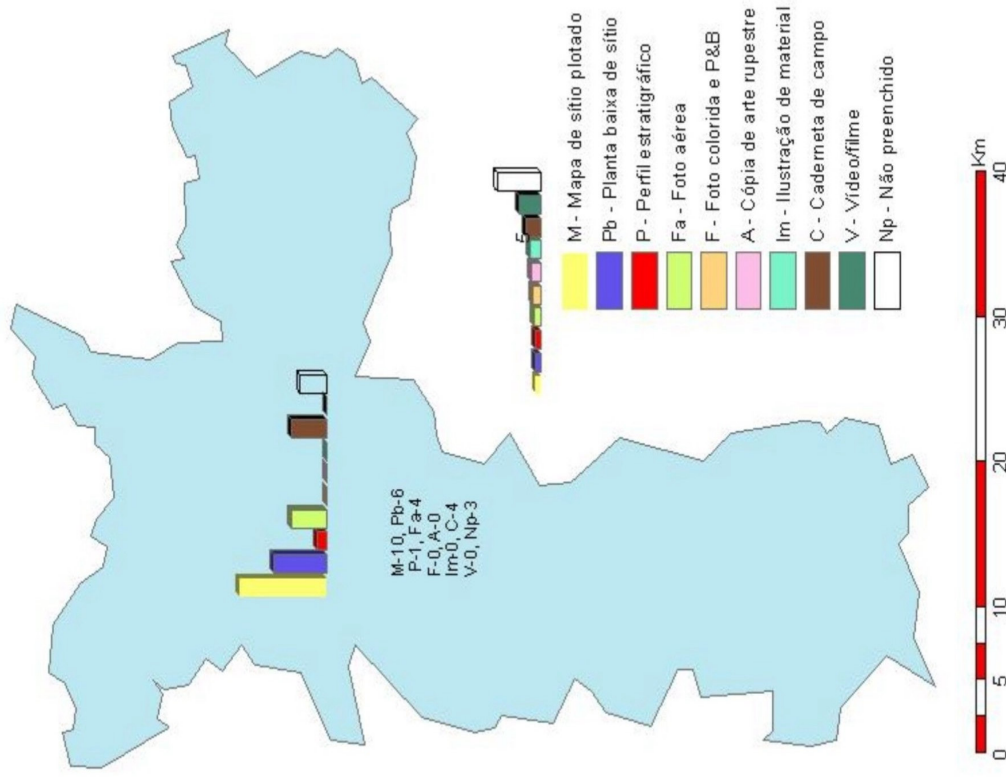
Inúmeras poderiam ser as questões trabalhadas, como a comparação entre as obras públicas executadas pela prefeitura nas áreas de interesse histórico e as que efetivamente possibilitaram o acompanhamento dos pesquisadores do setor, demonstrando a política desenvolvida. Entretanto, acho que todos sabemos o quanto deficitárias estas políticas municipais ainda se encontram, mesmo em município de atuação tão antiga como este.

Sítios Arqueológicos no Município de São Paulo

Atividades Desenvolvidas



Documentação Produzida



Produzido em Dez/02, a partir do desenvolvimento de aplicação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - SGPA (com 12.517 registros), do Departamento de Identificação e Documentação, em pesquisa efetuada pela Arqueóloga Maria Lúcia f. Pardi em parceria com o DPA/DID/IPHAN

Considerações Gerais

Para que iniciativas do porte do SGPA possam ser mantidas, é necessário um grande esforço conjunto para as bases de dados que se mantenham continuamente aperfeiçoadas e alimentadas, na linguagem apropriada. Este trabalho é coletivo e especialmente das diversas instituições que lidam com o patrimônio, cumprindo assim seu dever legal e ético perante os colegas acadêmicos e a sociedade nacional. Esta forma socializada de disponibilização e leitura de bens coletivos, que inclusive está parcialmente disponível na Internet, diverge do *modus operandi* de uma parcela de profissionais que atuaram anteriormente ao estabelecimento e implantação dos rudimentos legais básicos da GPA. Atualmente não se poderia admitir conduta diferente da estabelecida legalmente, pois senão teríamos bens públicos sendo privatizados, na maioria dos casos, com verba pública e alguns ainda por funcionários públicos. Privatiza-se os resultados obtidos, na medida em que não trabalha de forma regular e oficial, diminuindo as condições de acompanhamento dos processos de pesquisa e da garantia de sua conclusão e devolução dos produtos⁹⁵ O diálogo, entretanto, entre o arqueólogo e o banco de memória necessita ser melhorado em função do passivo existente nas instituições, relativos a essas pesquisas desenvolvidas no passado e ao atendimento de descobertas fortuitas que necessitam ser sempre atendidas juntamente com o órgão gestor. Centenas de artefatos ainda estão sem análise e curadoria, trabalhos sem serem publicados e a expressiva parcela da produção científica e dos sítios, estão sem ter sido interpretados e reintegrados. A custa dos conflitos, de diálogo, tolerância e da demanda das empresas, o quadro vem se modificando em um processo que necessitaria de grande participação da população e de acadêmicos especializados, como os antropólogos e sociólogos, devido aos interesses políticos e econômicos envolvidos. O esforço do IPHAN na construção do SGPA necessita ser secundado por ações que facilitem a migração do passivo de informações acumuladas nos museus e academias para o banco de dados.

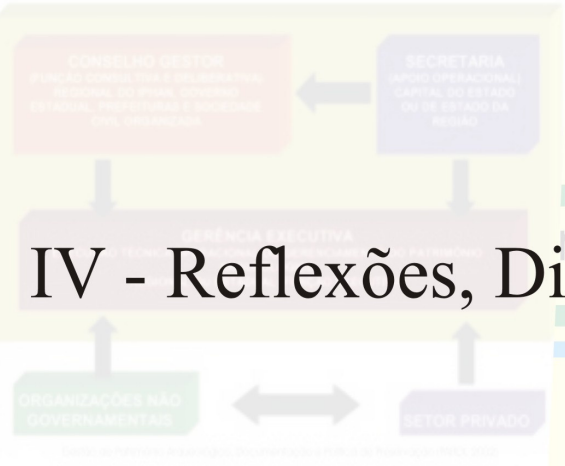
Desta forma, fica claro e demonstrado por este instrumento, que a GPA depende de trabalho conjunto e acordos sociais assim como a apreensão comum de determinados valores coletivos básicos. Surpreende-nos constatar a distância existente entre alguns dos segmentos envolvidos: governo, população, acadêmicos, empresários e políticos. Este aspecto está, de forma recorrente presente em todos os casos apresentados e remete-nos as questões discutidas (ABA 2000*) sobre as dificuldades de reconhecimento de um segmento sobre os direitos dos outros, de forma coletiva.

⁹⁵ conforme apresentado no esquema da pagina 34.

Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação



COMISSÃO GESTORA REGIONAL OU ESTADUAL



IV - Reflexões, Discussões e Propostas



Maria Lúcia Franco Pardi
IPHAN / IGPA / UCG

V – REFLEXÕES, DISCUSSÕES E PROPOSTAS

VI – 1 - CONTEXTO ATUAL

Pensando sobre os dados apresentados, percebemos que eles demonstram que as escavações representam menos de 3,84% do número total. Isso poderia ser bom, possuir boa parcela do território preservada, caso tivéssemos certeza que os sítios estudados representassem amostragem estudada sobre a área e os tipos de bens do território nacional. Entretanto sabemos que estas pesquisas se deram em processo histórico randômico, a partir de ações regionalizadas, graças à iniciativa e interesse das instituições científicas e dos pesquisadores. A área litorânea ficou privilegiada em detrimento do interior, no Sul e Sudeste se concentram a maior parte dos pesquisadores, verbas, instituições de pesquisa e centros de formação, conseqüentemente possuem uma expressiva produção, já se delineando em torno de sínteses regionais. O conhecimento mais aproximados da ocupação os habilita a contribuir de forma mais eficiente com a preservação, visto que o conhecimento dos padrões de assentamento possibilita desenvolvimento ações preventivas. Amazônia e Centro-Oeste em especial, possuem questões ligadas à preservação do patrimônio arqueológico em terras indígenas. Embora representem apenas cerca de 3% da população brasileira, qualitativamente sua herança e testemunho é muito expressiva e exigem uma forma mais específica de pesquisa, assim como uma política especial de gestão.

Amazônia até o momento é a região que tem apresentado mais problemas de comercialização de peças arqueológicas, justificando a criação de um programa especial de atendimento e prevenção. Estas duas regiões também se assemelham em relação aos problemas com as frentes de expansão agrícolas, desmatamento e extrativismos descontrolados, garimpos clandestinos, falta de instituições científicas e profissionais. Seria fundamental que se pudesse contar com bolsas de incentivo regional para formação de pessoal local. Da mesma forma, o Norte necessita de pessoal às instituições, profissionais e verbas, com exceção do Piauí. O Nordeste tem efetuado bons e significativos esforços na área de formação e pesquisa, mas também necessita de muito apoio, especialmente na área de gestão para atuar na preservação de patrimônio. A região concentra expressiva parcela da expressão rupestre conhecida. De forma geral observamos o número de sítios com presença de material orgânico conservado, extremamente baixo, indicando a necessidade de atenção especial e proteção incisiva, devido à fragilidade destes vestígios e sua grande eloqüência. Igualmente raros e especialmente expostos estão os vestígios de grafismos rupestres, que

igualmente demandam cuidados específicos e ação mais eficaz. Observamos a necessidade de consolidar, reciclar ou traduzir o conhecimento expresso através de tradições e fases, visando torná-lo mais palatável para o grande público, na medida em que por muitas décadas representou o produto das pesquisas efetuadas e que atualmente seu uso foi mais reduzido sendo limitado aos especialistas.

Um dos produtos expressivos que poderemos obter destas análises, seria o mapeamento qualitativo e quantitativo das áreas e temas sobre os quais não se produziu conhecimento, como uma diretriz para a política de pesquisa para o setor. A pesquisa, no âmbito desta abordagem de gestão, é em função da já discutida baixa visibilidade natural destes bens e do fato destes dados poderem ser usados como instrumento de preservação. Estes resultados se apresentam na forma desta documentação, de maneira que podemos perceber que para manter uma política eficiente de preservação deste patrimônio, necessitamos de base documental confiável, eficiente, organizada, segura e estável.

O país possui dimensões continentais, culturas extremamente diversificadas, assim como seus registros materiais, no estado embrionário de desenvolvimento em que se encontra e lutando contra o tempo, em relação à destruição galopante e ainda com talidomida, na medida em que as pesquisas e demais ações são concentradas mais no litoral, enquanto que outras regiões e estados ainda estão praticamente virgens de pesquisas sistemáticas, enfim, com insuficiência de pesquisas e estudos que não nos possibilitou ainda possuir um esboço da síntese de nossa pré-história e sua consequente devolução, com aproveitamento para a educação formal de ensino, para o turismo, etc.

Em recente avaliação SCHMITZ fala da comunidade arqueológica e sua produção, em dados que informam que a Sociedade de Arqueologia Brasileira conta com 240 sócios efetivos e um pouco menos de colaboradores. Destes existem mais de 60 doutores e um número menor de mestres, caracterizando conforme ele, uma comunidade jovem. A maioria dos profissionais está concentrada no sudeste (60% - SP e RJ) 24,7% no Sul (RGS), 14,3% no Nordeste, 8% no Centro-oeste e 1% na Amazônia. O volume de trabalhos produzidos respeitaram aproximadamente estas proporções no congresso de 2001, à exceção da Amazônia com 18%. O tema predominante foi o de populações indígenas, mantendo-se estável a produção sobre sambaquis e arte rupestre. Na arqueologia histórica a maioria são de pesquisas sobre a sociedade civil, sendo raros e intermitentes os trabalhos sobre escravidão. Ele registra o desequilíbrio regional que não é suficiente para dar cobertura ao território, mostra que o crescimento orgânico da comunidade está aquém da demanda quantitativa e qualitativa demonstrando a necessidade de busca de medidas

alternativas. Lembra que atualmente os projetos atendem as áreas dos projetos empresariais de forma aleatória e não o planejamento ordenado de projetos como o PRONAPA⁹⁶. Demonstra ainda a preocupação crescente com a necessidade de desenvolver mais a arqueologia pública que esteja voltada para o atendimento e bem estar dos cidadãos. (SCHMITZ, 2001:55-59).

O panorama apresentado nos auxilia a perceber os limites e possibilidades da produção e da parceria do meio científico neste campo. A pequena quantidade de profissionais e a distribuição desigual das instituições científicas se coadunam com a distribuição dos dados observada nas tabelas e mapas, demonstram o que os analistas deste ramo já sabiam: as ações de preservação, não podem ser unicamente efetuadas de forma passiva, com base no trabalho especializado externo, tendo que aguardar o crescimento da comunidade científica em progressão aritmética, enquanto que a destruição cresce em geométrica. A pesquisa científica tem papel fundamental de fornecer subsídios, entretanto ela se aplica apenas a uma parcela deste patrimônio, enquanto que o interesse e o dever de preservar se refere a todo o conjunto, sem exceções. Desta forma, fica claro que esta tarefa também deve ser compartilhada com a sociedade civil, através de uma dinâmica política de preservação.

Acrescentamos outros dados que podem auxiliar a compor o contexto:

O IPHAN criou o Premio Rodrigo Mello Franco de Andrade para reconhecer, estimular e divulgar iniciativas de preservação do patrimônio arqueológico. Na categoria já foram agraciados:

- Em 1995 – Fundação Museu do Homem Americano / Piauí – pelo gerenciamento e pesquisa do patrimônio natural e arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara;
- Em 1997 – Museu de Marajó / PA , por desenvolver um trabalho de valorização e resgate da história cultural e natural da ilha do Marajó, com a colaboração da população local;
- Em 1998 – Museu Paraense Emílio Goeldi / PA , pelo trabalho realizado durante os seus 127 anos de existência, constituindo um exemplo para a preservação do patrimônio natural e arqueológico da região;
- Em 1999 – Fundação Casa da Cultura de Marabá – PA, pelos estudos e trabalhos sobre conservação do patrimônio natural, cultural histórico e arqueológico da região

⁹⁶ Programa Nacional de Apoio à Cultura, que avalia projetos para habilitá-los à captação de verbas através da Lei Rouanet .

- Em 2001 - ao Sr Binômimo da Costa Lima, de Jataí, Goiás conhecido como Sr. Meco, por ser um exemplo de vida e trabalho dedicados ao estudo e preservação do Bioma Cerrado e por sua iniciativa pessoal de apoio à universidades e instituições na divulgação da importância da preservação do patrimônio natural e arqueológico brasileiro.

A SAB tem tentado implantar o Prêmio Loureiro Fernandes voltado para ações de preservação desenvolvidos pela comunidade científica; depois do ensaio primeira edição foram alteradas regras e critérios que possibilitaram sua conclusão em 2001. Os ganhadores foram :

1. Gilson Rambelli – pela luta em favor da preservação do patrimônio arqueológico subaquático e
2. Paulo Zanettini – na categoria de divulgação pela edição do site Arqueologia Brasileira

Não logramos obter dados exatos sobre o numero de projetos já encaminhados ao PRONAC⁹⁷, entretanto nos foi informado pela responsável que a demanda para projetos de arqueologia é da ordem de 0,00X. Explica que embora o programa seja aberto e a maioria seja aprovado, este tipo de projeto não corresponderia muito ao perfil tradicional requerido pelos investidores, que preferem áreas urbanas e empreendimentos que forneçam retorno mais rápido e boa visibilidade. O fato não inviabiliza a iniciativa, apenas requer reflexão e a busca de novas soluções.quanto à adequação .

No que se refere ao patrimônio nacionalmente reconhecido e destacado através do tombamento, obtivemos os primeiros dados através do levantamento de LONDRES (1997), conforme demonstramos através da tabela abaixo, interpretada da listagem geral de processos por ela levantada.

⁹⁸Processos de Tombamento Abertos de 01-01-1970 a 14-03-1990

N. do Processo	Nome do Bem	Localidade
1069-T-82	Serra da Barriga (Quilombo dos Palmares)*	União dos Palmares
1129-T-84	Coleções Arqueológicas Pe. João Alfredo Rohr	DF/SC

⁹¹ Programa Nacional de Apoio à Cultura/ MINC

⁹⁸ Segundo LONDRES FONSECA M.Cecília “O Patrimônio em Processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil” , Rio de Janeiro; UFRJ : IPHAN: 1997

1149-T-85	Pintura Rupestre	Central e Uibaí BA
1150-T-85	Painel de Gravações Rupestres	Coronel Ponce, MT
1212-T-86	Complexo Arqueológico Lapa da Pedra	Formosa GO
1216-T-86	Sítio Arqueológico Duna Grande	Niterói, RJ
1228-T-87	Sítio Arqueológico na Fazenda Lajes	Niquelândia GO
1294-T-89	Reserva Arqueológica “Chapada dos Negros”	Arraias, TO

Tabela 20

Abaixo arrolamos as informações obtidas da responsável pelo setor, cuja listagem não tinha condições de fornecer. Entretanto alertou sobre algumas complexidades de enquadramento e análise, na medida em que foram considerados os que entram com motivador a arqueologia, sendo igualmente fundamentado na instrução. Outros não foram especificamente motivados pelo patrimônio arqueológico, mas cujo bem possui efetivamente este tipo de valor. Outros ainda envolvem questões de identificação de elementos arqueológicos ligados à cultura negra, e outras questões sobre as quais, apesar das discussões, não se chegou sequer a um consenso para fins operacionais.

Listagem de processos de tombamento em tramitação no DEPROT / RJ

N. do Processo	Nome do Bem	Localidade	Observações
330	Ingá	Paraíba	Livro de Belas Artes
491	Lapa das Poções	Matosinhos	Gruta em MG
539	Fabrica de Ferro	Morro do Pilar	MG
568	Sambaqui do Morretes	SC	São Francisco do Sul?
1050	Aldeia dos Índios Tapirapé	Ilha do Bananal	Goiás
1.253	Serra Dourada	Goiás - GO	Patrim. Natural e arqueol.
1299	Cemitério de escravos	Carmo do Cachoeiro	MG
1323	Taihantesú e Piquizal	Comodoro	MT
1352	Quilombo Flechal	Mininzal	MT
1366	Reserva Arqueol. Sambaqui da Beirada	Saquarema	RJ
1390	Setor histórico do cemitério Catumbi	Rio de Janeiro	RJ
1398	Área reconhecida como Jamarí dos Prêtos	turiaçú	Maranhão
1399	Área reconhecida como Mocambo	Porto da Folha	Sergipe
1400	Área conhecida como Sacotiaba	Wanderlei	Bahia
1401	Área conhecida como Castanhinho	Garanhuns	Bahia
1420	Campinho da independência	Paraty	Remanescentes negros
1430	Vale do Peruçu	Januária Itacamarabí	MG
1443	Parque municipal da Galheta	Florianópolis	Sambaqui SC

Tabela 21

Sentimos falta neste arrolamento de duas propostas que encaminhamos diretamente através da 9ª SR/IPHAN ao concluir nosso período de gestão no estado de São Paulo, como uma das formas de fomentar a visibilidade e proteção do patrimônio estadual e enriquecimento do nacional:

- Sítio Lítico Morumbí, remanescente dos inúmeros que deveria haver nas margens do rio, representa uma rara oportunidade de gestão e educação patrimonial, além da necessidade de ser trabalhado em pequena parcela, com redobrado cuidado e rigor, interferindo o mínimo possível no registro, visto representar testemunho absolutamente único.
- Complexo arqueológico Agua Vermelha⁹⁹ em Ouroeste, São Paulo como assentamento cerâmico a céu aberto, absolutamente excepcional, pela conservação de restos esqueléticos¹⁰⁰ em função de uma reação química entre o substrato da ilha e a ação das águas vertidas pela barragem da UHE Agua Vermelha.

Embora não tenhamos recebido uma listagem completa em tempo hábil e os dados não sejam exaustivos, assim como a discussão pretendida, podemos observar que os sítios objeto de proteção foram os tradicionais, sambaquis e de arte rupestre. Foram os que estavam em foco entre 1935 e 1961, sendo que a maioria das iniciativas vem do período heróico. Estes tipos de sítio foram secundados pelos que remetem à cultura negra. Outros estão ausentes, enquanto tipos de registro, como as oficinas líticas, sítios cerâmicos... Neste sentido que falamos de trabalhar uma amostragem mínima de nossos registros e dos assentamentos das culturas que ocuparam o solo atualmente brasileiro, de forma a refletir a diversidade em cada região, de forma a não se considerar apenas a excepcionalidade. Consideramos fundamental selecionar uma amostragem representativa para fornecer visibilidade a este patrimônio, devolvê-lo ao cotidiano da sociedade, para que com ele conviva, como o faz com os outros tipos de bens. Este instrumento, associado a outras ações contribuem para que ele seja menos invisível e mais considerado, e sobretudo, propicie fartas reservas para as gerações futuras, aspecto que constitui uma de suas funções básicas.

A estimativa quantitativa também deixa a desejar, na medida em que nos foi passado que a quantia total de processos gira em torno de 400, sendo que destes, apenas 20 seriam de arqueologia. Considerando os 4 sítios pontuais já tombados e a área da Serra da Capivara, as 4 coleções e os que foram arquivados temos um resultado que sequer palidamente fala sobre a riqueza deste patrimônio, existente no país:

- Como coleções arqueológicas estão tombadas:
 1. Acervo do Museu Emilio Goeldi no Pará em 1940;
 2. Coleção do Museu da Escola Normal no Ceará em 1941;
 3. Coleção Balbino de Freitas do Museu Nacional / UFRJ no Rio de Janeiro em 1948;

⁹⁹ para mais informações vide páginas e relatórios na 9ª SR/ IPHAN .

¹⁰⁰ para mais informações, vide EGUEERS, Sabine In: “ Revista da SAB vol 9 1996. “

4. Coleção João Alfredo Rhor de Santa Catarina em 1993.

- Como sítios e áreas¹⁰¹:

1. Sambaquí do Pindaí em São Luis , no Maranhão em 1940;
2. Incrições Pré-Históricas do Ingá na Paraíba em 1944;
3. Sambaquí da Barra do Rio Itapitanguí, em Cananéia, São Paulo em 1955;
4. Lapa da cerca Grande em Matosinhos, Minas Gerais em 1962;
5. Serra da Capivara em São Raimundo Nonato, Piauí em 1993;
6. Quilombo do Ambrosio;
7. Ilha do Campeche em Santa Catarina.

Neste setor também necessitamos de discussão sobre os critérios adotados, as medidas de fomento empreendidas, a forma de instrução, de avaliação, de acompanhamento do processo (que necessita voltar ao proponente com o parecer, de forma a propiciar a complementação de dados ou contraargumentação antes de ser arquivado), redesenho de fluxos, distribuição e fixação de competências para definir a que instância e em que circunstâncias dever-se-ia encaminhar o processo para arquivamento e com que argumentação, visto a grande carência de iniciativas no setor, que reconheçam a expressividade nacional destes bens. Como divulga PINHEIRO DA SILVA (1996: 9)¹⁰² estas diferentes formas de proteção não são incompatíveis, mas complementares. Cabe uma atuação mais intensiva e eficaz neste setor, tanto interna pela visão técnica especializada, como externa, motivada pela sociedade. Embora alguns profissionais não corroborem que o tombamento possa ser uma forma de proteção, observamos que outras medidas alternativas também caminharam pouco. Timidas tem sido as iniciativas e práticas que tentam o promissor caminho de inserção destas questões junto ao planejamento territorial, como efetuamos em Montemor, Ouroeste e estado de São Paulo, como já colocamos¹⁰³ ou nos planos diretores urbanos através da definição de zonas de interesse histórico, conforme proposta de JULIANI (2000)¹⁰⁴, programas do município de Porto Alegre (com. verbal

¹⁰¹ Existem alguns outros tombamentos efetuados pela equipe do Dr. Rodrigo, que não estariam inscritos nos livros, conforma pesquisas e informação verbal de Regina Coeli Pinheiro, arqueóloga responsável pelo setor no DEPROT / RJ.

¹⁰² “Compatibilizando os Instrumentos Legais de Preservação Arqueológica no Brasil: o Decreto Lei n. 25/37 e a Lei n. 3924/61.” Revista de Arqueologia – Sociedade de Arqueologia Brasileira.

¹⁰³ Vide cartas e critérios elaborados em anexo.

¹⁰⁴ Diagnóstico e Propostas para um Plano de Gestão Arqueológica do Município de São Paulo.

Tochetto) e a parceria que desenvolvemos com a prefeitura de Jacaré São Paulo com BORNAL (2000)¹⁰⁵.

Embora o arrolamento não tenha sido exaustivo, embora sintamos falta da competente cionometria de Alfredo Mendonça de Souza, estes foram os dados obtidos até o momento e que caracterizam ações na área da gestão. Pensamos em efetuar levantamentos que demonstrassem aspectos financeiros da preservação, de forma a tentar perceber o quanto de fato havia se investido no setor e o que isto representava percentualmente. Gostaríamos de ter gerado dados sobre o quanto o BNDS¹⁰⁶ teria investido em grandes projetos e em cultura, o quanto o MinC teria investido em patrimônio e quanto o IPHAN teria disponibilizado à preservação dos bens arqueológicos. Chegamos à conclusão que a relação custo-benefício, do tempo empregado em função dos resultados obtidos não compensaria e que já sabíamos todos os resultados, sem precisar passar pelo choque de ver as estimativas numéricas e constatar mais este aspecto da invisibilidade.

A preservação necessita de mais parcerias e com os dados e considerações acima apresentadas, fica clara a necessidade de sensibilizar e instrumentalizar melhor o cidadão e os governantes. Deles depende a proteção da maior parte deste patrimônio, sabendo-se também que este número representa apenas uma pequena parcela do que ainda existe, sem o devido registro e conhecimento do Estado. Desta forma as políticas sempre foram efetuadas timidamente e através das instituições de pesquisas, que já são sobrecarregadas com os compromissos com pesquisa básica e formação de pessoal, como um repasse que desobrigasse o Estado de criar sua estrutura própria. Necessitamos dar apoio para o desenvolvimento de pesquisas densas, voltadas para os problemas e temas nacionais e não enfraquecidas, fragmentadas ou à serviço dos interesses do mercado, que não são necessariamente os da nação brasileira. O Estado necessita assumir diretamente e na escala necessária, o grande desafio de usar sua máquina para preservar, fomentar a produção de um conhecimento comum, para introduzir esta questão no meio formal de ensino, por exemplo, promover ações de educação patrimonial em grande escala, como campanhas educativas de âmbito nacional, estimular a produção e veiculação de vídeos e filmes sobre o tema, produzir material gráfico de divulgação popular, orientar o turismo cultural em desenvolvimento descontrolado no país, desenvolver enfim, uma política preventiva, educativa e consciente de ação, baseada em indicadores seguros. Consideramos fundamental desenvolver ações que

¹⁰⁵ Publicado juntamente com o resgate do Sítio Santa Marina, fruto de acordos geridos através de Termo de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público de São Paulo.

¹⁰⁶ Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

difundam e instrumentalizem os governos estaduais e municipais para assumirem sua parcela de responsabilidade neste processo, disciplinando igualmente seus projetos, criando seus conselhos, contratando seus técnicos, fomentando a criação e desenvolvimento de instituições de pesquisa, o turismo cultural, a educação patrimonial, etc. Paralelamente, as instituições de pesquisa científica necessitam fazer um esforço concentrado para encaminhar material para atualização dos bancos de dados, para possibilitar a ação da preservação em maior escala, de forma sistematizada, para poder ser colocada à disposição e aumentar a visibilidade do patrimônio nacional, fomentar a devolução e o envolvimento das comunidades locais neste processo. Desta forma criamos uma estrutura articulada e um fluxo contínuo passível de lhe fornecer sustentabilidade.

Décadas se passaram, o IPHAN se estruturou durante 60 anos em torno, quase que exclusivamente, do patrimônio edificado em detrimento da preservação arqueológica. Neste período, o patrimônio foi destruído, em função da não existência das ações dinâmicas de preservação como as que os funcionários tem procurado desenvolver, contra todas as dificuldades, inclusive a equivocada postura e intolerância de alguns colegas e com apoio de muitos outros, especialmente do meio científico. Sobretudo a sociedade científica nacional, congregadora da maioria dos profissionais em exercício, necessitaria atuar dinamicamente, no sentido de garantir a criação de critérios e referenciais de qualidade para os diferentes tipos de projeto, nas diversas regiões do país; de garantir que os associados hajam de forma regular, sendo previamente autorizados, e posteriormente divulgando ao grande público e entregando seus produtos para os bancos de memória nacional, promovendo esforços para a padronização da terminologia científica, para viabilizar a comparação e síntese dos dados e a compreensão do conhecimento gerado em maior âmbito. Sobretudo envidando todos os esforços para a elaboração, atualização e difusão de um quadro de síntese do que se conhece da pré-história nacional, como devolução pelo uso do patrimônio público.

Neste processo, cabe aos demais segmentos, empreender um esforço de intimização com a matéria, visando fomentar e participar dos processos, a superação da inércia e das diferenças, buscando uma real composição sobre interesses maiores, que sejam contruídos de forma democrática e coletiva. Desta forma, a atuação neste setor necessita de diálogo sincero e movimento consciente que semeie em todos os setores, de forma construtiva, buscando o estudo, reflexão e o compartilhamento de responsabilidades e tomadas de decisões que possuam legitimidade. Para que tudo aconteça, sem ser de forma paralela, e a soma de muitas cabeças, se faz necessário aumentar a massa crítica e sobretudo a formação de pessoal, nas academias e no setor de preservação. No nosso entender, da mesma forma

que cabe a academia formar os cientistas, esta claro que também cabe ao IPHAN a formação de pessoal tecnico em gestão de patrimônio arqueologico, com apoio da academias, na medida em que apenas ele detém estes conhecimentos especificos requeridos, ou acesso aos campos que o caracterizam enquanto desta especialidade. Guardadas as devidas proporções, pode-se perceber que o processo é semelhante ao que a FUNAI fez, formando seus tecnicos indigenistas, pela ausência de local especializado e com conhecimento para o tipo de atividade. Da mesma forma que o IBAMA forma seus tecnicos em meio ambiente. Infelismente, cabe-nos também disciplinar complementarmente as sanções, que não podem fomentar a impunidade como acontece atualmente, em vários setores, decidir as penalidades e as compensações, pela mutilação ou destruição ao patrimônio cultural, na medida em que a legislação está defasada e insatisfatoria neste aspecto.

Como forma de colaborar com a reflexão e o estabelecimento de parametros mínimos, discutimos abaixo :

As ações relativas ao planejamento-projetos - Os projetos podem ser acadêmicos , empresariais ou de preservação, não diferindo profundamente, entretanto, quanto à necessidade de rigor científico e respeito aos parâmetros legais, administrativos e científicos.

As prospecções da pesquisa acadêmica, independente da teoria adotada deveriam necessariamente ter seus levantamentos sistemáticos, sendo os oportunisticos adequados apenas para pré-projetos e abordagens rápidas de gestão, onde se pretende levantar o potencial da area para fins políticos, como o de fornecer visibilidade ao patrimonio e obter apoio e captação de parcerias (como por exemplo o trabalho desenvolvido em Ouroeste/SP – PARDI: 99).

Independente da escolha de escola teórica, o conhecimento básico necessita ser registrado e socializado. Neste elenco, um papel de destaque é desempenhado pelos padrões de assentamento que deveriam ser sistematicamente informados. O conhecimento destes padrões, nas regiões de ocupação destas sociedades, aumenta a qualidade dos modelos preditivos, melhorando a eficácia e eficiência do planejamento de abordagens científicas e de projetos de grande porte, desta forma, poder-se produzir mais conhecimento e preservar mais sítios, significando um grande ganho em qualidade para o setor. A abordagem de campo deve sempre ser cientificamente embasada como a dos processualistas pois e desnecessario reiterar que todas as gerações tem direito a suas próprias temáticas.

Como esta reserva é finita, sabemos que a arqueologia do futuro estará fadada a pesquisar temas mais recentes advindos dos sítios que estamos criando nos últimos séculos e escavar virtualmente estes documentos que estamos gerando sobre as sociedades mais antigas. Portanto a qualidade da produção e nossa postura enquanto gestores e pesquisadores nos será cobrada pela História.

As Ações Relativas Ao Sítio Arqueológico – Registro, Coleta, Amostragem e Escavação -

As intervenções no sítio são reguladas pela 3924 e pelos termos da portaria de licenciamento (art. 8, 9 e 10), que exige licenciamento prévio para estudos e “*na qual ficarão estabelecidas as condições a serem observadas ao desenvolvimento das escavações e estudos*”. Estes parâmetros definidos em 61 e regulamentados em 88 foram reforçados em 90 pela *Carta de Lausanne*:

“A coleta de informações sobre o patrimônio arqueológico deve ter como princípio norteador a não destruição das evidências arqueológicas, além do necessário, para garantia da proteção ou dos objetivos da investigação científica. Deve ser encorajada, sempre que possível, a utilização de métodos de intervenção não destrutivos, tais como: observações aéreas, por superfície, subaquáticas, coletas sistemáticas, levantamentos, sondagens, preferencialmente à escavação integral.”

O registro do sítio, não é uma formalidade administrativa como tem sido visto, é um importante instrumento de Gestão. Ele deve ser efetuado em formulário padronizado oficial, nos termos da Lei 3924/61 e da Portaria IPHAN Dele derivam diversas ações de preservação. O banco de dados (SGPA), que nos fornece uma visão geral do patrimônio brasileiro, como pode ser visto em WÜST (95). As fichas devem ser entregues impressas e assinadas, em função de seu valor como documento jurídico, visto atestar a existência de um Bem da União e em meio eletrônico, para rápida conferência e inserção no banco de dados disponível da internet (CNSA). A qualidade destas ações e dados é diretamente proporcional ao rigor no preenchimento dos dados. Depende ainda da convenção de algumas informações e padronização de procedimentos mínimos, como por exemplo: a utilização das mesmas escalas de mapas em todo o Brasil (como 1 para 100 mil e depois mais detalhamento, nos locais em que houver esta disponibilidade, por exemplo).

A amostragem de coleta pode ser sistemática, aleatória ou subjetiva, sendo estas duas últimas, as menos indicadas, na medida em que não fornecem uma visão e compreensão do sítio durante o trabalho de campo e a última, não possibilita uma visão homogênea da dispersão de material no sítio. Na GPA o registro em campo e questão

complexa porque temos pouco tempo para verificação de inúmeras informações, quase sempre sem condições favoráveis, equipamentos adequados, mapas, etc. Como se tratam de primeiras abordagens, o acesso físico sempre é penoso, demorado e imprevisível. O raro e disputado orçamento disponível, não é apropriado para estes tipos de imponderabilidades e o tempo administrativo, é bem mais escasso que o acadêmico. A pouca disponibilidade tem que ser repartida com a atenção ministrada aos moradores e usuários, dos quais vai depender a proteção do sítio.

Desta forma, criamos um tipo de amostragem específica para a gestão, que é suficientemente científica, em meio a tantas limitações e especificidades, e tem por objetivo maior, a comprovar a descoberta do sítio e aspectos gerais de sua cultura material. A *Amostragem Comprobatória* implica em uma coleta superficial subjetiva, onde se observa a dispersão do material, randômica porque é espacialmente referenciada e posteriormente numerada e sistemática porque se sustenta em critérios definidos. Busca mostrar a diversidade dos fragmentos e artefatos, tendo como base a matéria prima, técnica de confecção, decoração, etc. Fundamentalmente, a coleta é expressiva qualitativamente mas reduzida quantitativamente, para não impactar o sítio. Em geral gira em torno de dez a vinte fragmentos, acrescido de material que porventura já esteja descontextualizado ou coletado por terceiros, mas com procedência segura. Estas coletas, em geral efetuadas por especialistas, são inseridas nos relatórios e eventuais publicações, e ficam sob a guarda da representação regional do IPHAN, formando uma coleção à disposição de pesquisadores que queiram ter uma primeira noção dos vestígios da região ou como material didático de apoio a ações de educação patrimonial, diretas e indiretas, nas escolas. Infelizmente, às vezes, é apenas esta coleta o que se conhece dos sítios antes de serem destruídos. Para as prospecções de nível regional, consideramos adequada a amostragem estratificada, que considera todos os compartimentos fitogeográficos.

Em sondagens, o material necessita ser coletado, de forma referenciada, assim como as observações estratigráficas passíveis de serem resgatadas. Jamais se deve recolocar o material de volta no buraco e tampouco deixar de plotar os locais de intervenção, por estar perturbando a estratigrafia e diminuindo o potencial científico do sítio, conduta não compatível com a de profissionais especializados e competentes. Cortes estratigráficos ou escavações, quer sejam por níveis naturais ou artificiais, podem ser controlados, assim como informações sobre a natureza do refugio, sobre seu grau de conservação, etc. Todos os recursos intelectuais e tecnológicos devem ser aplicados na documentação rigorosa do contexto arqueológico.

Quanto ao planejamento de percentual amostral do sítio, deve-se considerar uma estratégia que dê conta da identificação dos fenômenos culturais inscritos no registro físico, A legislação brasileira deixa claro que todos os sítios tem o mesmo valor perante a lei, sendo igualmente protegidos. Na pratica entretanto, para sítios que vão ser destruídos, nos EUA trabalha-se com 7%, sendo que a convenção internacional é de 10%. (SAA) Os projetos de grande porte trazem problemas novos e estão sendo objeto de estudos e edição de novos instrumentos de referência.

O princípio básico que rege a gestão e conseqüentemente a pesquisa é que o sítio, Bem da União, está sendo destruído e precisa ser mitigado e compensado. Inicialmente, a mitigação se dá através da pesquisa, da preservação do bloco testemunho, *in locu* ou em bloco, da geração de acervo, da promoção dos resultados, através de exposições, publicações científicas e populares, reportagens, videos, palestras, oficinas e principalmente, da deposição dos dados primários no banco de memória; os arquivos do IPHAN. A compensação, que se aplica em casos específicos, deve ser avaliada e definida em relação as características de cada situação, pelo tutor legal destes bens.

As Ações Referentes ao Acervo e a Produção de Documentação: “*Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem*”. (artigo 216 da Constituição). Os relatórios têm seu conteúdo mínimo definido na Portaria SPHAN 07- 88, entretanto o *site report*, tão comum nos E. U. A são herméticos e escassos no Brasil, mesmo depois de anos da publicação dos resultados das pesquisas. Poucas são as teses e publicações encaminhadas, conforme nos atestam as tentativas internas de mapear esta documentação disponível. Foi criado um modulo do banco de dados referente a isto, PPA e RPA conforme já citamos, e nos surpreendemos com a diferença entre o que esta depositado nos bancos de memoria oficial e nos depositos acadêmicos, ou o que e apresentado nos congressos. Relevada a produção mais antiga, ainda assim observa-se que o campo precisa ser estimulado.

A legislação e clara no tocante acervo como sendo igualmente Bem da União a propriedade de superfície não inclui os objetos nela incorporados (Constituição 175 e 152) e ficam sob a guarda e proteção do Pouer Publico. A portaria de licenciamento estende este direito a terceiros, de acordo com as condições previamente apresentadas. Sobre esta salvaguarda, recaem igualmente penalidades juridicas, o que recobre de grande responsabilidade o ato de produzir, descartar, acondicionar, transportar, tratar, curar e dinamizar estes Bens da União. Alguns locais de analise são igualmente improprios, para

este tipo de bem publico, o que exclui a possibilidades existência de laboratorios de carater privado .A posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueologica constituem direito imanente do Estado (art 17). Devem ficar nas instituições especializadas de pesquisa (Port 07) disponivel para inspeção e vistoria de interessados e comunidade, ou seja, como um bem de direito coletivo. Infelizmente não são raros os casos em que os prazos de analise não estão definidos e o material não tem mais condições economicas de retornar ao local de origem. Alguns entendem que empresas podem ter a guarda ou laboratorios. O fato e juridicamente irregular porque empresa não e uma instituição de pesquisa científica e visa lucro, somado ao fato que eles podem estar localizados em residencias (propriedades privadas) ou outros tipos de propriedades privadas em descumprimento à lei.

Mesmo tendo criado este instrumento - INCA, temos na verdade esta vertente como a menos informada pelos pesquisadores e consequentemente, a menos trabalhada no sentido de avaliação e desenvolvimento da tão necessaria política nacional de acervos. Sobre o problema, se manifesta SCHIMTZ:

“Na medida em que os projetos aumentam em número e àrea abrangidas, um novo problema pede administração: a enorme quantidade de materiais recuperados, a maior parte sem qualquer valor museológico, muitos reunidos dentro da metodologia de um projeto, de modo que, depois de estudados dentro do objetivo proposto, para muito pouca coisa mais servem. Os institutos de pesquisa estão com ao seus depósitos abarrotados e as alternativas propostas, de criar em cada obra um museu, ou de depositar as coleções em museus municipais ou estaduais, também apresentam limitações bem visíveis, relacionadas principalmente com a conservação e administração desse material. O valor relativo dessas coleções deve fazer o administrador e o arqueólogo pensarem também na avaliação dos sítios a serem cadastrados, selecionando de fato aqueles cujo valor compense uma administração, tornando-a possível e util para a população.”(1989: 15-16).

Mais de uma década depois o problema está ainda mais agravado, sendo que continua sem solução, em virtude de não serem colocados em pauta para que sejam feitas propostas. Alguns profissionais já estão querendo se furtar também do fornecimento de garantia prévia ao patrimônio, sobre o local de guarda do acervo a ser produzido, para informar posteriormente. Se por um lado o tutor legal destes bens necessita conhecer e aprovar as condições propostas previamente, por outro não tem sido raro o uso de instituições locais, sem o fornecimento de informações, dados compatíveis, treinamento em curadoria, equipamento, etc.

Ações Referentes à Devolução da Pesquisa para a Sociedade Contemporânea – A devolução se ressentem dos problemas de documentação, onde a maioria dos registros estão dispersos pelo país e nem sempre disponiveis. Com este problema no inicio do processo de divulgação

dos dados é natural que as etapas finais da devolução também sejam prejudicadas. Em estudo sobre a visão da pré-história brasileira nos livros didáticos, VASCONCELLOS (p. 19 item 4) observou a existência de noções preconceituosas, errôneas e desatualizadas. Entre diversas questões apontadas sobre os aspectos científicos, figura em suas análises a existência de poucos que contemplam a pesquisa acadêmica e apenas um manual que contempla a GPA. A citação ainda possui orientação equivocada, na medida em que insta os leitores a procurar as instituições de pesquisa, ignorando as de gestão e sequer as mencionando, assim como a própria legislação brasileira. Certamente este tipo de inobservância demonstra e comprova o desconhecimento da questão e agrava o problema da gestão, que subaproveita este instrumento educativo e não investe na forma mais eficaz de gestão, que é a educação formal de base.

TOCHETTO & REIS constituem-se em um exemplo de ação na área de educação patrimonial, para o cidadão, mais especificamente a população do entorno dos bens que tem a zelar. A iniciativa e especialmente mais bem sucedida em função de provir de uma política de esfera municipal, a que pode garantir mais continuidade de contato, atendimento e acompanhamento ao cidadão. Foram realizadas oficinas ao longo de 4 anos, que possibilitaram o percorrido dos caminhos da pesquisa e da construção do conhecimento, da formulação das hipóteses à devolução, através da exposição dos trabalhos elaborados. Como iniciativa para promoção destes bens, foi oportuna a abordagem. Utilizou-se dos conceitos de Horta et alii¹⁰⁷ (1999) que visam promover a alfabetização cultural para a apropriação consciente do patrimônio para preservação sustentável e fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. No contexto da arqueologia histórica, no meio urbano, a ação representa um exemplo de atuação possível e necessária nas esferas municipais.

Seguramente o exemplo brasileiro de devolução está no Piauí com o trabalho de Niède Guidon, de alcance público e social incomparável. Os casos internacionais de devolução ainda têm sido mais frequentes, devido às posturas pós-processualistas adotadas, por Ian Hodder e como acompanhamos no congresso da SAB com Dr^a. Anne Pyburn, Indiana University, EUA. O campo do Turismo Cultural foi incrementado e está crescendo com rapidez e revelia da legislação do setor e das medidas preventivas da GPA.

Concluindo podemos dizer que atualmente ainda podemos observar que a maioria dos relatórios, publicações e apresentações não trazem dados sobre questões básicas da

¹⁰⁷HORTA, GRUMBERG & MONTEIRO – *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília, IPHAN- Museu Imperial, 1999.

preservação, como os dados sobre o licenciamento, o estado em que o sítio foi deixado, quantos por cento foi escavado, se foi designado bloco testemunho e se ele foi protegido, a planta baixa, se foram efetuados estruturas de contenção, que medidas tomadas para sua proteção, se a escavação e estruturas foram recobertas de sedimento, de que forma, quantas peças de cada tipo foram geradas, se elas tem potencial para exposição, onde estão guardadas, como e quem é o curador responsável, qual a difusão que foi feita e para que clientela, etc. Fundamental também se faz saber quais questões ficaram pendentes. Ainda não se constitui habito comunicar se os dados foram enviados para os depósitos legais e de que forma. Em suma, uma postura que considera pouco as questões, interesses e direitos da preservação, da gestão e do “outro”.

Desta forma pode-se observar que a falta de engajamento no setor e a impunidade grassam. A intenção não é burocratizar, mas socializar. Todos devem se perguntar sobre a eficiência da gestão administrativa e jurídica dos projetos e do patrimônio sob sua salvaguarda. Sentimos que a ausência de oportunidade de troca de informações e diálogo, como agravante. Definitivamente, se faz necessário que a questão e as posturas amadureçam e que a informação circule, que os parâmetros sejam mais divulgados e respeitados, que se conheçam e estudem os instrumentos desta especialidade, que os projetos contemplem previamente as questões da GPA. Que estudos desta especialidade sejam inseridos competente e adequadamente nos cursos de formação de pessoal, que sejam discutidos e aperfeiçoados sistematicamente nas reuniões e espaços de discussão pública, tanto no meio científico, quanto no meio administrativo e político.

Sobretudo, não há condições para se desconsiderar o passivo destas décadas de pesquisa, onde os dados oficiais não fazem jus à verdadeira produção científica nacional e ao valor do patrimônio. Desta forma o momento apelo para a consciência e para ação, sem esperar que uma grande campanha nacional seja deflagrada, para que todos possam se beneficiar posteriormente da melhoria de qualidade dos dados disponibilizados. Por outro lado percebe-se que o órgão gestor não está aparelhado para o cumprimento de suas atribuições legais, no tocante a pessoal, estrutura e subsídio financeiro. É fato corrente que ele atua de forma precária, para uma demanda crescente, sem lograr garantir a eficácia necessária para a preservação de um patrimônio com a expressividade e fragilidade do que o que se verifica em solo nacional. A insatisfação gerada, se expressa de diferentes maneiras, a maioria de forma belicosa. O saldo final, via de regra, representa prejuízo ao patrimônio e à coletividade.

Em suma, a atual situação necessita de cuidados emergenciais, especialmente frente às mudanças estruturais que o governo pretende efetuar no setor e que dependem de uma visão mais esclarecida do meio e da matéria, da definição de competências e atribuições, da divisão de trabalho, dos limites e possibilidades, em suma, de trabalho cooperativo, no qual todas as partes ganham e em especial a preservação do patrimônio arqueológico. Talvez tenha finalmente chegado o momento de visibilidade e inserção destes interesses na política nacional. Como arqueóloga graduada, cientista, sócia da SAB e posteriormente também funcionária do IPHAN, já há mais de 18 anos, sempre nos sentimos em uma situação especial por pertencer e entender os diferentes segmentos envolvidos, em especial os lados acadêmico e preservacionista, (ou o da gestão), do governo e o cidadão, tendo tentado otimizar as condições disponíveis e equacionar interesses conflitantes. Em função da pouca expressiva capacidade operacional das ações governamentais, na área da preservação, em relação à demanda e ao patrimônio nacional, e em virtude de algumas fricções que foram potencializadas em função de interesses políticos, entendemos como necessário aprofundar a reflexão sobre a questão, visando contribuir para seu esclarecimento, com convicção na possibilidade de evoluir nos entendimentos produtivos, como sempre fizemos, buscando relevar os extremismos desinformados e contraproducentes. (PARDI SAB Natal).

Para nos fortalecer em tal empreitada, nos identificamos com uma visão da província, que exprime parte de nossa ótica, no trabalho de WATSON (1991) quando se manifesta sobre as dissonâncias teóricas americanas. Ela efetua um histórico analítico das odisséias intelectuais de Lewis Binford e Ian Hodder, os “campeões” do processualismo e do pós-processualismo, o primeiro relacionado com sistemas de subsistência e o segundo com sistemas de símbolos. A autora analisa ambas as posições e conclui pela similaridade de dificuldades que ambas escolas enfrentam, na discussão de relevância, propriedade e plausibilidade geral da informação etnográfica cara a cara com a evidência arqueológica, ou seja, questões de determinância, hegemonia, primazia metodológica e nomotética, livre valor, análise objetiva do dado fático não problemático e causa materialista e ecoutilitária. A oposição entre estes dois pesquisadores e escolas, denominada binária, é maravilhosamente sintetizada, como sendo da Ciência x História, nomotético x ideográfico, explanação x entendimento, conhecimento x significado, objetividade x subjetividade, e reinvidicação de método livre de valor, dados e resultados x atualidade de método carregado de valor. Cita os trabalhos em que mutuamente descortinam as fraquezas metodológicas de Hodder e a ingenuidade sóciopolítica de Binford, resumindo as personificações, respectivamente, como a da alma sem método e a do método sem alma. Desnecessário dizer que fica clara a

impropriedade desta infrutífera contenda, pois como diz Watson, ela impede o recíproco entendimento e o discurso acadêmico produtivo . Podemos ainda perceber claramente que as abordagens tem potencial para enriquecimento recíproco e já se sente a tendência a este “sincretismo”.

Desta mesma forma, podem ser vistos os campeões da arqueologia no Brasil, os preservacionistas (ou patrimonialistas) e os acadêmicos, não caracterizados como uma oposição binária, mas sem o necessário entrosamento complementar que garante o uso otimizado destes bens e sua preservação consciente. As diferenças com a situação americana são estruturais, na medida em que sua legislação é completamente diferente, como vimos, e permite a propriedade privada de sítios e o comércio de peças arqueológicas. Desta forma se explica a flexibilidade das relações, entretanto, eles jamais terão a oportunidade que a legislação brasileira nos oferece, de possuir visão geral dos testemunhos deixados por estas sociedades e conseqüentemente a verdadeira compreensão de seu perfil cultural e interrelações. Watson apresenta seus dados como que estimulando um consenso. Este aspecto é extremamente positivo, pois se a pesquisa não fosse uma necessidade legal, dificilmente a arqueologia se desenvolveria no país. As verbas das agências de fomento também decresceram vertiginosamente , tanto para pesquisa quanto para formação e a única graduação do país está fechando, conforme soubemos.

Desta forma, percebe-se que os dois segmentos mais interessados, necessitam somar esforços para otimizar os resultados e fazer frente ao intenso ritmo de transformações do solo nacional. Evidente que seria ingenuidade acreditar em consenso total e com certeza o debate é salutar, como diz Hodder, pós-processualismo é debate. Entretanto, os aspectos de gestão colocados, são relativos à questões pragmáticas: *“a arqueologia CRM requer consensos básicos sobre objetivos e métodos na conservação do sítio arqueológico, escavações e curadoria dos registros e materiais resultantes”* (p: 273). Eles também sentem a necessidade, de que os arqueólogos devem se empenhar na direção a estardatização de métodos e objetivos, e ainda, dizem os processualistas, que muitos mudaram para uma corrente mais teórica e rejeitaram a arqueologia mais científica, porque a tarefa é difícil e muitas vezes tediosa. Percebemos que é necessário pontuar que os níveis básicos de preservação precisam ser atendidos , visto que não comprometem a liberdade teórica. Por outro lado, percebe-se no Brasil, o entendimento claro que arqueologia é ciência, e que pelo menos as primeiras etapas das pesquisa precisam ser efetuadas com critérios rígidos.

Outras preocupações de Watson, ainda auxiliam a análise da situação no nosso contexto. Ela discorre sobre o que chama de estratificação social emergente, onde situa a

comunidade arqueológica americana em três níveis: a elite teórica, que é formada de um pequeno numero de acadêmicos; processualistas e os CRM – Cultura Research Management, pessoal ligado ao governo e que faz a maior parte das escavações e pesquisas de laboratório do país. Ela observa que este ultimo grupo, quase um proletariado arqueológico, planeja e conflui o grande volume de trabalho efetuado no país. Desta forma observa que o problema não se resume na comunicação produtiva entre asconvicções teóricas, mas a desta comunidade de teóricos e os dois outros grupos , de arqueólogos acadêmicos e arqueólogos CRM. Ambos países tem arqueólogos empresariais, que até o momento, ainda podem ser alinhados com os acadêmico, deste forma , embora as quantidades mudem , o problema é comum. Alerta ainda, que a comunicação mutuamente benefica, necessita cuidados, porque a rotina CRM não e favoravel a concentração mantida sobre questões teoricas, acrescento que a vice versa é valida para questões inúmeras das questões pragmaticas da preservação.

Apenas na listagem de endereços de uma universidade, existem mais de 4000 arqueólogos CRM, enquanto que no Brasil, somos pouco mais que 10 pessoas. Neste contexto, nos limitamos as atribuições essenciais para manutenção dos serviço de licenciamento, tendo entretanto atendido alguns salvamentos de próprios da União ou outros emergência, criado o banco de dados , algumas normatizações básicas e nos ultimos anos, temos tentado acompanhar as denúncias de destruição e o imenso fluxo de projetos de grande porte em licenciamento junto aos órgãos ambientais. Em resumo, temos atribuições semelhantes, estamos gerindo estes bens, buscando entender os tipos se sítios, sua distribuição no país etc .Finalmente ela propõe um sistema de graduação onde haveria um conteúdo consensual sobre o corpo de conhecimento de ordem inferior sobre arqueologia, apropriada para o publico leitor, televisão,e textos livros introdutórios. Uma ordem um pouco superior , parece que para uso social e político e finalmente a mais superior ainda para os inteiramente iniciados, continuarem com seus códigos cabalísticos. No nosso entender, estes produtos serim satisfatorios tambem para o Brasil. Entretanto, para que toda esta transformação seja efetiva e se introjete definitivamente no comportamento, e necessário o desenvolvimento de ações de formação.

A proteção do patrimônio arqueológico constitui processo dinâmico permanente. Por conseguinte, todas as facilidades devem ser concedidas aos profissionais trabalhando nessa área, a fim de permitir sua permanente reciclagem. Programas especializados de formação de alto nível, proporcionado amplo lugar à proteção e à gestão do patrimônio arqueológico, deveriam ser implantadas “(Carta de Lausanne. art.8)

IV – 2 – Sobre Política Cultural

Concluindo, podemos dizer que a quantidade de dados fornecida não o foi com o intuito que de que todos os captassem plenamente ou deles precisassem, mas na esperança de fornecer a sensação de complexidade de uma área multifacetada, que necessita de reconhecimento, apoio, espaço próprio e o desenvolvimento de suas especialidades, seja no âmbito teórico-metodológico, seja na aplicação das práticas orientadas. Com esta dissertação, quisemos demonstrar a complexidade que envolve a missão de preservar o patrimônio arqueológico brasileiro, igualmente complexo, polimorfo e pouco conhecido e divulgado. Quisemos demonstrar que a tarefa exige o conhecimento de muitas linguagens como a científica, administrativa, ética, jurídica, econômica e política; que exige conhecimentos para identificação, documentação, proteção e promoção deste patrimônio; que exige sensibilidade para a percepção de diversas formas que a sociedade tem de entender a cultura, de praticar suas tradições, se apropriar científica e simbolicamente da cultura material, de ressemantizar espaços para suas práticas religiosas e cidadãs e para o resgate de memórias e reafirmação de identidades.

Enfim, quisemos demonstrar que se contitui uma tarefa sobrehumana, que extrapola a capacidade de indivíduos e instituições isoladas, que o governo federal não possui condições e nem deve ser o único gestor de todas estas questões, que a legislação precisa ser atendida no sentido das demais parcerias assumirem sua responsabilidade sobre esta herança coletiva. Sugerimos, para evitar que esta Babel se estabeleça, que parceiros naturais não somem esforços e que alguns segmentos mantenham a visão de túnel, tentamos gerar luminosidade suficiente para que se perceba o elefante no ambiente, ou seja, que se perceba o porte da questão, com toda sua “biomassa”!

Quando se pensa em refletir sobre políticas públicas e sugerir medidas de encaminhamento, a primeira questão que se coloca é sobre as políticas culturais e de patrimônio cultural. Segundo Jean-Pierre Warnier¹⁰⁸ “*É o Estado que deve definir uma política cultural e arbitrar os interesses sectoriais implicados na gestão do patrimônio e das indústrias culturais*”. Cita o exemplo da França, quando promove sua língua e civilização, através das Alliance Française, dos serviços culturais das embaixadas, institutos de investigação (pesquisa) e formação em Roma, Atenas e Cairo e as missões de cooperação. O Estado gere ainda patrimônio nacional e os museus, favorece atividades culturais no sistema educativo e encoraja o mecenato privado através de sua política fiscal (WARNIER :70).

¹⁰⁸ “A mundialização da Cultura” Ed. Sinal dos Tempos

Sobre a política mundial de cultura, história a criação da UNESCO¹⁰⁹, projeto híbrido e idealista, *“que tomava a cultura e a educação não como um fim, mas como um meio ao serviço de uma paz, onde cada parte tinha uma idéia diferente.”* Nasceu criticada, mas atravessou turbulências e guerras e conta atualmente com 171 estados membros. Particularmente ativa quanto ao patrimônio mundial, já reconheceu 379 lugares e monumentos¹¹⁰, entre eles, o conjunto de sítios da Serra da Capivara / PI, os sítios históricos e arqueológicos das Missões Jesuíticas dos Guarani / RS, e os sítio arqueológico histórico urbano da Cidade de Goiás Velho, enquanto paisagem cultural. Sobre uma das posturas no desenvolvimernto da política mundial de cultura, Warnier diz que *“Ela havia militado em favor da idéia de que a cultura é um negócio extremamente importante para ser abandonada aos seus negociantes.”*

Neste sentido que nos manifestamos pela necessidade de adoção de medidas de impacto, que retomem o modelo humanista implantado quando o patrimônio arqueológico era visto pelo seu valor científico intrínseco e outros simbólicos atribuídos, por ser espaço de memória coletiva e portador de referências para a identidade da nação brasileira. A arqueologia empresarial se assenhorou dos profissionais e instituições de pesquisa, transformou estes bens em recursos econômicos e os inseriu no processo capitalista, pressionando a legislação e ciência. A transformação se deu por força legal, pelo fato destes bens estarem na rota dos projetos de desenvolvimento do país, não no interesse de sua preservação, mas no de sua destruição. Para alguns esta mudança representa um grande impulso à arqueologia nacional, na medida em que as verbas para pesquisa estavam escassas e os centros de pesquisa necessitavam de estrutura, equipamento e serviços. Em função também de que, antes destas medidas, este patrimônio era igualmente destruído, sem sequer estas pesquisas que estão sendo desenvolvidas.

Para outros, a questão remete à problemática antiga e que necessita ser melhor resolvida, uma vez que a quantidade de equipes e instituições do país não é compatível com o número e a magnitude de empreendimentos mantidos direta ou indiretamente pelo estado, sem contar os da iniciativa privada. O fato indica que grande parte dos empreendimentos, de médio e grande porte é aprovado sem estas exigências. Mesmo quando os arqueólogos estão incluídos e são agregados à equipe nas etapas iniciais do empreendimento, projetos que afetam centenas de assentamentos são trabalhados de forma amostral, onde 20% ou menos dos sítios podem chegar a ser escavados, em 2 a 5 % de sua área, conforme a média

¹⁰⁹ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

¹¹⁰ dados de 1993.

observada. As pesquisas produzem grandes coleções, criam-se novas estruturas e editam-se as publicações e nada se faz em função das outras centenas de sítios destruídos. Como estes procedimentos são internacionalmente válidos e não é possível salvar a integralidade, como a lei o requer, nos resta a opção de garantir previamente no licenciamento, as condições da pesquisa, acompanhar, ratificar ou reformular os critérios de amostragem, a qualidade dos produtos devolvidos e outros. Entretanto, não temos pessoal disponível e através do banco de dados atual, temos dificuldade de avaliar esta produção, mesmo que apenas quantitativamente. Sabemos ainda que a sociedade científica não possui sistemas de controle de qualidade e tampouco parâmetros definidos, convencionados e explicitados.

Independente da ótica, pode-se perceber que o patrimônio arqueológico nacional está sendo destruído em grande escala. O mercado pressiona a flexibilização dos procedimentos para a adoção de critérios que não fonecem as garantias necessárias ao cumprimento dos compromissos, dentro de níveis regulares e satisfatórios, semeando problemas para o futuro. Algumas compensações são requeridas de empreendimentos que são fiscalizados e demonstram não ter efetuado pesquisa prévia ou ter propiciado a destruição de bens. Algumas destas são direta e indevidamente negociadas pelos próprios envolvidos, sem participação ou anuência do tutor legal destes bens, fato que não assegura o retorno dos recursos a bem das comunidades que foram impactadas ou para aplicação em medidas de preservação deste mesmo tipo de patrimônio. Nas atuais circunstâncias seria necessário que se desenvolvesse uma série de medidas concomitantes , no sentido de :

- efetuar gestões junto ao governo para informar sobre o porte e a gravidade do problema, das possibilidades de compatibilização e tentar obter seu apoio para a edição de medida que inste a que estes empreendimentos tenham dotação orçamentária percentual previamente destinada para este fim, entre outros;
- que sejam assegurados recursos necessários para manter um sistema de gestão eficiente destes e outros projetos, assim como de recepção e tratamento dos produtos recebidos;
- que seja garantida participação no planejamento destes empreendimentos, de forma a viabilizar a adoção de políticas e medidas preventivas, que possam alterar projetos, evitando pesquisas e destruição desnecessárias.

Entendemos como fundamental, também, desconstruir a imagem equivocada que comumente se apresenta no sentido da arqueologia ser uma atividade elitista, dileitante e distante da realidade do brasileiro. Da mesma forma se faz necessário demonstrar o potencial deste patrimônio como instrumento de gestão que necessita ser integrado aos demais

sistemas de governo. A obrigação maior de preservar, na maior parte das vezes, pode ser satisfeita a baixo custo operacional pela vigilância dos sítios e evitamento de intervenções, sem a necessidade dos investimentos exigidos para os bens edificados. Eles requerem investimento para a elaboração de critérios, para identificar, criar legitimidade e convencimento, tomba, restaurar e conservar, em dispendioso círculo vicioso. Depois deste processo ficam ainda expostos à relatividade, onde existem divergências quanto à atribuição de valores ao bem. O patrimônio arqueológico é automaticamente reconhecido e protegido por lei, independente de seu registro no CNSA, o que confere ao setor um perfil mais técnico e maior grau de aceitação. Todos os sítios são importantes perante à ciência e à legislação, sendo que já estão integrados ao meio ambiente. O que ocorre por diferentes critérios e a partir de interesses diversos, é a seleção de quais serão pesquisados, tombados e protegidos preferencialmente. Para estes fins é que estamos buscando indicadores mais precisos.

Constatou-se que a preservação dos bens edificados contou até o momento com participação pouco expressiva da sociedade, fato atribuído à baixa identificação com o colonizador e as populações autóctones. Da mesma forma, observou-se que *“Pensar nos critérios que norteiam a constituição dos patrimônios históricos e artísticos leva à evidência de que essa seleção – ainda quando parece de natureza estritamente técnica – é norteada por critérios políticos, e que a a atividade de preservação é uma prática social, vinculada aos movimentos da sociedade.”* (LONDRES, 91:8). No caso do patrimônio invisível, a identificação com o “primitivo” ainda é mais remota, assim como a esperança de observar estes movimentos sociais, ao invés das pressões econômicas, aspectos que desestimulam a preservação. Entretanto, preferimos pensar na magia que a arqueologia exerce sobre as pessoas e no nosso poder de articulação para devolver estes bens e obter a participação da sociedade. O perfil destes bens é diversificado e tem potencial para contribuir para a reflexão de diversas questões ligadas a gênero, períodos históricos, lugares, símbolos e outros. Tem também potencial para contribuir com a obtenção de valores como qualidade de vida, proteção do meio ambiente e preservação de referências culturais das diferentes etnias.

A gestão destes bens é viável uma vez que se dê condições para tal. Sua baixa visibilidade não a auxiliou historicamente, na medida em que não foi incluída nas prioridades eleitas por Rodrigo de Mello Franco e tampouco nos “bens não consagrados”¹¹¹ de Aloisio Magalhães. Sem o apoio destas lideranças e excluída das políticas, a preservação

¹¹¹ O CNRC tinha com um das propostas básicas a produção de referências sobre a cultura brasileira em sua dinâmica, buscando tratar o patrimônio consagrado com um novo olhar, tratar de bens que haviam ficado excluídos, privilegiando, ao invés do produto, o processo de produção e a inserção social do bem cultural. (LONDRES, 91:12).

do patrimônio arqueológico está tentando viver seu período heróico e modernista. Se em 30 anos Rodrigo e sua equipe conseguiram o instrumento legal de proteção que precisavam e o tombamento de 660 bens entre outros, em 60 a arqueologia cadastrou 10.000 sítios (em função do sistema de alimentação externo) e tombou 5, mesmo com a proteção legal obtida. Não se conquistou uma visão geral ou diagnóstica destes bens, nem a “*amostragem mais significativa da formação brasileira*” e “*nem um nível de amostragem da realidade cultural brasileira*” presente nas duas iniciativas respectivamente. Bem longe do estágio de “vivificação”, como dizia Aloisio, onde além da integridade material são conhecidos os valores e sentidos que lhe são atribuídos, este patrimônio continua invisível, especialmente para as políticas públicas. (ibidem. 91: 6-12).

Por essas razões e outras mais, entendemos que a proteção do patrimônio arqueológico deve ser fundada numa colaboração efetiva entre especialistas de diferentes disciplinas. Exige, ainda, a cooperação dos órgãos públicos, dos pesquisadores, das empresas privadas e da sociedade civil de forma geral. Se continuarmos com o modelo francês, seria necessário a especialização das áreas e a criação de setores de arqueologia de Pré-História, Arqueologia Histórica, Arqueologia Subaquática, diversos museus regionais e um centro de inventários. As medidas são competentes e compatíveis com nossa realidade futura. Precisamos crescer e amadurecer bastante para chegar a este ponto, no qual estas estruturas forneceriam condições mais pertinentes à expressividade da riqueza arqueológica brasileira. Se pensarmos no modelo mexicano, o estado deveria também absorver a responsabilidade pela pesquisa e teríamos o problema potencializado. A centralização não seria definitivamente a solução, além de ser incompatível com o perfil a estrutura de pesquisa que o país já possui desenvolvida e operante. Conforme o modelo americano, terceriza-se tudo, criam-se conflitos de competência e o estado assume só o que está em terrenos próprios, o que no nosso entender representaria um grande retrocesso. Podemos avaliar pela dificuldade de proteção destes bens, mesmo com legislação favorável. Melhor buscar outra solução, que respeite os valores já introjetados, especialmente porque se somos todos herdeiros deste legado, a arqueologia também contribui para criar laços comuns. Além de unir o povo brasileiro, cria vínculos e questões comuns com outras nações. Conforme as discussões da época, podemos dizer que a Arqueologia representa um vetor de globalização. Inúmeros são os desenhos possíveis, o importante é que existam e funcionem, aspecto que nos remete ao desenvolvimento de trabalho comum, articulado e cooperativo, de forma a construir mais que concorrer.

Observados os exemplos dos outros países, podemos perceber que o Brasil possui legislação favorável e (até invejada), além de estrutura organizacional relativamente flexível. Não é excessivamente centralizada, desestimulando a participação da iniciativa privada e, tampouco, muito aberta para poder se desobrigar e propiciar o repasse de atribuições e a desagregação gerencial que impossibilita o acompanhamento dos trabalhos e a reunião final dos produtos. Desta forma, possibilitando o compartilhamento de responsabilidades, para as quais desde 88 todas instituições e cidadãos foram instados, entendemos que o problema de insuficiência estrutural não é o fator de entrave ao desenvolvimento da GPA. A atual situação de penúria do sistema, o acelerado ritmo de destruição, a baixa visibilidade e significância que possui para inúmeros segmentos e a maioria dos cidadãos, são devidos à falta de vontade política de todos estes envolvidos, em função da ausência de uma cultura de preservação.

Finalmente, queremos dizer que por um lado é desalentador observar a invisibilidade do patrimônio arqueológico e o expressivo e acelerado ritmo de destruição em curso, mesmo se atuando na instância jurídica, que pode ser considerada a última instância de recorrência. Por outro, como bem nos auxilia a sintetizar a antropóloga Isabella Tamaso, sabemos que não se pode impor a visão do saber especializado ou a preservação da memória do outro. Percebemos que é fundamental fornecer condições de se ampliar a visão de mundo do cidadão, para que se sintam incluídos neste processo civilizatório. Para que percebam que, enquanto seres sociais são fruto das conquistas desta somatória de gerações, que são proprietários e beneficiários desta memória coletiva universal, que pode ser resgatada através da arqueologia. Neste sentido, a necessidade de sua participação na defesa do patrimônio arqueológico. Desta forma, fica claro que a preservação depende das políticas públicas a serem desenvolvidas pelo IPHAN, pelo MinC, pelo governo de forma geral, nas áreas de educação, desenvolvimento, planejamento, turismo e da iniciativa privada.

Propostas de gestão compartilhada, embora sofram com a ausência de pessoal especializado em arqueologia, gestão e políticas públicas, podem, justamente, ser um paleativo em relação a esta questão, na medida em que estes foruns reúnem diversos especialistas. Com base nos exemplos internacionais observados, na experiência do IPHAN, adaptamos a proposta de criação de um pacto federativo para a gestão local de núcleos históricos em cidades tombadas, desenvolvida por Marcelo Brito¹¹². Ela visa a gestão regional de sítios e de áreas, mais especificamente a elaboração e implantação de políticas

¹¹² “Mecanismo de Gestão Local: Uma proposta para um novo “pacto federativo” para a gestão do patrimônio cultural” Dr. Marcelo Brito, Superintendente 14ª SR/IPHAN.

estaduais , através da criação de uma Comissão Gestora Regional. A COGER seria unidade inster institucional, de competência compartilhada, em matéria de preservação de patrimônio arqueológico e desenvolvimento territorial, instalada na capital do estado (ou um dos estados da região) e constituída por um Conselho Gestor e uma Gerência Executiva.

O Conselho Gestor seria constituído por representantes habilitados das instituições de patrimônio e desenvolvimento territorial atuantes no estado, de organismos governamentais (IPHAN, governos estadual e prefeituras, quando for o caso) e não governamental, apoiados por secretaria local (esta, vinculada à administração governamental de onde o conselho estiver sediado). A instância municipal seria rotativa, segundo a matéria que estiver em foco.

A Gerência Executiva (GEREX) seria composta por técnicos das esferas federal, estadual e municipal, respectivamente:

- Governo federal: representação regional do IPHAN;
- Governo estadual e municipal: secretarias de cultura, educação, planejamento, desenvolvimento e turismo;

A definição de competências¹¹³ compartilhadas deste sistema seria de natureza:

- normativa: para o desenvolvimento de legislação específica, regulamentação e definição de políticas comuns voltadas para a preservação do patrimônio em território estadual, como a elaboração de plano de preservação e outros instrumentos, como cartas de áreas de interesse arqueológico, definição de amostragens representativas a serem protegidas, e outros;
- regulatória ou Administrativa: fiscalização, acompanhamento e controle das ações desenvolvidas no estado, como a avaliação de projetos de grande porte, acompanhamento e fiscalização de pesquisas;
- executiva: proposição , operacionalização e desenvolvimento de ações no estado, como a seleção e fundamentação de propostas de proteção através de tombamento, zoneamento e inventários, de fomento à pesquisa regional e à produção de sínteses, de ações de educação patrimonial e de capacitação em gestão do patrimônio arqueológico.

O caráter da atribuição pode ser exclusivo (ou privativo), concorrente (indistinto ou comum)¹¹⁴, alternativa (delegada)¹¹⁵ e compartilhada (ou mista)¹¹⁶. No caso,

¹¹³ Conjunto de funções cuja responsabilidade é atribuída a um agente ou mais, por meio de um instrumento legal.

¹¹⁴ A que se atribui a vários agentes simultaneamente.

algumas atribuições relativas à proteção são exclusivas do patrimônio federal, como os licenciamentos, tombamentos em nível federal e outros. As demais atribuições, especialmente as ligadas à identificação, documentação e promoção, podem ser atribuídas conforme a necessidade. O esquema desenhado para a COGER pode ser visto como o abaixo representado.

COMISSÃO GESTORA REGIONAL OU ESTADUAL



Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação (PARDI 2002)

Estes seriam os fóruns legítimos para as tomadas de decisão, assim como a proposição de medidas como a elaboração de projetos para captação de recursos na área cultural. O recém editado Decreto 4.397/2002 representa um novo mecanismo de financiamento que permitirá às instituições culturais captar patrocínio para planos plurianuais de 3 a 5 anos, em montantes de R\$ 2 milhões até 20 milhões, a serem captados

¹¹⁵ Que pode ser exercida por um agente distinto daquele que possui competência mediante delegação do que a possui

¹¹⁶ quando se atribui a vários agentes e deve ser exercida conjuntamente por todos eles.

através da Lei Rouanet¹¹⁷. A lei Hobin Hood¹¹⁸, editada em Minas Gerais, também representa uma iniciativa estimulante à preservação, assim como as de isenção de impostos territoriais, concessão de benefícios para o meio rural.

Considerando a realidade nacional e a estrutura já implantada, podemos perceber que tão real quanto a adequação da inserção das questões de preservação do patrimônio arqueológico, no bojo do órgão de preservação nacional, é a de que o IPHAN já tem sua vocação definida e consolidada, não tendo estrutura para suportar o incremento quantitativo que esta área necessita em curto prazo. Discutiu-se internamente no meio da pedra e do cal, que uma das saídas viáveis seria a criação de uma instituição específica para a arqueologia. Desta forma poderíamos avaliar a criação do INPPA – Instituto Nacional de Preservação do Patrimônio Arqueológico, ou o IBPPA – Instituto Brasileiro de Preservação do Patrimônio Arqueológico, mas daqui a algumas décadas!

Podemos continuar tentando antecipar um futuro provável e desejável, para quando tivéssemos expressiva parcela da sociedade envolvida e participando da elaboração da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Arqueológico- PNPPA – (ou a PNA - Política Nacional de Arqueologia). Esta política deveria ser gestada em conjunto com diferentes segmentos e considerar o recente modelo utilizado na legislação ambiental. Poderíamos pensar na criação do Sistema Nacional de Preservação do Patrimônio Arqueológico - SISNAPPA, que se apoiasse no Conselho Nacional de Preservação do Patrimônio Arqueológico - CONAPPA e nos COGER ou CEPPA – Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico assim como nos COMPPA - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Arqueológico. O trabalho se apoiaria no SIPA – Sistema de Informações sobre o Patrimônio Arqueológico, que abrangeria o SGPA e o ampliase nos termos discutidos anteriormente. O FNPPA – Fundo Nacional para a Preservação do Patrimônio Arqueológico poderia absorver recursos externos, de instituições internacionais, da União, da iniciativa privada, doações e receitas próprias, como o produto das multas, venda de publicações, verbas advindas do turismo etc. Como instrumento de trabalho teríamos o ZAIA – Zoneamento de Áreas de Interesse Arqueológico, que definiria áreas de uso específico, misto, restrito e diversificado, visando à articulação com o planejamento dos demais projetos de desenvolvimento. Planos urbanos, rurais, costeiros etc. Poderíamos ainda ter o CEPSR ou CPSR – Centro de Proteção de Sítios Rupestres etc. Enfim, uma sopa de letrinhas que nos isentaria do atual raquitismo do setor.

¹¹⁷ Mais informações podem ser obtidas na página eletrônica do Ministério da Cultura –(www.minc.gov.br).

¹¹⁸ Estabelece a redistribuição de ICMS conforme critérios baseados na preservação do patrimônio cultural

Entretanto, deve ser considerado que outras políticas nacionais demoraram diversos anos, (inclusive para demonstrarem a necessidade de serem específicas, no bojo das grandes categorias), em processo que envolveu grande número de segmentos de sociedade civil já organizada, que representa nossa situação atual. Embora não tenhamos ainda este envolvimento no setor, isto não nos impede de ir elaborando os fundamentos e aguardando seu aperfeiçoamento. Podemos citar o exemplo recebido de MORALES¹¹⁹ (com. pessoal) sobre a política nacional de transportes, uma das mais rápidas a ser elaborada, inclusive, porque foi gerida por uma única coordenação em todo o processo. Iniciou-se em encontro nacional com mais de 300 representantes de sindicatos, companhias, transportadoras, empresas e outros.

A pauta, em geral, prevê o enquadramento jurídico e verificação das atribuições, a identificação dos atores e suas respectivas responsabilidades, e elaborou-se os macroprocessos e o modelo de gestão. Definidos os termos, foi distribuída a documentação para discussão e análise e, posteriormente, recolhidas as contribuições pela comissão de representação. Criam-se os conselhos de diferentes instâncias, definem-se os papéis, enquanto os textos amadurecem até sua tramitação político administrativa e votação em assembléia e publicação no D.O.U. No caso deste processo, foi desenvolvido aproximadamente em dois anos e meio. Em geral sua eficácia depende da maturidade e coesão do setor. No caso da arqueologia, se fôssemos avaliar o encaminhamento de proposta de edição de uma política específica, articulada com as de preservação do patrimônio cultural de forma geral e da de cultura, teríamos que ter todos os elementos e trâmites anteriormente descritos. O IPHAN, como tutor legal destes bens e detentor dos conhecimentos especializados, articula o movimento que desenha a política e a propõe às instâncias superiores. Entrega e sensibiliza o ministério da Cultura, que avalia, solicita reformulação ou encaminha à Casa Civil, que faz o mesmo para a Presidência da República. O esforço é integrado, não depende apenas da iniciativa do IPHAN, mesmo que houvesse esta vontade política. Desta forma, nos cabe praticar a abstinência de radicalismos contraproducentes e procurar construir as bases deste trabalho, no mais breve prazo possível, visto que iniciativas de segmentos isolados não teriam alcance e legitimidade.

¹¹⁹ Carlos Antonio Morales, mestre em Gestão de Patrimônio Público, diretor de Planejamento e administração do IPHAN.

Por enquanto, nossa realidade foi bem avaliada por Isaura Botelho¹²⁰, que retoma o debate dos conceitos de cultura à formulação de políticas, e inicia sua análise colocando que qualquer discussão sobre política cultural e redesenho institucional perpassa pela revisitação da figura de Aloisio Magalhães, “*grande estrategista que soube articular politicamente o setor e dar-lhe visibilidade*” (*grifo nosso*). Resgata a proposta e o reforço conceitual agregado por ele a este setor, através da adoção do conceito antropológico de cultura., já preconizado pela UNESCO desde os anos 70. Ressalta que “*Como sabemos, é o grau de abrangência dos termos da definição de cultura que se estabelecem parâmetros para a determinação das estratégias possíveis, tendo em vista os objetivos de uma política cultural.*” (BOTELHO, 2002:2). Para efeito de gestão, explicita, distingue os conceitos sociológicos e antropológicos. Na abordagem antropológica, “*cultura é tudo o que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando*” e seu uso nas políticas implica na reorganização das estruturas sociais e da distribuição de recursos econômicos, na medida em que requer a participação de todas as áreas da gestão pública, como pressuposto geral de governo. No uso da dimensão sociológica, ela fala de “*...um circuito organizacional que estimula, de diversas formas, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos que marcam sua distinção no interior da esfera pública, mundo de profissionais que compõe um foco bem definido, o que torna esta dimensão o centro de atenção mais efetivo das políticas culturais, pois, nele, ao contrário da cultura no sentido antropológico, é mais <fácil> planejar uma interferência e buscar resultados relativamente previsíveis.*” Diz ainda que tem visibilidade própria e valor de mercado.(ibidem 2002:3).

A socióloga ressalta a compatibilidade e necessidade de desenvolvimento conjunto da preservação e da produção, eixos básicos da ação pública no setor, sem que sejam identificadas com um ou outro conceito, na medida em que justamente da atenção sobre esta interação é que se faz a memória. Um plano alimenta o outro, conforme já percebia Aloisio, diz. Mais do que museus ou monumentos, “*o patrimônio é a cristalização de experiências vivas sedimentadas numa cultura, o que inclui todas as práticas de suas diferenças*” e a produção, além das artes e autores, se constitui “*...também do tecido de expressões de criações coletivas que emergem da vida social, dos problemas, das formas de cada cultura se constituir enquanto dá soluções originais para questões práticas, e mesmo de sobrevivência, que são universais.*”(ibidem 2002:4). Finalmente, neste contexto,

¹²⁰ “Dos conceitos de cultura à formulação de políticas: retomando o debate” texto cedido pela socióloga da USP e preparado para o “Simpósio Aloisio Magalhães de política cultural” promovido pelo MinC em Brasília, em novembro de 2002.

percebemos o momento propício para o desenvolvimento da preservação do patrimônio arqueológico, em toda sua potencialidade. Nos remetemos a práticas eficazes como a indústria cerâmica paraense sobre réplicas de peças arqueológicas ou à escola de samba que desfilou com ícones do Boqueirão da Pedra Furada e de pictoglifos da Serra da Capivara, como símbolos de nossa ancestralidade já introjetados pela sociedade nacional.

A pesquisadora reafirma que para <tocar> o plano da cultura do cotidiano é necessário não apenas expandir a área da cultura para que ela saísse desta posição marginal, mas expandir a cultura para as outras áreas do governo. Neste sentido, entendemos a arqueologia, em sua pluridimensionalidade, como um vetor de fomento para consolidar este trânsito. Nos lembramos, ainda, que talvez os sítios arqueológicos se constituam nos bens culturais mais bens distribuídos e próximos aos cidadãos, como se cada município possuísse naturalmente dezenas de museus ao ar livre, ou <arquivos> de cultura material que falam de histórias regionais e de um tempo em que não se possuíam estas divisas políticas. Estas comunidades e lugares de memória ou <centros culturais> estariam apenas esperando que fossem estabelecidos e divulgados aspectos básicos sobre as forma de preservação e uso, assim como o conteúdo consensual sobre o corpo de conhecimento científico que lhes confere sentido comum. Neste sentido, ao setor age também como estímulo para integração nacional, sobre outras bases.

Conclui, de forma otimista pelo retorno ao debate colocado por Aloisio nos anos 80, depois de um grande período do que classifica como crise política, voltada apenas para a criação de leis de benefício fiscal que levou a política a ser conduzida pelo voluntarismo do mercado. Registra o discurso da UNESCO, no mesmo sentido de incorporação da cultura nos planos de desenvolvimento, nas áreas e instâncias administrativas do governo, em função dele ter sido igualmente resgatado pelo programa do PT. Diz que este program a trouxe a esperança de que se recupe-se a idéia de parceria , de forma não clientelista, como Aloisio implantou, mas como responsabilidade compartilhada, com comprometimento de recursos em todas as esferas¹²¹. Concluímos, assim, sua providencial manifestação, (que foi absorvida incontinenti pela assistência como representativa da expressão coletiva) como contexto e forma de legitimar as propostas que consideramos exequíveis para colaborar com o apoio a este movimento, no tocante à inclusão do patrimônio arqueológico nestas políticas . nos termos de CARDOSO que diz: “...ouvimos ainda , e com frequência, os apelos à

¹²¹ “Hoje, numa sociedade fraturada como a brasileira, a dimensão cultural das políticas públicas será especialmente destacada como um dos ‘recursos’ de que o governo federal deverá dispor para que ‘a população excluída [de 53 milhões] possa transitar para uma situação de inclusão social’, no âmbito de um programa integrado que supere as abordagens setoriais. (BOTELHO, 2002:8).

participação como parte dos discursos políticos, democráticos. Mas neste longo caminho para transformar o aparelho do estado, tais apelos poderiam ser mais eficazes se deixassem as vagas afirmações de princípio para apresentarem programas de ação setoriais e factíveis” (1988:80 apud LONDRES,91:18).

Para adensar a discussão sobre o tema e conceder mais legitimidade às medidas, inicialmente entendemos como necessário propiciar o encontro de gestores, intelectuais e demais segmentos afetos, em seminário que promova um *brain storm* e o entendimento comum e propicie, a curto e médio prazos, a elaboração de mais conhecimento sobre a questão do que as poucas iniciativas de que se dispõe até o momento. Como a questão da participação social é fulcral, e depende do incremento da visibilidade, e como este aumento depende das políticas públicas e do acesso ao conhecimento, sugerimos, além da criação dos COGER.

Que possam ser desenvolvidas ações dirigidas ao meio acadêmico, empresarial, aos museus de arqueologia e outros, para uma concentração de esforços para transferir o passivo e atualizar as informações sobre os bens arqueológicos, como se estivéssemos “no ano da documentação”.¹²² Órgãos de fomento e empresas poderiam ser solicitados a apoiar estas ações, estimulando a consolidação do SGPA. Ao final do prazo, após dispor pelo menos de uma amostragem significativa, seria criado o centro nacional de documentação arqueológica, como unidade pertencente ao IPHAN e vinculada ao MinC. A importância da centralização destes documentos já foi reforçada em 87 por Ulpiano Bezerra de Menezes¹²³, que inclusive, citou países em que este tipo de instituição já existe, como na Itália, Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na Holanda e no Peru, alguns mais voltados para mapeamento dos vestígios. O centro deveria receber uma contribuição orçamentária governamental, mas seria autônomo para se gerir e cobrar módicas taxas administrativas dos usuários para garantir a manutenção de hardware, software, estrutura e prestação de serviços permanentes para captação, processamento e disponibilização de informações. (O banco nacional dialogaria com os regionais e com alimentadores externos credenciados, sendo que grande parte das informações estaria disponível na internet, inclusive a literatura cinza.)

¹²² Talvez, mais melindroso do que tudo isso seja a administração das informações produzidas que, em muitos casos, não chegam nem ao conhecimento dos profissionais, muito menos do cidadão que é seu destinatário obrigatório. Esta falha é especialmente sentida nos projetos de salvamento arqueológico, nos quais por imposição da empresa ou excessiva ocupação do arqueólogo encarregado, muitas vezes os resultados permanecem inacessíveis. Sítios são destruídos ou descaracterizados, com rótulo de “salvamento” ou “ciência”, sem resultar em qualquer utilidade para alguém.” (SCHIMTZ 89:16).

¹²³ “Para uma Política Arqueológica da SPHAN” Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 22 - 1987.

Após um ano de trabalho concentrado de uma grande e articulada comissão científica (regionalmente representativa) sobre estes dados, estabelecer-se-ia o conteúdo consensual sobre o corpo de conhecimento produzido até o momento pela disciplina. A etapa seguinte seria a do “ano da devolução”, na qual os dados brutos e acesso a consultas interpretadas seriam agregados aos grandes esquemas genéricos com o quadro de ocupação e demais dados consensuais disponibilizados, de forma inteligível para a sociedade nacional. Os usuários seriam Medidas concomitantes estariam fomentando a produção destes dados sob a forma de diversos produtos, como gibis, cartilhas e videos, privilegiando a mídia televisiva, assim como fomentando a organização da sociedade civil para a defesa destes bens.

Após estes três anos de “mutirão”, as atividades seriam normalizadas e rotinizadas, agregando-se ao sistema o hábito de publicação do anuário, para registro dos dados de forma mais perene e ao alcance de outros segmentos da sociedade nacional e internacional. Finalmente, estaríamos mais preparados para efetuar gestões dirigidas a segmentos comunitários, visando consubstanciar os conselhos de gestão e lançar campanhas nacionais para preservação do patrimônio arqueológico, absorvendo e orientando a todos, como no “ano da preservação do patrimônio arqueológico”. Em geral os que chegam primeiro, são os que querem arcas da aliança, runas, barcos vickings ou extraterrestres e terão que encontrar um patrimônio “vivificado”, o suficiente para se sentir identificados também com a modesta cultura material dos não monumentais sítios arqueológicos dos grupos pré-coloniais que ocuparam o território nacional. Ações dirigidas também deveriam visar as áreas e sítios representativos que pudessem compor uma amostragem regionalizada mínima e qualitativamente diversificada para tombamento e disponibilização para turismo cultural.

Mesmo que não se consiga implantar este sistema, ou que as coisas não saiam como imaginamos, a partir da instalação da malha de conselhos e gerências executivas e do fomento a iniciativas arroladas, todos os anos serão de preservação do patrimônio arqueológico e nossa geração terá a marca e o orgulho de ter se auto-regulado e de ter avançado nos projetos de Aloisio, Rodrigo e Mário, em benefício próprio, das gerações futuras e do patrimônio mundial.

“As políticas de proteção ao patrimônio arqueológico devem ser consideradas pelos planejadores nos níveis nacional, regional e local”.

A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes que os patrimônios de uma população autóctone estiverem ameaçados. Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante de "conservação integrada".

Carta de Lausanne

BIBLIOGRAFIA

ALECIAN, S. & FOUCHER D. **Guia de Gerenciamento no Setor Público**. Brasília: Revan, 2001.

ARANTES, A. A. Cultura e Cidadania. **Cidadania – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 24, p. 9-13. 1996.

ARCHÉOLOGIE EN SUISSE. Société Suisse de Pré-histoire et d'Archéologie. Suíça. folder.

BANDEIRA DE MELLO, C.A. **Curso de Direito Administrativo**. Malheiros. 10 edição rev. atual. e ampliada.

BELTRÃO, M .C. et alli. Mesa Redonda: Patrimônio Arqueológico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.22. 1987.

BEZZERRA DE MENEZES, U. “ La `New Archaeology´ : L´Archeologia como Scienza Sociale. “In: **Dialoghi Archeologia**, 3º S. Ano 1, n. 1, Ed Quasar, Itália. 1984.

- **Identidade cultural e arqueologia: valorização do Patrimônio arqueológico brasileiro**. In: A Bosi (ed), **Cultura Brasileira, Temas e Situações**, Ed. Ática, São Paulo. 1987.

- **Para Uma Política Arqueológica do IPHAN**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. p. 206-209. 1987.

BOMENY, H.B. (et alli). **A Invenção do Patrimônio: Continuidade e Ruptura na Constituição de uma Política Oficial de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.

BRANDÃO, C.R. (et alli). **O Difícil Espelho: Limites e Possibilidades de uma Experiência de Cultura e Educação**. Rio de Janeiro: IPHAN / DEPRON, 1996.

BRUNO, M.C.O. “**A Museologia a Serviço da Preservação do Patrimônio Arqueológico**”. In: Revista de Pré-História. Vol.VI. São Paulo. USP. 1984.

CALDARELLI, S.B. **Política Cultural, Legislação Ambiental e Atuação Profissional da Comunidade Arqueológica Brasileira**. Resumos da VI SAB. 1991.

CALDARELLI, S.B. & BRUNO, M.C.O. **Arqueologia e Museologia: Experiência de um trabalho integrado. Pesquisas e Exposições do Instituto de Pré-História da USP**. Revista de Pré-História. Vol.III, nº 4. São Paulo.

CAPEL, H.& TORRES DE SOUZA, M. A. “ **Cultura Material – Uma fonte Legítima? A contribuições da Historia e da Arqueologia para o debate**” In: Revista do IGPA, N. 02. 1998.

CERRI, C. **A galhardia do Amapá, um estado em fraldas, aprendendo a andar - Uma Ponte Entre Dois Mundos.** p. 50 - 59 Globo Rural. Ano 16 N° 186 Abril 2001.

CELSO, M.G. L. & PLAZA, G. de C. **Importancia de la Arqueología en la Educación.** In: Anais do IX Congresso da SAB. Disponível em:<file://D:\trabalho\00000007\trabalho.htm.> Acesso em: 18 mar 2002. CDRoom dos Anais do IX Congresso da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira.

CHINELATO FILHO, J. O & **M Integrado a Informatica.** Livros Tecnicos e Cientificos Ed. RJ. 1999.

COMTE, Augusto **Plano dos Trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade.**In: Opúsculos de filosofia social. Porto Alegre/São Paulo:Globo/EDUSP, 1972. p.102

CONNERTON, P. **Como as Sociedades Recordam.** In: A Memória Social.

CONWAY, M. A. **El Inventario de la Experiencia: Memoria e Identidad.** In: Memorias Colectivas de Procesos Culturales y Políticos.

CRUCES, F. **Problemas en Torno a la Restitución del Patrimonio. Una Visión Desde la Antropología.** Alteridades. p. 75-84. 1998.

CYTRYNOWICZ, R. **Lugares da Memória.** São Paulo. URBS, ano 5, n. 24, dez.2001/ jan.2002.

DURHAM, E. R. **Cultura, Patrimonio, Preservación.** Alteridades. p.131-136 1998.

DURRANS, B. **Theory, profession, and political role of archaeology.** In Shennan (ed) Archaeological Approches to Cultural Identity, pp. 67-75. One World Archaeology. Unwin Hyman, London. 1989.

EMBRATUR. **Manual de Ecoturismo.** Brasília. 1994.

FALCÃO, J. **Política de Preservação e Democracia.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 20, p. 45-49.1984.

FAUSTO, C. **o Conceito de Cultura e o Hiato entre Disciplinas.** In: Anais do IX Congresso da SAB. p. 1-4. Disponível em:<file://D:\trabalho\00000074\trabalho.htm>. Acesso em:18/03/2002.

FONSECA, M .C. L. **A Política Federal de Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro: Algumas Considerações.** Coleção Arqueológica N°1.Brasília: . Ed. UnB. 1991.

- **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN, 1998.

FORTUNA, C. A. & POZZI & CANDIDO, M. M. D. **A Arqueologia na Ótica Patrimonial: uma proposta para ser discutida discutida para arqueólogos brasileiros.** In: Revista do Museu Arqueológico do Xingu – Canide nº 1. 2001.

FUNARI, P. P. A. **A Importância da Teoria Arqueológica Internacional para a Arqueologia Sul-Americana: O Caso Brasileiro.** Revista MAE. Suplemento 3. 1999.

GEERTZ, C. **O saber local** : novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1998

GUAPINDAIA V. & SOUZA, S. M. M. **Cultura Maracá.**

GUIMARÃES, C. M. **“Arqueologia: Identidade e cidadania”.** Livro de resumos: SAB 2001 – A arqueologia no novo milênio – XI congresso da sociedade de arqueologia brasileira. 2001.

HOBBSAWN, E & T. RANGER. **A Invenção das Tradições.** Petrópolis. Paz e Terra, 1990.

HOFFMAN, T. L. & KWAS, M. L. & SILVERMAN, H. **“ Heritage Tourism and Public Archaeology”.** The Magazine of the Society for American Archaeology. Vol 2. nº 2. March 2002.

HORTA. M. L. P. & GRUMBERG, E. & MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial** Ed. Museu Imperial / IPHAN / MinC. 1999

ICOMOS. **A Carta Internacional do ICOMOS sobre Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático.** Bulgária. out. 1996.

ICOMOS-ICAHM. **Charte Pour la Protection et la Gestion du Patrimoine Archaeologique.** 1990.

ICOMOS **Charte of Cultural Tourism.** Disponível em: <http://www.icomos.org>. Acesso em: 25 jan. 2002.

IPHAN, Normas de Turismo Cultural. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2002.

IPHAN, **“Para uma política Arqueológica da SPHAN”.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 22. 1987.

IPHAN, EMBRATUR & DENATRAN. **Guia Brasileiro de Sinalização Turística.** Brasília. 2001.

INDIRENA. **Manual de Senderos de Interpretación Ambiental** República de Colômbia – Ministério de Agricultura.

IGPA/UCG. Carta de Goiânia – **Posição dos Arqueólogos Brasileiros Frente à Política do Patrimônio Arqueológico Nacional**. III Reunião Científica da SAB.1985.

JECKER, A. E. & SEGALA, L –**Projeto Interação – entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país** . FNPM / SPHAN / MEC / FNDE / FUNARTE / artes Cénicas.Ed. Memórias Futuras . Rio de Janeiro 1995

JULIANI, L. J. C. O. **Diagnóstico e Propostas para um Plano de Gestão Arqueológica do Município de São Paulo**. São Paulo. 2000.

- **O Papel das Administrações Públicas Municipais na gestão dos Recursos Arqueológicos e a Inserção do Patrimônio Cultural nas Políticas Ambientais Municipais**.São Paulo. 2000.

KEITH, K. **L’Organisation de L’ Archéologie aux États-Unis**. Les Nouvelles de L’Archaeologie. n. 85, 3 sem. 2001.

KERN, A. A. **A Carta Internacional da Arqueologia ICOMOS**. EDIPURS. Rio Grande do Sul. 1995.

KERN, D. C. & COSTA, M. L. ;& FRAZÃO, F. J. L. “**Estudos dos solos com Terra Preta Arqueológica na Amazônia**”. Livro de resumos: SAB 2001 – A arqueologia no novo milênio – XI congresso da sociedade de arqueologia brasileira. 2001.

Laws, Regs. & Standards. Disponível em: <http://www.cr.nps.gov/linklaws.htm>.

LANDA, B. dos S. **Educação Patrimonial Através de Oficinas de Arqueologia**.

LARAIA, R. B. **Cultura Brasileira, Uma Abordagem Antropológica**. Jorge Zahar, 1988.

LITTLE, B. J. **Resource Guide to U.S. Federal Agency Public Outreach and Education for Archaeology** The Magazine of the Society for American Archaeology. vol. 2 n. 2 .march 2002

LE GOLF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LIMA, T. A. A Ética que Temos e a Ética que Queremos: (ou **Como Falar de Princípios Neste Conturbado Fim de Milênio**). p.1-5. Disponível em:talima@montreal.com.br. Acesso em: 18 mar. 2002.

LOVISOLO, H. A Memória e a Formação dos Homens.In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, vol. 2 , n. 3, p. 16-28.1989.

MANNHEIM, K. (1952). The problem of generations. In: K. MANNHEIM (Ed.). **Essays on the Sociology Knowledge**. (pp. 276-321). London: Routledge & Keegan Paul. Ltda.

MACHADO, G. **A Situação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Atual Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. Câmara dos Deputados. Minas Gerais. 1999.

MAGALHÃES, Aloísio. **É Triunfo? A Questão dos Bens Culturais no Brasil**. Ed. Nova Fronteira. Fundação Nacional Pró-Memória. 1985.

MALINOWSKI, B. **Uma Teoria Científica da Cultura**. Rio de Janeiro. Zahar, 1975.

Mercado Livre Brasil – **Para Comprar e Vender de Tudo**. Disponível em:<http://www.mercadolivre.com.br>. Acesso em: 28 ago 2002

MARE. **Agências Executivas**. p. 7-25. Brasília. 1998.

MARE. **As Mudanças Legais e Institucionais. Os Avanços da Reforma na Administração Pública 1995-1998**. p. 64-67. Brasília. 1998.

MARES DE SOUZA, F. C. F. **Bens Culturais e Proteção Jurídica**. Ed.Unidade Editorial, Porto Alegre. Secretaria Municipal de Cultura. 1999.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Manual de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. 1993.

MORLEY, E. J. **Fazer Arqueologia: Resgatar Memórias**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. p.212-214.1987.

MURTA, S. M. & GOODEY, B. **Interpretação do Patrimônio para o Turismo Sustentado – Um Guia**. SEBRAE (MG). – Belo Horizonte: 1995.

NADAL, O. **Patrimonio Cultural, Una Estrategia para Pasado y Presente**.

Office Fédéral de la Culture. Disponível em:www.culture-suisse.admin.ch. Acesso em: 16 set. 2002.

OLIVEIRA, Roberto C. de .**Os (Dês)caminhos da Identidade**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.15, n 42, fev. 2000.

ONG, W. J . **The orality of language**. In: Orality and Literaty The Technologizing of the Word.Nova Iorque. METHUEN.

PACHECO FIORILLO, C.A. **Estatuto da Cidade Comentado – Lei 10.257/2001 – Lei do Meio Ambiente Artificial**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais , 2002.

PARDI, M. L. F..**Ações jurídicas da 9ª SR – IPHAN na Defesa do Patrimonio Arqueologico Brasileiro** p.158. Resumos do XI Congresso da SAB. Rio de Janeiro. 2001.

- . **“Alta Floresta e o rio Teles Pires – MT – Documentação produzida a partir de uma vistoria do IPHAN”**, - Anais da VIII reunião científica da SAB 1995. EDIPUCRS.1995.

I - . **“Frentes de Expansão. Seu Potencial e Impacto Sobre o Patrimônio Arqueológico – O Caso da Amazônia Matogrossence a Partir de um Reconhecimento**

da 14ª CR / IPHAN”, Coleção Arqueologia. Porto Alegre SAB 1995. EDIPUCRS ,n. 1, v.1,p. 289-306,1995-96.

-.“Projeto de Regularização do Uso Turístico do Patrimônio Arqueológico na Região do Município de Palestina de Goiás – GO” – (ms) arquivo 17ª Sub-R/ 14ª SR/IPHAN – 2000

-. “Proposta de Tombamento Taihãntesu – MT Vistoria 98” (ms) arquivo 18ªSR/14ª SR/IPHAN

-. Relatório de viagem - Ilha dos Martírios PA / TO (ms) arquivo 2ª e 14ª SR/IPHAN 2000.

- . Relatório de viagem para 15 a verificação de informações arqueológicas no setor estuarino do Estado do Amapá-24/10/01 (ms) arquivo 2ª SR/IPHAN 2001

. Relatório do Piauí (ms) arquivo 1ª CR/IPHAN

- . Relatório do Vale dos Sonhos (ms) 14aSR/IPHAN

-.SPHAN – IBPC , Informações sobre o Orgão de Preservação do Patrimônio Brasileiro .Revista de Arqueologia MAE-USP, 4:230-236,1993-94.

“Arqueologia Subquática – A Questão Legal” – Revista de Arqueologia 8(2): 429-427,1994 – 95.

Trabalho da Chapada dos Guimarães, 18aSubR II/ 14ª SR IPHAN.

- “Turismo cultural em sítios rupestres de Serranópolis e Palestina de Goiás”.Livro de resumos: SAB 2001– A arqueologia no novo milênio – XI congresso da SAB. 2001.

PARDI, M.L.F., IQUEGAMI, A.E.F. “Preservação do Patrimônio e Levantamento Arqueológico da Região de Ouroeste – SP” - Anais da X Reunião Científica da SAB 1999. UFPE. 1999.

PARDI, M.L.F.;MIGLIACIO,M.C.; PINA DE BARROS,E. - Museu Oficina Kuikare. Processo Integrado de Resgate Cultural Bakairi. Ed. Fundação Nacional Pró – Memória / SPHAN – MinC, 1988.

PARDI, M.L.F.; RANGEL, Z.; CORADEL, A. “Levantamento do Patrimônio Arqueológico da Região de Monte Mor – SP” - Anais da X Reunião Científica da SAB 1999. UFPE. 1999.

PÉREZ-RUIZ, Maya L. **Construcción E investigación del Patrimonio Cultural**. Retos en los Museos Contemporáneos. In: *Alteridades*. P.95-113. 1998

PINHEIRO DA SILVA, R.C. Sobre a Preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. p. 210-211.1987.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p. 200-212. 1992.

-.Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. São Paulo. Revista dos Tribunais, n. 3, p. 3-15. 1989.

RENFREW, C. & P. BAHN. **Archaeology: Theories, Methods and Praticce**, In. Thames & Hudson, London.1991. (traduzido para o espanhol).

SAB. Anais da reunião científica da SAB. CD room. RS: PUC

SAB. **Resumos do XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro. 2001.

SANTOS, M.V. M. & OLIVEIRA A.G. **A Relação Possível entre a Questão Indígena e o Patrimônio Cultural**. Subsídio INESC, Brasília, Ano 5, n. 31, p. 1-12, maio. 1997.

SCHIMTZ. P.I. **Avaliação e Perspectiva da Arqueologia Brasileira**. Canindé, Xingo, n. 1. dez. 2001.

-. **O Patrimônio Arqueológico Brasileiro**. Revista de Arqueologia. v. 5. 1988.

SECRETARIA DE GESTÃO. **Orientações Gerais Sobre o Projeto Padrões de Qualidade do Atendimento ao Cidadão**. Brasília. 2001.

SYMANSKI, L.C.P. “As teorias da Arqueologia e suas relações e contrastes com a história”. In: **Revista de Pós Graduação da História**, vol 1, n. 2, p 26 – 33, 1997.

SERRÃO, Mônica A. & Márcia G. S. Mello. **Arqueologia e Educação Ambiental: Valendo-se do Passado como Instrumento de Conscientização Ambiental**.Disponível em: <file:///D:/trabalho/00000035/trabalho.htm>. Acesso em: 18 março de 2002.

SOUZA, M. A. Torres de. **Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII**. In: ZARANKIN, Andrés & SENATORE (Orgs.), Maria Ximena. *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul – Cultura Material, Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002.

TAUKANE, C. E. & TAUKANE D. Y. **Egá Kura Waunlo Xina – Veja Nosso Povo, Somos Assim**.- Ed. Museu Kuikare – Programa Artíndia - Funai. Brasília. 1993.

THE SAA ARCHAEOLOGICAL RECORD: **The Magazine of the Society for American Archaeology**. Washington: SAA, n. 2, v. 2,mar. 2002.

TILDEN, F. **Interpreting our Heritage**, Chapel Hill, University of North Carolina Press. (1967).

TOCHETTO, F.B. ; J.A. dos REIS. **Cidadania e Pertencimento: uma experiencia de interação entre arqueologia e educação patrimonial**. Atas da X Reunião de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro. CD-ROM. 2000.

UNIÃO EUROPEIA & EMBRATUR **Manual de Ecoturismo** Commission des Communautés Européennes / Instituto Brasileiro de Turismo / MICT – 1994

VASCONCELLOS, C. de M. **A pre-historia brasileira no livro didatico**. In: Tenorio, M. C.; R.C. Franco (org), Seminario para implantação da Tematica Pre-Historia Brasileira no Ensino de 1.,2., e 3., Graus, pp 14-20. Museu Nacional, Rio de Janeiro. 1994.

VELOSO, M. **“Patrimônio cultural e patrimônio arqueológico: relações possíveis”**, Livro de resumos, p. 38 - SAB 2001 – A arqueologia no novo milênio – XI congresso da sociedade de arqueologia brasileira. 2001.

VEVERKA, John A. **Interpretive Planning for the Next Millenium – The “Product of the Product” – “Outcome Based Planning” and the “Experience Economy”**. Disponível em: <http://www.ipg.uni-freiburg.de/forschung/ap6/interpret-europe/navigation.htm>. Acesso em: 14 maio de 2002.

- **Marketing Basics for Interpretive & Heritage Sites and Attractions – It’s All About the Visitors**. Disponível em: <http://www.heritageinterp.com>.

- **Why Heritage Sites Need Interpretation for Their Long Term Survival**. 2000. . Disponível em: <http://www.heritageinterp.com>.

WARNIER, Jean-Pierre. **A Mundialização da Cultura**.

WATSON , P.J. **A parochial primer: the dissonance as seen from the Midcontinental United States**, In: R.W.Preucel (ed.), Processual and Postprocessual Archaeologies: Multiple Ways of Knowing the Past. Occasional Paper N. 10 pp 265-274. Carbondale, Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University, 1991.

WOORTMANN,E.F. **Homens de hoje, Mulheres de ontem – Gênero e Memoria no Seringal**. In: FREITAS, C. B. de.(org.). **Memória – Anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia** da Universidade Católica de Goiás. Goiânia. UCG. 1998.

WÜST, I. **“Coroa Vermelha revistada: o papel da cultura material na Invenção de tradições”**. Livro de resumos: SAB 2001 – A arqueologia no novo milênio – **XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. 2001**.

- **O Patrimônio Arqueologico dos Estados de Goias, Tocantins, Mato Grosso e Distrito Federal – Um Inventario Analítico**. (ms) apresentado no Congresso da SAB, Porto Alegre. 1995.

WUST, Irmhild. **Conhecer para Preservar: O Patrimônio Arqueológico Dos Estados de Goiás, Tocantins E Distrito Federal – Um Balanço Crítico.** Apresentado na reunião Científica da SAB. Porto Alegre 1994.

A Ocupação de Goiás antes da chegada do Europeu (Goiás Pré-Colonial) in Atlas Histórico Goiás Pré-Colonial e Colonial, vol 1 Mendes Rocha, L. (org), Ed. Cecab, Goiânia 2001.

GLOSSÁRIO

ABRIGO SOB ROCHA. Designação tomada da geomorfologia para indicar sítios arqueológicos em lapas ou cavidades rochosas, onde a altura (ou largura) da entrada é maior do que a profundidade. Também pode indicar paredões inclinados para frente ou com a parte superior saliente, que podem proteger uma zona mais ou menos grande. É uma classificação morfológica, sem significação cultural. São freqüentes as expressões: Abrigo pré-cerâmico; Abrigo funerário; Abrigo rupestre, etc.

ACAMPAMENTO. Sítio arqueológico com evidências de permanência temporária ou semi-temporária. É uma classificação funcional. São freqüentes expressões como Acampamento temporário (redundância); Acampamento semi-temporário; Acampamento pré-cerâmico; Acampamento Tupi-Guarani; Acampamento lítico; Acampamento de caça; Acampamento para coleta de moluscos etc.

ACESSIBILIDADE. Do ponto de vista do turismo, é o conjunto de vias ou modos de deslocamentos, existentes no meio urbano ou rural, para se atingir os atrativos.

ANTROPOLOGIA FÍSICA. Ramo da Antropologia que estuda as características físicas, somáticas e genéticas do Homem.

ANTROPOMORFO. Diz-se do motivo ou objeto que tem forma humana.

ÁREA CULTURAL. Área onde os dados arqueológicos, etnográficos e históricos são coincidentes.

ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA. Campo da arqueologia voltado para a recuperação dos testemunhos navios naufragos, cidades submersas, materiais lançados intencionalmente, (pré-históricos ou históricos) que permanecem sob a água. É praticada tanto em mares e oceanos como em rios e lagos, e até em grutas inundadas.

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA. O estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo originário da Europa do século XV e ainda em ação hoje. (OSER JR.C. E., 1992: 131).

ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA. No Novo Mundo, o estudo arqueológico dos povos nativos antes do contato com exploradores e colonos europeus. (OSER JR.C.E., 1992:132).

ARTE RUPESTRE. Toda e qualquer manifestação plástica pré-histórica que tenha por suporte a pedra. Geralmente classifica-se em Grafitos, Pinturas Rupestres, Petroglifos e Arte Mobiliar.

ATERRO. Elevação artificial do solo. Classificação morfológica. ___ Elevação artificial em zonas inundáveis. No Rio Grande do Sul, recebeu o nome de Cerrito.

ATIVIDADE. Reagrupamento de tarefas elementares a serem cumpridas independentemente do nível de responsabilidade. A natureza dessas tarefas serve de base para a determinação de empregos-tipos.

BLOCO TESTEMUNHO. Designa, quando da escavação de um sítio, uma porção preservada para futuros estudos.

CADASTRO DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO. O registro do sítio feito pelo e no IPHAN, o partir de ação direta ou pela revisão, numeração dos registros recebidos no cadastro oficial.

CAMADA. Superposição de estratos, de composição natural ou artificial. ___ Estrato horizontal ou não, com características próprias, numa estratificação. ___ Leito ou estrato de rocha maciça, em depósito natural.

CAMADA DE OCUPAÇÃO. "... em teoria, trata-se da acumulação dos detritos e detritos das atividades humanas, sobretudo as domésticas; na prática, é confundida com um aporte voluntário e limitado no tempo, uma área de habitação servindo, por exemplo, depois do seu abandono, como lixeira, local de descarga para área de habitação próxima. Dever-se-á distinguir a 'camada-lixeira' pela desagregação: o essencial do material de uma camada de habitação jaz em posição horizontal ou sub-horizontal, enquanto que as inclinações serão geralmente muito mais variadas e acentuadas em uma 'lixeira' ". (FERDIERE, A., 1980:31).

CASAS SUBTERRÂNEAS. As casas subterrâneas são sítios arqueológicos peculiares de grandes altitudes, podendo, também, raramente, serem encontradas no litoral da região sul de Santa Catarina. Apresentam-se como buracos abertos no solo, variando de 2 a 20 metros de diâmetro e podendo alcançar 6 metros de profundidade. Serviram de habitações de populações pré-históricas, podendo ser encontradas do Rio Grande do Sul a Minas Gerais. (As populações do passado, Exposição arqueológica itinerante Coleção Pe. Rohr).

CAVERNA. Designação tomada da geomorfologia para indicar sítios arqueológicos em grutas ou cavernas, as quais são definidas como locais em que a altura ou largura da entrada é menor que a profundidade. As grutas podem ser melhores definidas a partir do coeficiente A_i/A_p , em que A_i é a área de iluminação, a qual corresponde à área de entrada, e A_p é a área de piso. Se $A_i/A_p < 1$ trata-se de uma gruta. Em caso contrário, será um abrigo sob rocha. Classificação morfológica. O mesmo que gruta. ___ Cavidade de rocha, onde a profundidade é maior que a abertura.

CEMITÉRIO. Sítio arqueológico em que ocorre, de forma predominante, sepultamentos (inumação, enterramentos, enterros), os quais podem ser primários ou secundários, diretos ou em urnas, classificação funcional. Utilizam-se Expressões como Cemitério Tupi-guarani, etc.

CERÂMICA. Artesanato de barro queimado. Com a queima acima de 400°, a argila torna-se impermeável, originando a cerâmica. Acima de 700° já se tem cerâmica de muito boa qualidade, bem queimada - os cronistas referiam-se à cerâmica amazônica como porcelana e

a consideravam melhor que a européia. A temperatura da queima depende do tipo e da quantidade de madeira empregada.

CERIMONIAL. Local onde reúnem-se evidências de praticas religiosas e/ou sociais. Classificação funcional.

CERRITO. Gênero de sitio arqueológico do litoral do Rio Grande do Sul, que se caracteriza por ser constituído quase integralmente por restos esqueléticos de peixes e, em menor quantidade, de aves e mamíferos. Assemelham-se aos Sambaquis, devendo ser testemunhos das atividades de pescadores e caçadores adaptados ao litoral. Existem cerritos pré-cerâmicos e cerâmicos, os mais antigos com idade em torno de dois mil anos. Classificação funcional.

CLASSE. Sub-conjunto de uma Classificação que agrupa espécimes com características comuns. É freqüente, os integrantes de uma classe apresentarem pequenas variações com relação aos outros. Cada classe corresponde a um conceito.

COMPETÊNCIA. Qualidade profissional constituída do conjunto de “saberes”, “habilidades” e do “saber-ser” caracterizando o individuo no exercício de suas funções.

CONTROLE DE GESTÃO. É o conjunto das informações produzidas por uma organização para ajudar os responsáveis operacionais a administrar sua gestão.

CONTEXTO REGIONAL. A informação básica sobre a área em estudo e relação com sua história, seu passado e sua utilização presente pelo homem. (McGIMSEY & DAVIS 1977).

COPRÓLITO. Evidencia arqueológica ou paleontológica constituída por restos fecais desidratados ou mineralizados, que conservam-se acidentalmente em camadas de sedimentos, em estruturas ou locais de defecação, associados a corpos de animais e do próprio homem, ou no interior de exemplares mumificados. Mostram conservação variável e de um modo geral são de grande interesse informativo para a arqueologia por preservarem informações sobre espécies biológicas, hábitos alimentares, doenças ou parasitoses intestinais, condições ambientais, praticas de higiene, etc.

CULTURA DE ORGANIZAÇÃO. É o conjunto dos elementos que permitem a seus membros viver, se comunicar e trabalhar juntos. É a maneira coletiva de se resolver os problemas.

DATAÇÃO ABSOLUTA. Datação arqueológica obtida por meio de análises físico-químicas ou biológicas, que permitem estimativas bastante precisa da idade de um objeto, monumento ou piso cultural.

DATAÇÃO CARBONO 14. Método de datação baseado no estudo da desintegração periódica de um determinado isótopo do carbono. As datas C14 são geralmente fornecidas, salvo menção contrária, em anos convencionais, isto é, antes do presente (BP= before present). 1950 sendo, por convenção internacional, o ano de origem: 4500 BP = 4500 anos antes de 1950. Em conseqüência, as das fornecidas em anos antes de Cristo (BC= before Christus) são calculadas retirando-se 1950 da data BP: 4500 anos = 4500 – 1950 seja 2550 BC. Essa cronologia convencional é utilizada por todos os pré-historiadores. Entretanto, pesquisadores tendo mostrado que a taxa de Carbono 14 da atmosfera variou ao longo dos

tempos, foram estabelecidas curvas de correção das datas Carbono 14 até cerca de 6000 anos graças a dendrocronologia. (MAZIERE, M., 1991:90)

DATAÇÃO RELATIVA. Técnicas de datação baseadas principalmente na posição estratigráfica. O artefato, estrutura ou evidencia que esteja abaixo de outro, no contexto de um sítio arqueológico intacto, será certamente mais antigo.

DECAPAGEM. (da palavra francesa “décapage”), técnica e escavação, que tenta seguir a microtopografia pré-histórica.

DESCOBERTA FORTUITA. Designa uma descoberta ou achado ocorrido de forma não intencional

DIFUSÃO. Passagem de um ou mais traços culturais de uma cultura para outra. A difusão pode dar-se tanto por movimentos migratórios como por copia ou imitação.

DIFUSIONISMO. Corrente teórica que advoga a tese de que a cultura humana desenvolveu-se por Difusão e aprimoramentos locais. Para os ultradifusionistas é impossível a ocorrência de duas invenções similares, em dois locais distintos, sem que tenha existido contactados entre ambos. Opõe-se ao Paralelismo.

DUNA SÍTIO EM. Tipo de sítio arqueológico do litoral (ES-RS), pré-cerâmica, intrusiva, à superfície. Caracteriza-se por ocupar o topo e áreas à sotavento das dunas estáveis, e, por apresentar artefatos líticos, predominantemente, elaborados sobre lascas, com alguns tipos polidos (laminas de machado, quebra-coquinho, etc) sobre seixos. As matérias-primas são quartzo hialino, rosa e leitoso, gnaiss, diabásio e granito. Apresenta restos esqueléticos de peixes, aves e mamíferos, e sepultamentos humanos, com pouca quantidade de conchas, e sofre intensamente a ação erosiva dos ventos marítimos. Classificação morfológica.

EFICÁCIA. Medida do grau de alcance de um objetivo (= relação entre resultado atingido e o resultado procurado).

EFICIÊNCIA. Medida da amplitude dos meios disponibilizados para atingir um objetivo (= relação entre o resultado obtido e os meios disponibilizados para atingi-los)

ENTERRAMENTO. Ato ou maneira de depositar o morto. Sepultamento, inumação. O enterramento pode ser primário, se é realizado de uma só vez, ou secundário, se apresenta duas ou mais etapas; direto, se o corpo é posto diretamente de encontro à terra, ou indireto, se em urna ou outro tipo de receptáculo; simples, se não apresenta acompanhamento, ou com mobiliário funerário; individual ou coletivo, etc. O termo é empregado erroneamente como sinônimo de sepultura. Com esta última asserção, deve ser evitado.

ESCAVAÇÃO SISTEMÁTICA. Escavação em mais de 50% da área do sítio. É, a única forma de, probabilisticamente, obter-se amostragens significativas de todas as evidências do sítio.

ESTEARIA. Habitação lacustre construída sobre estacas (casas pernaltas, palafitas). Estearias, em arqueologia, são sítios lacustres em que são encontrados os esteios remanescentes e cerâmica modelada com motivos zoomorfos e antropomorfos, típicos do Maranhão. O mesmo que Estearia. Classificação cultural e morfológica.

ESTRATIGRAFIA. A superposição dos níveis sucessivos em um mesmo meio forma uma seqüência estratigráfica, cujo estudo permite reconstituir a história da cultura material dos homens que se sucederam no sítio por meio de uma série de comparações e análises. Estudo das camadas ou estratos que aparecem superpostos num corte geológico. Em arqueologia, estudo dos sucessivos pisos de ocupação ou assoalhos culturais. A estratigrafia é o principal método de datação relativa. Numa escavação arqueológica pode-se seguir a estratigrafia natural do sítio ou, se for aconselhável, adotar uma estratigrafia artificial, com estratos de espessura constante, arbitrariamente estabelecidos, geralmente com 10 ou 20 cm de espessura. A lei de superposição estabelece que, quando um depósito se superpõe a outro, o superior deve ter-se acumulado depois da inferior, desde que não tenham ocorrido perturbações posteriores. Os termos depósito, capa, estrato ou nível podem empregar-se em sentido amplo para indicar distinção concreta do solo.

ESTRUTURA. A estrutura de uma organização é a formalização da repartição das missões e funções a serem realizadas por esta organização entre diferentes sub-conjuntos (direção, serviços) definidos em esta ocasião, e das ligações estabelecidas entre estes sub-conjuntos.

ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA. Os vestígios de um sítio não aparecem isoladamente, mas em conjunto, cujo sentido procuramos desvendar. Assim uma estrutura arqueológica é um conjunto significativo de vestígios. Nesse aspecto, um buraco escavado dentro de um solo endurecido e avermelhado é um vestígio, e carvões pré-históricos são outros vestígios; mas o preenchimento por carvões, por carvões, de uma fossa, endurecida pelo calor, forma uma estrutura de combustão, neste caso, uma fogueira. Os vestígios se explicam um pelo outro, numa totalidade inteligível. Tratando-se de arte rupestre, a identificação de constantes permite evidenciar estruturas. Por exemplo, a associação preferencial entre certos temas, certas cores ou até posições topográficas.

FUNÇÃO. Conjunto de atividades ligadas a um emprego (sentido funcional) ou a um cargo de trabalho.

FUNDO DE CABANA. Designação genérica para várias marcas circulares ou elípticas de cabanas, próximas entre si, as quais não apresentam evidências claras de serem contemporâneas. Classificação morfológica sem significado cultural.

GERENCIAMENTO POR OBJETIVOS. Processo pelo qual um responsável hierárquico e seu colaborador estabelecem e negociam os meios e os prazos requisitados para atingir objetivos a serem realizados. Os objetivos inscrevem-se nas orientações gerais da organização e concretizam as prioridades da unidade de trabalho considerada.

GESTÃO ESTRATÉGICA DA FORÇA DE TRABALHO OU DAS COMPETÊNCIAS (OU GESTÃO ANTECIPADA OU GESTÃO A CARÁTER DE PREVISÃO). Concepção, estabelecimento e acompanhamento de políticas e de planos de ações coerentes procurando realizar de maneira antecipada a adequação entre as necessidades e os recursos humanos da organização, em termos de efetivos e de competências, em função de seu plano estratégico.

GPS. O Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América do Norte opera e mantém o Sítio Global de Posicionamento (Global Positioning System – GPS) de satélites, os orbitam a Terra a uma altitude de aproximadamente 20.000 Km. Cada satélite tem seu próprio sinal de identificação e padrão de transmissão. Os receptores GPS, no solo,

monitoram os satélites e calculam a posição (latitude, longitude ou altitude) do ponto onde se encontram, usando os dados fornecidos pelos tais satélites. São aparelhos portáteis, facilmente transportáveis, muito úteis na localização de sítios arqueológicos. Existem monitores GPS que monitoram de

GRAFISMO RUPESTRE. O TERMO TEM SIDO UTILIZADO COMO SINONIMO DE Arte Rupestre ou Sinalização Rupestre.

IDENTIFICAÇÃO (SÍTIO). Listagem de atributos do sítio que o caracteriza, enquanto vestígio de ocupação humana.

INDÚSTRIA. Associação de artefatos ou utensílios do mesmo tipo que se repete de tal forma que parece indicar pertencerem a uma mesma cultura.

INSCRIÇÕES RUPESTRES (OU GRAFISMOS, ARTE RUPESTRE, ETC). “... pinturas e gravuras deixadas pelo homem em suportes fixos de pedra (paredes de abrigos, grutas, matações etc). A palavra rupestre (...) vem do latim ruper-is (rochedo); (...) alguns autores denominam as figuras pintadas “pictográficas” e as gravuras “petroglifos” (...) A palavra tupi itacoatitara (=pedra pintada) é freqüentemente usada para denominar os rochedos decorados .”

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DE SINALIZAÇÕES. Tipo de pesquisa voltada para estudo da Arte Rupestre, que não envolve escavações. Consiste na aplicação de um formulário ou matriz de registro de dados a um painel ou sítio deste gênero, mapeando e documentando todas as evidências disponíveis.

MALACOLOGIA. Disciplina que estuda as conchas de moluscos e gastrópodes. Esses restos constituem excelentes “marcos” até mais de 24 mil anos cronológicos.

MATERIAL DE SUPERFÍCIE. Material encontrado nas partes externas do sítio, ou aqueles elementos coletados sem sistematização.

MATERIAL ROLADO. Artefatos fora do contexto.

MISSÃO. Ela define a ou as finalidades principais de uma unidade.

MOBILIZAÇÃO DAS ENERGIAS. Consiste em definir as opções fundamentais sobre as quais tenta-se motivar e fazer convergir os esforços de todos para executar missões que são atribuídas à organização.

NEGOCIAÇÃO RACIOCINADA. Esse método se fundamenta em duas hipóteses:

- Os protagonistas comparecem para resolver um problema;
- O objetivo da negociação é de fechar, de maneira amistosa, um acordo judicioso e eficaz, isto é, com benefício e satisfação para as diferentes partes.

NEOBRASILEIRO (SÍTIO). Sítio arqueológico que testemunha o contacto (e os processos aculturativos) entre as populações pré-cabralinas e os europeus. Classificação cronológica.

NÍVEIS ARBITRÁRIOS. São mais usados pela maioria dos arqueólogos brasileiros. São camadas de sedimento de espessura constante (8, 10 ou 15 cm, em geral), retiradas e consideradas como unidades de escavação. Todos os vestígios encontrados naquela espessura são assim considerados cronologicamente próximos.(...) Esta técnica deve ser reservada aos sítios ou camadas de sítios nos quais os níveis naturais não podem ser percebidos (densidade fraca dos vestígios, ausência de nítida descontinuidade vertical entre eles, aliados a uma grande homogeneidade da matriz sedimentar) (...) Certos arqueólogos tentam escavar exclusivamente por níveis naturais, enquanto outros só querem usar unidades arbitrárias. Em boa lógica, o próprio sedimento e os vestígios devem sugerir a escolha, sendo preciso, por vezes, combiná-los no mesmo sítio.

NÍVEL DE OCUPAÇÃO. “...de forma absoluta, toda superfície superior de uma camada arqueológica é, em dado momento, mesmo que muito breve, um nível de ocupação no qual o homem pisou antes de ser depositada a camada seguinte; essencialmente, um nível de ocupação não tem existência material, presença física (outra que uma eventual compactação mais ou menos acentuada da superfície): trata-se do limite entre duas camadas...”.

NÍVEIS NATURAIS. São extensões de vestígios que o arqueólogo considera terem sido depositados durante um lapso de tempo limitado; no mínimo durante um a ocupação culturalmente homogênea. Neste caso pode ser realizada uma escavação extremamente minuciosa, permitindo a localização dos vestígios isócronos em mapas de distribuição para cada nível, visando evidenciar-se a estrutura de ocupação.

OFICINA LÍTICA. Local onde se evidencia o fabrico de artefatos líticos. Pode ser uma gruta ou um abrigo, mas geralmente a expressão é empregada para sítios abertos. Classificação funcional.

OTIMO CLIMÁTICO. Episódio quente e úmido que marca a passagem do período boreal para o período atlântico, ocorrido há mais ou menos 5.500 anos A. P., que se caracteriza por elevação do nível das águas e rápida expansão da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica.

PAINEL. Conjunto de representações rupestres podendo constituir-se numa cena ou não.

PALAFITA. O mesmo que Estearia (Ver). Classificação morfológica.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: é a porção do nosso patrimônio material cujos conhecimentos básicos são fornecidos através dos métodos da arqueologia. Esse patrimônio compreende todos os vestígios da existência humana e os sítios onde as atividades humanas se desenvolveram, quaisquer que sejam elas, as estruturas e todo tipo de vestígio abandonado seja na superfície, no subsolo ou sob as águas, bem como o material a eles associados.

O patrimônio arqueológico compreende todos os sítios, vestígios e os objetos testemunhos da existência humana em épocas e civilizações para as quais a escavação e a prospecção de campo são as fontes principais de informação científica. (...) A definição de patrimônio arqueológico é baseada nos métodos da arqueologia e não está confinada a nenhum período específico ou época (...).

Toda evidência de ocupação humana passada e que pode ser usada na reconstrução do modo de vida de povos passados. Inclui sítios, artefatos, ecofatos e outros dados relevantes e os contextos onde ocorrem; podem ser pré-históricos ou históricos.

PETROGLIFO. Desenho gravado em rocha, podendo ser colorido ou não. Os petroglifos podem ser elaborados por polimento, picoteamento, raspagem ou corte.

PICTOGLIFO. O mesmo que pintura rupestre. Desenho elaborado por pintura, aspensão ou impressão de tinta sobre a superfície da rocha.

PILÃO. Recipiente de pedra (ou de madeira) escavado por picoteamento, algumas vezes polido, parte complementar de uma Mão de Pilão. A matéria a ser trabalhada (pimentas, frutos, peixes, carne, grãos, matéria corante) era colocada e esmagada por percussão. Existem, também, pilões fixos, escavados sobre afloramento de rochas ígneas ou metamórficas, nas proximidades dos sítios arqueológicos e rios. Distinguem-se das panelas por apresentarem estrias verticais em seu interior.

PINTURA RUPESTRE. Todo e qualquer tipo de representação visual obtido pela aplicação de pigmentos sobre a superfície de uma rocha. Dentre as técnicas utilizadas deve-se mencionar a pintura propriamente dita, obtida pela aplicação da tinta (pigmento em um solvente) líquida com o auxílio dos dedos ou pinceis, a impressão e a aspensão.

PLANO DE AÇÃO. O procedimento “plano de ação” é um processo anual de planejamento operacional que procura:

- Formalizar as operações prioritárias do ano;
- Definir os resultados precisos a serem atingidos;
- Definir os indicadores de acompanhamento de atividade.

PRÉ-CERÂMICO. Designação genérica para sítios de período anterior ao surgimento da cerâmica. Não deve ser empregado para qualquer sítio onde ocorra cerâmica, como, por exemplo, sítios com petroglifos. Classificação tópica e cronológica.

PRÉ-HISTÓRIA. Em seu sentido restrito, a História é a narração dos feitos humanos através dos testemunhos escritos, mas os conhecimentos desses feitos podem ser obtido por outros meios, como faz Arqueologia. O termo Pré-história foi cunhado para designar a história do homem anterior ao aparecimento dos documentos escritos.

PRÉ-HISTORIADOR. O pré-historiador procura estudar as sociedades do passado mais remoto da humanidade, nos seus aspectos mais diversos: físico, demográfico, patológico, tecnológico, dieta alimentar, padrões de ocupação do território, e até rituais. Como não dispõe de textos escritos, utiliza exclusivamente vestígios materiais deixados por nossos longínquos predecessores nos sítios arqueológicos e que são coletados por meio de técnicas arqueológicas. A arqueologia é, portanto, o único meio para o pré-historiador conseguir sua documentação, enquanto para o historiador ela não passa de uma ciência secundária.

PROSPECÇÃO. Simples localização e cadastramento de sítios arqueológicos. O mesmo Survey. Ver GPS.

PROTEÇÃO. Os esforços para evitar a perturbação dos bens culturais.

QUALIDADE DE VIDA. Refere-se às relações entre a circulação e a qualidade de vida no que diz respeito à poluição sonora/visual, à compatibilidade entre o tipo de tráfego e o uso do solo local e à preservação do espaço urbano ou rural.

RECONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO. É um contexto fundamental em arqueologia de salvamento. Os estudos de impacto de grandes obras (estradas, barragens etc) sobre o patrimônio arqueológico são baseados em reconhecimentos aleatórios que tendem a enfatizar os sítios que se encontram mais próximos das vias de acesso ou nas áreas mais abertas ou que são maiores e mais fáceis de identificar, muitos arqueólogos recorrem a levantamentos planejados com base em métodos de amostragem controlados estatisticamente, pois asseguram a localização de uma gama variada dos sítios que podem ocorrer, sem colocar ênfase nos maiores ou impressionantes.

REGISTRO DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO. Consignação em documento dos atributos do sítio.

RELATÓRIO DE ARQUEOLOGIA. Qualquer documento que descreva atividades arqueológicas e apresente interpretações e/ou conclusões a partir dessas atividades. Descrevem trabalhos de campo e de laboratório e devem ser preparados por arqueólogo qualificado.

SAMBAQUI. Sítio testemunho de bandos recolhedores e pescadores do litoral. Apresenta-se como uma pequena colina arredondada, constituída quase que exclusivamente por carapaças de moluscos. Os sambaquis podem chegar a 30 m de altura e provavelmente filiam-se a varias fases, ainda que indubitavelmente constituam uma única tradição. Sernambi; casqueiro; concheiro. Classificação cultural pouco precisa. Sítio arqueológico cuja composição seja predominante de conchas. A origem da palavra é Tupi-Guarani: Tambá, Monte e Qui, conchas.

SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO. Salvar significa recuperar algo que se perdeu ou que esta em vias de perder-se. Em arqueologia, o conceito de salvamento se aplica a (1) objetos que foram removidos de seu local de origem, (2) sítios arqueológicos que estão ameaçados de destruição e (3) unidades geográficas (regiões, vales, cidades, sítios, etc) onde se encontram restos arqueológicos que podem ser total ou parcialmente destruídos. (...). Um salvamento arqueológico constitui uma das operações que maior experiência requer, porque exige que o arqueólogo conheça detalhadamente os materiais culturais da área onde trabalha, saiba realizar uma escavação cuidadosa com recursos e tempo limitado, tenha suficiente conhecimentos teóricos e locais para poder tomar uma decisão rápida sobre a importância relativa dos sítios e esteja atualizado com os avanços da disciplina, especialmente no que se refere a métodos de amostragem estatística.

SONDAGEM. Um corte arqueológico profundo e com pequena área de extensão, destinada a verificar o conteúdo cultural e a estratigrafia. O mesmo que Corte-teste ou Poço-teste.

SURVEY. Prospecção arqueológica sistemática com o objetivo de proceder a um levantamento em área ampla. Não inclui sondagens nem escavações. Seu principal objetivo é estabelecer uma malha sobre a área levantada, com a localização precisa dos sítios arqueológicos, geralmente com recurso ao GPS.

TERMOLUMINESCENCIA. Técnica de Datação Absoluta (Ver). As imperfeições na estrutura dos cristais retém elétrons que emitem luz, quando os mesmos são aquecidos. A quantidade de luz emitida depende de três fatores: numero de imperfeições no cristal; potência de radiação a que foi exposto; e tempo de exposição. O segundo desses fatores pode ser medido diretamente da amostra analisada, e o primeiro, analisando-se de novo, depois de

submetê-la a uma fonte de radioatividade de potência conhecida. Desta forma, pode se calcular o terceiro e último fator, ou seja, o tempo transcorrido desde que o cristal foi aquecido pela última vez. O método é particularmente útil para datar a cerâmica, mas não tem dado bons resultados com material lítico originalmente submetido ao calor. Exige, também, que se enterrem dos metros no sítio arqueológico, para medir a radioatividade média anual, nas áreas para as quais tais dados ainda não estejam disponíveis.

TERRA PRETA. Designação popular utilizada, na Amazônia, para indicar sítios arqueológicos.

TESO. Elevação natural do solo, de pouca altura, em zona inundável, podendo ou não ter servido para assentamento de populações pré-históricas. Classificação morfológica. Na Ilha de Marajó e, aparentemente, no Pantanal Matogrossense, os tesos foram intencionalmente construídos.

TIPOLOGIA. Conjunto de critérios considerados diagnósticos para a separação de uma população em categorias; agrupamentos numa série de classes, dependendo das finalidades da tipologia. É o estudo da forma dos artefatos e objetos elaborados pelo homem. Tem duas finalidades principais. Em primeiro lugar, sua classificação. Todos os exemplares de uma determinada classe podem ser agrupados segundo sua forma. Em segundo lugar, a comparação entre diversos tipos permite o estabelecimento de Sérias.

TIPOLOGIA ESTILÍSTICA. Uma cujos critérios separam uma população de classes, cada qual devendo representar um estilo distinto. Diz-se, neste caso, que a raiz da tipologia é morfológica.

TIPOLOGIA FUNCIONAL. Uma cujos critérios os separam uma população em classes, cada qual devendo representar uma atividade ou função distinta. Diz-se que a raiz da tipologia é funcional.

TIPOLOGIA MORFOLOGIA. Uma cujos critérios separam uma população de classes, cada qual devendo apresentar uma forma distinta. Diz-se que a raiz da tipologia é morfologia.

TIPOLOGIA TECNOLÓGICA. Uma cujos critérios separam uma população em classes, cada qual devendo representar uma técnica de manufatura distinta. Diz-se que a raiz da tipologia é tecnologia.

TRADIÇÕES. Grupos de elementos ou técnicas, com persistência temporal. Uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formam uma continuidade cronológica


TRINCHEIRA. Tipo de Escavação Arqueológica em que os cortes são de maior comprimento do que largura.

URNA FUNERÁRIA. Urna no interior da qual se encontram restos diretos (todo e qualquer testemunho derivado diretamente do corpo humano, ossos, dentes, unhas, coprólitos) com acompanhamento funerário ou não.

VALORES (DE UMA ORGANIZAÇÃO). É no que acreditamos na organização e que serve de referencial para os comportamentos.

ZOOLITOS. São assim chamadas as pedras esculpidas na forma de animais. É muito comum apresentarem, na composição da forma, uma disposição cruciforme. Um eixo é constituído pela cabeça e pela cauda e outro eixo, pelas asas da representação de peixes, etc. Usualmente existe uma larga e rasa depressão escavada na face ventral. Ignora-se completamente o uso dos zoólitos cuja área de dispersão se estende desde São Paulo até a Rio de la Plata. No Brasil existe um único registro de zoólitos Antropomorfo resgatado no Vale do rio Ribeira, São Paulo.

Apêndices da Dissertação:



A existência de grande número de restos humanos conservados em sítio a céu aberto é bastante raro no contexto arqueológico.

Além do material ósseo humano, o museu possui restos faunísticos, fragmentos cerâmicos e material lítico lascado e polido proveniente de diferentes grupos ceramistas.

Possui exposição de longa duração, sala multiuso equipada para exibição de vídeos, reser va técnica com arquivos deslizantes emonitoramento ambiental, espaço de apoio às atividades museográficas e de pesquisa arqueológica. A edificação foi projetada para este fim e observa as regras de acessibilidade.

Sua missão é preservar e comunicar os registros de sociedades pré-coloniais que ocuparam a região, visando a ampliação de uma consciência sobre a história do Brasil e sobre o patrimônio cultural como bem de uma nação.

CURY, M. X. - Preservação e Comunicação do Acervo Arqueológico de Ouroeste. São Paulo: MAE/USP e AES Itatá, 2001. Projeto.



Museu Água Vermelha
Av. Dos Bandeirantes, 2090 - Ouroeste - CEP: 15.685-000
fone: (17)3843-1481 - e-mail: maav@ciberpoint.com.br

Parcerias:




MUSEU
ÁGUA VERMELHA

Museu
Água
Vermelha

Foto: Adriano Marini, Água Vermelha

A comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio
Aloisio Magalhães

Após uma inundação, pescadores encontraram, às margens do Rio Grande, a um quilômetro da Barragem da Usina Água Vermelha, em Guarani D'Oeste, divisa de Minas com São Paulo, grande quantidade de ossos humanos. A descoberta foi notificada à polícia e a Funai. Acredita-se que os ossos possam pertencer a índios Caiapós ou Guaranis que viveram na região.

Rádio Nacional - Voz do Brasil - 1 de abril de 1997



A partir da identificação efetuada, a 9ª SR/IPHAN, recolheu o material que havia sido coletado, disponibilizou-o para os pesquisadores que seriam contratados e efetuou gestões com os envolvidos. O processo culminou com a ação do Ministério Público da União, que garantiu o estabelecimento de acordo entre as partes por meio da elaboração de um termo de ajustamento de conduta.

Desta forma foram desenvolvidas as pesquisas acadêmicas e propiciada pela empresa a compensação pela destruição dos bens arqueológicos quando da construção da usina já em operação há décadas. A construção do museu é fruto destes entendimentos e viabilizou a manutenção do acervo próximo ao local de origem, a devolução do conhecimento produzido, assim como estimulou o desenvolvimento regional e sua inclusão nas políticas culturais do país.

A prefeitura elaborou sua política municipal de preservação, cedeu o terreno para a construção e criou o museu municipal de arqueologia (lei 224/2001). Editou a lei de proteção dos bens culturais, instituiu o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural, instituiu o tombamento municipal e a proibição de destruição destes bens, assim como a isenção de imposto predial e territorial urbano como incentivo a preservação. Apoiou as atividades culturais e de formação de pessoal, fornecendo bolsas de estudo.

As Pesquisas Desenvolvidas

De Preservação: Para preservar, o IPHAN firmou um termo de cooperação com o município visando fornecer consultoria, avaliar o potencial da região e identificar outros sítios, de forma a possibilitar o estabelecimento da política municipal de preservação do patrimônio arqueológico.

Foram descobertos 2 tipos de sítios dentro os 5 cadastrados, assim como foi avaliada a conservação, os tipos de uso e os critérios de intervenção recomendados. Os estudos compõem o Mapa de Área de Interesse Arqueológico (ao lado), um instrumento de gestão territorial, fundamental para mostrar o planejamento e desenvolvimento das ações de ocupação de uso do solo.

PARDI, M.L.F. e IQUEGAMI, A.E.F. Preservação do Patrimônio e Levantamento Arqueológico da Região de Ouroeste/SP. Recife, Anais do X Congresso da SAB, 1999.

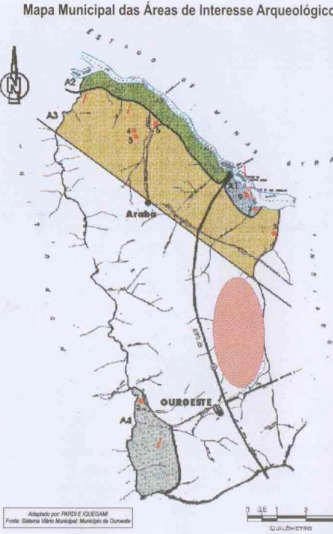
Acadêmicas: O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo foi responsável pelo salvamento dos sítios da área da UHE Água Vermelha e pelo monitoramento da faixa de depleção do reservatório. Os resultados obtidos, até o momento apresentam cerâmicas com diferentes características que remetem a ocupações típicas de Goiás e Minas Gerais. Arriqueza dos registros testemunham o processo de diversificação cultural que a região central do país (em particular sua porção centro-sul) sofre a partir do século IX e X.

EGGERS, Sabine. Antropologia biológica do sítio arqueológico Água Vermelha: resultados e discussões preliminares. Revista de Arqueologia SAB, vol. 9, 1996.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marton. Água Vermelha - pesquisa arqueológica de salvamento. São Paulo: MAE/USP e CESP, 87p., 1999. Relatório Técnico

O patrimônio arqueológico é protegido pela Constituição Federal, Lei 3924/61 e Resolução CONAMA 01/86

Mapa Municipal das Áreas de Interesse Arqueológico



Atualizado por PARDI e IQUEGAMI
Fonte: Sistema de Informação Municipal de Ouroeste

NOME	TIPO	DIRETRIZES DE USO
1- UHE Água Vermelha	Multifuncional	BT, TC-A, GF, TM, TE, TF
2- Velhoão	Oficina lítica a céu aberto	SD, GF, TM
3- Jandala	Oficina lítica a céu aberto	SD, TC-A
4- Limoeiro	Cerâmico a céu aberto	SD, SR, BT
5- Olatia	Cerâmico a céu aberto	SD, SR, BT
6- Pisu	Cerâmico a céu aberto	SD, SR, BT
7- Água Vermelha 2	Cerâmico a céu aberto	SD, GF, TM, TE
8- Água Vermelha 3	Lítico a céu aberto	SR, BT, TM, TE
9- Água Vermelha 4	Lítico a céu aberto	SR, BT, TM, TE

SD - Sordagem, Desdritagem | SR - Salvamento/Resgate | BT - Bico Testemunho
TC - Sistema Cultural de abertura, de desenvolvimento | GF - Gestão Futura
TE - Tombamento (municipal, estadual, federal) | TF - Outros

Informação sobre simbologia de sítios
Localização dos sítios A1 a 9

Arte Rupestre

Conheça e Preserve o Patrimônio Arqueológico

Paletina de Goiás

Como parte de seu plano de ação, a 17ª Sub-Regional/ IPHAN desenvolveu análises junto a seu banco de dados visando à regularização do uso turístico dos sítios arqueológicos da área da 14ª SR/IPHAN, tendo identificado o município de Paletina de Goiás como prioritário para atuação e buscado parcerias.

O reconhecimento da área foi efetuado com o apoio da comunidade local, tendo sido efetuadas várias palestras, debates e vistoriados os sítios mais conhecidos e já em processo de destruição. Assim, selecionou-se os mais adequados à interpretação levando-se em consideração sua acessibilidade física e cultural.

O NAPH/UFPI elaborou um diagnóstico sobre o estado de conservação das representações rupestres de seus suportes. Assim como efetuou a higienização do local e o treinamento de pessoal para limpeza, retirada de vegetação, de casas de insetos e edificação.

O treinamento contou com o apoio da SEJA e incluiu informações sobre a questão ambiental, que também foi alvo de um diagnóstico, e o replantio de mudas nativas, para criar e consolidar as barreiras vegetais que protegem os paredões e as praças de repouso da insolação direta.

Diversas reuniões com a comunidade buscaram sensibilizá-la sobre a expressividade dos bens sob sua tutela comum, a necessidade de preservação daquele patrimônio e esclarecer sobre os aspectos técnicos, legais e administrativos referentes a este tipo de patrimônio. O IGPA/UCG ficou responsável por desenvolver o módulo sobre as questões científicas acadêmicas em função de pesquisas anteriormente efetuadas.

Em decorrência das gestões e dos trabalhos, foi criada para este fim a AUPG - Associação de Amigos de Paletina de Goiás que, juntamente com a prefeitura do município, busca implantar uma política municipal de preservação destes bens. A associação reúne pessoal treinado e autorizado pelo IPHAN para efetuar visitas monitoradas dos sítios previamente selecionados para este fim. As visitas deverão ser agendadas com um mínimo de quinze dias de antecedência, na rua Rui Barbosa, n.270, fone (62) 6621100 ou através do e-mail amigospaletina@bol.com.br.

Os vestígios da primeira ocupação da área permitem inferir que se trataram de caçadores generalistas de savanas tropicais (Tradição Itaipana). O pálio-ambiente seria de cerrados, com temperaturas mais baixas do que as atuais e menos chuvas. Sua indústria lítica, proveniente dos campos de seixos, assemelha-se ao material já identificado em Seranópolis, município distante 200Km de Paletina de Goiás e com datações entre 11.000 e 8.400 anos A.P.

A ocupação seguinte foi registrada apenas no 5º milênio, no final do "ótimo climático" (representado por muita chuva e calor), em conjuntos de pequenos abrigos, quando provavelmente, a vegetação fosse mais densa que a atual. Talvez estes caçadores coletores da Tradição Seranópolis tenham pintado alguns abrigos, mas as gravuras ali presentes são certamente posteriores, indicando maior estabilidade.

Surgem, então, mudanças na exploração do ambiente e na tecnologia lítica; registra-se o aparecimento da cerâmica, a intensificação do povoamento e a criação de um estilo característico de representações rupestres para marcação de área. Acredita-se que este processo ocorreu no começo da era cristã.

Posteriormente, apareceram os materiais polidos que, juntamente com a cerâmica, sugerem o uso de técnicas de cultivo. Os abrigos eram usados como acampamentos temporários para a exploração de recursos naturais, em associação às aldeias próximas. O ambiente era explorado e modificado com a horticultura de milho, feijão, amendoim, mandioca, algodão e curcubitáceas (Tradição Una, Fase Mossamedes).

Finalmente, chegam à região os horticultores, que se situaram em terrenos planos e férteis, próximos aos córregos de maior porte. Nesta época aldeias elípticas ou circulares abrigavam centenas de pessoas que produziam sua alimentação e manufaturavam produtos. Os sítios mais antigos poderiam corresponder ao século VIII ou IX de nossa era; os demais seriam do século X a XVI. (Tradição Aratu/Sapucaia)

Provavelmente esta população fazia parte de um circuito de aldeias do vale do Caiapo, que envolvia contatos de diferentes grupos (Tradição Uru) que foram se transformando ao longo do tempo. Estas ocupações representam uma amostra penférica do desenvolvimento cultural e tecnológico do planalto central brasileiro.

Fomes:
SCHMITZ et al. *Catipônia: arqueologia no cerrado do Brasil central*. São Leopoldo: IAP/UNISINUS, 1986.
RIBEIRO, M. B. Aspectos ambientais e Arte Rupestre na área do Alto Araguaia. In: *Anuário de Dissertação Científica*. Goiânia: IGPA/UCG, v.10, p.1981-1984.
MOREIRA, L.E. & BRITO, E.T. Estudo de Material Ósseo Humano no Sítio Arqueológico Abrão Dias. Projeto Alto Araguaia. Goiânia. In: *Anuário de Dissertação Científica*. Goiânia: IGPA/UCG, v.10, p.1981-1984.

PALESTINA DE GOIÁS situa-se no sudeste do Estado, na divisa com Caiapônia e distante 291 Km da capital, Goiânia. O município possui área de 1.352,2 Km² e população estimada em 4000 habitantes. A economia local baseia-se na pecuária (100.000 mil cabeças de bovinos e 2,8 milhões de litros de leite) e na avicultura (70.000 dúzias de ovos), sendo ainda expressivos o comércio e a indústria (cf: Dossiê de Goiás, 1996). Há no município nove estabelecimentos de ensino e dois hospitais, além da vocação natural para o eco-turismo cultural.

Concepção geral, projeto e coordenação: 17ª SubR/14ª SR/IPHAN
Coordenação Acadêmica: IGPA/FAroera/UCG Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/Universidade Católica de Goiás
Coordenação de Conservação: NAPH/UFPI Núcleo de Antropologia Pré-Histórica do Piauí
Coordenação Ambiental: SEJA- Sociedade Ecológica de Jataí
Coordenação Comunitária: AUPG- Associação de Amigos de Paletina de Goiás
Apoio: Prefeitura Municipal de Paletina de Goiás
DID - Departamento de Identificação e Documentação/IPHAN

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE PALESTINA DE GOIÁS
FUNDAÇÃO ARBERIA
IPHAN
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO FEDERAL

BURITI (GO CP 04)

Embora relativamente pequeno, este abrigo de cerca de 40 m, próximo ao córrego Buriti é um dos mais informativos da região devido à presença de pinturas, gravuras e cultura material diversificada relativa a diferentes ocupações, além de restos ósseos humanos.

A presença de gravuras apenas em blocos caídos do teto indica que estas gravuras foram executadas anteriormente às pinturas. Nas escavações, foi encontrado cerâmica, artefatos líticos e restos alimentares como fragmentos de gastrópodes, cocos queimados, frutos de jatobá e sementes.

Foi encontrado um sepultamento em cova rasa, entre as arestas dos blocos caídos, em estado de conservação residual. As análises revelaram que se tratava de um indivíduo de sexo masculino, de aproximadamente 55 anos que, pela consistência dos dentes, deve ter tido uma dieta altamente nutritiva na primeira infância, sendo que o desgaste indica que a alimentação usual tinha base em alimentos sólidos.

ABRIGO DO ÍNDIO (GO CP 33)

Embora seja o sítio de maior porte da região, com várias alas e boa implantação ambiental, próximo ao córrego da Areia, a ausência de solo faz com que seja um dos mais lacônicos do ponto de vista científico. As únicas evidências de ocupação são as pinturas, as de maior quantidade observadas no conjunto, perfazendo um total de 961 figuras.

As representações não identificadas somam 13,2%, as fitomorfas 0,1%, as antropomorfas 2,2%, as zoomorfas 9,5% e as restantes geométricas 75%.

Painel desenhado pelo projeto de regularização nas pesquisas de 2001.

O processo de descamação e decomposição de pinturas ou gravuras acelera-se quando são colocadas as mãos sobre elas, joga-se água ou preenche-se os petroglifos com giz.

Para manter a integridade física das pinturas e gravuras e também do frágil registro arqueológico com o seu valor científico, evite quaisquer intervenções próximas aos abrigos, tais como colocação de espadas para coleta de mel, perturbação e perfuração do solo, etc.

O processo natural de fraturamento do paredão rochoso, já em curso, e acelerado pelo calor procedente de fogueiras feitas próximas ao local, que causam deslocamento e queda dos painéis.

O combate à cupins e formigas (sem borrifar produtos sobre as representações rupestres) deve ser ação periódica de forma a garantir a integridade das paredes e dos solos arqueológicos, deixando inclusive, o local de visitação livre de insetos danosos aos visitantes.

A proteção da cobertura vegetal existente no entorno dos paredões e sítios é fundamental para preservar os painéis dos raios solares, manter o microclima, a interação com a fauna, e consequentemente a conservação da arte rupestre.

Os Sítios Arqueológicos são Bens da União protegidos por lei e estão sob a tutela do IPHAN/MinC. A abertura de sítios para turismo e quaisquer outras intervenções devem ser previamente autorizadas.

Nas pinturas da região, predomina o vermelho, estando ainda presentes o amarelo e o preto, sendo os pigmentos de origem mineral. Predomina a técnica de preenchimento uniforme, sem contorno, feita com os dedos. Nos grafismos menores e mais detalhados, foram usados, provavelmente, espátulas, pontas de chifres, fragmentos de ossos ou pinicéis. Registra-se, ainda, a hieromia e a ausência de superposições.

Devido à impossibilidade, na época de datação absoluta, infere-se que tenham sido elaboradas em uma fase anterior à ocupação mais recente. As semelhanças com as tradições Nordeste, que caracteriza-se por representações de humanos e composições, e Planalto, com seus geométricos, zoomorfos e antropomorfos chapados, sugerem idade antiga.

As representações são espontâneas, sendo que o estilo Caiapônia caracteriza-se basicamente pela criatividade, pela liberdade de expressão e pelo movimento, que expressam mensagens simples, como caçadas, bandos de animais, famílias, cenas de abastecimento e do cotidiano.

Os pesquisadores efetuaram a observação dos painéis em diferentes horários do dia, para distinguir cuidadosamente seus contornos, detalhes, colorações, fraturas, descamações etc e efetuaram croquis dos abrigos em sua totalidade, para localização dos painéis. Os grafismos foram copiados em plástico, fotografados sistematicamente, descritos e reproduzidos da forma mais fiel possível.

PEDRA DA PINTURA (GO CP 16)

Situado próximo a um afluente encaixado do córrego do Cemitério, em meio a uma densa vegetação de mata próxima ao cerrado, o abrigo tem 38 metros de parede, em superfície nivelada, que possibilita o acampamento de várias famílias.

Nas encostas dos abrigos, estão espalhados vestígios de ocupação, constituídos por fragmentos cerâmicos e artefatos líticos elaborados com os seixos provenientes da decomposição do próprio arenito que os abrigava.

Este sítio possui as representações rupestres mais expressivas da região, com pinturas geométricas concentradas na faixa inferior e representações biomorfas distribuídas na parte alta, fora do alcance da mão.

A escavação de três quadrículas, as observações estratigráficas, as análises geológicas e geomorfológicas permitiram concluir que o abrigo teve pelo menos duas ocupações e foi usado continuamente entre os períodos de caçador-coleto e de horticultor, porém mais intensamente no início, por volta de meados do 5º milênio (4555 +/- ou - 115 A.P.) E. esporadicamente no período cerâmico.

Retirar árvores e fazer fogueiras próximas ao paredão acelera a destruição dos painéis.

Arte Rupestre

Conheça e Preserve o Patrimônio Arqueológico de Paletina de Goiás

Recar petroglifos ou jogar água, acelera a destruição dos painéis.

Arte Rupestre

Conheça e Preserve o Patrimônio Arqueológico de Paletina de Goiás

Retirar vegetação, não combater os insetos e colocar as mãos sobre as pinturas, acelera a sua destruição.

Arte Rupestre

Conheça e Preserve o Patrimônio Arqueológico de Paletina de Goiás

Sítio Arqueológico Buriti (GO - CP - 04)

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE PALESTINA DE GOIÁS
FUNDAÇÃO ARBERIA
IPHAN
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO FEDERAL

Exemplo de instrumento experimental para obtenção de dados sobre Identidade (1ª versão)

POSSÍVEIS TRAÇOS DE IDENTIDADE	Localidade
Propriedade de terra	individual () coletiva () familiar () associação ()
Religião	católica () evangélica () protestante () espírita () nenhuma () outras: _____
Comidas típicas	
Marcas de descendência	européia () indígenas () cabocla () negra () outras: _____
Grupos existentes	esportivos () religiosos () políticos () lazer () associações () outras: _____
Economia	agrária () pecuária () pesca () caça () turismo () comércio () indústria () () _____ outros % ()
Região de procedência	Norte () Nordeste () Sul () Sudeste () Centro-oeste ()
Paixão local	briga de galo () festa do boi () festa padroeira () futebol () carnaval () outros ()
Relação com o outro	rejeição () aceitação () tolerância ()
Posição quanto à diferença	rejeição () aceitação () tolerância ()
Taxa de consideração	baixíssima () baixa () regular () alta () altíssima ()

Matriz de Acompanhamento e Avaliação do Processo de Gestão do Patrimônio Arqueológico (GPA)

Nome do Sítio/Área **Vertente**

	Administrativa	Técnica	Científica	Política	Econômica	Religiosa	Ética	Jurídica
Identificação								
Documentação								
Proteção								
Conservação								
Promoção								
Reintegração								

Instâncias de Preservação

Avaliação Sintética

	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
instâncias		a e b	a a c	a a f
Vertentes		1 a 2	1 a 3	1 a 5

Obs: nome do avaliador, critérios, comentários, datas, n. de referencia de processos, bancos de dados, etc.

**RPA/DID/IPHAN-RELATÓRIO de PESQUISA
ARQUEOLÓGICA por ESTADO**

Em branco	178
AM	9
AP	1
BA	10
DF	8
ES	15
GO	73
MA	2
MG	24
MS	24
MT	16
PA	36
PE	3
PI	2
PR	20
RJ	133
RN	3
RO	4
RS	30
SC	27
SP	34
TO	1
Total	653

PPA/DID/IPHAN-TOTAL DE PROJETOS POR INSTITUIÇÃO*

Em branco	340
6ª DR/SPHAN	1
Administração Regional de Taguatinga e 14ª C. R. (IPHAN)	1
Apoio: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás	1
Arkaios Consultoria S/C	1
Associação Brasileira de Pesquisa e Cultura - Departamento de Arqueologia	1
Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia	3
Brant Meio Ambiente	1
CEDPHA	1
CEDPHA E ISCB	1
Centro Brasileiro de Arqueologia	1
Centro de Est. e Pesq. Arqueol. (CEPA) do Instit. de Filos. e Ciênc. Hum. (IFCH) da Pontif. UnCatRS	1
Centro de Estudos das Ciências Humanas/BA	2
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	9
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Fundação Universidade Federal do Paraná-CEPA/FUNPAR	1
Centro de Estudos e Pesquisas da História	1
Centro de Estudos Euclides da Cunha da Universidade da Bahia	1
Centro de Informação Arqueológica	1
Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul - CEPA/INISC/RS	1
Centro Universitário de Corumbá - UFMS - Instituto Anchieta de Pesquisas da UNISINOS	1
CEPA / CPHAE / Núcleo de Pesquisas Arqueológicas da UFRGS	6
CEPA-UNISC	1
CETEC - Centro Tecnológico de Minas Gerais/ Governo de Minas Gerais/	1
Companhia Paranaense de Energia-COPEL, à Fundação Para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia..	1
Condephaat / USP / DPH	1
Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas e ISCB.	1
Coordenação de Cultura da SMEC - SPHAN	1
Coordenadoria de Arqueologia SPHAN/FNPM - 5ª D.R.	1
DAMN - UFRJ	1
Departam. de Hist. da Faculd. de Filos., Letras e Ciências Hum. da USP e do Inst. Florestal (SEMA/SP	1
Departamento de Ciências Sociais e Museu Antropológico - UFG	1
Departamento de História - PUC/RS	1
Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo - SP	1
Department of Anthropology - University of Alberta - USA	1
Department of Antropology - Universiuty of Alberta	1
Divisão de Arqueologia Histórica da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de São Sebastião	1
Eletrosul	1
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Sociologia e Antropologia - UFMG.	1
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas e Museu Paulista	1
Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul	4
FAPEC	1
FAPEC - UFMS	1
FNPM/SPHAN	2
Fund. de Desenv.de Recursos Hum. da Cult. e do Desporto do Est. do Acre/ Universidade Fed. Acre.	1
Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza	7
Fundação Catarinense de Cultura	1
Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL	1
Fundação da Universidade Federal do Paraná - FUNPAR	1
Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura - FAPEC	1
Fundação Educacional de Alegrete/Centro Integrado de Ensino Superior de Alegrete, RS	3

Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina - Centro de Estudos e Pesquisas Antropológicas e Hist.	1
Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina - FESSC - Centro de Antropologia	1
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais - FIPES.	1
Fundação Missioneira de Ensino Superior - Fac Integradas de Santo Ângelo - Fac. de Ciências Humanas	1
Fundação Museu do Homem Americano-Fundham	1
Fundação Seridó	2
Fundação Teotônio Vilela/ Universidade Federal de Alagoas/ Memorial Zumbi	1
Fundação Universidade do Rio Grande (FURG)	1
Fundação Universidade Estadual de Londrina	1
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso e Museu Rondon.	1
Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	3
FUNDART/PMU	1
FUNPAR	1
Governo de Rondônia/ SECET - ELETRONORTE	1
Instituto Anchieta de Pesquisas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos	7
Instituto Paulista de Arqueologia / Centro de Pesquisas de História Natural	1
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/UCG	39
Instituto Anchieta de Pesquisas	2
Instituto Anchieta de Pesquisas / ELETROSUL	1
Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS/Univ.Fed. Mato Grosso do Sul.	1
Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB	10
Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia/Laboratório de Arqueologia e Etnologia	1
Instituto de Pesquisa em Arqueologia, UCS, IPARQ da UNISANTOS	1
Instituto de Planejamento e Administração Municipal - IPAM	1
Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo	1
Instituto de Trópico Subúmido - Universidade Católica de Goiás	1
Instituto Estadual de Arqueologia	1
Instituto Superior de Cultura Brasileira - ISCB	3
Instituto de Pesquisas Curupira Araras - IPECA	1
ISEH - Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon	1
Laboratório de Arqueologia "Fernando Altenfelder Silva"	2
Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - LARQ/UFRN	1
Laboratório de Estudos Arqueológicos da Faculdade de Ciências e Tecnol. da Univ.Paul.(LEA/FCT/UNESP)	2
Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal de Santa Maria/RS"	3
MAE - USP	18
MAE - USP / Laboratório de Pré-História - M.N.H.N.(Paris)	1
MARSUL - Taquara - RS e Museu Antropológico Caldas Júnior (FMACJ)	1
MEC - SPHAN	1
MHNJB/UFMG	1
Município de Londrina, UEL - UEM	1
Museu Americano de História Natural da Universidade de Harvard - EUA e MAE-USP	1
Museu Americano de História Natural da Universidade de Harvard -EUA e Departamento de Arqueol. USP	1
Museu Antropológico/Instituto de Ciências Humanas e Letras/Instituto de Química e Geociências - UFG	1
Museu Antropológico - Universidade Federal de Goiás	3
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS)	2
Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul - MARSUL	7
Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville	1
Museu de Arqueologia e Artes Populares - Paranaguá - Universidade Federal do Paraná.	1
Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE da Universidade da Bahia - UFBA	1
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia - MAE/UFBA	3
Museu de Ciências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - CEPA - CPHAE	1

Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG (Museu do Homem).	1
Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais - MHNJB/UFMG	2
Museu de Porto Alegre	1
Museu do Homem do Sambaqui	2
Museu do Índio/Núcleo de Arqueologia do Museu do Índio	1
Museu Joaquim José Felizardo e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS	5
Museu Nacional / UFRJ	7
Museu Paraense Emilio Goeldi	10
Museu Paraense Emílio Goeldi e American Museum of Natural History (New York)	1
Museu Paraense Emílio Goeldi / Universidade Federal do Pará / Universidade Federal do Rio de Janeiro	1
Museu Paranaense - Setor de Arqueologia	1
Museu Paulista	2
Museu Rondon - FUFMT	1
NEPA/FEA-CIESA/URCAMP	2
Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas de Porto Seguro - Universidade Federal da Bahia	1
Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da Fundação da Universidade Federal do Piauí.	2
Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da UFPI, Universidade Federal do Pernambuco e Univ.Est.Campinas	1
Núcleo de Arqueologia da Universidade Brás Cubas - NABC/UBC	2
Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade da Região da Campanha NEPA/URCAMP	1
Núcleo de Estudos Arqueológicos - NEA - Universidade Federal de Pernambuco	1
Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco - NEA/UFPE	1
Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas Fundação Educacional de Alegrete - NEPA/FEA-CIESA/URCAMP	1
Ortega & Santos - Engenharia LTDA	1
PANF- Instituto Superior de Cultura Brasileira (ISCB)	1
Pesquisa Arqueologia e História , Ltda.	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - CEPA - CPHAE	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Museu de Ciências	1
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1
Pró-Memória	4
PUC - RS	2
PUCRS / CEPA / UFRGS	1
Scientia - Consultoria Científica	2
SECET - Governo do Estado de Rondônia	1
Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro	1
Secretaria de Estado de Cultural e Museu do Estado do Pará	1
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer do Departamento de Patrimônio HA do Maranhão	1
Setor de Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais e Universid. Paraná	1
SPHAN	4
SPHAN / FUFMT/ Museu Rondon	1
SPHAN / Pró-Memória / Universidade Federal de Santa Catarina	1
SPHAN -SCDT.RS	1
SPHAN/ Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia	2
SPHAN/FNPM/ Museu de Arqueologia da UFBA.	1
SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA - 2ª DR Teresina - Piauí.	1
Sub-Word Atividades e Pesquisas Aquaticas Ltda.	1
UFGO/USP	1
UFMS	1
UFMS / IAP - UNISINOS	2
UFRJ	2
UFRJ- FUJB	1
UFSC	1

UFSC / SPHAN	1
UFSC / UNISINOS	1
UNISINOS/Instituto Anchieta de Pesquisas/ Fundação Mato Grosso do Sul	1
Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS/ Universidade Católica de Goiás- UCG	1
Universidade Católica de Pernambuco	4
Universidade Católica de Santos UNISANTOS	1
Universidade de Marburg - Alemanha	1
Universidade de Pittsburgh (EUA)	1
Universidade de Santa Catarina	2
Universidade de Santa Maria	1
Universidade de São Paulo	2
Universidade de São Paulo - Instituto de Pré-História	3
Universidade de Stanford, Califórnia, EUA, e do Museu Univ. Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral/ USC	1
Universidade de Tulane (EUA) - Museu Paraense Emílio Goeldi	1
Universidade do Estado da Bahia - UNEB/ Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC	1
Universidade do Paraná	2
Universidade Estácio de Sá	3
Universidade Federal da Bahia /UFBA	1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	2
Universidade Federal de Goiás	3
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e	1
Universidade Federal de Minas Gerais/ Museu de História Natural.	2
Universidade Federal de Pernambuco	2
Universidade Federal de Santa Catarina	4
Universidade Federal de Santa Catarina / UFRGS / PUCRS / Fac. Int. Sta. Cruz do Sulo / Museu Arq. RS	1
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	2
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	2
Universidade Federal do Paraná - FUNPAR	2
Universidade Federal do Piauí	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional	22
Universidade Federal do Rio de Janeiro / Museu Nacional / Setor de Arqueologia	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Departamento de Antropologia do Museu Nacional	3
Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional e Instituto do Patrimônio Hist.Art. Nacional.	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional	5
Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Museu Câmara Cascudo	2
Universidade Federal do RS	1
Universidade Federal do Santa Catarina	1
Universidade Federal Fluminense	1
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI e do Município de Santo Ângelo	1
Universidade Vales dos Sinos, do Rio Grande do Sul	1
Universidades Bráz Cubas (UBC) e Universidade de Mogi das Cruzes (UMG)	1
University of Alberta/ Department of Anthropology	1
USP - MAE	6
USP - UFMS - UNESP	1
USP / CESP	1
USP / M.H.N.(Paris)	1
USP / UCG	1
USP / UFMT	1
USP-MAE/USP e Prefeitura Municipal de Brotas	1
Várias	1
Total Geral	751

PPA/RPA/DID/IPHAN-TOTAL DE RELATÓRIOS POR PROJETO*

Em branco	1
Projeto de Salvamento Arqueológico da UHE Corumbá - GO	4
Programa de Levantamento e Salvamento do Patrimônio Arqueológico e Histórico- Cultural da Área Diretamente Afetada pela UHE Corumbá	2
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Histórico-Cultural da Área Diretamente Afetada pela Área Diretamente Afetada pela UHE Corumbá	5
Projeto de Levantamento do Potencial Arqueológico da A.D.A. pela UHE Corumbá	2
Projeto de Resgate dos Sítios Arqueológicos Gengibre (GO-CA-13), Lourenço (GO-CA-13), e Voçoroca (GO-CA-27)	1
Subprojeto Sítio Arqueológico e Museu Aldeia Kaiapó	1
Projeto A Grande Vila Boa - Resgatando o Passado. Sub-Projeto de Inventário	2
Levantamento e Salvamento do Patrimônio Arqueológico da Área de Influência do Polduto REPLAN-Brasília	3
Levantamento do Potencial Arqueológico UHE Barra do Peixe	4
Projeto A Grande Vila Boa - Resgatando o Passado. Sub-Projeto Ouro Fino	1
Projeto Prospecção e Levantamento Histórico Arqueológico na Área a Ser Atingida pela Usina de Serra da Mesa - Goiás	1
Projeto de Salvamento Arqueológico Pré-Histórico da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa - GO	3
Projeto Arqueológico no Pantanal Mato-Grossense : Cáceres - Taiamã	1
Programa de Resgate Arqueológico para a UHE Lageado, a ser implementado junto ao PBA do empreendimento/Sub-programa de Resgate Arqueológico para a área de implantação do Eixo da Barragem da UHE Lageado e seu entorno	1
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Pequena Central Hidrelétrica Braço Norte II - MT	2
Projeto de Avaliação do Impacto no Patrimônio Arqueológico UHE Juba I e II, MT	1
Pré-História e Paleoambiente em Mato Grosso	2
Entendendo o Desenvolvimento Cultural no Alto Xingu do Brasil Central: Uma Abordagem Etno-arqueológica.	2
Projeto de Salvamento Arqueológico e Estudos Ambientais na Área de Influência da UHE de Serra da Mesa e Cana Brava	2
Etnohistória da Região do Alto Xingu - Pesquisa Interdisciplinar	4
Projeto Etnoarqueológico e Arqueológico da Bacia do Rio São Lourenço - 2ª Fase	3
Projeto Etnoarqueológico e Arqueológico da Bacia do Rio São Lourenço, MT. Subprojeto: Tadarimana	8
Programa de Pesquisas Integradas Oeste Brasileiro. Projeto Serra dos Pakaás-Novos	1
Projeto Arqueológico UHE Samuel	3
Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS - Etapa de Resgate	5
Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul. Projeto Corumbá	2
Projeto de Resgate Arqueológico na Área Diretamente Afetada pela UHE Costa Rica / MS	2
Projeto de Reconhecimento Arqueológico de Áreas dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a Serem Afetadas por Empreendimentos de Impacto Ambiental do Grupo Itamarati	5
Projeto de Resgate do Sítio Arqueológico Travessia, Município de Coari, AM	1
Programa de Avaliação de Potencial e Resgate dos Sítios DF-PA-11, DF-PA-12, DF-PA-13, DF-PA-14 e DF-PA-15.	2
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico das Áreas de Expansão Urbana de Brazlândia, Gama, Recanto das Emas, Granja do Ipê e Catetinho (Brasília - DF)	5
O Homem Pré-Histórico no Litoral Norte, RS, Brasil.	1
PRONAPABA- Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica.	1
Projeto Central	12
Projeto Pedra do Cavalo - Arqueologia e História	1
Projeto Anhanguera de Arqueologia Goiás	2

Projeto Paranã	1
Projeto de Pesquisa e Extensão - Sítio Escola Guarã no Município de Itapuranga - GO	3
Projeto Paranã	2
Projeto Interdisciplinar AMNH/MPEG - Na Ilha de Marajó e o Região de Marajó	3
Projeto de Pesquisa Arqueológica das UHE Serra da Mesa e Cana Brava	3
Projeto Corumbá (Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul)	4
Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul	2
Arqueologia no Estado do Piauí	2
O Homem do Sudeste do Piauí: Da Pré-História aos Dias Atuais. A Interação Homem-Meio.	6
Levantamento Arqueológico do Estado do Piauí	3
A Salvaguarda do Patrimônio Pré-Histórico dos Municípios de Saquarema, Araruama e Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro: Plano de Ação.	17
Pesquisas Arqueológicas na Baixada de Guaratiba - Escavação e Prospecção	1
Projeto Guaratiba (Campo Grande - RJ) , Estudo da Pré-História e do Paleo-Ambiente	1
Projeto de Proseguimento de Pesquisas - Parati - RJ	1
(Sambaqui do Arapuan)	8
Projeto de Pesquisa Arqueológica - Antigo Cais da Praça XV	2
Conjunto Arquitetônico do Morro do Santo Antônio - Projeto de Pesquisa Arqueológica	5
Proposal to Conduct Archaeological Research at the Site of Lapa Pequena, Município of Montes Claros, Minas Gerais	1
A Proposal to Establish a Scientific Preserve in the Fabião/Jamelão Region, Município of Januária, Minas Gerais	1
Pesquisas Arqueológicas nos Assentamentos Pré-Históricos na Região de Búzios - Pesquisas Arqueológicas na Praia de Geribá	2
Pesquisas e Análises da Ocupação Humana, Desenvolvimento Sócio-econômico, Formas Arquitetônicas e Urbanísticas no Parque Nacional da Tijuca nos Séculos XVIII e XIX.	11
Projeto de Salvamento Arqueológico no Sítio da Ilha de Santana - Município de Macaé - Rio de Janeiro	1
Projeto de Pesquisa Para Tentativa de Salvamento do Sambaqui Rio das Pedrinhas - Magé - Estado do Rio de Janeiro - RJ.	2
Estudo do Sistema Espeleológico do Parque Nacional da Tijuca, GB, Brasil.	1
Pesquisas e Escavações Arqueológicas em Sítios Históricos do Parque Nacional da Tijuca - Levantamento Espeleológico - Organização de Um Museu Histórico do Ciclo do Café	5
Pesquisas e Levantamentos Históricos no Parque Nacional da Tijuca e Escavação Arqueológica no Sítio Histórico Nº PNT-73 - Ruínas da Casa dos Três Patamares (Fazenda de D.Felizardina Tavares).	1
Projeto Arqueológico Itaparica do São Francisco	2
Projeto Sobradinho, de Salvamento Arqueológico	2
Projeto Lagoa Santa	1
Arqueologia de Saquarema	3
Salvamento Arqueológico Duna Pequena - Itaipu	3
Pesquisas de Salvamento no Sambaqui da Ilha de Cafubá - Piratininga - Niterói - Rio de Janeiro	2
Pesquisas de Salvamento em Itaipú - Sambaqui de Cambinhas (1980)	1
Projeto de Pesquisas no RJ-JC-15 . Sítio da Malhada. Cabo Frio.RJ	4
Projeto Para Pesquisa Arqueológica no Sítio "Casa dos Pilões" - Rio de Janeiro	5
Pesquisas Arqueológicas no Município de Vila Flor	1
Pesquisa Arqueológica Sobre Grupos Humanos Pré-Históricos Pertencentes a Tradição Potiguar	1
O Homem Pré-Histórico no Litoral Norte, RS, Brasil	4
Caracterização e Evidenciação do Patrimônio Histórico Cultural - Arqueológico , Arquitetônico e de Bens Culturais da Área Atingida Pelo Reservatório da Barragem de Garabi	2
Levantamentos Arqueológicos no Município de Esmeralda, RS - Cont.	1
Projeto Ivoti - A Evolução dos Caçadores do Rio Grande do Sul	1
Sítio Arqueológico de Itapeva (Município de Torres, RS)	1
Delimitação da Pré-História de Joinville: Caçadores e Pescadores	1

Exploração Científica do Sítio Arqueológico - Praia das Laranjeiras - Balneário de Camboriú	7
Plano de Trabalho - Sambaqui de Ponta das Almas - Lagoa da Conceição - Florianópolis	2
Identificação Arqueológica dos Padrões de Estabelecimento e de Subsistência dos Grupos Pré-Históricos do Alto Rio Uruguai - Chapecó - Santa Catarina - Brasil	1
Tecnologia e Padrões de Subsistência de Grupos Pescadores=Coletores Pré-Históricos, Habitantes do Sambaqui do Morro do Ouro - Joinville - Santa Catarina - Brasil	1
Sub-Projeto Ocupação Humana da Área do Grande Carajás : Estudos Arqueo-Antropológicos.	6
Projeto Arqueológico Uruguai: Salvamento Arqueológico nos Locais das Represas Ao Longo do Rio Uruguai e Afluentes - Santa Catarina / Rio Grande do Sul / Brasil	5
Plano de Pesquisa - Escavações Arqueológicas no Sítio Paleoindígena Tira Chapéu , Município de Ipeúna	1
Projeto Alto Araguaia Matogrossense	1
Programa de Pesquisa e Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico da Área da UHE Balbina - Complementação do Projeto Original - 2ª Etapa.	3
Projeto de Pesquisa Arqueológica UHE Manso	3
Levantamento de Sítios Arqueológicos- - Barragem Itapiranga - SC	2
Salvamento Arqueológico no Médio Jacuí, RS (Barragem de Dona Francisca)	1
Projeto Área Machadinho - Programa Para o Salvamento do Patrimônio Histórico-Cultural - Rio Uruguai	1
Projeto de Pesquisa de Arqueologia Histórica no Município do Brejo da Madre de Deus - Pernambuco (I Etapa)	1
Salvamento Arqueológico na Área de Boa Vista (RR) (Projeto Roraima)	2
O Aproveitamento Ambiental das Populações Pré-Históricas do Estado do Rio de Janeiro	3
Sítios Pré-Históricos e Megafauna Extinta no Brasil	2
Pré-História e PaleoAmbiente Brasileiro	9
Projeto Missões (Síntese)	1
Proposta de Prospecção Arqueológica na área do Cais do Porto de Belém/PA	2
Salvamento Arqueológico nos escombros do Sítio Lapa do Arco, situado na Fazenda Caxambu, Município de Matozinhos/MG	1
Estudos dos registros rupestres dos municípios de Prainha e Almeirim, Estado do Pará	1
Resgate Arqueológico na Área a Ser Diretamente Impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul - Trecho Terenos/Três Lagoas	1
Arqueologia Histórica e Mineração: o Processo de Povoamento na Região de Santa Cruz de Goiás (séculos XVIII e XIX)	4
Projeto Arqueológico Porto Primavera, MS - Etapa de Resgate	3
Projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico na Área de Influência Direta do Polduto Urucu-Coari - AM	1
Arqueologia Histórica no Rio de Janeiro: Século XIX	1
Prospecção Arqueológica na Área a Ser Diretamente Impactada pelo Gasoduto Bolívia-Brasil em Mato Grosso do Sul	2
Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela PCH Braço Norte II	1
Salvamento Histórico-Arqueológico do Sítio Água Mineral Santa Cruz, Água Santa, RJ	1
Projeto de Salvamento Histórico Arqueológico na área a ser atingida pela Usina de Serra da Mesa - Goiás	12
Projeto de Salvamento Arqueológico Pré-Histórico da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa - GO	3
Projeto Corumbá	2
Diagnóstico do potencial arqueológico da área a ser afetada pela pavimentação da GO-213, trecho Caldas Novas/ Córrego Fundo (Ipameri)	1
Projeto Pré-História e Paleoambiente em Mato Grosso	1
Projeto Arqueológico Porto Primavera	2
Projeto de Arqueologia do Planalto Maracajú - Campo Grande: o Estudo do Sítio Maracajú 01	2
Zoneamento espeleológico, arqueológico e paleontológico das Serras das Araras e Curupira, Província Serrana Paraguai-Araguaia, MT	6

Proposta de trabalho para execução do diagnóstico arqueológico da área a ser impactada pela implantação do Gasoduto Bolívia-Brasil no trecho entre Campo Grande e Três Lagoas, MS	2
Projeto Arqueológico Porto Primavera - MS	7
Ocupação Pré-Colonial do Vale dos Rios Taquari e Paraguai	1
Projeto Paranapanema	1
O Aproveitamento Ambiental das Populações Pré-Históricas do Estado do Rio de Janeiro	1
Projeto Arqueológico Segredo - PASEG	1
Projeto Baixo Amazonas - A Sequência do Desenvolvimento em Santarém, Pará	4
Padrões de assentamentos de grupos pré-históricos em uma área do Mato Grosso de Goiás	1
Vistoria de sítio arqueológico em São Félix do Araguaia (IPHAN)	1
Projeto de Salvamento e Proteção do Sítio Arqueológico MT-AR-03	1
Projeto de Avaliação do Potencial Arqueológico da Área de Abrangência da UHE Ji-Paraná	1
[não preenchido]	1
Projeto de Avaliação do Potencial Arqueológico na àrea de Influência da Rodovia BR-429 / Presidente Médici-Costa Marques	1
PRONAPA	1
Manejo de Recursos na Amazônia Legal: Estratégias Indígenas	1
As Inscrições Rupestres de Paranaíba	1
Projeto de Urbanismo - Parcelamento do SOF - Norte	1
Arqueologia Histórica na Região do Cocal, Município Pires do Rio, Goiás	1
Projeto Rio Negro	1
Projeto Rio Negro	1
Lago de Silves	1
Padrões de Assentamento Pré-Histórico da Região do Médio Rio São Francisco .	1
Projeto Serra Geral	1
A Pesquisa Arqueológica na Casa da Fundação de Goiás.	1
Projeto GO-SD-1	1
Projeto Paranaíba	1
Paranaíba	1
Programa Arqueológico de Goiás	2
Projeto Caiapônia (Programa Arqueológico de Goiás)	1
Programa Vale do São Francisco	1
Programa Vale do São Francisco - PROVALE	1
PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.	1
Programa Vale do São Francisco - PROVALE	1
Programa Pesquisas no Vale do São Francisco	1
Revisão/Atualização do Cadastro-SPHAN de Sítios Arqueológicos do MT.	1
Etnoarqueologia do Negro no Mato Grosso	1
Projeto Fernando de Noronha	1
Nau Capitanea de 1.503	1
Pesquisa de Arqueologia e História da "Torre"de Duarte Coelho - Alto da Sé.	1
Arqueologia do Nordeste Brasileiro	1
Projeto Arqueológico Foz do Areia	1
Projeto Arqueológico Passaúna	1
Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu	1
Alice Boer/ Itaboraí	1
Parque Nacional Duque de Caxias	2
Pesquisas Arqueológicas na Planície de Magé - RJ	1
O Sítio Arqueológico de Jurubatiba - Município de Macaé - Estado do Rio de Janeiro.	1
Paço Imperial	1
Pesquisas Arqueológicas nas Planícies de Magé	1

Pesquisas Arqueológicas do Estado do Rio de Janeiro	1
Projeto de Pesquisas em Arqueologia Pré-Histórica Brasileira	1
Restauração do Solar Barão do Sahy - Mangaratiba - RJ	1
Arqueologia Brasileira	1
PRONAPA	1
Arqueologia de Salvamento no Sítio RS-LS-45 (Engenho de Arroz) , Rio Grande, RS.	4
Programa de Pesquisas Arqueológicas Sobre o Paleóíndio e Paleoecologia (Geologia, Paleontologia e Paleoclimatologia)	1
Forte Santo Antonio de Ratonos	1
Projeto Arqueológico Gruta do Gavião	1
Projeto Medições Por Métodos Físicos	2
Programa de Pesquisas Arqueológicas na Região Nordeste do Estado de São Paulo	1
Passa Cinco	1
Projeto Boca da Barra - Projeto de Pesquisa de Arqueologia e História na Barra da Lagoa de Araruama, em Cabo Frio	1
Pesquisa Histórica, Arqueológica e Arquitetônica da Missão de São Lourenço, RS	1
Arqueologia do Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	1
Redução de São João Batista	1
São Lourenço Mártir	1
Cadastramento de Sítios Arqueológicos na Área do Projeto Paranapanema, Estado de São Paulo	1
Pesquisas Arqueológicas no Estado do Rio de Janeiro	1
A Ocupação Pré-Histórica das Ilhas do Litoral do Estado do Rio de Janeiro	1
Salvamento do Sítio Arqueológico AP-MA-03: Pacoval Macapá - AP	1
Pesquisa Arqueológica no Médio Rio Urubu (AM)	1
Arqueológico Santiago	1
Turismo: Pesquisas Arqueológicas /IAB	1
Projeto Trombetas/Arqueologia	1
Projeto Trombetas/ Arqueologia	1
Projeto Arqueológico Manguinhos	1
Projeto Arqueológico Itaipu	7
Projeto Arqueológico Santiago	1
Projeto Arqueológico Rosana - Taquaraçu	1
Projeto de Salvamento Arqueológico do Baixo Açú - Represa Engenheiro Armando Gonçalves	1
Usina Hidrelétrica de Barra do Peixe - Estado do Mato Grosso	1
Projeto Marajó	1
Projeto Baixo Tocantins I	1
Projeto Baixo Tocantins - 2ª Parte	1
Projeto Baixo Tocantins - 3ª Parte	1
Projeto Baixo Tocantins - 4ª Parte	1
Projeto Baixo Tocantins - 5ª Parte	1
Projeto Dunas/PPPg-UFRN	1
Projeto de Arqueologia de Quilombos	1
Projeto: Levantamento Arqueológico dos Sítios com Registros Rupestres no Baixo Amazonas	2
Levantamento para o Projeto Arqueologia Histórica e Mineração: As Relações Sócio-econômicas no Processo de Povoamento na Região Aurífera de Santa Cruz de Goiás (Séculos XVIII e XIX).	2
Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas na Faixa de Domínio da Ferronorte, MT	3
Projeto de levantamento e resgate arqueológico da área de influência direta do poliduto Urucu-Coari, AM	1
UHE Itiquira	1
Não há	3
Estudo Arqueológico na linha Tramo-Oeste, PA.	1
Localização e estudo regional de sítios arqueológicos nos rios Anajás e Cururu - Ilha do Marajó	5
ACHADO FORTUITO ver ficha Relatório de Pesquisa	3

Levantamento Arqueológico na área de implantação do terminal de barcaças no município de Belmonte/Bahia	1
Estudos Arqueológicos no Amapá: Resgate da Pré-História da Região do rio Maracá-Igarapé do Lago	5
Projeto de Salvamento Arqueológico Sítio Cemitério Índio Grande Cáceres - MT	4
Programa de Estudos Arqueológicos na Área do Reservatório de Kararaô (PA) - Estudos de Viabilidade	1
NULL	1
[não preenchido]	183
não há	7
(o projeto não está disponível)	1
TOTAL GERAL	657

PPA/DID/IPHAN-ÓRGÃOS FINANCIADORES

Em branco	610
Citybank	1
CAPES	1
CEDPHA	1
CEEE / SPHAN / CNPq	1
CEMA, TETRPLAN	1
CEMAT	1
CESP	2
CNEC	1
CNPq	22
CNPq - Cons. Nac. de Des. Cient.e Tecn./ Smithsonian Institution - SI	1
CNPq /MPEG/Associação Alemã de Pesquisas Científicas - Deutsche Forschungsgemeinschaft-DFG.	1
CNPq e Smithsonian Institution	2
CNPq. CAPES, CNRS e Ministère des Affaires Étrangères.	1
Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu (DESENVALE)	1
Companhia Energética de São Paulo - CESP	2
Companhia Hidrelétrica do São Francisco	1
Convenio CAPES/COFECUB com apoio do Programa de Fomento à Pesquisa - FUNAPE- UFG	1
DERGO	1
Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	1
Earthwatch Institute	1
ELETRONORTE Centrais Elétricas do Norte S.A.	5
ELETROSUL	5
ELETROSUL - Convênio AYE - ELETROBRÁS	1
ENCOMIND	1
Enersul	1
ENGEA	1
ENGEVIX	4
ENGEVIX - Estudos e Projetos de Engenharia S.A. - FAPESP - CNPq	1
FAPEMAT	1
FAPESP	2
FAPESP / FUNDAP	1
FAPESP, CNPq, UFG.	1
FBCN/JBRJ/IBM Brasil/UFRJ-FAU	1
FEMAGO - Faculdade de Filosofia Cora Coralina - CNPq	3
FINEP	1
FINEP/CNPq	2
FUJB	1
Fund. de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS	1
Fundação MUDES	1
FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa.	1
Furnas Centrais Elétrica	11
Governo Federal-Ministério da Cultura/Governo Estadual-Secretaria de Cultura e Desporto	1
Instituto Anchieta de Pesquisas - UNISINOS	1
ITACEL S/A	1
Itaiatuba - Agroindustrial	1
MINC/SPHAN	1
Ministério da Pesquisa da RFA e MPEG	1

Ministério das Relações Exteriores da França.	2
Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA	1
Museu Goeldi e CNPq	1
Museu Paraense Emílio Goeldi; Fundação Estadual de Cultura do Estado do Amapá	1
National Endowment For The Humanities - NEH	1
NGS (EUA), SMITHSONIAN INSTITUTION (EUA)	1
Parque Ecológico de Goiânia - Estado de Goiás	1
PETROBRÁS	3
Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha	1
Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio	1
PROTAN Engenharia S/C Ltda	1
RAMOS SICSU	1
Research Council of Canada	1
Secretaria de Estado da Cultura	1
Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado do Pará	1
Secretaria de Infra-Estrutura - Estado de Tocantins	1
SEEC/INEPAC/ISCB/CNPq	1
Sociedade Universitária Augusto Motta - SUAM /Centro Brasileiro de Arqueologia	1
SPHAN	4
SPHAN / PRÓ-MEMÓRIA	3
SPHAN/Universidade Federal da Bahia - UFBa.	1
SSRC (EUA)	1
Tetraplan - Consultoria e Planejamento	1
THEMAG - Engenharia e Gerenciamento Ltda.	1
UNESCO/PNUD-UNESCO/ICCROM/CAPES	1
UNICAP	1
Universidade de Tulane (EUA)	1
Universidade do Estado da Bahia - UNEB	1
University of Alberta	1
VALEC - Engenharia e Construções Ltda.	1
Veplan Residência	1
Veracel Florestal	1
Total	746

Listagem de municípios com problemas não concluídos

-	PA - Urucará
- Itapeva	PA - Vale do Rio Trombetas
- Não informado	PA - Xambioá
- Sem informação	PB - Cabeceiras
AC -	PB - Carnaúba dos Dantas
AM -	PE - Boa Vista
AM - Canteiro	PE - Camêla
AP -	PE - Pilar
AP - Mazagão Novo	PI - Gervásio de Oliveira
AP - Mazagão Velho	PI - Ipiranga
BA -	PI - Luís Correa
BA - Itacira	PI - São Bráz do Piauí
BA - Muquem de São Francisco	RJ - Santa Cruz
BA - Patamutê	RN - Cuité
BA - Santana dos Brejos	RN - Estremoz
CE - Inhamuns	RN - Lagoa de Montanhas
DF -	RN - Tibaúba dos Batistas
DF - Brazlândia	RO -
DF - Distrito Federal	RO - Cachoeira do Jirau
DF - Gama	RO - Guaporó-Mirim
DF - Núcleo Bandeirante	RO - Pacáas Novos
DF - Taguatinga	RO - Pedras Negras
GO -	RO - Presidente Medici
GO - Cidade de Goiás	RO - Príncipe da Beira
MA - Ilha das Canárias	RO - Rondônia
MA - Ilha do Cajú	RS -
MA - São José do Ribamar ou Ribamar	RS - Anita Garibaldi
MG -	RS - Bajé
MG - Bocaiuva	RS - Campos Novos
MG - Caçaratiba	RS - Corumbá
MG - Felisberto Caldeira	RS - General Vargas
MG - Santana do Pirapama	RS - Herval do Sul
MG - São Tomé das Letras	RS - Piratuba
MS -	RS - Sanata Vitória do Palmar
MS - General Carneiro	RS - Santa Bárbara
MT -	RS - São Domingos
MT - Barão de Melgaco	RS - São João do Norte
MT - Boa Vista	RS - Severino de Almeida
MT - Campo Limpo	RS - Tapejaba
MT - Chapadão dos Parecis	RS - Tibau do sul
MT - Cid. Lab. Humboldt	RS - Vale Vêneto
MT - Marzagão	SC -
MT - Mata	SC - Alpestre
MT - Mato Grosso	SC - Bom Jardim
MT - Nova Aracatuba	SC - Concórdia
MT - Porto Velho	SC - Pedro Dias
MT - Trindade	SC - Ponte Alta do Sul
PA -	SP - Campos Novos Paulistas
PA - Belém, Distrito de Cutijuba	SP - Comodoro
PA - Calçoene	SP - Luis Antônio
PA - Careiro	SP - Mogi-Mirim
PA - Castelo dos Sonhos	TO - Aguiarnópolis
PA - Oiapoque	TO - Sao Salvador do Tocantins
PA - Santa´rm	TO - Taguatinga do Tocantins
PA - Sem informação	
PA - Turucuí	

Relação de Códigos Utilizados nos Mapas de Tradições

DISTRIBUIÇÃO DAS REFERENCIAS SOBRE TRADIÇÃO DE GRAFISMOS RUPESTRES

Plotagem do material bruto, conforme preenchido nas fichas de registro pelos pesquisadores. Existem referências textuais sobre material não classificado (esta nota é comum aos três mapas).

Código e nome:

Ag – Agreste
Ba – Ballet
Bo – Bororo
Go – Geométrica
IL – Itacoatiara do Leste
IO – Itacoatiara do Oeste
Lit – Litorânea
Mon – Unidade Estilística Montalviana
No – Nordeste
Pe – Peruaçu
PI – Planalto
SF – São Francisco
SL – São Lourenço
To – Tombador

Para o MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS TRADIÇÕES DE MATERIAL LÍTICO

Código e nome

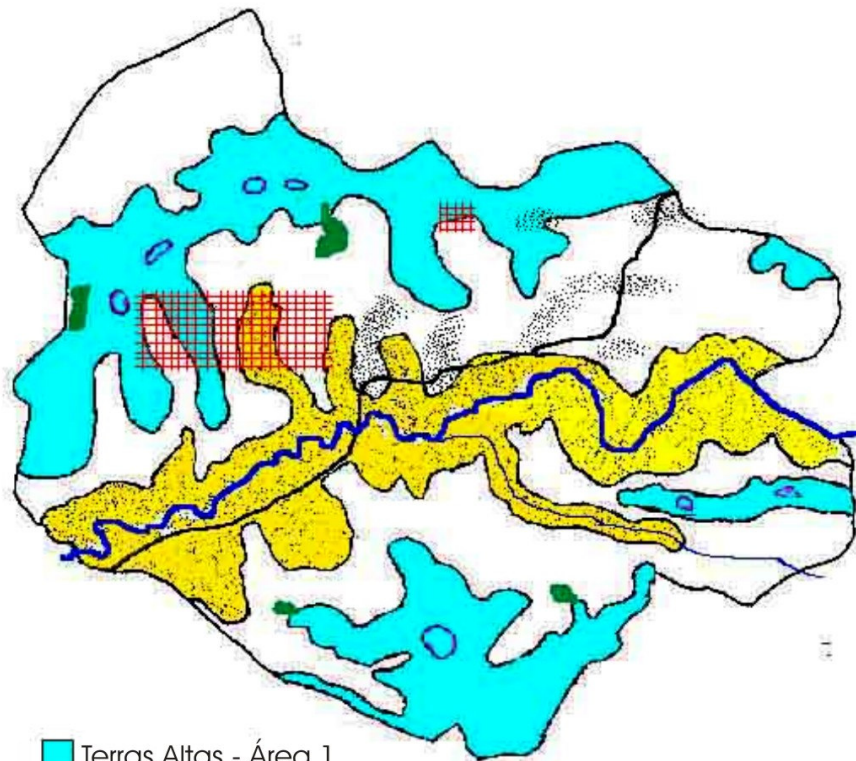
AP – Alto Paranaense	PC – Pré-cerâmica
Bi – Bituruna	RC – Rio Claro
CI – Complexo Itaqui	Sb – Sambaquiana
CP – Casa de Pedra	Sp – Sapucaí
Hu – Humaitá	SC – Serra da Capivara
Ip – Ipeuna	Tg – Tupiguarani
It – Itaparica	Um – Umbu
Ib – Ibicuí	Una – Una

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS TRADIÇÕES DE MATERIAL CERÂMICO

Código e nome:

Ar – Aratú	Pa - Papeba
BI – Borda Incisa	Pan – Pantanal
Bo – Bororo	Pe – Periquito
Co – Colonial	Po – Policroma
Des – Descalvado	Qui - Quiba
Gua – Guarani	Sa - Sambaquiana
HZ – Hachurada Zonada	Sap - Sapucaí
In – Imbirissu	Sar - Saracá
IP – Incisa Ponteada	Se - Serranópolis
Ir – Ironçaba	Su - Sumidouro
Itp – Itaparica	Ta - Taquara
Itr – Itararé	Tg - Tupiguarani
Jam – Jamari	Tp - Tupi
Ja – Jaru	Tb – Tupinambá
Mi – Mina	Una - Una
Mo – Mossamedes	Uru - Uru
Nb – Neobrasileira	Vi - Vieira
Os - Osório	

MAPA DAS ÁREAS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE MONTE MOR/SP

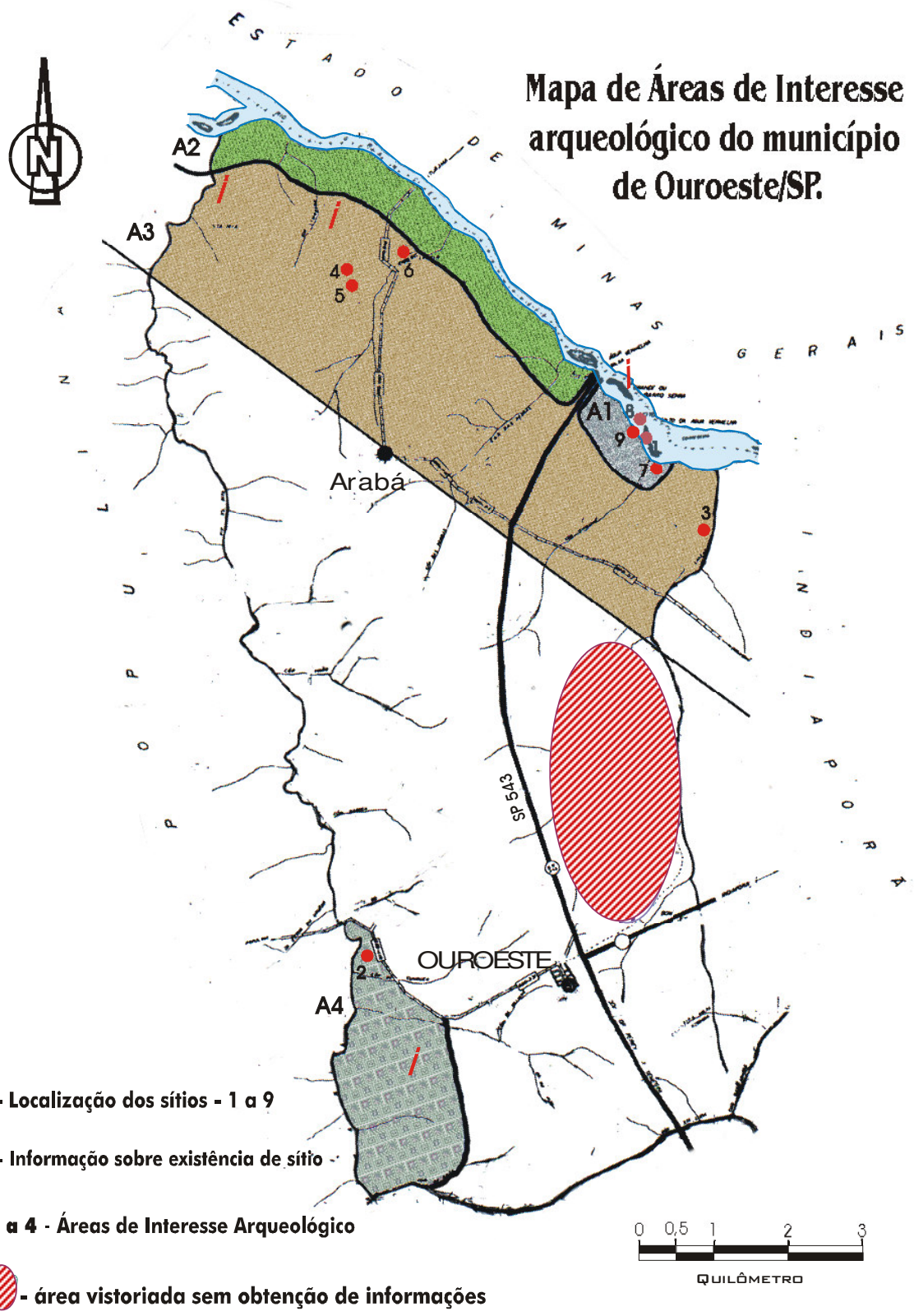


- Terras Altas - Área 1
- Terras Baixas - Área 2
- Interesse Histórico - Área 3
- Vegetação Nativa - Área 4
- Loteamentos - Área 5

Áreas de Interesse Arqueológico	Níveis de Restrição e Recomendações e Uso
<p><u>Área 1</u></p> <p>Terras altas, locais de baixa visibilidade dos vestígios arqueológicos, baixa densidade de material, sítios enterrados e outros associados a um uso mais intenso pelos grupos caçadores, predominância de vestígios líticos.</p>	<p><u>Área 1</u></p> <p>Terras altas e área rural, sem restrições além da proteção física dos testemunhos identificados. Sugere-se o desenvolvimento de campanhas informativas e implementação de programa de educação patrimonial seguida de monitoramento nos períodos de retirada da lavoura para aragem da terra, quando se tem melhor visibilidade do solo.</p>
<p><u>Área 2</u></p> <p>Terras baixas, inundáveis, mangues e terraços de rios de maior porte, área de boa visibilidade arqueológica com vestígios superficiais, média densidade de material, geralmente associados a grupos horticultores - ceramistas. (A linha definida de 500 m das margens dos rios é ditada pela correlação, com o diâmetro das aldeias observados nos sítios já pesquisados).</p>	<p><u>Área 2</u></p> <p>Terras baixas e área urbana, cuja transformação já é controlada pelo setor de obras. Deve-se limitar o desmatamento das áreas de mata ciliar residual, assim como advertir os interessados sobre o alto potencial arqueológico da região, além de notificar que qualquer obra seja acompanhada e paralisada caso necessário.</p>
<p><u>Área 3</u></p> <p>Área de interesse histórico correspondendo à área de localização dos três sítios cadastrados e dos 1^{os} assentamentos rurais e urbanos que deram início à ocupação contemporânea, conforme o primeiro croqui da evolução histórica e a ocupação do espaço.</p>	<p><u>Área 3</u></p> <p>Interesse histórico - identificação, registro, prospecção para caracterização cultural e sinalização dos bens que devem ser integralmente protegidos e integrados em roteiros temáticos de turismo cultural.</p>
<p><u>Área 4</u></p> <p>Área de vegetação nativa residual, única que ainda não sofreu intervenção no município, sendo de bom potencial para preservação de vestígios não destruídos antropicamente.</p>	<p><u>Área 4</u></p> <p>Vegetação nativa - Áreas virgem com solo não mecanicamente alterado sujeito à restrição total de uso ; sugestão de adoção de medidas legais de proteção junto ao entorno ambiental ou cultural para efetuar proteção</p>
<p><u>Área 5</u></p> <p>Área de maior desenvolvimento e sob pressão demográfica liberada para loteamentos populares, na qual o Museu ainda não dispõe de condições para efetuar intervenções.</p>	<p><u>Área 5</u></p> <p>Loteamentos - campanhas educativas intensas associadas a vistorias direcionadas aos novos loteamentos no período de intervenção no solo da área de implantação das obras, visando notificar os envolvidos sobre a necessidade de efetuar o resgate dos sítios identificados.</p>

LEVANTAMENTO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA REGIÃO DE MONTE MOR/ SP (PARDI, RANGEL & CORADEL 1999)

Mapa de Áreas de Interesse arqueológico do município de Ouroeste/SP.



Adaptado por: PARDI & IQUEGAMI
 FONTE: Sistema Viário Municipal: Município de Ouroeste

ARQUEOLÓGICOS DA REGIÃO DE OUROESTE / SÃO PAULO E DIRETRIZES DE USO

NOME	TIPO	CARACTERÍSTICAS	CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES DE USO
1- UHE Água Vermelha	Oficina cerâmica e lítica Sítio açougue Cemitério	Tupiguarani e Uru com preservação material ósseo humano. 770 + ou - 1010 B.P.	Entre 25 e 50%	BT, TC-A, GF TM, TE, TF
2- Veloso	Oficina lítica a céu aberto	lascas, raspadores, faca, núcleo, plaina	Entre 50 e 75%	SD GF, TM
3- Jandaia	Oficina lítica a céu aberto	Raspadores uso múltiplo, lascas	- de 25%	SD TC-A
4- Limoeiro	Cerâmico a céu aberto	Baixa densidade de material lítico lascado associado a Bacurizal	- de 25%	SD S/R BT
5- Olaria	Cerâmico a céu aberto	Baixa densidade de material lítico lascado e quartzo associado a Bacurizal	- de 25%	SD S/R BT
6- Piau	Cerâmico a céu aberto	Quartzo e cerâmica em disposição linear. Tradição Uru	- de 25%	SD S/R , BT
7- Água Vermelha 2	Cerâmico a céu aberto	Aldeia +_ 400m, Tradição Aratú com almofarizes, concentrações cerâmicas e lítico polido	+ de 75%	SD GF TM, TE
8- Água Vermelha 3	Lítico a céu aberto	Fogueira com argila queimada parcialmente destruído pela UHE	Entre 25 e 50%	S/R , BT TM TE
9- Água Vermelha 4	Lítico a céu aberto	Percutor, médio, chopper, em sílex, presença quartzo Parcialmente destruído pela UHE	Entre 25 e 50%	S/R BT TM, TE

DIRETRIZES DE USO – CONVENÇÕES

1 - SD - <u>Sondagem – Delimitação</u> – realização do menor número possível de sondagens, visando caracterizar e delimitar subsuperficialmente os extratos de assentamento.
2 - S/R - <u>Salvamento/Resgate</u> – pesquisa científica expedita visando a caracterização cultural, a mais específica e detalhada possível, na atualidade.
3 - BT - <u>Bloco Testemunho</u> – designação e produção de parte significativa do sítio para posteriores aferições e preservação para o futuro, quando a tecnologia permitir aprofundamento das pesquisas efetuadas.
4 - TC - <u>Turismo cultural</u> A - <u>Abertura</u> para uso controlado e regularizado através de Plano Visitaçã e/ou Obras previamente aprovados pelo IPHAN D - <u>Desestímulo</u> à visitaçã em larga escala e inclusã em roteiros, assim como cerceamento de atividades de lazer nã monitoradas que estejam ocorrendo, por nã reunir condições para este tipo de uso.
5 - GF - <u>Gerações Futuras</u> – intervenções mínimas para caracterizaçã cultural de amplo espectro e sugestã de medidas de preservaçã para gerações futuras, em funçã do raro e expressivo contexto que apresenta, do potencial, etc.
6 - TE - <u>Tombamento</u> m – municipal , e - estadual , f - federal Sugere elaboraçã, fundamentaçã e encaminhamento de solicitaçã de tombamento em diversos níveis, de acordo com a expressividade do patrimõnio em foco, em adendo à proteçã legal jã ministrada pela lei 3924/61*.

Anexos da Dissertação:

Nome do sítio:

Outras designações e siglas:

CNSA:

Município:

UF:

Localidade:

Outras designações da localidade:

Descrição sumária do sítio:

Sítios relacionados:

Nome do proprietário do terreno:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Fone/Fax:

Ocupante atual:

Acesso ao sítio:

Comprimento: m Largura: m Altura máxima: m (a partir do nível do solo)

Área: m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico:

Ano de edição: Órgão: IBGE DSG Outro Escala:

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central: Zona: E: N:

Perímetro: Zona: E: N:

Zona: E: N:

Zona: E: N:

Zona: E: N:

GPS

DATUM:

Em mapa

Margem de erro:

m

Unidade geomorfológica:

Compartimento topográfico:

Altitude: m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima:

Distância: m

Rio

Bacia:

Outras referências de localização:

Vegetação atual:

Floresta ombrófila

Savana (cerrado)

Floresta estacion

Savana-estépica
(caatinga)

Campinarana

Estepe

Capoeira

Outra:

Uso atual do terreno:

Atividade urbana

Pasto

Via pública

Plantio

Estrutura de fazenda

Área não utilizada

Outro:

Propriedade da terra:

Área pública

Área privada

Área militar

Área indígena

Outra:

Proteção legal:

Unid. de conservação ambiental

Em área tombada:

Municipal

Estadual

Federal

Patrim. da humanidade

Categoria:

Unicomponencial

Pré-colonial

Multicomponencial

De contato

Histórico

Tipo de sítio:

Forma

Tipo de solo:

Estratigrafia:

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto

Abrigo sob rocha

Gruta

Submerso

Outra:

Estruturas

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De Lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de edificação | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | |
| <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas | Quantidade: |
- Outras:

Artefatos:

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Lítico lascado | <input type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Acervo / Instituições:

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos:	Tradições:
	Fases:
	Complementos:
	Outras atribuições:
Artefatos cerâmicos	Tradições:
	Fases:
	Complementos:
	Outras atribuições:
Arte rupestre:	Tradições:
	Estilos:
	Complementos:
	Outras atribuições:

Datações absolutas:

Datações relativas:

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo
 Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Medidas para preservação:

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Coleta de superfície Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Fone/Fax:

Data do registro:

Ano do registro:

(para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto:

Nome da instituição:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

E-mail:

Fone/Fax:

Documentação produzida (quantidade

Mapa com sítio plotado:

Foto preto e branco:

Croqui:

Reprografia de imagem:

Planta baixa do sítio:

Imagem de satélite:

Planta baixa dos locais afetados:

Cópia total de arte rupestre:

Planta baixa de estruturas:

Cópia parcial de arte rupestre:

Perfil estratigráfico:

Ilustração do material:

Perfil topográfico:

Caderneta de campo:

Foto aérea:

Vídeo / filme:

Foto colorida:

Outra:

Bibliografia:

Observações

Responsável pelo preenchimento da ficha:

Data:

Localização dos dados:

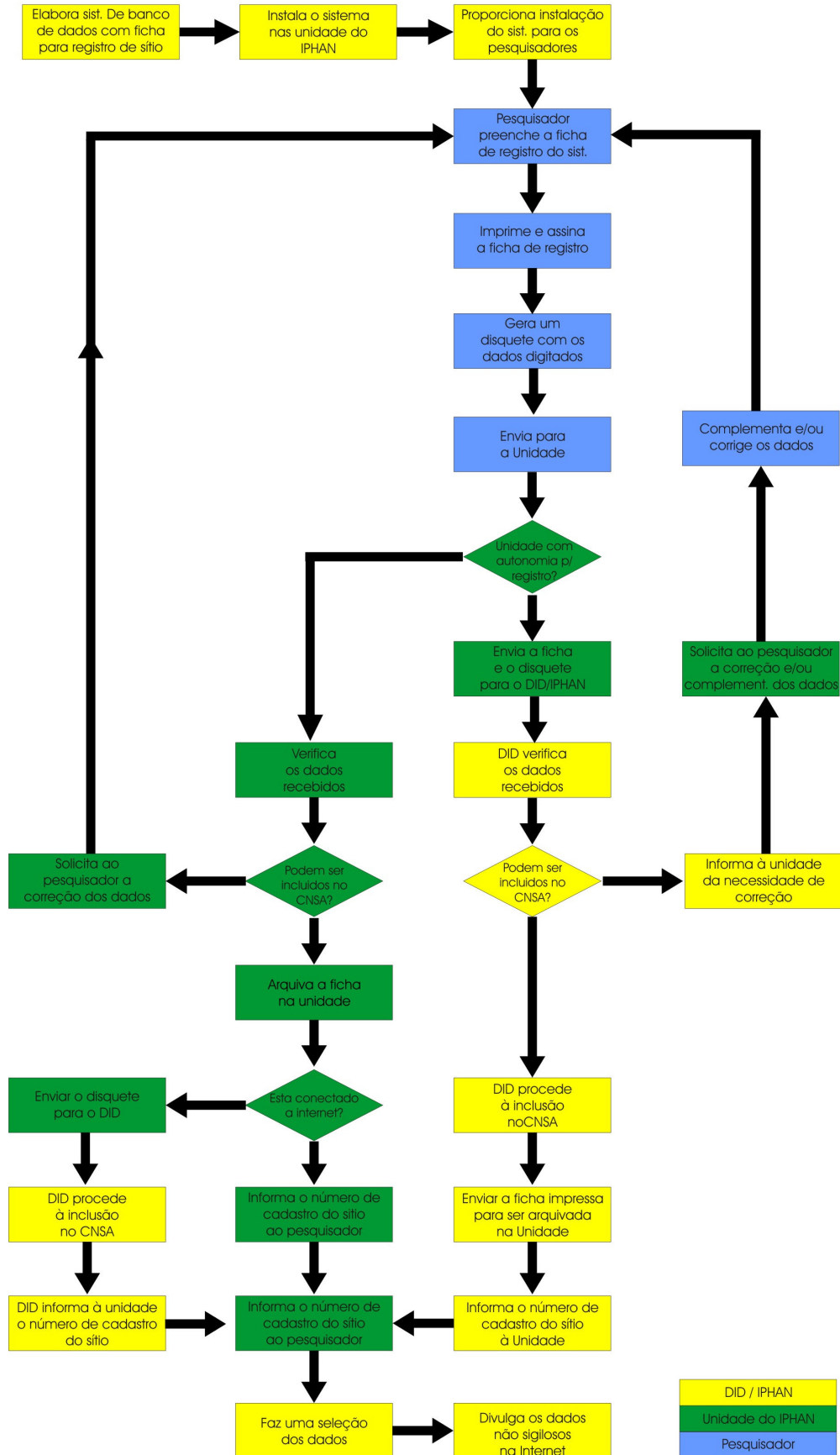
Atualizações

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Fluxograma de Registro de Sítio no
 Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA
 Departamento de Identificação e Documentação - DID



Pocket DV
Filmadora e
Câmera Fotográfica

R\$ 299,00

LEVE AGORA!

mercado
Livre

MACHADO DE PEDRA POLIDA INDIGENA

Arte e Antiguidades → Antiguidades → Outros

Produto: #4



Preço Atual: R\$ 100.00

Quantidade: 1

Vendedor: JMCAP (10) ★

[Ver os produtos deste vendedor](#)

Tipo de produto: Novo

Localização: PARANÁ

Finaliza em: 04d 09h (01/09/2002 20:15)

Data de início: 18/08/2002 20:15

Quant. de Ofertas: 1 [Ver histórico de ofertas](#)

Visitas: 1

Quantidade: 1

Sua Oferta: R\$ Auto-oferta
(Oferta mínima: R\$ 105.00)



[1 Foto]

Clique na foto para ampliá-la.



▶ Este produto está violando a política do site? Por favor, nos informe: produtos_proibidos@mercadolivre.com

Auto-atendimento

[Perguntas ao Vendedor](#)

Adicionar este produto a Compras em vista

Enviar esta oferta a um amigo

[Formas de Envio e Pagamento](#)

Descrição

Dimensões: Comprimento: 5 cm.

Machado de pedra polida, encontrado em sítio arqueológico as margens do rio Ivai no norte do Paraná com idade incerta.

▶ Perguntas:

Perguntas ao vendedor

- 26/08/2002 13:24 favor informar corretamente as dimensões, comprimento, largura e espessura. Grato. [COMPRINHA \(](#)
- 26/08/2002 21:47 ____o000__ > (+) __o000__
- 26/08/2002 13:24 favor informar corretamente as dimensões, comprimento, largura e espessura. Grato. [COMPRINHA \(](#)
- 26/08/2002 21:47 Comprimento: 27 cm, Largura: 8 cm, Altura: 4,8 cm. Circunferencia total: 21,5 cm (centro da peça). I informações é só pedir. Um abraço.

http://www.mercadolivre.com.br/ibz/ml/org_prod.p_main?it_s=MLB&it_n=4128577 28/08/2002

21/08/2002 22:45

olá. essa peça foi coleta por vc ou vc comprou de terceiros, é que existe uma legislação que proibe a venda deste tipo de material é patrimonio da união mesmo que tenha sido coletado em uma propriedade particular.

[MANELAU \(3\)](#)

22/08/2002 20:28

Obrigado pela informação, mas ela continua à venda. Um abraço.

Fazer uma pergunta ao vendedor

Formas Envio e Pagamento

- O produto encontra-se em **Maringá PARANÁ Brasil**
- Envio por conta do: **Comprador**
- Forma de envio: **A Combinar**
- Forma de pagamento: **Depósito Bancário**

Serviços para compra

Seguro:
Conheça as recomendações do [MercadoSeguro](#).

Envio:
Cotar o envio do produto com a Sedexonline.

Intermediação Financeira:
Realize suas negociações com segurança através de [PagaFácil](#) e [F2b](#).

Financiamento:
Financie suas compras diretamente com a [Easycred](#)

Ofertar

Produto: #4

MACHADO DE PEDRA POLIDA INDIGENA

Você tem um site? Faça \$\$\$ com ele!
Tenha um e-commerce no seu site, em 5 minutos!

MercadoGaleria



Machados de Pedra

Arte e Antiquidades → Artesanatos

Produto: #4



Preço Atual: R\$ 500.00

Quantidade: 1

Vendedor: RORAIMAC (16)

[Ver os produtos deste vendedor](#)

Tipo de produto: Usado

Localização: ACRE

Finaliza em: 12d 09h (09/09/2002 19:51)

Data de início: 26/08/2002 19:52

Quant. de Ofertas: -

Visitas: !

Quantidade: 1

Sua Oferta: R\$ 500

Auto-oferta

(Oferta mínima: R\$ 500.00)



[1 Foto]



Clique na foto para ampliá-la.

Este produto está violando a política do site? Por favor, nos informe: produtos_proibidos@mercadolivre.com



Auto-atendimento



Perguntas ao Vendedor



Adicionar este produto a Compras em vista



Enviar esta oferta a um amigo



Formas de Envio e Pagamento

Descrição

Machados de Pedra, encontrados nos municípios de Xapuri e Brasileia no Estado do Acre (Amazonia Oriental).

Perguntas ao vendedor

Fazer uma pergunta ao vendedor

Formas Envio e Pagamento

- O produto encontra-se em **Rio Branco ACRE Brasil**
- Envio por conta do: **Comprador**
- Forma de envio: **Não especificado**
- Forma de pagamento: **Não especificado**

Serviços para compra

Seguro:
Conheça as recomendações do MercadoSeguro.

Intermediação Financ
Realize suas negociações com segurança através: [PagaFácil](#) e [F2b](#).

Envio:

Financiamento:
Financie suas compras

http://www.mercadolivre.com.br/ibz/ml/org_prod.p_main?it_s=MLB&it_n=4202554 28/08/2002

Cotar o envio do produto com a Sedexonline. [diretamente com a Easycred](#)

Ofertar

Produto: #z

Machados de Pedra

Preço Atual: **R\$ 500.00**

Quantidade: **1**

Sua Oferta: R\$

[Auto-oferta](#)

(Oferta mínima: R\$ 500.00)

[Ofertar](#)

- ▶ É necessário estar cadastrado para comprar. Se ainda não é, clique [aqui](#). É grátis!
- ▶ Sua compra:
 - MercadoLivre.com não cobra comissão do compra.
 - Gera um compromisso entre as partes.

[Adicione o iBazar.com.br a seus Favoritos!](#)

[Home](#) | [Fale Conosco](#) | [Sobre o MercadoLivre](#) | [Mapa do Site](#) | [MercadoSócios](#)

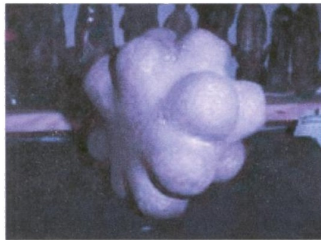
O uso deste site implica na aceitação dos [Termos e Condições](#) Gerais do MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda
Copyright © 1999-2002 MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda.



Peca Única de Arqueologia Brasileira !!

Arte e Antiquidades → Esculturas

Produto: #6



Preço Fixo: R\$ 2500.00

Quantidade: 1

Vendedor: VENTOSUR (48) ★

[Ver os produtos deste vendedor](#)

Tipo de produto: Novo

Localização: RIO GRANDE DO SUL

Finaliza em: 57d 00h (24/10/2002 10:32)

Data de início: 25/08/2002 10:32

Quant. de Ofertas: -

Visitas: 1

Quantidade: 1

Sua Oferta: R\$2500.00

[Comprar](#)

[4 Fotos]



Clique na foto para ampliá-la.

Este produto está violando a política do site? Por favor, nos informe: produtos_proibidos@mercadolivre.com

[Auto-atendimento](#)[Perguntas ao Vendedor](#)[Adicionar este produto a Compras em vista](#)[Enviar esta oferta a um amigo](#)[Formas de Envio e Pagamento](#)

Descrição

Peca Unica de Arqueologia Brasileira !!

Foi localizada no ano de 1982, perto de Uruguaiana(R.G. do Sul), as margens do Rio Uruguay.E uma arma indigena de uso belico ou de caça, era jogada sobre a cabeça da vitima.

Tem uma antiguidade de aprox. no minimo de 800anos.E um rompecabezas de 14 pontas feito em basalto extremadamer duro.Tem as seguintes medidas: 17cm de alto por 15cm de largo, as pontas medem 4 cm de alto por 5 cm de largo.Peso 1 kg.

E uma preciosa peca para colecao ou para ser apreciada em um museu,suas dimensoes sao totalmente atipicas para os registros de cacadores superiores brasileiros.Noa tem indícios de ter conhecimento de outra igual.Existe uma peca similar bem mais pequena da colecao de material recolhido pelo Paleontologo Argentino Florentino Ameghino no seculo 19.

Por mais informacoes: rboeruizartrobayahooontocom

Tambem posso trocar por uma filmadora DIGITAL, ou maquina fotografica DIGITAL acima de 4 megapixels.

Perguntas ao vendedor

http://www.mercadolivre.com.br/ibz/ml/org_prod.p_main?it_s=IBZ&it_n=6865393

28/08/2002

Fazer uma pergunta ao vendedor

Formas Envio e Pagamento

- O produto encontra-se em **Santana do Livrament RIO GRANDE DO SUL Brasil**
- Envio por conta do: **Comprador**
- Forma de envio: **A Combinar**
- Forma de pagamento: **Deposito Bancario, A combinar**

Serviços para compra

Seguro:
Conheça as recomendações do [MercadoSeguro](#).

Envio:
Cotar o envio do produto com a Sedexonline.

Intermediação Financeira:
Realize suas negociações com segurança através: [PagaFácil](#) e [F2b](#).

Financiamento:
Financie suas compras diretamente com a [Easycred](#)

Comprar

Produto: #1

Peca Única de Arqueologia Brasileira !!

Preço Fixo: R\$ 2500.00

Quantidade: 1

Sua Oferta: R\$ 2500.00

▶ É necessário estar cadastrado para comprar. Se ainda não é, clique [aqui](#). É grátis!

▶ Sua compra:

- MercadoLivre.com não cobra comissão do comprador
- Gera um compromisso entre as partes.

Comprar

[Adicione o iBazar.com.br a seus Favoritos!](#)

[Home](#) | [Fale Conosco](#) | [Sobre o MercadoLivre](#) | [Mapa do Site](#) | [MercadoSócios](#)

O uso deste site implica na aceitação dos [Termos e Condições](#) Gerais do MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda
Copyright © 1999-2002 MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda.



ARQUEOLOGIA INDIGENA RIOGRANDENSE!!

[Arte e Antiguidades](#) → [Esculturas](#)

Produto: #6



Preço Fixo: R\$ 1200.00
Quantidade: 1
Vendedor: [VENTOSUR \(48\)](#)
[Ver os produtos deste vendedor](#)
Tipo de produto: Usado
Localização: RIO GRANDE DO SUL
Finaliza em: 27d 09h (24/09/2002 20:14)
Data de início: 25/08/2002 20:14
Quant. de Ofertas: - [Visitas:](#)
Quantidade: 1
Sua Oferta: R\$1200.00 [Comprar](#)

[4 Fotos]
 Clique na foto para ampliá-la.

▶ Este produto está violando a política do site? Por favor, nos informe: produtos_proibidos@mercadolivre.com

[Auto-atendimento](#) [Perguntas ao Vendedor](#) [Adicionar este produto a Compras em vista](#) [Enviar esta oferta a um amigo](#) [Formas de Envio e Pagamento](#)

Descrição

Rompecabeças indígena de 12 pontas , posivelmente de origem tupi-guarar ou utilizado durante o periodo das missoes jesuiticas. E uma peca de guerr muito bem elaborada, sendo utilizada para cacar ou para a guerra. Pertence uma colecao privada por decadas.

Verdadeira peca arqueologica, digna da melhor colecao, e uma peca muito dificil de se encontrar.

Perguntas ao vendedor

[Fazer uma pergunta ao vendedor](#)

Formas Envio e Pagamento

- O produto encontra-se em **Santana do Livrament RIO GRANDE DO SUL Brasil**
- Envio este produto para outros países
- Envio por conta do: **Comprador**
- Forma de envio: **A Combinar**
- Forma de pagamento: **Deposito Bancario**

Serviços para compra

Seguro:
Conheça as recomendações do [MercadoSeguro](#).

Envio:
Cotar o envio do produto com a Sedexonline.

Intermediação Financ
Realize suas negociações com segurança através: [PagaFácil](#) e [F2b](#).

Financiamento:
Financie suas compras diretamente com a [Easycred](#)

Comprar

Produto: #€

ARQUEOLOGIA INDIGENA RIOGRANDENSE!!

Preço Fixo: R\$ 1200.00

Quantidade: 1

Sua Oferta: R\$ 1200.00

▶ É necessário estar cadastrado para comprar. Se ainda não é, clique [aqui](#). É grátis!

▶ Sua compra:

- MercadoLivre.com não cobra comissão do compra
- Gera um compromisso entre as partes.

Comprar

[Adicione o iBazar.com.br a seus Favoritos!](#)

[Home](#) | [Fale Conosco](#) | [Sobre o MercadoLivre](#) | [Mapa do Site](#) | [MercadoSócios](#)

O uso deste site implica na aceitação dos [Termos e Condições](#) Gerais do MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda
Copyright © 1999-2002 MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda.